

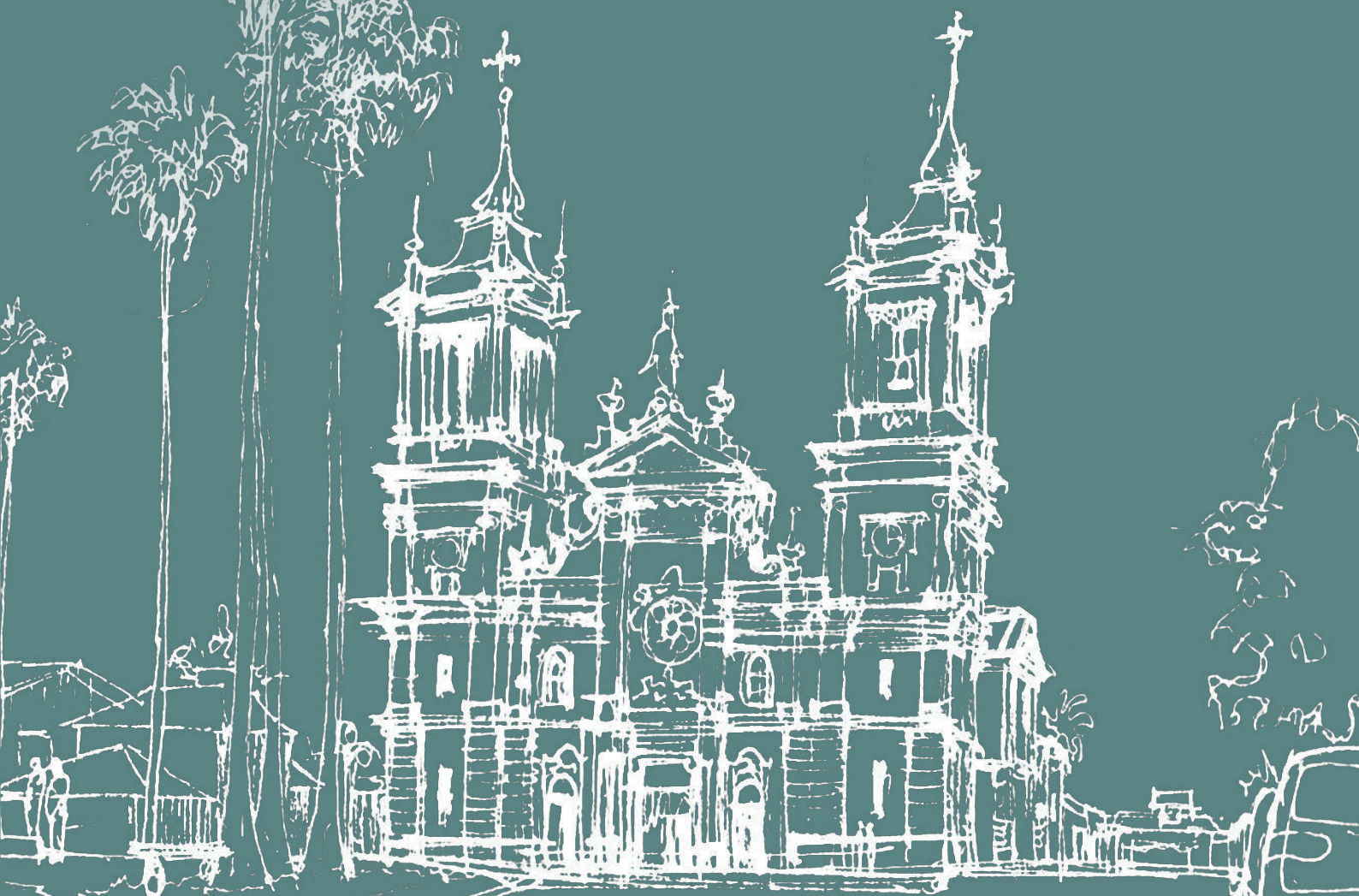
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS CACHOEIRA DO SUL

ANAIS DO II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

PATRIMÔNIO CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO:

as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI

Volume III: Paisagem em suas várias dimensões



II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Cachoeira do Sul (RS)
11 a 14 de novembro de 2019

UFSM-CS
ISBN 978-85-94140-06-7

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS CACHOEIRA DO SUL

ANAIS

II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**Patrimônio cultural e globalização: as problemáticas da
preservação do patrimônio cultural no século XXI**

Cachoeira do Sul (RS) - 11 a 14 de novembro de 2019

VOLUME 3: PAISAGEM EM SUAS VÁRIAS DIMENSÕES

**Organização: Juliana Silva Pavan, Mateus Rosada,
Ricardo de Souza Rocha e Bárbara Maria Giacom Ribeiro**

UFSM-CS

2019

Os autores de todos os artigos completos autorizaram sua publicação Anais do II Congresso Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Cultural e declararam ser de sua inteira responsabilidade os textos e imagens contidos em seus artigos; em caso de imagens que não sejam de sua autoria, declararam possuir autorização do(s) autor(es) para seu uso, ou declararam ser de uso livre; em ambos os casos, declararam que a autoria de terceiros foi devidamente informada no trabalho; por fim, os autores declararam-se responsáveis por quaisquer consequências morais ou legais no caso do trabalho como um todo ou parte dele ser considerado inadequado ou plágio por terceiros que venham a se manifestar.

Projeto gráfico, diagramação e capa: Comissão Organizadora do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural : patrimônio cultural e globalização: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI

Desenhos: Mateus Rosada

Cachoeira do Sul - O Museu, O Château D'Eau e A Catedral (RS, Brasil) - 16/11/2019 (versão original - página 6; versão editada - capa e contracapa);

Perfil de Cachoeira do Sul (RS, Brasil) - 04/2019 (cabeçalhos e rodapés);

Missão Jesuítica de São Miguel, São Miguel das Missões (RS, Brasil) - 04/06/2017 (página 11).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS CACHOEIRA DO SUL
UFSM-CS

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário-Documentalista
Carlos Eduardo Gianetti - CRB-10/2485

C749 Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural (2. : 2019 : Cachoeira do Sul, RS)
Anais [recurso eletrônico] do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI: Anais : Volume III: Paisagem em suas várias dimensões, 11, 12, 13 e 14 de novembro de 2019 / Organizadores Juliana Silva Pavan et al. Cachoeira do Sul, RS, Brasil. - Cachoeira do Sul: UFSM-CS, 2019.

ISBN 978-85-94140-06-7

1. Arquitetura 2. Urbanismo 3. Patrimônio Cultural 4. Patrimônio Histórico - Brasil 5. Preservação Cultural 6. Preservação 7. Conservação 8. Globalização.
I. Título.

CDU 72

Índice para Catálogo Sistemático

1. Arquitetura e Urbanismo	72
2. Arquitetura histórica	904:72

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ORGANIZAÇÃO	7
PAISAGEM EM SUAS VÁRIAS DIMENSÕES	10
A PAISAGEM CULTURAL RURAL E AS DIFICULDADES DE SUA PRESERVAÇÃO.....	12
BENINCASA, Vladimir	
A condição da preservação do patrimônio arquitetônico do núcleo fundacional de Lages / SC	22
SANTOS, Lilian Louise Fabre (1); SILVA, Gessica Coelho (2); PASSOS, Bruna Tratz (3); SANTOS, Fabiano Teixeira (4)	
A paisagem cultural do entorno da antiga fábrica MAESA - Metalúrgica Abramo Eberle S.A., Caxias do Sul, RS.....	36
TESSER, Maiara Balbinot (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)	
A paisagem dos fundos de vale em Limeira: uso e qualidade urbana.....	52
CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (1); AZEVEDO, Patricia Cereda de (2)	
A percepção sobre o patrimônio urbano na participação do concurso acadêmico URBAN 21.....	70
RIBEIRO, Luiza Pereira (1); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (2)	
Análise da arquitetura <i>Art Déco</i> em Santa Maria - RS: o caso de Avenida Rio Branco e suas aproximações com o distrito Ocean Drive de Miami	83
BALDISSARELLI, Maiara (1); LENHARD, Marlucci (2); NOGUEIRA, Ana Paula (3)	
Arquitetura Cuiabana: permanências e transformações no centro histórico da cidade.....	97
LOUZICH, Kellen Melo Dorileo (1); FIORIN, Evandro (2); CÔRTEZ, Mara Lopes (3)	
Arquitetura residencial cafeeira paulista: valorização histórica, artística e de uso prático como instrumentos para preservação	111
ANTUNES, Beatriz Leite (1); SALCEDO, Rosío Fernández Baca (2)	
As cartas patrimoniais e a patrimonialização das paisagens culturais	131
BARBOSA, Carlos Antônio (1); MACHADO, Elias José de Almeida Machado (2)	
As rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul / RS	146
CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal (1); CARDOSO, Eduardo Schiavone (2)	

Lá vem o Brasil descendo a ladeira: desafios da preservação do patrimônio cultural de Salvador	162
MAGALDI, Cassia Regina Carvalho de (1); ANDRADE, Paula Rodrigues de (2)	
Mapeamento e análise dos imóveis inventariados de Cachoeira do Sul (RS)	181
PAHIM, Raquel Tatsch de Figueiredo (1); MAZUIM, Bruno da Silva (2); LEAL, Geanny Bañolas (3); PEREIRA FILHO, Rodrigo (4); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (5)	
Modernismo Paulista. A Arquitetura Moderna produzida no interior do Estado de São Paulo e sua difusão: Araraquara	195
OBICI, Beatriz Camargo (1); MASSERAN, Paulo Roberto (2)	
Monumento ao Ferroviário de Santa Maria: lugar de pertencimento	211
DAROS, Henrique (1); ROSA, Laura (2); DORNÉLES, Vanessa (3); PIPPI, Luis (4)	
Notas para o estudo de capelas do Ciclo do Ouro em Minas Gerais	227
MORONI FILHO, Elio (1)	
Os ratos e os rastros - a percepção da paisagem urbana através das palavras	249
SCHÖFFEL, Débora Grando (1)	
Paisagem cultural: a arquitetura cemiterial no cenário imigrantista de Ibarama-RS	266
ZUCHETTO, Henrique (1)	
Paisagem cultural: análise visual da paisagem de Santa Tereza, RS.....	285
FELIN, Pauline Fonini (1); MOLON, Bruna Nunes (2)	
Paisagem cultural: evolução urbana do município de Santa Tereza / RS	305
BRAND, Débora Luísa Corso (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)	
Paisagem urbana das construções no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo: uma análise dialógica	320
SALCEDO, Rosio Fernandez Baca (1); ALVES, Caroline Daiane (2)	
Patrimônio industrial edificado em Cachoeira do Sul.....	335
FRANCESCHI, Leonardo I. Gomes de (1); COLBEICH, Jéssica Machado (2)	
Petrópolis: um primeiro olhar urbano-paisagístico para a preservação no estado do Rio de Janeiro	350
COSTA, Daniella (1); REIS, Igor (2); BARROS, Nathalia (3) JANSEN, Artur (4)	



APRESENTAÇÃO

O II Congresso Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural, organizado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Cachoeira do Sul, ocorreu de 11 a 14 de novembro de 2019 em Cachoeira do Sul (RS).

O tema do evento – Patrimônio cultural e globalização: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI – relaciona-se com a realidade da cidade-sede: discutir o patrimônio cultural também fora dos grandes centros. Cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, cuja dinâmica econômica e social está intimamente vinculada ao ambiente rural, Cachoeira do Sul é a quinta cidade mais antiga do estado e possui um considerável patrimônio arquitetônico, urbano e rural. Mesmo assim, não é reconhecida como uma cidade histórica e turística no estado. Diferente da realidade de outros municípios históricos e turísticos, em que as problemáticas de proteção do patrimônio cultural estão relacionadas, principalmente, ao turismo excessivo e à deturpação dos valores simbólicos do patrimônio construído, na cidade de Cachoeira do Sul os problemas da globalização trazem a ideia, embutida na percepção de parte da população, de que o patrimônio cultural é uma barreira para o desenvolvimento econômico, fato que causa a anuência para a demolição/ descaracterização de diversos exemplares, o que compromete o conjunto urbano que ainda sobrevive.

O Congresso teve a intenção de gerar reflexões sobre as diversas problemáticas atuais que envolvem a preservação, salvaguarda, conservação, restauração e reabilitação do patrimônio cultural, além de apresentar e reconhecer ações que conseguiram satisfatoriamente proteger o patrimônio cultural destas questões que envolvem a globalização. A apresentação de artigos dentro da temática do patrimônio cultural e da globalização contribuíram na discussão sobre os desafios teóricos e práticos que a preservação do patrimônio enfrenta na atualidade.

Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU/UFSM-CS)

Coordenadora Geral do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural



ORGANIZAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL:

Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU-UFSM-CS)

VICE COORDENAÇÃO GERAL:

Prof. Dr. Mateus Rosada (EA-UFGM)

COMITÊ CIENTÍFICO:

Profa. Me. Amanda Cavalcante Moreira (CAU-CT-UFPI)
Profa. Dra. Ana Aparecida Barbosa Pereira (PROAC-FAU-UFJF)
Profa. Me. Ana Carolina Gleria Lima (CAU-Unitoledo)
Profa. Me. Ana Paula Nogueira (CAU-ULBRA)
Profa. Dra. Andréa de Oliveira Tourinho (PGAUR-USJT)
Prof. Dr. Antonio Soukef Júnior (PMP-UNIVAG)
Profa. Dra. Bárbara Maria Giacom Ribeiro (CAU-UFSM-CS)
Profa. Me. Camila Gomes Sant' Anna (CAU-UFG)
Profa. Dra. Carla Maria Teixeira Coelho (COC-FIOCRUZ)
Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade (PPGAU-IAU-USP)
Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (PPGAUP-CT-UFSM)
Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Lima Carlos (UFRRJ)
Prof. Dr. Clódís de Oliveira Andradas Filho (PPGAS-UERGS)
Profa. Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte (PROARQ-FAU-UFRJ)
Profa. Dra. Cristina de Campos (PGAUR-USJT)
Profa. Dra. Daniella Martins Costa (EE-UFF)
Profa. Dra. Eneida de Almeida (PGAUR-USJT)
Profa. Dra. Ethel Pinheiro Santana (PROARQ-FAU-UFRJ)
Profa. Dra. Evelyn Furquim Werneck Lima (PPGAC-CLA-UNIRIO)
Prof. Dr. Fábio Müller (PPGAUP-CT-UFSM)
Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (PPGAU-FAU-USP)
Prof. Dr. Gonzalo Cerda Brintrup (UBioBio, Chile)
Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa (PPGAU-FAU-USP)
Profa. Dra. Inês El-Jaick Andrade (COC-FIOCRUZ)
Profa. Dra. Joana D'Arc de Oliveira (IAU-USP)
Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre (PPGAU-FAU-USP)
Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU-UFSM-CS)
Profa. Me. Leonora Romano (CAU-UFSM)
Profa. Dra. Liziane Peres Mangili (CAU-UFSJ)
Profa. Dra. Luciana Pelaes Mascaró (FAET-UFMT)

Profa. Dra. Luiza Segabinazzi Pacheco Delongui (CAU-UFSM-CS)
Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa (PGCTS-CECH-UFSCar)
Prof. Dr. Marcos Tognon (PPGH-IFCH-UNICAMP)
Profa. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta (PósARQ-CTC-UFSC)
Profa. Dra. Maria Angela P.C.S. Bortolucci (PPGAU-IAU-USP)
Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro (PPGAU-FAU-USP)
Profa. Dra. Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale (PPGAU-FAUED-UFU)
Profa. Dra. Marta Enokibara (PPGARQ-FAAC-UNESP)
Prof. Dr. Mateus Rosada (EA-UFGM)
Profa. Dra. Monica Cristina B. Frandi Ferreira (CAU-ASSER-RC)
Prof. Dr. Paulo Roberto Masseran (FAAC-UNESP)
Profa. Dra. Renata Maria de Almeida Martins (PPGAU-FAU-USP)
Prof. Dr. Renato Gama-Rosa da Costa (COC-FIOCRUZ)
Prof. Dr. Rodrigo Sartori Jabur (CAU-UFPR)
Profa. Dra. Rosina Trevisan Martins Ribeiro (PROARQ-FAU-UFRJ)
Profa. Dra. Rosio Fernández Baca Salcedo (PPGARQ-FAAC-UNESP)
Profa. Dra. Simone Scifoni (PPGGH-FFLCH-USP)
Profa. Dra. Soraya Nórr (PósARQ-CTC-UFSC)
Profa. Dra. Telma de Barros Correia (PPGAU-IAU-USP)
Dra. Thais Fátima dos Santos Cruz (SPR-PARANAP)
Profa. Dra. Valéria Eugênia Garcia (CAU-UNIP)
Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior (POSURB-FAU-PUCCamp)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Prof. Dr. Atila Augusto Stock da Rosa (PPGPC-UFSM)
Profa. Dra. Bárbara Maria Giacom Ribeiro (UFSM-CS)
Profa. Dra. Giane de Campos Grigoletti (PPGAUP-UFSM)
Profa. Dra. Juliana Silva Pavan (CAU-UFSM-CS)
Profa. Dra. Laline Elisangela Cenci (UFSM-CS)
Profa. Me. Leticia de Castro Gabriel (UFSM-CS)
Profa. Dra. Luiza Segabinazzi Pacheco Delongui (UFSM-CS)
Prof. Dr. Mateus Rosada (EA-UFGM)
Prof. Dr. Paulo Roberto Masseran (UNESP)
Profa. Me. Paula Bem Olivo (UFSM-CS)
Profa. Me. Renata Venturini Zampieri (UFSM-CS)
Prof. Dr. Ricardo de Souza Rocha (CAU-UFSM-CS)
Profa. Dra. Verônica Garcia Donoso (UFSM-CS)

COMISSÃO TÉCNICA DE APOIO:

Carlos Eduardo Gianetti - Bibliotecário-Documentalista (UFSM-CS)
Diones de Vargas Dutra - Técnico de Tecnologia de Informação (UFSM-CS)

REALIZAÇÃO:

Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul (CAU-UFSM-CS)

APOIOS:

Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio (CICOP-Brasil)

Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC-UFSM)

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP-UFSM)

Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Sede

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural de Cachoeira do Sul (COMPAHC)

Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RS)

Associação de Amigos Fazenda da Tafona

REALIZAÇÃO



APOIOS



PAISAGEM EM SUAS VÁRIAS DIMENSÕES

Os “Anais do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural - Patrimônio cultural e globalização: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI” dividem-se em três volumes:

Volume 1: Intervenção no Patrimônio Cultural

Volume 2: Patrimônio Imaterial e Identidade & Políticas Públicas

Volume 3: Paisagem em suas várias dimensões (Cultural, Rural e Patrimônio Urbano)

Além da palestra “*A paisagem cultural rural e as dificuldades de sua preservação*” do Prof. Dr. Vladimir Benincasa, este volume reúne vinte e um trabalhos do **Eixo D - Paisagem em suas várias dimensões (Cultural, Rural e Patrimônio Urbano)**. Este eixo propõe a realização de análises não só das relações entre os bens culturais e as paisagens, mas, principalmente, da constituição destas paisagens enquanto bens culturais. Nesse sentido, quer sob a chancela de paisagem cultural quer por meio das diferentes paisagens “urbanas” (capitais e metrópoles, conjuntos urbanos de interesse, mas também pequenas cidades do interior) ou das paisagens “mistas” e “rurais” (zonas periurbanas, cinturões e áreas agrícolas), suas várias escalas e dimensões deveriam ser abordadas. Tanto do ponto de vista teórico quanto, fundamentalmente, através de estudos de caso, desde que sempre a partir de uma abordagem com foco em sua preservação, manutenção e desenvolvimento como valor para a sociedade. O debate internacional sobre a preservação das paisagens enfatiza seu caráter dinâmico. Nesse sentido, como crescer e transformar propondo alternativas para a eventual uniformização e despersonalização das paisagens que se manifestam fortemente no século XXI?

EIXO D: PAISAGEM EM SUAS VÁRIAS DIMENSÕES



A paisagem cultural rural e as dificuldades de sua preservação

The rural cultural landscape and the difficulties of its preservation

Vladimir Benincasa

Professor Doutor
DAUP-FAAC-UNESP
vladimir.benincasa@unesp.br

O entendimento atual do patrimônio cultural tem se ampliado, envolvendo não apenas o monumento físico, mas tudo o que esteja ligado a ele, como o patrimônio imaterial e a paisagem cultural, numa relação em que a compreensão de um desses elementos depende necessariamente dos outros. O próprio entendimento de “paisagem” se ampliou, e passa a ser considerada em suas diversas escalas territoriais, o que cria uma série de novos desafios à salvaguarda patrimonial, desde sua conservação, até sua gestão.

“Paisagem cultural” foi uma expressão criada pela Geografia Humana, há quase um século, mas mesmo não muito bem sistematizada, nem se usando esse nome, sempre esteve presente nas questões patrimoniais.

Em âmbito mundial, ela se torna mais complexa e passa a ser considerada pela UNESCO, de forma mais efetiva, na década de 1990.

Nessa nova definição de Paisagem Cultural, a expressão agrega à paisagem natural as ações humanas sobre um determinado território, e tudo o que disso decorre, incluindo as alterações sofridas ao longo do tempo, provocadas por fatores como mudanças socioeconômicas, naturais, etc.

Enfim, agrega uma vasta gama de ciências além da própria geografia, como: história, arqueologia, arte, arquitetura, urbanismo, sociologia, antropologia, etnografia, ecologia,

¹ Artigo referente à palestra ministrada no II Congresso Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural – 2019.

biologia, turismo, economia, entre outras, e suas correspondências sobre o território urbano, rural ou natural.

Com relação à gestão, pressupõe sempre a ação integrada de organizações territoriais com políticas ambientais e sociais em suas dimensões políticas, culturais e econômicas.

Há que se conjugar a política de preservação patrimonial com o processo dinâmico do desenvolvimento humano, sem impedir suas mudanças e atualizações, mas sempre buscando preservar o patrimônio cultural e as comunidades envolvidas, dando-lhes possibilidades de sustentar-se, de conservar-se.

No Brasil, a Portaria IPHAN 127/2009, definiu “paisagem cultural” como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (IPHAN, Paisagem Cultural. Brasília: IPHAN, 2009, p. 13)

Os critérios elencados numa candidatura à chancela devem considerar então fatores múltiplos que tornem um determinado território peculiar e representativo no âmbito da paisagem brasileira, ressaltando que, ao obtê-la, há que se zelar para que as características consideradas sejam conservadas e monitoradas, havendo uma revisão do caso a cada 10 anos, sob o risco de perdê-la, caso haja alterações profundas que a descaracterizem ao longo do tempo.

A determinação dos elementos que individualizam e conformam uma paisagem cultural e a consecução de tal chancela, no Brasil, nem sempre é fácil, haja vista a complexidade decorrente da nossa extensão territorial e as peculiaridades regionais (sejam geográficas, climáticas, culturais, etc.).

Isso exige sensibilidade de entendimento, olhar acurado, e um grande conhecimento da diversidade nacional para perceber as evidências e as nuances que determinam a unicidade e importância das características de um território. E, além de uma atuação consistente do IPHAN, deve concorrer também o envolvimento de órgãos patrimoniais de Estados e Municípios, e mais ainda de uma conscientização e ação das sociedades locais e seus diversos personagens. Há que se articular um amplo diálogo entre agentes com interesses nem sempre afins, em todas as escalas, e estabelecer e assumir quais os direitos e deveres de cada um, para que os elementos que dotam um território de algum tipo de particularidade de interesse patrimonial não só sejam determinados, mas que também possam vir a ser conservados.

Reconhecidas estas particularidades, e, com ou sem chancela do IPHAN, no âmbito rural há que se lidar com vários fatores, pode-se elencar alguns, que implicam na preservação ou não da paisagem cultural rural, e não se pretende aqui esgotar o tema.

Por exemplo: a conservação de uma porcentagem de vegetação natural mínima para preservação razoável do clima, da fauna, do próprio relevo. Ora, a vegetação original, ou o que resta dela, também compõe a paisagem cultural. Sem ela podem ocorrer problemas como: assoreamentos de cursos d'água, deslizamentos de encostas, ou proliferação de determinadas espécies vegetais ou animais que podem vir a atacar e prejudicar, por exemplo, as edificações dessa "paisagem". Podem ampliar o poder de enchentes, gerando a destruição de pequenas aglomerações ou complexos rurais... às vezes, de núcleos históricos importantes, como ocorreu em São Luiz do Paraitinga, em São Paulo, ou Goiás Velho. O custo decorrente disso é enorme, todos sabemos. Ou seja, a perda da vegetação natural no meio rural, pode vir a comprometer todos os outros elementos daquilo a que podemos chamar de paisagem cultural das zonas rurais.

As alterações imputadas ao ambiente natural, se por um lado criam novas paisagens, podem também acabar com atividades econômicas tradicionais, como pesca, coleta de ervas, frutos, etc. Lembro de alguns doces que existiam no interior paulista quando era criança e hoje já não mais existem, pois eram feitos com frutos do cerrado, como a manguinha-do-campo e o cajuzinho, hoje extintos na região.

Essas alterações ambientais podem ser um dos fatores a contribuir com o desaparecimento de diversas formas de artesanato, como cestaria, tecelagem, ou mesmo a produção de determinados tipos de edificações que dependem de espécies vegetais específicas para serem executadas, acarretando alterações tipológicas, e a consequente perda de técnicas tradicionais locais, já adaptadas à cultura e às especificidades climáticas de cada região.

O desmatamento exaustivo pode levar a mudanças ambientais sérias e, com isso, à necessidade de mudanças na própria produção agrícola ou pastoril. Como exemplo, cito aqui as zonas cafeeiras paulistas e fluminenses e os desequilíbrios ocasionados pela redução drástica da cobertura vegetal original a partir do século XIX, em parte culpa do próprio cultivo do café, e mais recentemente, da expansão das lavouras canavieiras e pastagens.

O Vale do Paraíba foi extremamente devastado e boa parte de suas terras, lixiviadas e erodidas, perderam a fertilidade. Hoje, ali, grandes áreas de morros padecem com a desertificação e impropriedade para o cultivo de produtos agrícolas que não sejam gramíneas. Onde antes havia café, atualmente há pastos, que, situados em áreas de

relevo muito movimentado, acabam ocasionando enormes problemas com erosão, deslizamentos, etc. Em meio a isso, agricultores empobrecidos, e grande parte das edificações das antigas fazendas de café em situação de abandono e ruína.

No centro-oeste paulista, entre vários outros fatores, o aumento da temperatura média e a mudança do regime de chuvas, expulsou e impede o plantio de cafezais em áreas do planalto abaixo dos 750/800m de altitude. Os cafezais, que antes padeciam com as geadas, hoje sofrem com as secas e só podem existir com a irrigação artificial, estando restrito a territórios muito menores do que ocupavam até a década de 1970.

Também ali, a expulsão da cafeicultura deixou como legado os complexos arquitetônicos cafeeiros, em meio a canaviais infinitos. E, se até há pouco tempo atrás, não despertavam interesse algum, hoje começam a ser vistos como elementos de uma identidade “paulista”. O problema é que perderam seu uso original e mantê-los já não faz mais sentido para seus proprietários. São de custosa manutenção, há dificuldades de restauração das edificações, pois há necessidade de madeiras diversas hoje não mais existentes em abundância no local, demandam uso de técnicas atualmente pouco conhecidas e praticadas, demandando uma mão-de-obra especializada e cara...

E madeira e taipas sofrem com a proliferação de cupins e outros insetos, por conta do desmatamento e o consequente desaparecimento de seus predadores naturais. Há também a proliferação de determinadas espécies animais que se alojam nas edificações, principalmente nos forros, como gambás, morcegos e pombos, ali defecam comprometendo as madeiras... enfim, um ciclo nocivo às edificações.



Figura 1 - Fazenda Refúgio, São João da Boa Vista (SP): edificações abandonadas, em avançado estágio de deterioração, em terras arrendadas para grandes empresas produtoras do setor sucroalcooleiro. Fonte: fotografia de Vladimir Benincasa, 2008.

Cabe destacar que, quase sempre de grandes dimensões, as edificações existentes nos conjuntos rurais demandam cuidados mais frequentes, em geral, que as urbanas, como o controle de ervas daninhas, manutenção de grandes coberturas. Sofrem mais com as intempéries, queda de árvores, etc., e por isso, contratos com seguradoras são mais caros...

As mudanças econômicas, políticas, e sociais, que resultaram no êxodo rural, a partir de meados do século XX, deixaram inabitadas milhares de moradias de trabalhadores rurais, características de zonas cafeeiras, cacauceiras ou canavieiras, por exemplo. Ou ainda, no caso da família dos proprietários, pode-se incluir a subdivisão da propriedade entre inúmeros herdeiros que, buscando novas atividades profissionais, quase sempre urbanas, acabam por se distanciar das atividades do campo, levando ao abandono das edificações e das atividades originais dessas propriedades, que passam a ser arrendadas às grandes agroempresas, levando a consequências desastrosas (deterioração de edificações, desmatamento, assoreamento de cursos d'água, perda da fertilidade das terras, etc.)

E edificações abandonadas tendem a se deteriorar muito mais rapidamente. Mas porque conservá-las, sem uso algum?

Some-se a isso, as mudanças nas atividades agrícolas. Essas zonas produtoras de *commodities*, áreas de grandes monoculturas, são por vezes altamente cambiáveis, sujeitas a interesses do mercado externo: se hoje a economia local se beneficia dela e produz uma paisagem característica, o surgimento de um novo produto agrícola similar ou de novas zonas produtoras mais competitivas pode ocasionar, muito rapidamente, seu declínio com consequências em sua paisagem.



Figura 2 - Casa de Máquinas. Fazenda Paredão, Ibaté, SP: uma semana após a tomada da imagem, a construção de pedra, taipa-de-mão e tijolos, então já centenária, havia desaparecido, enterrada em enorme vala; sobre ela, um novo plantio de cana-de-açúcar.
Fonte: fotografia de Vladimir Benincasa, 1988.

No caso paulista, por exemplo, o café, grosso modo, foi substituído em grande parte por cana-de-açúcar e pastagens.

Então, o que fazer com as edificações específicas para o beneficiamento de um determinado produto agrícola, se a lavoura já não é mais a mesma? Quem as deve manter, se sua importância é reconhecida para a composição de uma paisagem cultural? A quem cabe o ônus da conservação?

A lavoura canavieira paulista, hoje, depende dos veículos a etanol. Ela se instalou sobre antigas paisagens cafeeiras, que tiveram importância fundamental para a história de São Paulo. A tecnologia do cultivo e processamento da cana também fez sumir antigos engenhos de açúcar, substituídos pelas usinas, que já estão desaparecendo com a instalação de grandes plantas sucroalcooleiras.... Tudo isso em menos de um século. E, se depender das tecnologias anunciadas, como o carro elétrico, é questão de décadas para que a atual paisagem canavieira também venha a sofrer drasticamente.

Por isso, talvez, seja importante entender a paisagem volátil dessas zonas de predominância de monocultura voltada ao mercado externo, como palimpsestos do tecido rural. As marcas deixadas por uma lavoura, mesmo que ela própria já não mais exista, ajudam a entender a dinâmica da história local e, a própria efemeridade e

mutabilidade passam a ser dados constituintes dessa paisagem. Se é digna de receber a chancela é uma discussão a ser feita.

Os conjuntos arquitetônicos remanescentes ligados ao café, que ainda se contam em grande número não só em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, muito recentemente, passaram a despertar o interesse do IPHAN: ora, quase sem moradores, com os edifícios que restaram sem possibilidades originais de uso, com a memória dessa cultura cada vez mais esgarçada, é possível se falar em paisagem cultural **do café**?

Talvez isso seja mais apropriado para aquelas zonas ainda produtoras, imensamente reduzidas, mas que com as novas tecnologias produzem o mesmo que os grandes latifúndios de outrora...

Mas isso ainda depende de uma política local (municipal e estadual, mais que federal) para incentivar o merecimento por tal denominação. Uma das alternativas seria o incentivo ao turismo histórico e cultural, que poderia justificar a manutenção das antigas instalações e ajudar a manter ou até promover o retorno de antigas atividades ligadas a uma determinada atividade agropastoril.

Uma solução, que a meu ver, tem tido resultado interessante, é a produção agropecuária diferenciada pela sua qualidade. Algumas zonas, citando como exemplo, novamente, o caso do café, estão adotando um tipo de “denominação de origem controlada” (DOC), através de uma ação conjunta da administração pública, políticos, produtores, cientistas, indústria e sociedade local. Ou seja, tentam encontrar e determinar as características únicas de um determinado produto em regiões específicas. Com o marketing sobre tal atividade, encontram seu nicho no mercado e possibilitam a preservação de sua “paisagem cultural”.

Podemos citar os cafés especiais, agora separados por origem como Cerrado Mineiro, da Mogiana Paulista, Sul de Minas, Serra do Caparaó, ou por espécie (Arábica, Catuaí, Bourbon, Acaiá, Robusta). Muitas das cidades dessas zonas produtoras têm, com isso, incrementado o turismo de negócios e o cultural em fazendas e, mesmo, em seus núcleos urbanos históricos, que inclusive tem recebido atenção especial. Como exemplo disso, pode-se citar o caso de Mococa, no interior paulista.

Essa produção variada e “especializada”, encampada pela agroindústria e com boa aceitação das sociedades locais, agrega valor ao produto, dá visibilidade à região e favorece a manutenção da produção, do emprego e do patrimônio urbano e rural, por

consequência de uma paisagem específica, muito embora a forma de cultivo tenha sido atualizada e modificada.

Sem muito conhecimento de causa, me atrevo a pensar que situação semelhante tem acometido outros produtos e outras regiões. Se meu raciocínio não estiver muito errado, poderia citar o caso da vitivinicultura - com a produção de frutas frescas, vinhos e sucos, em regiões como a Serra Gaúcha, a Campanha Gaúcha, o Vale do São Francisco, entre outras; a produção de queijos - como o Canastra, o Serro, só para citar alguns; o cacau no sul da Bahia, que depois de ser quase dizimado por pragas, vem se reconstituindo em pequenas plantações, com produções que tem alcançado reconhecimento internacional. Ou mesmo alguns tipos de doces (bananadas do Vale do Ribeira, marmeladas de Minas, alguns doces de leite, como o de Viçosa), artesanatos - como as flores do cerrado ou o capim dourado...

Enfim, parece que temos ultimamente, começado a aprender o que muitos países lá foram já fazem a tempos, encontrar vocações locais, valorizar tradições e produtos locais, por suas peculiaridades, e a torná-los mais atrativos aos olhos do mercado. Isso pode vir a ter consequências positivas com relação a angariar esforços para a salvaguarda da paisagem cultural, incluindo todos os seus componentes.

A criação desses “*terroirs*” e denominações de origem controlada de produtos agropastoris é um caminho interessante para tornar mais eficaz a visibilidade destes produtos e suas respectivas paisagens, que, ao contrário daquela das *commodities*, teoricamente, tendem a ser mais perenes.



Figura 3 - Fazenda Fortaleza, Mococa, SP. A propriedade, inserida numa região que nos últimos anos tem se especializado no cultivo de cafés especiais, tem se mantido bem, com todas as edificações sendo novamente usadas para a produção cafeeira.
Fonte: fotografia de Vladimir Benincasa, 2008.

No entanto, há que se ter cuidado, pois todo sucesso de uma DOC, também pode acarretar efeito contrário, devido a atração de possíveis atividades nocivas aos objetivos iniciais, como o turismo descontrolado e suas consequências desastrosas, que podem gerar inconvenientes ambientais, descaracterização de edificações, enfim, comprometer sua paisagem cultural.

Por isso, volto a Portaria 127/09 do IPHAN, e à questão da necessidade de monitoramento constante da preservação dos elementos que levaram à obtenção da chancela de “Paisagem Cultural”.

Poderíamos citar também o pouco “interesse” do próprio Iphan com relação à salvaguarda do patrimônio rural brasileiro ao longo de sua história. Ainda são raros os monumentos rurais tombados, quase todos do período colonial, pouquíssimos dos séculos XIX ou XX.

Ou, ainda, a pouca visibilidade que dá, às empresas (via isenção fiscal ou algum tipo de patrocínio), investir na recuperação de um bem rural, isolado, perdido no sertão, longe das cidades, e muitas vezes de difícil acesso a turistas. E também, a dificuldade de acesso que compromete até mesmo a própria fiscalização de órgãos patrimoniais, caso o bem seja tombado.

Para terminar, então, penso que delimitar e outorgar a chancela “paisagem cultural”, é um primeiro passo para promover um território. Porém, isso, por si só, não garantirá sua conservação e sustentabilidade. É necessário pensar individualmente sobre a gestão de cada uma dessas paisagens, pois suas especificidades assim o exigirão.

Não é tarefa fácil, mas sem o envolvimento da sociedade local, da iniciativa privada e de agentes estatais para entender e amplificar as vocações de cada um desses territórios já chancelados, a sustentabilidade e preservação de suas características estarão comprometidas. Sem esse esforço conjunto, continuaremos padecendo dos mesmos erros de sempre.

A condição da preservação do patrimônio arquitetônico do núcleo fundacional de Lages / SC

SANTOS, Lilian Louise Fabre (1); SILVA, Gessica Coelho (2);
PASSOS, Bruna Tratz (3); SANTOS, Fabiano Teixeira (4)

(1) Professor Mestre, UNIPLAC, arqlilianfabre@gmail.com;

(2) Graduanda, UNIPLAC, ge.coelho31@gmail.com;

(3) Graduanda, UNIPLAC, brunatratz@gmail.com;

(4) Doutorando, UFSC, fabianoteixeiradossantos@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo objetiva alertar para a situação atual da preservação arquitetônica do núcleo urbano fundacional da cidade de Lages/SC. Apesar de ter sido fundada ainda no período colonial muito pouco preservou-se da feição arquitetônica desse período. Porém, a malha urbana fundacional permanece e como um palimpsesto constitui a base para um conjunto heterogêneo tanto em sua cultura quanto em sua arquitetura, devido as transformações econômicas, que a cidade sofreu no decorrer dos anos. Assim, tem-se um conjunto diversificado contando com exemplares coloniais luso-brasileiros, ecléticos, art déco e modernistas. Porém, a ideia de preservação do patrimônio lageano ainda está pautada na valorização dos monumentos excepcionais, desta forma as edificações tidas como mais modestas mas que foram esse conjunto urbano documental estão desprotegidas e a mercê da pressão causada pela especulação imobiliária da área central. O histórico ímpeto de modernização da cidade através da substituição do existente continua até os dias de hoje, conforme aponta-se no texto, atinge não só as edificações mais modestas mas também exemplares valorados como patrimônio pelo próprio poder municipal. Apresentaram-se casos de edificações que estavam em processo de tombamento e foram demolidas sem as devidas consequências e sanções aos proprietários, abrindo precedentes preocupantes sobre o destino do patrimônio arquitetônico local. Finalmente, com o intuito de contribuir para a reversão desse processo, e considerando que o primeiro passo de um processo de preservação do patrimônio é o conhecimento do bem, defende-se a importância da realização de um inventário do núcleo fundacional de Lages/SC. Que através do levantamento de informações a respeito das edificações localizadas no meio urbano, sua caracterização e compreensão, sirva como um primeiro passo para a preservação devida desse conjunto com um documento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio arquitetônico, inventário, memória, Lages/SC.

Condition of preservation of the architectural heritage of the foundational nucleus of Lages/SC

SANTOS, Lilian Louise Fabre (1); SILVA, Gessica Coelho (2);
PASSOS, Bruna Tratz (3); SANTOS, Fabiano Teixeira (4).

(1) Master, UNIPLAC, arqlilianfabre@gmail.com.

(2) Undergraduate student, UNIPLAC, ge.coelho31@gmail.com;

(3) Undergraduate student, UNIPLAC, brunatratz@gmail.com;

(4) PhD student, UFSC, fabianoteixeiradossantos@gmail.com .

ABSTRACT

This article aims to alert to the current situation of architectural preservation of the foundational urban core of the city of Lages / SC. Although it was founded in the colonial period, very little has been preserved from the architectural features of that period. However, the foundational urban fabric remains and as a palimpsest constitutes the basis for a heterogeneous ensemble in both its culture and architecture due to the economic transformations the city has undergone over the years. Thus, there is a diverse set of Portuguese-Brazilian, eclectic, art deco and modernist colonial examples. However, the idea of preserving the lagean heritage is still based on the appreciation of the exceptional monuments, thus the buildings considered as more modest but that were this urban documentary set are unprotected and at the mercy of the pressure caused by real estate speculation in the central area. The historical impetus for the modernization of the city through the replacement of the existing one continues to the present day, as pointed out in the text, reaches not only the most modest buildings but also examples valued as patrimony by the municipal power itself. There were cases of buildings that were in the process of tipping and were demolished without due consequences and sanctions to the owners, opening worrying precedents about the fate of the local architectural heritage. Finally, in order to contribute to the reversal of this process, and considering that the first step of a heritage preservation process is knowledge of the good, the importance of conducting an inventory of the foundational nucleus of Lages / SC is defended. That by gathering information about buildings located in the urban environment, their characterization and understanding, serves as a first step to the proper preservation of this set with a historical document.

KEYWORDS: architectural heritage, inventory, memory, Lages/SC.

1. INTRODUÇÃO

As características construtivas e formais da arquitetura, bem como sua relação com o espaço urbano, são transformadas ao longo do tempo. Partindo das residências mais antigas, erguidas sobre o alinhamento das ruas e dividindo as paredes laterais com as edificações vizinhas (REIS FILHO, 1976), passando pelas construções modernas, dotadas de muitos pavimentos, recuadas das vias, esse processo de construir a cidade tem evoluído, ao passo que essa diversidade de características, estilos, dentre inúmeros aspectos arquitetônicos e urbanísticos, ajuda a contar a história de uma cidade. Trata-se também de contar a história da própria sociedade, que em seu contínuo processo de evolução cultural, desde seus primórdios, materializa sua trajetória nas feições de edificações, ruas e praças.

A cidade de Lages/SC, localizada no planalto do estado de Santa Catarina, é um exemplo desse processo de formação do espaço urbano e social. Constituindo em um núcleo heterogêneo tanto em sua cultura quanto em sua arquitetura, devido as transformações econômicas, que a cidade sofreu no decorrer dos anos.

Lages foi uma cidade fundada ainda no período colonial porém muito pouco preservouse da feição arquitetônica desse período. A malha urbana fundacional se preservou mas as casas de pedra e cal aos poucos foram substituídas por edificações de linguagens mais “modernas” de acordo com o entendimento de modernidade da época. Assim, temos um conjunto diversificado contando com muitos exemplares do ecletismo e principalmente do art déco. Porém, esse ímpeto de modernização da cidade através da substituição do existente continua até os dias de hoje.

A valorização do patrimônio urbano e arquitetônico de Lages acontece apenas de forma pontual, ainda no entendimento de que as edificações com valor patrimonial dignas de proteção jurídica são somente os exemplares monumentais como a Catedral, a Prefeitura, o Teatro Municipal entre outras edificações ligas a fatos de destaque na história oficial. Não há nenhuma proteção na escala de conjunto urbano, situação que deixa a maior parte das edificações a mercê de descaracterizações ou sujeitas a demolição. Somado à deficiência ou inoperância das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural urbano, a crescente especulação imobiliária nas áreas centrais vem resultando na perda de parte dessas edificações.

Com o intuito de contribuir para a reversão desse processo, e considerando que o primeiro passo de um processo de preservação do patrimônio é o conhecimento do bem, defende-se a importância da realização de um inventário do núcleo fundacional de Lages/SS. Que através do levantamento de informações a respeito das edificações

localizadas no meio urbano, sua caracterização e compreensão, sirva como um primeiro passo para a preservação desse conjunto com um documento histórico.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Localizada no centro do planalto serrano de Santa Catarina, a cidade de Lages conserva poucas feições da época de sua fundação. Segundo Peixer (2002) a história oficial iniciou em 1766, quando o governador da capitania de São Paulo - que se estendia até a região - incumbiu ao guarda-mor Antônio Correa Pinto de Macedo, então regente do sertão de Curitiba de fundar um povoado. O mesmo deveria servir como defesa contra os espanhóis que cobiçavam as terras ao mesmo tempo que fornecia abrigo aos tropeiros e viajantes que cruzavam o Planalto Serrano transportando gado de corte e de muars (mula, utilizada em larga escala como meio de transporte). Uma povoação nesta região, serviria como ponto de apoio a este mercado, ficando entre o Rio Grande do Sul (centro produtor) e São Paulo (centro de comercialização e consumo).

Oficializou-se, portanto, em 22 de novembro de 1766 o povoado de Nossa Senhora da Paragem da Fortaleza dos campos das Lages. Quase 5 anos após sua fundação em maio de 1771 o povoado foi elevado à categoria de vila e seguia o traçado urbano regulado a partir de uma “planta de villa” conforme é possível observar na figura 1.

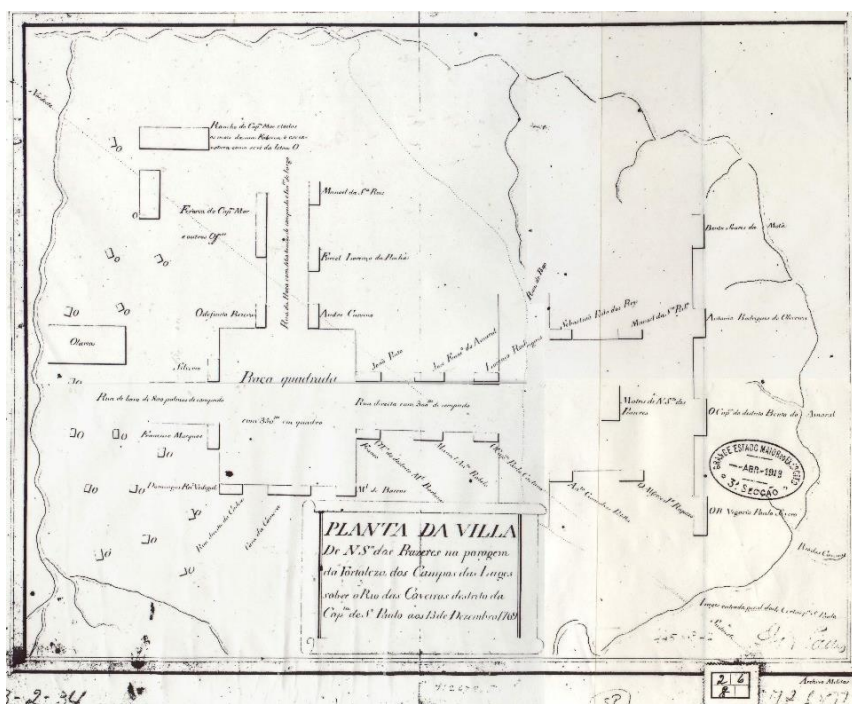


Figura 1 - “Planta da Villa de N. S^a dos Prazeres na paragem da Fortaleza dos Campos das Lages sobre o Rio das Caveiras distrito da Capiade S. Paulo aos 15 de dezembro de 1769”, datada de 1769.

Fonte: Arquivo do Estado Maior do Exército Brasileiro. (apud SANTOS, 2015 p. 45)

Licurgo Costa (1982) descreve sobre o desenvolvimento e princípio do núcleo fundacional de Lages.

Para disciplinar, desde o início, os trabalhos de edificação da póvoa, o Capitão-Mor estabelece dois arruamentos, em forma de esquadro, formando-se na junção deles uma pequena praça, que tem sido, desde então uma espécie de fórum da cidade, no sentido romano da expressão. Este logradouro que resistiu a evolução da Vila e à cidade, e atualmente modernizado causa excelente impressão aos visitantes, tem a velha denominação de Praça João Costa. (COSTA, 1982, p.57)

Peixer (2002) destaca ainda que o traçado ortogonal herança do período colonial - época de sua fundação - proporcionou três espaços bem delineados sendo a igreja mais ao alto com a praça a frente, dando enfoque para o espaço religioso, seguido pelo espaço comercial hoje praça João Costa e por fim, a praça do mercado (Vidal Ramos Sênior) bem a baixo próxima ao rio, sendo considerado esse centro na junção de três ruas centrais.

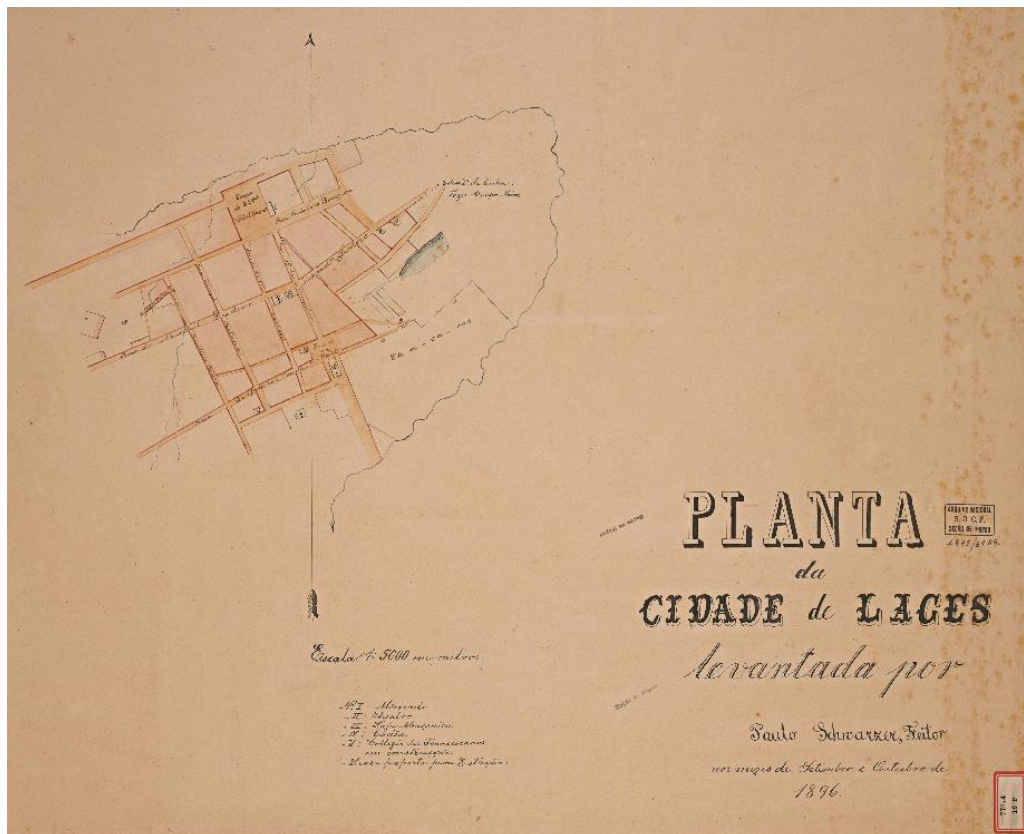


Figura 2 - “Planta da cidade de Lages levantada por Paulo Schwarzzer, Feitor, nos meses de setembro e outubro de 1896”.

Acervo: Arquivo Nacional/Seção de Mapas, Rio de Janeiro. (apud SANTOS, 2015 p. 143)

Entretanto, Santos (2015) cita que a vila não apresenta desenvolvimento que requer atenção até meados do século XIX, mesmo após ter seu território e jurisdição transferidos da Capitania de São Paulo para a Capitania de Santa Catarina (1820) sua principal função é suporte de apoio da atividade pastoril das fazendas da região.

“Somente após a Revolução Farroupilha é que passou a esboçar uma tímida expansão de sua malha viária, com a abertura de mais umas poucas ruas, sendo elevada à categoria de cidade em 1860.” (SANTOS, 2015 p. 47)



Figura 3 - A cidade de Lages, vista do Morro do Posto, em 1866. Desenho de autoria de Thiago Pessanha, elaborado em 1903, a partir do original de E. N. Pires.
Fonte: Museu Thiago de Castro. (apud SANTOS, 2015 p. 42)

Como nos mostra a figura - 3 Lages por muito tempo não mudou suas características de cidade colonial, mesmo após décadas de sua fundação permaneceu assim até início do século XX. Zilma Peixer (2002) descreve que dentre as mudanças, três marcos foram significativos na configuração da cidade e na reorganização de forças oficiais: sendo a construção do Palácio municipal (1901) o primeiro deles, seu estilo em neobarroco Francês; seguido pela Catedral Diocesana (1922) elemento de grande significado na formação do espaço urbano, construída em local previamente definido quando da formação, para ser o espaço religioso, ergueu-se com traços neorromânicos; um terceiro marco da evolução da cidade se dá na construção do primeiro colégio público e laico (1913), que recebeu o nome de Vidal Ramos, nos tempos era atual governador de Santa Catarina, no estilo neoclássico. O principal discurso que percorria na cidade neste período era a implantação definitiva do progresso e da civilização, retratando assim no código de posturas o projeto político e ideológico de intervenção e constituição urbana. “Outro aspecto que merece atenção, é a formação de um padrão estético para a cidade de acordo com os princípios da vida social e estética dos dirigentes.” (PEIXER, 2002 p. 67)

Nos primeiros anos que sucederam o século XX, se deu ainda em um projeto audacioso em remodelar as três praças fundacionais, sobretudo definir novos padrões da

sociabilidade, entendendo por modificar os estilos arquitetônicos, arborização da cidade e iluminação pública. Tudo isso servindo de símbolo para o crescimento urbano e representariam o projeto de cidade da época. Consequente a isso, a partir de 1930 procurou-se romper com as características de vila que ainda permaneciam na cidade, Lages conheceu uma fase de intenso desenvolvimento econômico e cultural, graças à exploração comercial das então abundantes florestas de araucária - O Ciclo da Madeira - antecedente a esse período o espaço urbano não se dava mais do que o próprio núcleo fundador, aglutinados no espaço administrativo, religioso, educacional e comercial.

As décadas de 40-50 são marcas por decretos urbanos que buscavam ordenar, os tipos de construção, nomeando materiais, cores, alturas e tipologias das edificações, visando manter um padrão estilístico das edificações e um certo requinte do centro da cidade, definição do traçado urbano remodelando praças e jardins, tudo isso acontecendo dentro do padrão urbano original da cidade. Procurava-se construir uma nova cidade que deveria apresentar “os temas modernos” deixando transparecer principalmente nos estilos arquitetônicos das casas e edifícios públicos, firmando nessa época o título de “Princesa da Serra”. (PEIXER, 2002)

O desenvolvimento acelerado e o grande *boom* econômico proporcionado pelo Ciclo da Madeira levaram a um grande aumento populacional, a uma intensa urbanização e à verticalização das construções e adensamento da área central da cidade, consagrando-se como polo da Serra Catarinense e uma das cidades mais populosas do estado. Datam desse período, que se estendeu até por volta de 1970, inúmeros prédios de apartamentos e salas de cinema, destacando o estilo *Art Déco* (Edifício Dr. Accacio e Cineteatro Marajoara), mas também havendo exemplares notáveis do Modernismo, como a sede do banco INCO e o Cinema Marrocos. Também não faltaram residências neocoloniais e bangalôs no estilo “Missões”, ou “Californiano”, copiados das populares revistas de arquitetura que circularam nos anos 1940 a 1960, inspirando a modernidade nas moradias de todo o Brasil.



Figura 4 - Exemplos demonstrando a heterogeneidade arquitetônica encontrada no núcleo fundacional de Lages.

Fonte: Material fotografado nas visitas a campo da pesquisa. 2019

A partir da década de 70 com a decadência do ciclo madeireiro, a cidade passa por mais uma remodelação econômica e social, enfrentando problemas na ordem urbana com a evasão de grande parte da população que migrou para outras partes da região decorrentes da situação, desde então o núcleo urbano vem passando por dificuldades de planejamento urbano até da preservação de seu espaço e feições originais.

Com seus mais de 250 anos de idade Lages passou por vários períodos de entraves políticos e econômicos. Como a história nos conta a tentativa de modernizar o espaço urbano apresenta na modificação e remodelação principalmente de estilos arquitetônicos do núcleo fundacional, formando assim um espaço heterogêneo, que guarda variados estilos, culturas e memórias. A preservação de toda essa bagagem se resume a alguns monumentos que foram tombados ou protegidos por lei orgânica do município isoladamente. A proteção do patrimônio arquitetônico em Lages se dá por meio da Lei Municipal Complementar nº 22, de 21 de setembro de 1995, e da Lei Estadual nº 17.565, de 6 de agosto de 2018, que atualizou a Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 - Lei Estadual de Patrimônio¹ - sendo eles na casa dos vinte

¹ A lista de bens edificados protegidos por tombamento em âmbito estadual no município de Lages pode ser acessada por meio de consulta ao site <http://www.cultura.sc.gov.br/index.php/a-fcc/sobre/patrimoniocultural/benstombados/4365-4365-lages>.

exemplares que estão distribuídos pela cidade (Figura-4), na sua maioria encontram-se próximos ou no centro, núcleo fundacional de Lages/SC.

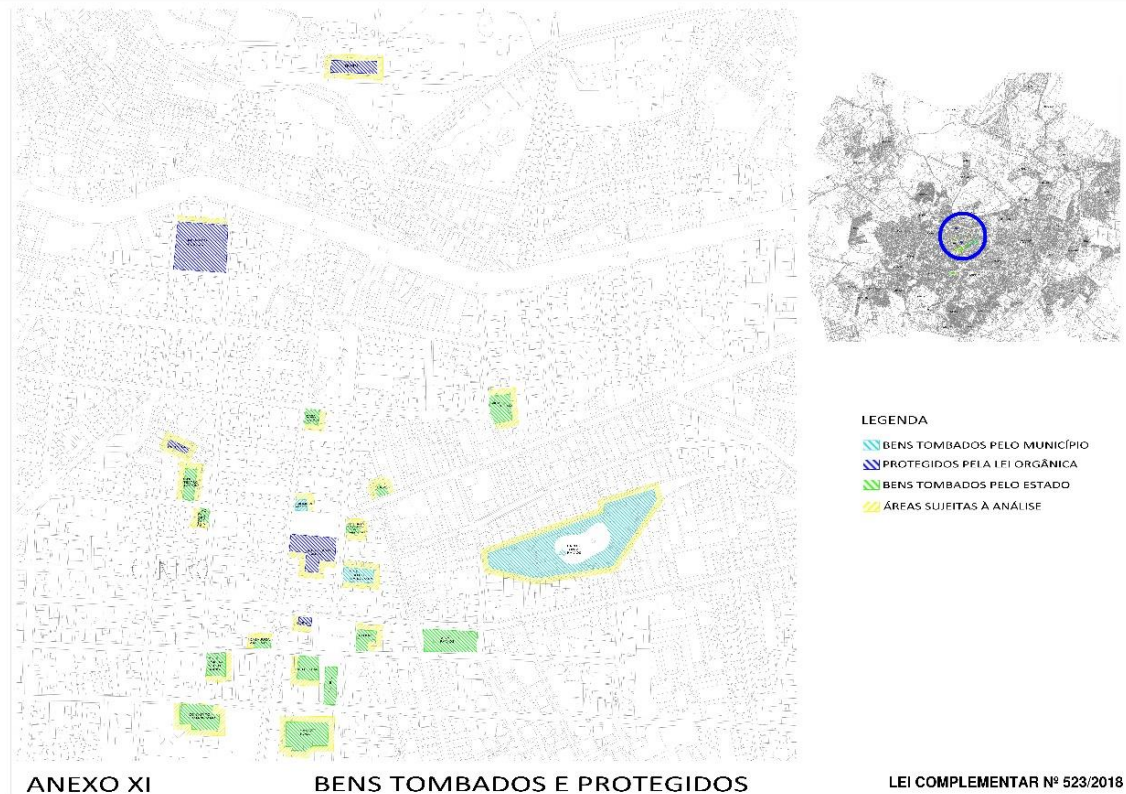


Figura 5 - Mapa dos bens tombados e protegidos na cidade de Lages.
Fonte: Site da prefeitura de Lages <https://www.lages.sc.gov.br/>

O mapa acima destaca os bens tombados e protegidos no núcleo fundacional de Lages, sendo eles:

Tombados pelo estado:

- Grupo Escolar Vidal Ramos - Rua Vidal Ramos Jr;
- Conventinho Frei Rogério;
- Catedral Diocesana Nossa Senhora dos Prazeres Praça João Ribeiro, s/n;
- Praça João Ribeiro, 16, esq. Rua Benjamin Constant;
- Praça João Ribeiro, 40;
- Praça João Ribeiro, 28;
- Prefeitura Municipal Praça João Ribeiro, 13, esq. Rua Benjamin Constant;
- Casarão Juca Antunes Rua Benjamin Constant, 96, 98 e 96J;
- Museu Histórico Thiago de Castro Antigo Fórum Nereu Ramos Rua Benjamin Constant, s/n, esq. Rua Hercílio Luz;
- Rua Correia Pinto, 49;
- Cine Teatro Tamoio Rua Mal. Deodoro, 170;

- Rua Mal. Deodoro, 135, esq. Rua Hercílio Luz;
- Rua Cel. Fausto de Souza, 349;
- Igreja e Convento Franciscano São José do Patrocínio Rua Lauro Müller, 298;
- Colégio Santa Rosa de Lima Rua Lauro Müller, 444, esq. Rua Frei Gabriel;
- Casa União Rua Cel. Córdova, 25, esq. Rua Quintino Bocaiúva.

Tombados pelo Município:

- Parque Jonas Ramos (Tanque);
- Cine Teatro Marajoara, 64, Rua Pres. Nereu Ramos;
- Edifício Dr Accacio, Rua Cel. Córdova, 60, esq. Praça João Costa. (Foi destombado recentemente).

Protegidos pela Lei Orgânica do Município:

- Cúria, Praça João Ribeiro;
- Cacimba, Rua Carlos Jofre do Amaral;
- Colégio Aristiliano Ramos, Praça João Costa. (Foi demolido em 2018, para revitalização da praça.)
- Mercado Público, Rua Hercílio Luz, esq. Rua Manoel da Silva Ramos;
- Epagri, Rua João José Godinho, sn.

Entende-se que a gestão da preservação do patrimônio em Lages é inoperância inclusive no uso dos instrumentos de proteção legal do patrimônio edificado pois há casos de destruição do patrimônio protegido. Como é o caso mostrado na sequência da imagem 6 de um sobrado do século XIX que se encontrava em processo de tombamento e foi demolido em 2000, após ação criminosa. Tal sobrado foi substituído por edificação pré-moldada de uso comercial, sem identidade arquitetônica como é possível observar na sequência de imagens abaixo.



Figura 6 - Sequência de transformação de um sobrado do século XIX até os dias atuais.
Fonte: acervo da Fundação Catarinense de Cultura e acervo pessoal.

Outro caso recente foi o Edifício Dr. Accacio, importante exemplar do estilo Art Déco em Lages. Em 2017 o proprietário iniciou obras de reforma que estavam acarretando da descacterização da fachada. A partir da mobilização das universidades locais, o IAB e

do Ministério Público a edificação entrou em processo de tombamento municipal, e o mesmo foi aprovado pelo COMPAC - Conselho de Patrimônio Cultural Municipal. O proprietário recorreu da decisão e ganhou em primeira instância, como a Prefeitura Municipal não recorreu no prazo estipulado ele está juridicamente desprotegido.



Figura 7 - Edifício Dr. Accacio no início das obras de reforma.
Fonte: fotografia de Camila Paes/Jornal Correio Lageano, 2017.

O terceiro exemplo dessa situação, foi a recente demolição do prédio que ao longo de oitenta anos abrigou na Praça João Costa, o Colégio Aristiliano Ramos o qual era protegido pela Lei Orgânica do Município. Neste caso, a edificação foi demolida por iniciativa do governo estadual e com o apoio da Prefeitura, após anos de embate judicial, uma vez que boa parte da população foi contrária ao ato, tendo havido ação movida pelo Ministério Público Estadual contra a demolição. Ou seja, o Estado, que deveria dar exemplo na preservação do patrimônio, se torna o principal responsável pela destruição de um bem de reconhecido valor cultural, o que resulta num perigoso precedente para a preservação patrimonial.

Além desses casos de edificações valoradas como patrimônio cultural, desde o início dessa pesquisa (março de 2019), cinco edificações que faziam parte do inventário de varredura já foram demolidas para abrigar estacionamento de automóveis. Devido à grande decorrência dos fatos, a percepção sobre a sucessão de demolições e o consequente empobrecimento da paisagem urbana, e as reflexões feitas a partir das atividades que abordaram a questão, levaram o grupo a propor o projeto de pesquisa

focado na realização do inventário do patrimônio arquitetônico do núcleo fundador de Lages/SC.

Portanto, o presente trabalho resulta de um projeto de iniciação a pesquisa, de alunos e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Planalto catarinense - UNIPLAC, o projeto descrito tem por objetivo inventariar o maior número de edificações históricas do núcleo fundacional de Lages- SC, visando conceder um documento físico dos remanescentes históricos que sobreviveram as transformações, e entender os danos ocasionados na memória através das adaptações sofridas nas edificações ao longo dos anos, acompanhado pelo progresso econômico e crescimento gradual da cidade e a modernização para conceder as novas exigências.

Como espaço delimitador para a pesquisa, foram sobrepostos mapas, sendo um o mapa do núcleo fundacional da cidade de Lages-SC, datado de 1896 e outro dos dias atuais, estabelecendo assim, ruas limítrofes do inventario como mostra a figura - 8.



Figura 8 - Sobreposição dos mapas e delimitação de ruas limítrofes do inventário.
Fonte: Google maps e autores 2019.

O processo do inventário encontra-se em desenvolvimento desde março de 2019, e já foi realizada a etapa de varredura através dos levantamentos fotográficos das faces de quadra e também a revisão bibliográfica abordando sobre a história da cidade e estilos arquitetônicos encontrados. O próximo passo já foi iniciado, se tratando da verificação junto aos órgãos responsáveis e arquivos públicos da existência ou não de desenhos de projetos com dados técnicos e autoria tendo intenção da complementação do levantamento.

O modelo tomado como padrão para as fichas é o sistema SICG, utilizado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entendendo que as mesmas tem uma linguagem compreensível e que abrangem os requisitos da pesquisa. Organizando

sistematicamente, informando data, local e autoria (quando possível) aspectos sobre técnicas construtivas, partido arquitetônico, a materialidade das edificações dentre outras informações complementares que compõem a estrutura da ficha.

3. CONCLUSÃO

Os casos de perda de edificações valoradas como patrimônio arquitetônico em convivência do poder público, somado a acelerada demolição de exemplares que em conjunto poderíamos defender seu valor documental, justifica o caráter de urgência desse trabalho de pesquisa e inventário.

A necessidade de perpetuar os bens, que dos mais monumentais ao mais modestos, constituem a memória local. Sendo assim como nos mostra no manifesto de Amsterdã

É uma parte essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade. O patrimônio arquitetônico é um capital espiritual, cultural, econômico e social cujos valores são insubstituíveis. (AMSTERDÃ, 1975)

Em segundo momento o projeto visa compartilhar as análises e considerações feitas com a comunidade acadêmica, também procurando envolver a todos os que interessar, sobretudo na cidade que deu origem a pesquisa (Lages/SC), como forma de promover o conhecimento sobre o tema, a reflexão sobre o valor do conjunto local, envolvendo a comunidade e incentivando a preservação do patrimônio cultural edificado.

REFERÊNCIAS

- BRUGGERMANN, Fábio. História do comércio no Centro Histórico de Lages. Florianópolis: Fecomércio, SC, 2015.
- COSTA, Licurgo. O Continente das Lagens - sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- DIENER, Kareenn Cristina Zanela. Lages em Detalhes. Arquitetura & Arte. Lages: Editora Uniplac, 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Cartas Patrimoniais. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Carta de Washington, IPHAN, 1975.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Manifesto de Amsterdã, IPHAN, 1975.
- ISHIDA, Americo et al. Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages. Florianópolis: UFSC, 2013.
- MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (Org). Inventário de identificação: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

PEIXER, Zilma Isabel. A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Editora Uniplac, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVII e XIX. Lages: Super Nova, 2015.

A paisagem cultural do entorno da antiga fábrica MAESA - Metalúrgica Abramo Eberle S.A., Caxias do Sul, RS

TESSER, Maiara Balbinot (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)

(1) Universidade de Caxias do Sul, maiarabt@hotmail.com ;

(2) Universidade de Caxias do Sul, sandrafavarobarella@gmail.com .

RESUMO

Este trabalho tem como intuito o estudo dos fundamentos que norteiam o conceito de paisagem cultural, principalmente no que concerne à evolução urbana, à organização e acessibilidade do espaço aberto e à identidade visual. Os aspectos então estudados serão aplicados à área de estudo delimitada: o entorno da antiga fábrica MAESA, em Caxias do Sul, tendo que a análise destes fatores poderá ser levada em consideração futuramente, em tomadas de decisões no âmbito do planejamento urbano e da preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. A pesquisa surge de uma demanda de revitalização da paisagem urbana, com foco no aspecto cultural, e seus possíveis futuros benefícios aos usuários, oportunizando assim também a esfera socioeconômica do entorno imediato da área de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: indústria, evolução urbana, conexões viárias.

The cultural landscape of the surroundings of the old factory MAESA - Abramo Eberle Metallurgical Factory, Caxias do Sul, RS

TESSER, Maiara Balbinot

TESSER, Maiara Balbinot (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)

(1) University of Caxias do Sul, maiarabt@hotmail.com ;

(2) University of Caxias do Sul, sandrafavarobarella@gmail.com .

ABSTRACT

This essay's purpose is to study the fundamentals that guide the concept of cultural landscape, especially concerning to urban development, the organization and accessibility to open spaces and to visual identity. These aspects will be then applied to the previously chosen area: the surroundings of the old factory MAESA, in Caxias do Sul, considering that the analysis of these factors could be further held upon making decisions in the sphere of urban planning and preservation of the historical and cultural patrimony of the city. The research comes from a demand of urban landscape revitalization, focusing on cultural aspects, and possible future benefits to users, while also bringing the opportunity for social and economic development on the immediate surroundings of the analyzed area.

KEYWORDS: *industry, urban development, three, road connections.*

1. INTRODUÇÃO

O conceito de paisagem cultural é complexo, possui interpretações diversas e mais de um método teórico para que seja realizada sua análise. A paisagem de um determinado ambiente é constituída de vários elementos, que em conjunto formam a imagem que concebemos de um local. Há imagens gerais e coletivas que formamos da cidade que podem ser relacionadas a inúmeras cidades ao redor do mundo, fatores comuns. Mas os fatores regionais e individuais de cada local, que compõem a sua singularidade e *identidade*, podem ser diretamente relacionados à história e à cultura de determinado local, ao seu desenvolvimento econômico e social, e às particularidades de sua geografia e estrutura, enquanto elementos que moldam e delimitam a formação da paisagem em um terreno. As relações entre diferentes recortes de paisagem formam a imagem de uma cidade, como as peças de um conjunto. (BARELLA, 2010).

Para definir o que é a paisagem cultural, podem ser ampliados alguns conceitos que facilitam o seu entendimento. Estes conceitos podem ser definidos através de níveis da escala da paisagem na cidade. Pode-se tratar a paisagem enquanto elemento micro, estudando-a a partir da unidade e do ponto de vista; e enquanto elemento macro, analisando-a como conjunto.

Para entender os critérios de formação e evolução da paisagem cultural urbana, ela poderá ser analisada nos âmbitos geográfico, isto é, a sua estrutura e características físicas que influenciaram a sua construção e desenvolvimento; cultural ou histórico, em que será feita uma análise mais aprofundada da sua evolução, usos e fins; e socioeconômico, levando em consideração quais fatores de desenvolvimento incentivaram o surgimento e as modificações da paisagem ao longo do tempo. (BARELLA, 2010).

A paisagem enquanto unidade considera o observador, o usuário como indivíduo, e a sua percepção da paisagem na qual está inserido ou enquanto por ela se desloca. É formada pelos elementos que, segundo Lynch (1997), a compõem como imagem. São estes: vias, bairros, limites, pontos nodais e marcos.

Ampliando brevemente os conceitos de cada termo, as vias são responsáveis pelo deslocamento do usuário na cidade, e ao mesmo tempo definem os quarteirões. Os bairros são agrupamentos onde a paisagem é semelhante e contínua, não interrompida pelos limites, geralmente físicos, como a presença de rios, por exemplo. Pontos nodais são núcleos onde ocorre uma concentração maior de indivíduos, ou servem de acesso ou ponto estratégico que leva a um determinado local. Por fim, os marcos são elementos que se destacam na paisagem. No caso da paisagem estudada, o próprio prédio da

MAESA em si pode ser considerado ao mesmo tempo um marco e um elemento definidor do entorno. (LYNCH, 1997).

No âmbito coletivo, a paisagem cultural remete ao conceito de memória. Uma imagem coletiva de paisagem é aquela que está presente no imaginário de tantos indivíduos, e essas imagens individuais são tão semelhantes entre si, que acabam por formar uma imagem maior, compartilhada e comum. (LYNCH, 1997).

No estudo da paisagem como elemento geográfico, são analisados os aspectos físicos e estruturais, como a geologia, topografia, barreiras naturais e por vezes artificiais, entre outros aspectos que influenciaram na formação e definição da paisagem. É a morfologia urbana, que desempenha um papel fundamental no assentamento das edificações nos lotes, como são assentadas, como são divididos os lotes, os quarteirões, etc., e assim vai desenhando as formas iniciais e bases da paisagem. As tipologias arquitetônicas, cada qual a sua época, também são resultantes das decisões tomadas levando em conta a adaptação à forma e à morfologia do terreno e da paisagem em que estão inseridas. Por último, as prospecções de uso e espaços, e as futuras tomadas de decisão urbanísticas também se apoiam no conhecimento da estrutura física e geográfica da paisagem. (BARELLA, 2010).

Na dimensão cultural, dá-se visão à relação da sociedade com a paisagem, seja individual ou coletivamente; a percepção sobre o ambiente, as vivências que ficaram marcadas na memória coletiva de um lugar através do tempo, e que em parte o caracterizam. O foco principal da análise cultural, histórica e simbólica de uma paisagem é o *social*, a relação do humano com a natureza. Assim, ela serve como um registro da evolução social de um lugar e um instrumento para reconhecer os processos de transformação evocados justamente pela vivência da sociedade nessa paisagem e pela passagem do tempo.

Segundo Buoncristiani (2007), citada por Barella (2010, p. 52), outra forma de caracterizar a dimensão cultural da paisagem é considerando o deslocamento do usuário pelo sistema viário que passa dentro dela. O elemento que se destaca mais na percepção dos indivíduos ao longo do percurso provavelmente retém em maior quantidade o valor histórico, cultural e/ou simbólico da paisagem em que está inserido.

Deve-se ressaltar também, no estudo do aspecto cultural na paisagem, os conceitos de identidade e memória, e a relação de afeto entre o indivíduo ou um conjunto de indivíduos com o espaço e o ambiente, como fatores que agregam valor e singularidade ao lugar, analisando, principalmente, quais as atividades sociais que, ao longo do tempo, tornaram-se parte da herança cultural que ajudam a definir determinada

paisagem. Assim, pode-se apontar elementos específicos que contribuíram no surgimento e desenvolvimentos desta paisagem.

Cultura é um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma à ação das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas dos grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço. [...] Nesse conceito de cultura, a organização territorial e a paisagem que expressa tal organização são partes integrantes de cada fragmento da vida dos homens. [...] É necessário, também, conhecer a trajetória de cada um desses grupos e, sempre que possível, ter informações sobre o ambiente onde esses viveram. Assim procedendo, será permitido fazer uma leitura contextualizada dos significados culturais que estão contidos na paisagem. (C.M.P.J. RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 34).

Assim como colocam Ribeiro e Pozenato (2004), cabe ressaltar que as esferas que compõem a paisagem e são levantadas para sua análise interligam-se; mesmo quando seu foco é analisado separadamente, em um primeiro momento, ao fim as conclusões geradas a partir do seu estudo devem considerar as três como um elemento único, uma vez que suas características se combinam para compor o que podemos chamar de paisagem urbana. No caso da paisagem cultural, é impossível desassociar a cultura da *história*.

Para entender uma paisagem é preciso conhecer a sua origem, a sua antiguidade e a repercussão que nela teve a história dos homens que a transformaram. Na paisagem se revelam a organização e o significado que pode ter um determinado território. Por isso, quando uma paisagem é modificada, a história e a cultura daquele lugar são também modificadas. E vice-versa: quando a história e a cultura sofrem mudanças, também a paisagem se transforma. Como ensina o ecologista italiano Righetto, a paisagem é uma cultura dos lugares. Os lugares são espaços físicos modificados pela ação e pela produção das pessoas. Nos lugares, agem diferentes grupos sociais que quase nunca são homogêneos entre si, e que viveram e produziram num tempo diferente do tempo de agora. Os lugares apresentam, portanto, uma dimensão temporal, histórica, além da dimensão espacial propriamente dita. Um mesmo espaço físico pode, ao longo do tempo, ser lugar de diferentes histórias humanas e diferentes culturas. Pode, portanto, apresentar diferentes paisagens. Em outras palavras, em toda paisagem ficam marcas da história e da cultura. (C.M.P.J. RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 33)

No que concerne o núcleo econômico e político, cabe destacar a importância da legislação, das normas e técnicas, para buscar soluções para os problemas e desafios gerados na relação entre o usuário e a paisagem, e também como uma forma de identificar e levantar novas questões referentes a determinado espaço.

2. ESTUDO DO OBJETO

Fundada pelo imigrante italiano Abramo Eberle, juntamente com sua mãe Luigia, conhecida como Gigia, a Metalúrgica Eberle foi, em seus primórdios, um estabelecimento dedicado à funilaria.

Abramo chegou a Caxias do Sul vindo de Schio, na Itália, em 1894. Dois anos depois, em 1896, fundou o negócio que seria um grande responsável pela expansão econômica e, conseqüentemente, urbana da cidade.

O crescimento da empresa demandou que, quase cinquenta anos após a sua fundação, o espaço físico ocupado pela fábrica fosse aumentado. Em parte, esse crescimento deve-se pela decretação nacional da metalúrgica como empresa de interesse militar, durante a Segunda Guerra Mundial; e pelas transformações na sua sociedade - passando de responsabilidade limitada, em 1943, para sociedade anônima, em 1948. Em 1945, foi protocolado junto à prefeitura um projeto de autoria de Silvio Toigo, projetista e construtor reconhecido na cidade, para um novo conjunto de pavilhões para a metalúrgica. A saturação da área central começava a proporcionar dificuldades de escoamento da produção do prédio da Eberle localizado junto à rua Sinimbu, além da impossibilidade de expansão física desta edificação matriz. (COSTA, 2001).

A nova fábrica começou a ser construída em 1948, sob gerência dos filhos e sucessores de Abramo Eberle, uma vez que este veio a falecer no ano de 1945.

O conjunto da Fábrica 2 revolucionou o padrão arquitetônico caxiense em termos de tecnologia construtiva e estilo. A partir dele, começam a surgir na cidade outros edifícios com características modernistas, em destaque os Pavilhões da Festa da Uva, atualmente o Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, e a primeira sede do Banco do Brasil, hoje o Palácio da Polícia.

A tipologia da MAESA remete à arquitetura industrial inglesa, pós-revolução industrial, conhecida como manchesteriana. A principal característica deste estilo consiste no fechamento aparente em alvenaria de tijolos. A estrutura, no entanto, não é portante, mas feita de módulos de concreto armado.

A contribuição da Metalúrgica Eberle está presente fisicamente na cidade bem como na memória coletiva da população, em aspectos econômicos, históricos e culturais. A estátua que compõe o Monumento ao Imigrante foi produzida nos pavilhões da nova fábrica MAESA. Assim como a Fábrica 2, o palacete em estilo eclético e a fábrica central, localizados na rua Sinimbu, são testemunhas concretas da trajetória desta empresa que ficou marcada na história e no desenvolvimento de Caxias do Sul por diversos motivos.

A implantação da Fábrica 2 da Metalúrgica Abramo Eberle na quadra entre as ruas Vereador Mário Pezzi, Dom José Barea, Plácido de Castro e Treze de Maio não foi acidental ou coincidente com o desenvolvimento da cidade naquela direção. A partir de 1940, houve uma quebra no padrão de crescimento de Caxias do Sul. Entre 1886, quando o primeiro perímetro urbano foi delimitado, até 1940, o desenvolvimento da área central foi controlado e proporcional.

Segundo pesquisa realizada por Isidoro Zorzi em 1987, disponível no acervo digital do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, o primeiro traçado consistia de um retângulo cujos limites eram as ruas Alfredo Chaves, Sinimbu, Visconde de Pelotas e Pinheiro Machado. O sistema viário e de parcelamento do solo desse primeiro perímetro urbano traçado era regular e ortogonal, apesar da topografia acidentada da região. Os desenhos que se seguiram para definir a área urbana - dos anos de 1900, 1926 e 1940 - expandiam os limites de forma proporcional ao primeiro centro, delimitado em 1886. A cidade desenvolveu-se linearmente, na direção dos quatro pontos cardeais, dentro do previsto pelo poder público, pelos limites geográficos por eles previamente estabelecidos. Até 1940, o perímetro urbano de Caxias do Sul passou a ser formado por um retângulo cujas ruas limites eram Ernesto Alves, Os 18 do Forte, Matteo Gianella e Angelina Michielon.

A partir de 1940, especificamente no período entre as décadas de 1940 e 1950, há um crescimento desenfreado e uma mudança nos padrões de expansão da área urbana de Caxias. O traçado perde a regularidade conforme avança, e começam a surgir loteamentos ilegais. Parte disso se deve ao fato de que, a partir de 1940, o poder público perdeu o controle sobre a expansão da cidade. Como a chegada da Segunda Guerra Mundial afetou a economia, os empresários caxienses tinham inseguranças quanto a investir na indústria. Os investimentos voltaram-se para algo que não se podia perder: terras. Estes empresários passaram a comprar lotes fora da área urbana e, para haver geração de lucro, parcelavam e comercializavam estas terras. Assim, começou a ocupação em direção à então considerada área rural da cidade, locais que não possuíam infraestrutura, equipamentos públicos, saneamento, transporte, etc. A demanda da população habitante destes loteamentos por tais serviços foi atendida somente em 1952, quando o poder público, representado pelo prefeito Coronel Triches, sancionou a lei nº 470, regularizando estes lotes. Para tanto, foi preciso aumentar os limites do desenho do perímetro urbano, uma vez que os lotes considerados rurais não podiam ser legalizados.

A nível econômico, a Segunda Guerra Mundial também influenciou diretamente Caxias do Sul. A cidade foi considerada “de interesse militar nacional”, justamente devido à

Metalúrgica Eberle e sua fabricação dos botões utilizados nos uniformes dos soldados. Esse reconhecimento alavancou ainda mais a popularidade da metalúrgica nos cenários econômico e social de Caxias do Sul. (COSTA, 2001).

Foi neste período entre 1940 e 1950 que Caxias do Sul sofreu seu primeiro grande “boom” de desenvolvimento, crescendo a ponto de atingir aproximadamente dois terços do seu tamanho no período anterior. Exatamente na metade deste período de uma década, em 1945, o projeto para a construção da Fábrica 2 da MAESA nas terras do atual bairro Exposição é protocolado, e a construção inicia-se em 1948. A escolha do terreno levou em consideração a nova estrada BR-116, recém-inaugurada, que facilitaria o escoamento de produtos em transporte.

Treze anos antes, no entanto, já havia a prospecção de que essa região pudesse ser urbanizada. Em 1932, a atual rua Vereador Mário Pezzi, na época chamada de rua Saboia, recebeu tratamento, utilizando-se da técnica da macadamização, isto é, a pavimentação com pedras, com a preocupação de se deixar valas laterais para escoamento pluvial. Em 1942, a mesma rua então passa pelo processo de rebaixamento, assim como outras da cidade já haviam passado, na intenção de nivelar o terreno acidentado da área central da cidade.

A rua em questão era um eixo importante do desenvolvimento da cidade. Na extremidade sul, levava à região onde, anos mais tarde, indústrias começariam a ser implantadas, a exemplo da própria MAESA, e ao núcleo de ensino que consistia da instituição de 1º e 2º graus Henrique Emilio Meyer e à escola técnica profissionalizante SENAI Nilo Peçanha; na extremidade norte, a presença de mais fábricas, cuja paisagem ficou marcada pelas chaminés (algumas permanecem até hoje) e o primeiro núcleo de sub habitação de Caxias, conhecido atualmente como Morro da Antena ou Burgo.

Por volta do final da década de 1960, paralelo ao crescimento tanto horizontal quanto vertical, e à expansão dos limites urbanos de Caxias do Sul, começam a surgir cada vez mais núcleos de sub habitação. Enquanto a cidade se desenvolve economicamente e ganha espaço no cenário nacional como um importante polo da indústria, aumenta também a divergência social e de potencial econômico da população.

O principal fator responsável pelo fenômeno da “favelização” se dá a partir da instauração da ditadura militar, que vai de 1964 a 1985. Esta decisão política afetou a sociedade em todas as suas esferas, refletindo também no desenvolvimento urbano. São duas décadas de repressão intelectual e censura nos meios de imprensa, o que enfraquece os movimentos sociais e causa o chamado arrocho salarial, em que os salários pagos aos trabalhadores não são corrigidos conforme a inflação econômica.

Nesse período, ocorre o chamado Milagre Econômico Brasileiro, também conhecido como Anos de Chumbo. O PIB brasileiro cresce, mas, paradoxalmente, aumentam a concentração de renda e, conseqüentemente, a desigualdade social. São mudanças a nível nacional, mas que atingem Caxias do Sul diretamente, uma vez que a cidade estava estabelecendo-se como um importante polo industrial no país. (ZORZI, 1987. Transcrição de áudio, p. 5).

Tratando-se das questões de trânsito e circulação, atualmente há um predomínio muito maior de veículos em relação aos pedestres. As vias de maior fluxo são as ruas Plácido de Castro e Treze de Maio.

Surgem então as dificuldades de acessos, de uma quadra a outra, através dos cruzamentos das vias, uma situação problemática em uma área tradicionalmente pontuada por pedestres, principalmente devido aos equipamentos institucionais presentes.

Em resumo, trata-se de uma área consolidada da cidade, cujo crescimento pode ser percebido em etapas em torno do prédio tombado, que foi o principal fator a impulsionar esse crescimento. Há edificações baixas, de até dois pavimentos, com características da metade do século passado, e edifícios contemporâneos de múltiplos pavimentos. Essa variação cria espaços ora mais fechados, ora mais abertos, de acordo com a posição do observador em seu deslocamento. É uma área arborizada e apresenta espaço público. Possui edificações de caráter institucional como pontos de referência e da composição da evolução histórica do entorno.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que fossem escolhidas as conexões a serem analisadas, foi levado em consideração um dos critérios de composição da paisagem de LYNCH (1997): o nó viário. São eles os pontos principais de acesso e definição da direção do deslocamento, bem como conectam diferentes paisagens, “costurando” a cidade e a interligando em um elemento único composto de múltiplos elementos menores. As conexões escolhidas para análise, e suas respectivas descrições, são as seguintes:

Conexão 1: “Do beco”

Intersecção em “T” da rua Treze de Maio com a rua Santos Dumont. No que seria a continuidade da rua Santos Dumont, à direita do cruzamento com a rua Treze de Maio, há um beco de acesso às residências, presente desde a década de 1960.

Conexão 2: “Treze-Plácido”

Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Treze de Maio e Plácido de Castro.

Conexão 3: “Da praça”

Intersecção em “T” da rua Plácido de Castro, com rua local denominada “Rua dos Farrapos”.

Conexão 4: “SENAI-Emílio”

Intersecção em “T” da rua Plácido de Castro, com rua Vereador Mário Pezzi. Ponto de acesso às instituições SENAI e Colégio Henrique Emílio Meyer.

Conexão 5: “Tomasi-Plácido”

Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Plácido de Castro e Pedro Tomasi.

Conexão 6: “Tomasi-Barea”

Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Pedro Tomasi e Dom José Barea.

Conexão 7: “Da usina”

Intersecção em “T” da rua Dom José Barea com Vereador Mário Pezzi, onde continua após interrupção da quadra da MAESA. Nesta esquina, está inserido o bloco onde funcionava a usina da fábrica.

Conexão 8: “Treze-Barea”

Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Treze de Maio e Dom José Barea.

No seguimento, os quadros de análise individual das conexões, bem como o comparativo das mesmas, foram desenvolvidos de acordo com o estudo realizado por DUARTE (2018).

As cores na análise de valores dos quadros correspondem ao nível de contribuição da composição para a caracterização das conexões, sendo branca equivalente à baixa, verde-claro equivalente à média e verde-escuro equivalente a alta. No quadro final, a síntese das conexões analisadas servirá para classificar o grau de identidade das conexões, apontando a mais relevante para o entorno, tendo em vista seus elementos e características compositivas.

PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 1 «Do Beco»	Intersecção em “T” da rua Treze de Maio com a rua Santos Dumont. No que seria a continuidade da rua Santos Dumont, à direita do cruzamento com a rua Treze de Maio, há um beco de acesso às residências, presente desde a década de 1960.	Residencial Comercial	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

VISUAIS

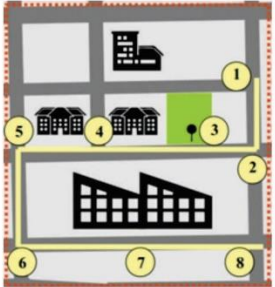


PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 2 «Treze-Plácido»	Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Treze de Maio e Plácido de Castro.	Residencial Comercial	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

VISUAIS



Quadro 1 - Análise das conexões 1 e 2. Fonte: a autora.

PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 3 «Da Praça»	Intersecção em “T” da rua Plácido de Castro, com rua local denominada “Rua dos Farrapos”.	Institucional Espaço público	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

VISUAIS



PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 4 «SENAI-Emílio»	Intersecção em “T” da rua Plácido de Castro, com rua Vereador Mário Pezzi. Ponto de acesso às instituições SENAI e Colégio Henrique Emílio Meyer.	Residencial Institucional	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

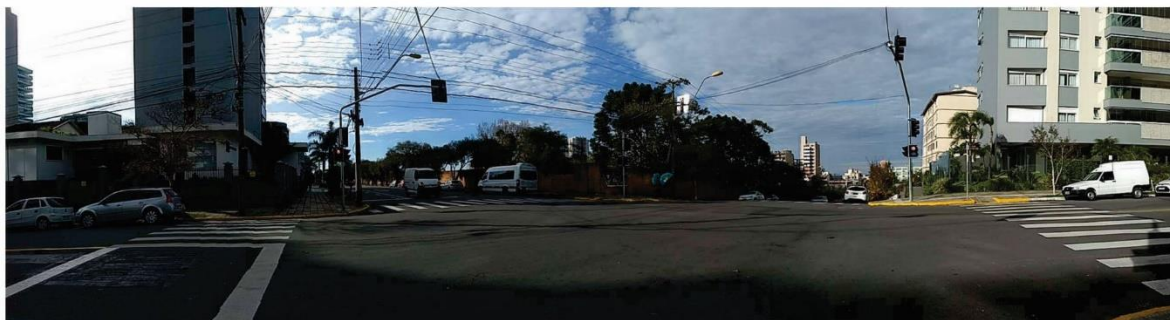
VISUAIS



Quadro 2 - Análise das conexões 3 e 4. Fonte: a autora.

PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 5 «Tomasi-Plácido»	Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Pedro Tomasi e Dom José Barea.	Residencial Comercial Industrial	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

VISUAIS



PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 6 «Tomasi-Barea»	Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Pedro Tomasi e Dom José Barea.	Residencial Comercial Industrial	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

VISUAIS



Quadro 3 - Análise das conexões 5 e 6. Fonte: a autora.

PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 7 «Da usina»	Intersecção em "T" da rua Dom José Barea com Vereador Mário Pezzi, onde continua após interrupção da quadra da MAESA. Nesta esquina, está inserido o bloco onde funcionava a usina da fábrica.	Residencial Industrial	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

VISUAIS



PERCURSO	ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS/CÊNICOS		
	Conexão 8 «Treze-Barea»	Cruzamento caracterizado pelas quatro esquinas existentes das ruas Treze de Maio e Dom José Barea.	Residencial	ECOLÓGICO continuidade	SOCIAL identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
				ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade legibilidade	POLÍTICO simbolismo
				CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

VISUAIS



Quadro 4 - Análise das conexões 7 e 8. Fonte: a autora.

SÍNTESE CONEXÕES				CLASSIFICAÇÃO CONFIGURACIONAL
Conexão visual	Hierarquia de acesso	Unidade morfológica	Tipos de isovistas	
1 - Do beco	Secundária	Rua / Intersecção	Diversas / Contínuas	Contribuição da composição para a caracterização das conexões / classificação comparativa entre conexões  FRACA  MÉDIA  FORTE  COMPOSIÇÃO HOMOGÊNEA  COMPOSIÇÃO HETEROGÊNEA  COMPOSIÇÃO EQUILIBRADA
2 - Treze-Plácido	Principal	Rua / Cruzamento	Diversas / Contínuas	
3 - Da praça	Secundária	Rua / Intersecção	Poucas / Contínuas	
4 - SENAI-Emílio	Secundária	Rua / Intersecção	Diversas / Descontínuas	
5 - Tomasi-Plácido	Secundária	Rua / Cruzamento	Diversas / Descontínuas	
6 - Tomasi-Barea	Secundária	Rua / Cruzamento	Poucas / Descontínuas	
7 - Da usina	Local	Rua / Intersecção	Poucas / Descontínuas	
8 - Treze-Barea	Secundária	Rua / Intersecção	Diversas / Descontínuas	

Quadro 5 - Comparativo das conexões. Fonte: a autora.

De acordo com os critérios analisados, como identidade e acessibilidade, pode-se perceber que a conexão que mais se destacou foi a Conexão 2: Treze-Plácido. A conexão em questão possui um nível hierárquico de vias de maior peso em relação às demais, sendo o nó viário gerado pelo cruzamento das vias um importante acesso ao edifício histórico estudado, bem como relacionando tal patrimônio com as outras partes que compõem o entorno - dali pode-se acessar o centro, a norte; a rua Tronca, a sul, que consiste em um eixo de grande fluxo de deslocamento; a oeste, tem-se a área imediata do patrimônio em si; e a leste, a rodovia BR-116, eixo viário que foi fator determinante ainda na escolha do terreno de implantação da MAESA, na década de 1940.

Cabe destacar, também a conexão 4: SENAI-Emílio. Apesar de seu foco principal consistir no acesso aos equipamentos institucionais ali presentes, a identidade e memória coletiva do local são fortes, e formam um conjunto com a MAESA, quase como um triângulo de usos: ensino primário, depois ensino técnico, e por fim o ambiente de trabalho. No que concerne à via, como já foi explanado anteriormente, a rua Vereador Mário Pezzi foi um importante eixo de desenvolvimento para além dos limites do perímetro urbano regular e controlado das décadas anteriores à 1930.

Pode-se concluir, em resumo, que as conexões visuais localizadas na parte alta do terreno, e mais a leste, possuem um grau maior de legibilidade e acessibilidade em relação à edificação histórica analisada.

Para fins de políticas públicas urbanas futuras, bem como propostas de revitalização da área e/ou patrimônio, a análise das conexões tem sua importância reforçada. A partir dela, podem ser reconhecidos problemas a serem sanados e potencialidades que podem ser exploradas.

No caso das conexões apontadas como de maior peso no estudo realizado, nota-se como um ponto crucial a hierarquia de acessos na relação automóveis x pedestres. Nas conexões onde foi apontada uma identidade não tão legível, pode-se trabalhar para estruturar a área, melhorando as condições de acesso, trabalhando para que estes pontos possam equilibrar a distribuição de fluxos no entorno.

REFERÊNCIAS

BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural**: Elementos de Configuração Morfológica e Valores de Preservação. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2010.

COSTA, Ana Elísia. **A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul**: de 1880 a 1950. Caxias do Sul, 2001.

DUARTE, Aline. **Paisagem Cultural**: Análise da visibilidade do espaço aberto de recorte da área rural do município de Flores da Cunha. 2018. 78 p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, publicado em 1960, 1. ed., reeditado em 1997.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul - 1875/1950. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001. 329 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1980.

SOUZA, Célia F.; MÜLLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1997.

ZORZI, Isidoro. **Semana de Caxias**, 1987. Transcrição de áudio. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, banco de memória.

A paisagem dos fundos de vale em Limeira: uso e qualidade urbana

CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (1); AZEVEDO, Patrícia Cereda de (2)

(1) Professor Doutor, UNESP, norma.rt.constantino@unesp.br;

(2) Mestrando, UNESP, patriciacazevedo@uol.com.br;

RESUMO

A paisagem e os espaços público são de vital importância para as cidades, por isso o objetivo principal é compreender a construção da paisagem limeirense dos fundos de vale, com foco no Ribeirão Tatu, principal corpo d'água da cidade, analisando sua relação com o tecido urbano de uma cidade média do interior paulista, cujas idiossincrasias históricas, sociais, políticas e econômicas afetam nesta construção. O foco é o levantamento do histórico de ocupação, desde o início da formação da cidade até hoje, para melhor compreender as questões ambientais e paisagísticas envolvendo o fundo de vale do Ribeirão Tatu, levando em conta que a relação do homem com a paisagem dos rios é primordial, desde o início das cidades, especialmente em Limeira, que nasce à beira do córrego. Para tal, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica e documental (legislação, mapas, planos e projetos), pesquisa em arquivos da Gazeta de Limeira (jornal local) e pesquisa de campo. Através do estudo desse material, será possível compreender a dinâmica atual da paisagem dos fundos de vale na cidade de Limeira, com foco no Ribeirão Tatu, bem como o uso e ocupação do solo atualmente, para que se melhor compreenda as dinâmicas de espaços de fundo de vale na cidade média contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem dos Rios; Paisagem Urbana; Limeira (SP); Ribeirão Tatu

The landscape of the valley bottoms in Limeira: use and urban quality

CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (1); AZEVEDO, Patrícia Cereda de (2)

(1) *Doctor Professor*, UNESP, norma.rt.constantino@unesp.br;

(2) *Master student*, UNESP, patriciacazevedo@uol.com.br;

ABSTRACT

The landscape and the public spaces are of vital importance for the cities, so the main purpose of this paper is to understand the construction of the limeirense landscape of the valley bottoms, focusing on Ribeirão Tatu, analysing its relation with the urban fabric of a middle city of São Paulo, whose historical, social, political and economic idiosyncrasies affect this construction. The focus is the survey of the occupation history, since the beginning of the formation of the city until today, to better understand the environmental and landscape issues involving the Ribeirão Tatu valley bottom, taking into account that the man's relationship with the landscape of the rivers is primordial since the beginning of the cities, especially in Limeira, which is born at the edge of a stream. The following methodological procedures were used: Bibliographic and documental research (legislation, maps, urban plans, projects), research in the local newspaper (Gazeta de Limeira) and field search. With the analysis of this material, it will be possible to understand the current dynamics of the valley bottom landscape in the city of Limeira, focusing on Ribeirão Tatu, as well as the current use and occupation of the space, so as to better understand the dynamics of valley bottom spaces in the contemporary middle city.

KEYWORDS: *Rivers Landscape; Urban Landscape; Limeira (SP); Ribeirão Tatu;*

1. INTRODUÇÃO

Os espaços livres públicos são de vital importância para a cidade pela sociabilidade e vida política que promovem, desde os tempos mais remotos. Entretanto, a proposição de uma conceituação exata do que sejam os espaços públicos é difícil, pois as situações são tão dinâmicas e, por vezes, tão únicas, que inviabilizam as explicações gerais, que abarquem todos os casos. Como diz Richard Sennett (1988, p. 58), “é provável que existam tantos modos diferentes de se conceber o que é uma cidade quantas são as cidades existentes”, algo que é aplicável ao espaço público devido à sua relação intrínseca com a cidade.

De outra forma, Sennett (1988, p.58) considera que “o mais simples [significado] diz que uma cidade é um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar”. Além do que “[...] a concentração populacional deve ser um tanto densa, as trocas comerciais entre a população devem fazer com que essa massa densa e díspar interaja”. O foco dessa visão do autor se dá nas relações comerciais, que são parte integrante da existência das cidades, mostrando como o espaço público é marcado e moldado por relações comerciais que foram mudando ao longo do tempo.

Dimenstein e Scocuglia (2017, p. 418) adotam perspectiva semelhante à de Sennett, entendendo o espaço público “na sua dimensão de lugar de conflito e dissenso, de encontro com o Outro, da alteridade e da diversidade, mas também a dimensão de convivialidade, de urbanidade no sentido urbanístico de espaços livres abertos, de visibilidade e acessibilidade irrestritos”. Essa visão vai além das relações comerciais, valorizadas por Sennett, incorporando o aspecto social que é representado pelo encontro com o “outro”, mostrando que esse encontro com realidades diferentes é o que caracteriza o espaço público.

Através destas perspectivas do que seja o espaço público, nota-se que a produção da paisagem é moldada pelos interesses econômicos e conflitos sociais. Autores como Besse (2014) e Tardin (2010), consideram a paisagem¹ como uma derivação da cultura humana no espaço, ou seja, é um artefato construído pelo homem sobre uma natureza existente, revelando-se como bem coletivo que se manifesta sobre o território físico/funcional. Podemos considerar que a paisagem não é só um conjunto de ambientes organizados coletivamente pelos homens, é também uma sucessão de

¹Consideramos aqui o conceito de paisagem, adotado pela Convenção Europeia da Paisagem (2000): “Paisagem designa uma parte do território, tal como é percebida pelas populações e cujo carácter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e das suas inter-relações”.

rastros, de traços que se superpõem no solo. Estes traços da história do lugar devem ser levados em conta ao analisar alternativas projetuais para a requalificação de áreas inseridas na paisagem urbana (BESSE, 2014). Para o mesmo autor, “o valor paisagístico de um lugar não é considerado unicamente do ponto de vista estético [...] é considerado mais em relação à soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidos por um grupo humano nesse lugar” (BESSE, 2014, p.27).

Os rios sempre tiveram uma relação intrínseca com a cidade (COY, 2014), pela disponibilidade de água, comida, transporte, comunicação, lazer e matérias primas que ofereciam, sendo que a partir da “teoria hidráulica”, a história dos rios “corresponde, em grande escala, à história das suas cidades: pontos de passagem, lugares de encontro, centros de intercâmbio, locais de proteção” (COY, 2014, p.1).

Porém, a relação rio-cidade não é permanente, sendo que depende de diversos fatores econômicos, das formas de comunicação e transporte, da expansão urbana, da política, do planejamento urbano e dos hábitos dos próprios cidadãos.

Por conta da fluidez na dinâmica, as áreas de fundo de vale vêm sofrendo degradação através do desmatamento de matas ciliares, invasão dos leitos dos rios, despejo de resíduos, entre outras ações nocivas (HERZOG, 2008, p. 11), causando alterações significativas nos ambientes naturais dos corpos d’água em meio urbano, cujos “impactos podem ser severos, na medida em que resíduos gerados pelas atividades acabam sendo direcionados para as águas” (HELLMUND; SMITH, 2006).

No caso brasileiro, o maior inimigo dos fundos de vale tem sido o planejamento da ocupação dos espaços urbanos que, segundo Tucci (1997), não considera aspectos fundamentais, como a presença ou a falta das redes de escoamento de águas pluviais, da ocupação de áreas de risco e do gerenciamento inadequado da produção do espaço público, que trazem grandes transtornos e custos ao meio urbano, como o “aumento significativo na frequência das inundações, na produção de sedimentos e na deterioração da qualidade da água” (TUCCI, 1997, p.3).

Em 2001, a Lei Federal 10.257, denominada Estatuto da Cidade, estabeleceu como diretrizes gerais da política urbana, entre outras, a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e a garantia do direito às cidades sustentáveis. No entanto é ainda baixa a capacidade de intervenção do poder público “porque os instrumentos do estatuto da cidade adotados nos planos diretores não foram regulamentados ou porque são insuficientes” (TRAVASSOS, 2014, p.123).

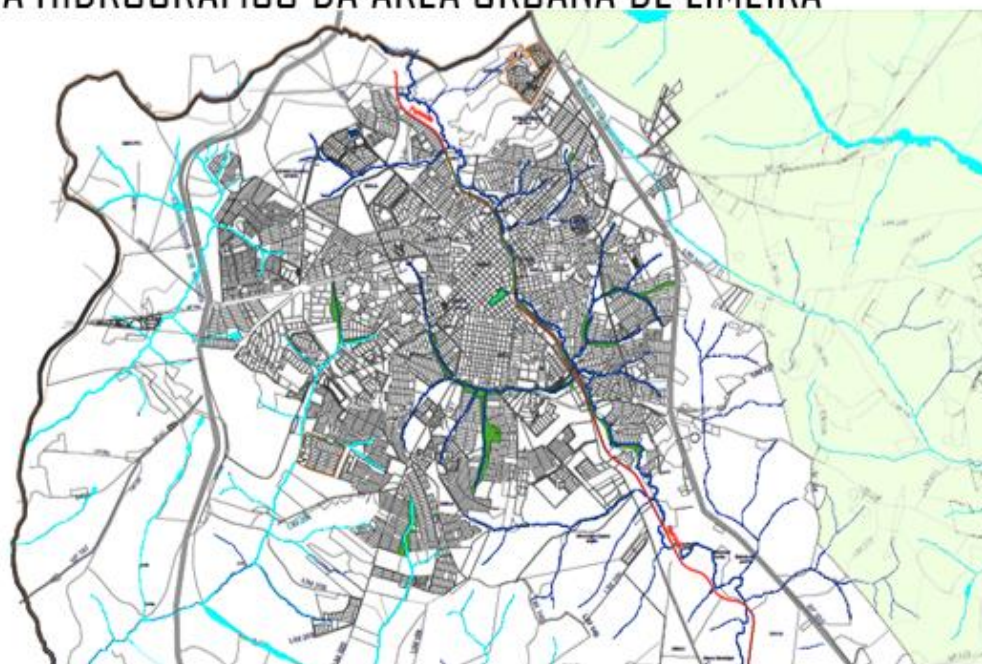
A partir da década de 1990, segundo Macedo (2012, p.98-99), passou a ser introduzida nos planos diretores a ideia de se criar parques lineares ao longo dos rios urbanos, visando conservar as águas e a vegetação ribeirinha, consolidando, assim, a figura da Área de Preservação Permanente -APP urbana, que favoreceu o surgimento de milhões de metros quadrados de áreas públicas contíguas aos rios e córregos urbanos destinados a proteção destes corpos d'água e de sua vegetação.

Estas áreas de fundo de vale, anteriormente degradadas por usos industriais e domésticos, são recuperadas com a criação das Áreas de Preservação Permanente-APPs e consequente reconstituição das matas ciliares e dos cursos d'água, agregando assim valores “que potencializam o uso das áreas de fundo de vale para a exploração da paisagem natural e para o lazer contemplativo em área urbana” (SCALISE, 2002), conceito que se relaciona com o cuidado do corpo, saúde e lazer apresentado pelos outros autores.

Diante do processo de urbanização contemporânea, a análise da paisagem dos fundos de vale e da consequente degradação destes lugares em meio urbano é de vital importância para melhorar a qualidade e a saúde dos cidadãos.

As cidades de médio porte ainda são pouco estudadas, como no caso da cidade de Limeira, e para que se possa analisar os rios e sua relação com o tecido urbano primeiramente devemos levantar questões morfológicas do espaço, além daquelas de ordem histórica, social, ambiental, cultural, econômica e política, verificando seus impactos e estado atual. Além disto, ao analisar a relação do rio com a cidade, seus impactos, histórico e estado atual, possibilita compreender a situação da paisagem de fundo de vale inserida no tecido urbano e suas dinâmicas, para que então seja possível estabelecer diretrizes e atuar, visando a qualidade de vida urbana (Figura 1).

MAPA HIDROGRÁFICO DA ÁREA URBANA DE LIMEIRA



LEGENDA:

- Ribeirão Tatu
- Outros Córregos
- Áreas Verdes (Contíguas aos Corpos D'água)
- Traçado
- Ferrovia

Figura 1 - Mapa de Hidrografia, baseado no Mapa de Estratégia de Requalificação Ambiental.
Fonte: Mapa Disponibilizado pela Prefeitura, com modificações da autora.

O município de Limeira possui, atualmente 303.682 habitantes em uma área de 580,711 km², segundo o IBGE (2018), e é considerada uma cidade média do interior paulista por seu tamanho e papel polarizador dentro da rede urbana em que se insere, apesar de estar cercada de outras cidades médias tão importantes quanto, ou mais, como Piracicaba, Americana, entre outras, da Região Administrativa de Campinas (ALESP, 2008).

Os fundos de vale na cidade se encontram em estado de degradação, por conta da intervenção em seu curso/retificação, retirada de mata ciliar, lançamentos de esgotos e outros resíduos, por conta das indústrias da cidade. Neste contexto de descaso com os fundos de vale da cidade de Limeira, busca-se compreender como procedeu historicamente a construção da paisagem ao longo dos corpos d'água, bem como o seu uso e ocupação atual e a relação com os cidadãos, com foco na bacia do Ribeirão Tatu.

2. OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo principal compreender a construção da paisagem dos fundos de vale de Limeira-SP, com foco no Ribeirão Tatu, analisando sua relação com o tecido urbano de uma cidade média do interior paulista, cujas idiossincrasias históricas, sociais, políticas e econômicas afetam nesta construção, e levantando seu histórico de ocupação, desde o início da formação da cidade, para melhor compreender as questões ambientais e paisagísticas envolvendo o fundo de vale do Ribeirão Tatu.

3. METODOLOGIA

A pesquisa deverá considerar os três eixos entrelaçados: a revisão da literatura, o balanço das posições teóricas e a coleta de dados e informações, segundo o recorte estabelecido - o fundo de vale do Ribeirão Tatu e sua relação com a cidade de Limeira. Segundo Lamparelli (2000), os três eixos são inseparáveis, fazendo parte de um único processo de aproximação sucessiva, do conhecido para o desconhecido. E desta maneira será possível atingir o objetivo principal de compreender a construção da paisagem limeirense a partir dos fundos de vale, analisando sua relação com a paisagem urbana. Para tal, elencou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental (legislação, mapas, planos e projetos), a pesquisa em arquivos da Gazeta de Limeira (jornal local) e pesquisa de campo, para identificação das estruturas espaciais e ambientais, observação de uso, comportamento e atividades, através de levantamento fotográfico e observações empíricas da pesquisadora.

4. ANÁLISE DOS MATERIAIS E RESULTADOS

Através dos materiais encontrados e das visitas a campo, foi possível desvelar as várias camadas de ocupação da cidade de Limeira, no que concerne à paisagem do fundo de vale do Ribeirão Tatu. Porém, antes de compreender o Ribeirão Tatu como objeto isolado, devemos compreender o histórico da relação dos fundos de vale com a cidade como um todo.

O primeiro indício de povoação na área se deu no início do século XIX, às margens do Ribeirão Tatu, como local de passagem de bandeirantes que iam e voltavam de Mato Grosso (o caminho para as minas de Goiás) e por conta da abertura de uma estrada que ligava a Fazenda do Morro Azul a Campinas, implantada com o objetivo de melhoramento do transporte de cargas, pessoas, móveis e maquinários à Capital (QUEIROZ, 2007).

Assim, a povoação de Nossa Senhora das Dores de Tatuibi (posteriormente, Limeira), emergiu e firmou-se sob a influência dos poderes políticos, econômicos e eclesiásticos, através da doação de uma gleba de terras pelo Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos ao patrimônio católico, por volta de 1824, quando foi autorizada a construção de uma Capela em louvor a Nossa Senhora das Dores de Tatuibi, que localizava-se “a aproximadamente ‘150 braças’, ou 360 metros da porção do terreno onde estava o Rancho da Limeira - mais especificamente na confluência do ribeirão Tatu com a foz do córrego do Bexiga, em cotas elevadas do terreno, considerando-se os níveis dos corpos d’água” (MANFREDINI, 2010). Desde seu surgimento como povoação, já é clara a relação do Ribeirão Tatu com Limeira, seja como marco territorial que auxiliava no reconhecimento da paisagem, seja como marco para localização/locação de terras.

A cana-de-açúcar foi a base da agricultura da cidade durante o século XIX, seguida pelo café, sendo que várias fazendas produziam e exportavam para a Europa, enriquecendo tanto seus donos a ponto de torná-los “Barões do Café”. Esses grandes produtores construíram suas residências na área urbana que, nessa época, já era conhecida como freguesia de Limeira² em 1830, e compareciam ali para administrar seus interesses junto aos poderes da Sociedade de Bem Comum e da Igreja, bem como para opinar junto a estas instituições, acerca dos caminhos sociais e econômicos mais indicados para a urbanização (MANFREDINI, 2010).

O poderio econômico constituído em Limeira pelos ‘Barões do Café’ a partir de meados do século XIX, **impulsionou a formação do núcleo urbano**, incentivando atividades relacionadas ao comércio daquele produto e, paralelamente, o avanço do setor de serviços e a instalação, que então se fazia necessária, de unidades habitacionais (MANFREDINI, 2010, com grifo próprio).

A partir da segunda metade do século XIX, a ferrovia foi utilizada como instrumento de expansão da cultura cafeeira, contribuindo também para melhorar as condições anteriores de transporte de mercadorias, pessoas e a na infraestrutura urbana (MANFREDINI, 2010). Os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro alcançaram Limeira e Rio Claro, através da extensão que partiu de Campinas e transpôs

²O nome sofre mudanças por conta de um fato popular da época, ocorrido muitos anos antes de qualquer iniciativa de urbanização no local, que indica a passagem de um frei pelo Rancho do Morro Azul, que viria a falecer e, sendo enterrado com as limas que trazia, fez crescer uma limeira em seu túmulo (MANFREDINI, 2010). Pode-se perceber que este mito é atrativo ao público geral, como explicação da criação da cidade, pois une “a sacralidade e o sedentarismo que a vida urbana precisava” (MANFREDINI, 2010).

o rio Piracicaba, chegando em 1876 em solo limeirense, utilizando-se da margem direita do Ribeirão Tatu (HEFLINGER, 2017, p.79).

Podemos notar a importância do Ribeirão Tatu, uma vez que este era a linha pela qual se guiava a estrada de ferro, cruzando afluentes em algumas partes, mas, no geral, fazendo um esforço para evitar transposições ao corpo d'água, por preocupações de ordem técnica e econômica no projeto. Entretanto, ocasionou transtornos ligados, por exemplo, às questões do tráfego local, escoamento de águas pluviais e divisas entre o espaço público e privado (MANFREDINI, 2010).

As primeiras indústrias (Cia União, Fábrica de Chapéus Prada, Fábrica de Fósforos Radium, Machina São Paulo e Fábrica Santa Cruz) surgiram próximas ao traçado da ferrovia e ao Ribeirão Tatu, que servia de escoamento de detritos industriais (CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, 2018), ainda que a ferrovia tenha sido posteriormente desativada e o eixo industrial tenha se mudado para as rodovias.

Nos anos seguintes, por conta de fazendas como a Fazenda Citra, Limeira tornou-se a Capital da Laranja e Berço da Citricultura Nacional, com seu pioneirismo na produção de produtos cítricos, a exemplo da laranja, da qual foi a maior exportadora (MINEO, 2016), até sua decadência nos anos da década de 1970. Embora atualmente não tenha mais uma produção agrícola tão expressiva, ainda é referência no plantio e criação de mudas de laranja.

O Ribeirão Tatu tem uma bacia que cobre 75% da área urbana de Limeira, com 6,5km de extensão e 14 afluentes, nascendo na zona rural de Cordeirópolis e desaguando no Rio Piracicaba (PREFEITURA DE LIMEIRA, 2007). Tanto este passado industrial e agrícola da cidade quanto a implantação da linha férrea próxima ao corpo d'água, fizeram com que os problemas em relação ao fundo de vale em área urbana somente se agravassem ao longo do tempo.

Em visitas a campo, buscando compreender os elementos da paisagem dos fundos de vale do Ribeirão Tatu, bem como as atividades e comportamento dos cidadãos em relação a esse espaço, pudemos chegar a alguns resultados.

Para algumas pessoas, em conversa informal, a área de fundo de vale na cidade de Limeira é considerada como local degradado e habitado por populações marginais como “vagabundos, drogados, mendigos e da zona” (como dito pelos cidadãos). A sensação de insegurança é um dos grandes limitantes para o uso e ocupação dos fundos de vale, mesmo em trechos nos quais o ribeirão passa pelo centro da cidade, próximo a grandes equipamentos de infraestrutura, como a Rodoviária e o Terminal Urbano de Ônibus,

assim como grandes estabelecimentos privados como o SENAC, o Supermercado Covabra, a Academia Hydrofit (pertencente ao Colégio São José), dentre outros.

Essa população marginal costuma ocupar e utilizar essa área de fundo de vale, conhecida por alguns cidadãos como o “baixo centro”, por conta dos galpões, armazéns e barracões das antigas fábricas, que foram abandonados quando o eixo industrial da cidade saiu do centro, bem como da antiga estação ferroviária, que se encontra desativada e sem nenhum uso aparente pelo poder público. Não obstante da situação precária em que se encontram essas pessoas, o poder público parece não qualificar a área, aumentando a sensação de degradação e insegurança.

Para o presente artigo, foram escolhidos quatro pontos para análise ao longo do ribeirão, no centro da cidade (Figura 2), nos quais, além de observar essa sensação de insegurança que causava nas pessoas, pode-se levantar as estruturas espaciais e ambientais de cada ponto e compará-las a situações anteriores destes mesmos trechos, analisados através de fotografias (C.M.M.H.L, 2019).



Figura 2 - Imagem de Satélite das Áreas Analisadas.
Fonte: Google Earth com modificações da autora.

Na Figura 3, a primeira área corresponde ao trecho do ribeirão que corre atrás da Academia Hydrofit, cuja foto de comparação à tirada na visita de campo³ é de uma das

³ As fotos possuem diferença de perspectiva, visto que a fotografia atual (2019) foi tirada sobre o pontilhão, o mesmo que aparece ao fundo da fotografia de 1998.

obras de desassoreamento, feita pela prefeitura em setembro de 1998 (diferença de 21 anos entre as duas fotos).

Pode-se perceber as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, como o aumento de vegetação, apesar de não haver a recomposição da mata ciliar propriamente dita, que tornaria o fundo de vale mais qualificado quanto à situação ambiental. Além disso, é constatado que, majoritariamente, esta vegetação é composta de árvores conhecidas como Leucenas (*Leucaena leucocephala*), que é considerada uma espécie invasora, que impede a mata ciliar composta de vegetação nativa de formar-se corretamente.

A poluição está presente nas duas fotos, sendo que pode-se observar a incidência de lixo, além do mau cheiro constatado no local.

Na Figura 4, na imagem do mesmo local, porém mais próximo do ribeirão, pode-se notar, além do lixo presente e da cor da água, que os gabiões⁴ (vistos na primeira foto da Figura 3), feitos pela prefeitura em 1998, estão se deteriorando em alguns pontos por conta do intenso processo de erosão que ocorre nas margens do corpo d'água. O acesso a essa área só foi possível porque o cercado (Figura 3), foi retirado parcialmente.

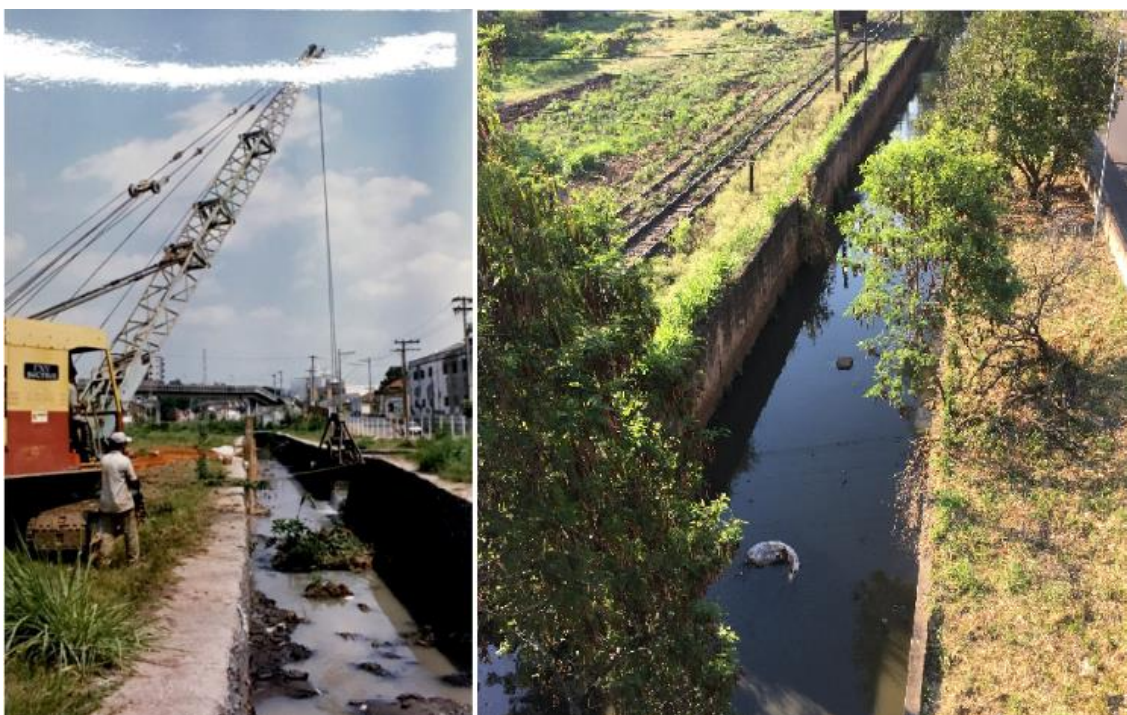


Figura 3 - Foto da obra de desassoreamento feita pela prefeitura em 1998 (à esquerda) e Foto da situação atual do ribeirão (à direita), no mesmo trecho, atrás da Academia Hydrofit.

Fonte: C.M.M.H.L, 2019 (à esquerda); Foto de autoria própria, 2019 (à direita).

⁴ Estruturas de contenção das margens de um corpo d'água



Figura 4 - Foto de situação atual do ribeirão, no trecho indicado. Fonte: Autoria Própria (2019).

Na Figura 5, o segundo trecho do Ribeirão analisado foi aquele diretamente atrás da antiga estação ferroviária, sendo que as imagens foram fornecidas pelo Centro de Memória (C.M.M.H.L, 2019) e mostram a obra de canalização deste trecho de ribeirão. Destacam-se as estruturas de sustentação das margens, pois o corpo d'água encontrava-se entre a via e os trilhos do trem, o rio retificado para evitar um processo de erosão do solo e colapso de ambas as estruturas, conforme o que preconizava a tecnologia adotada na primeira metade do século XX.

Já a Figura 6, tirada no mesmo trecho, pela pesquisadora em visita de campo, mostra a situação atual desta estrutura, que parece estar em boas condições, mantendo a estabilidade das margens, mesmo com a proximidade da via de automóveis e da linha ferroviária. Outra observação é a vegetação rala, ainda composta pela espécie *Leucena*, e a degradação e insalubridade do ribeirão.



Figura 5 - Fotos das estruturas de sustentação da canalização do Ribeirão Tatu (à esquerda) e suas obras de canalização (à direita). Fonte: C.M.M.H.L, 2019



Figura 6 - Foto da situação atual do trecho do Ribeirão Tatu, atrás da Antiga Estação Ferroviária. Fonte: Aatoria Própria (2019).

A Figura 7 apresenta outro trecho visitado, situado logo atrás do Terminal Urbano de Ônibus, buscando evidenciar a situação de degradação dos fundos de vale, tanto do ribeirão, quando da linha ferroviária, cuja paisagem é segregada através de cercamento e da diferença de nível entre o ribeirão e a via contígua, sem calçadas para pedestres e com a presença de lixo.



Figura 7 - Fotos atuais do trecho de fundo de vale situado atrás do Terminal Urbano de Ônibus.
Fonte: Autoria Própria (2019).

A área de Fundo de Vale torna-se um espaço segregado do tecido urbano, e esta falta de integração faz com que seja considerada uma barreira, dividindo a cidade ao meio, visto que o Ribeirão Tatu é apenas transposto por viadutos e passagens de pedestre.

Pode-se perceber nas visitas de campo, que suas margens são compostas de bairros consolidados, com muita vitalidade e espaços públicos adjacentes bem movimentados, mostrando que apenas o fundo de vale é um espaço segregado (ainda que, no “baixo centro” no geral exista uma maior degradação dos espaços públicos, causando maior sensação de insegurança).

O último trecho visitado (Figura 8) é um local conhecido como “Ponte Preta”, nome de uma das pontes que corta o ribeirão Tatu.

A primeira foto (à esquerda), tirada de um requerimento feito à Câmara Municipal em 2018, mostra que a área se encontrava degradada por conta da alta vegetação, que impedia as pessoas de caminhar no passeio e a visão do rio, criando uma sensação de insegurança. Na segunda foto (à direita), tirada em visita de campo, foi possível observar que havia sido feita a poda da vegetação e limpeza do local, como solicitado no requerimento, e que, agora, as pessoas podiam voltar a caminhar e fazer exercícios. Também é observado nas fotos que um gradil amarelo, feito com o intuito de impedir quedas e acidentes, por conta do desnível do ribeirão em relação à via, recebeu manutenção.



Figura 8 - Fotos da situação da área livre do fundo de vale em 2018 (à esquerda) e da situação atual deste trecho conhecido como "Ponte Preta" (à direita e abaixo).
 Fonte: Câmara Municipal (2018) e Fotos de autoria própria (2019).

Na terceira foto (abaixo, na Figura 8) feita na visita de campo, é possível observar que aquele trecho do ribeirão não está retificado, apenas separado da via, por conta do desnível, e possui um talude de contenção de concreto, em uma das laterais, para impedir a erosão (ainda que a outra margem não possua nem a contenção, nem o gradil amarelo, o que torna o ribeirão mais acessível aos cidadãos). Foi possível notar que se trata de um trecho mais natural, contendo vegetação.

Este trecho também é um local de muito movimento de pessoas, que fazem caminhada e exercícios, circulam ou utilizam o carrinho de pastel e caldo de cana, localizado em uma praça adjacente ao fundo de vale. O uso e ocupação desta área parece ser maior

do que nos outros trechos, algo que já é traduzido em apropriação e sensação de pertencimento pelos cidadãos através do requerimento, pedindo o cuidado da área.

Outro requerimento feito à Câmara Municipal (2017) aponta que a área havia passado por processo de desassoreamento entre 2008-2009, o que aponta que o processo de desassoreamento do Ribeirão Tatu ocorre com frequência, porém parece não ser a medida mais efetiva quando utilizado isoladamente no tratamento do processo de erosão dos fundos de vale.

5. CONCLUSÃO

A paisagem é entendida como “o índice do grau de realização, numa comunidade, da cultura com o lugar natural e as suas possibilidades” (BONESIO, 2011, p.457-458). Nesse sentido, os corpos d’água e os fundos de vale compreendem uma parte essencial da construção da paisagem das cidades e da qualidade de vida dos cidadãos no geral. Por isso é tão relevante que se estude a paisagem dos fundos de vale, especialmente em cidades médias do interior paulista, como a cidade de Limeira, onde a produção do espaço acaba por acontecer de forma desordenada, causando a degradação dessas áreas de APP.

Por conta tanto da grande industrialização da cidade, quanto da agricultura e da ocupação humana do espaço urbano, ocorreu uma grande geração de resíduos, tanto sólidos quanto líquidos, que causaram a contaminação do solo e da água dos fundos de vale (SMDRMA, 2018). Apesar do município contar com um sistema de tratamento de esgoto bem estruturado, desde 1964 (HEFLINGER, 2017, p.61), tendo 100% da área urbana atendida pela coleta, afastamento e tratamento de esgoto, ainda há lançamentos irregulares, agravado pela poluição do ribeirão Tatu pelo município de Cordeirópolis, local da nascente do ribeirão, que lança seus esgotos sem tratamento neste importante curso d’água (SMDRMA, 2018).

Além da poluição que acomete os corpos d’água, o Ribeirão Tatu se encontra retificado em trechos da área urbana, está intensamente descaracterizado, possui alto grau de assoreamento e pode-se observar a perda de grande parte das matas ciliares, o que compromete sua qualidade (SMDRMA, 2018).

Além disso, como não possui uso por parte da população geral, salvo as populações marginais indicadas ou trabalhadores da linha férrea, o local é visto pelos cidadãos como inseguro e não é devidamente qualificado pelo poder público (apontados pelo lixo, qualidade da água e a vegetação alta), perdendo, conseqüentemente, a possibilidade

inerente deste espaço público ser um local de permanência, natureza e contemplação dentro do meio urbano.

REFERÊNCIAS

- ALESP. **Região Administrativa de Campinas**. 2008. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291473>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- BESSE, J.M. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BONESIO, L. **Oltre il paesaggio**. I luoghi tra estética e geofilosofia. Casalecchio: Arianna, 2001.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **História da Cidade de Limeira**. Disponível em: <<http://limeira.sp.leg.br/municipio/index.php>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Requerimento 673/2017**. Mesa de Vereadores: Limeira, 14 ago. 2017.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Requerimento 3010/2018**. Mesa de Vereadores: Limeira, 10 dez. 2018.
- C.M.M.H.L. **Fotos do Ribeirão Tatu**. Museu Histórico e Pedagógico “Major Levy Sobrinho” e do Centro Municipal de Memória Histórica de Limeira: Limeira. Material coletado em ago. De 2019.
- COUNCIL OF EUROPE. **Convenção Européia da Paisagem**, Florença, 2000. Disponível em: <<http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/176.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- CONSTANTINO, N. R. T. **As cidades e os Rios: chaves de leitura utilizadas na pesquisa científica em Arquitetura e Urbanismo**. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014.
- COSTA, L. M. S. A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.
- COY, M. **A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina**. 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8384;DOI:10.4000/confins.83841>>. Acesso em 07 de outubro de 2019.
- DIMENSTEIN, M.; SCOCUGLIA, J. B. C. **Em busca de novos caminhos metodológicos: percepção e experiência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa**. Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg. (ON LINE), RECIFE, V.19, N.3, p.417-439, SET -DE Z. 2017.
- HEFLINGER, J.E. **Um Pouco da História de Limeira**. Vol 1. Limeira: Ed. Unigráfica, 2017.
- HEFLINGER, J.E. **Um Pouco da História de Limeira**. Vol 2. Limeira: Ed. Unigráfica, 2018.
- HERZOG, C. P. **Corredores verdes: expansão urbana sustentável através da articulação entre espaços livres, conservação ambiental e aspectos histórico-culturais**. In: Terra, Carlos G. e Andrade Rubens de. Coleção Paisagens Culturais - Materialização da Paisagem através das Manifestações Sócio-Culturais. Rio de Janeiro: UFRJ-EBA, 2008.
- HELLMUND, P. C.; SIMTH, D. S. **Designing Greenways**. Washington: Island Press, 2006.
- IBGE. **Brasil/ São Paulo/ Limeira**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/panorama>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- LAMPARELLI, C. M. **Metodologia Aplicada à Arquitetura e Urbanismo**. 2ª edição. São Paulo: FAU-USP, 2000.
- MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2010**. São Paulo: Editora Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MANFREDINI, E. A. **História material e formação urbana: a dinâmica Socioespacial de Limeira (SP) no século XIX.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MINEO, M. M. P. **Do Rancho do Morro Azul ao Município de Limeira - SP: uma proposta de cartografia do turismo aplicado ao patrimônio cultural material.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Patricia%20Cereda/Downloads/2016_MarcelaMariaPatriarcaMineo_VOrig.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Projeto de Revitalização do Ribeirão Tatu.** Projeto Paisagístico feito pela Águas de Limeira: Limeira, jan. 2007

QUEIROZ, A. N. **Limeira: Produção da Cidade e do Seu Tecido Urbano.** São Paulo: USP, 2007.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCALISE, W. **Parques Urbanos - Evolução, Projeto, Funções e Usos.** Revista da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Tecnologia, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 17-24, out. 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 02 de maio 2018.

SMDRMA. **Relatório de Gestão e Situação dos Recursos Hídricos - 2017.** Limeira: Secretaria Municipal De Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente Departamento De Extensão Rural, 2017. 47 p.

TARDIN, R. **Ordenação Sistêmica da Paisagem.** In: Reis, Almir Francisco. (Org.). Arquitetura, Urbanidade e Meio ambiente. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

TRAVASSOS, L. **Rios urbanos, entre políticas de drenagem e sua integração na paisagem.** In: SCHULT, S.I.M.; BOHN, S. (org.). As múltiplas dimensões das Áreas de Preservação Permanente. Blumenau: Edifurb, 2014. p.103-126.

TUCCI, C. E. M. **Águas urbanas.** Estud. av. [online]. 2008, vol.22, n.63, pp.97-112.

A percepção sobre o patrimônio urbano na participação do concurso acadêmico URBAN 21

RIBEIRO, Luiza Pereira (1); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (2)

(1) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul,
luizaribeiro1997@hotmail.com ;

(2) Professora Doutora, Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul,
barbara.giaccom@ufsm.br .

RESUMO

Este artigo trata da percepção sobre o patrimônio urbano na participação do concurso acadêmico URBAN 21, em que alunos da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, do curso de Arquitetura e Urbanismo, vivenciaram a experiência projetual e de análise investigativa de uma área urbana na cidade de Cachoeira do Sul, que carrega uma grande importância em termos de patrimônio cultural. Para desenvolver a proposta do concurso foi definida uma área de estudo que abrange os bairros Centro e Rio Branco, próxima aos engenhos Bacchin e Roesch, ambos desativados. Estes empreendimentos estão situados próximos à área onde se localizava a Estação Férrea, até meados de 1975, época de queda econômica da indústria rizícola, que levou à demolição da Estação. Pensando nestes importantes marcos históricos, o grupo desenvolveu pesquisas para que a proposta projetual fosse multidisciplinar, abrangendo questões históricas, econômicas e sociais. Como metodologia foram realizadas visitas à área de intervenção, conversas com os frequentadores, pesquisas de registros, documentos históricos e dados cadastrais da área para desenvolvimento de uma proposta coerente aos parâmetros lançados pelo concurso universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural, Engenhos, Requalificação, Concurso de projeto.

Perception of urban heritage in the URBAN 21 academic contest

RIBEIRO, Luiza Pereira (1); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (2)

(1) Undergraduate student, Federal University of Santa Maria - Cachoeira do Sul, luizaribeiro1997@hotmail.com ;

(2) PhD Professor, Federal University of Santa Maria - Cachoeira do Sul, barbara.giaccom@ufsm.br .

ABSTRACT

This article deals with the perception of urban heritage in the participation of the URBAN 21 academic competition, in which students from the Federal University of Santa Maria, Cachoeira do Sul Campus, from the Architecture and Urbanism course, had the experience of design and investigative analysis of an area. Cachoeira do Sul, which carries a great importance in terms of cultural heritage. To develop the tender proposal, a study area was defined that covers the Centro and Rio Branco neighborhoods, close to the Bacchin and Roesch mills, both deactivated. These developments are located close to the area where the Railway Station was located until mid-1975, the economic downturn of the rice industry, which led to the demolition of the Railway Station. Thinking about these important historical landmarks, the group developed research so that the project proposal was multidisciplinary, covering historical, economic and social issues. As methodology, visits were made to the intervention area, conversations with visitors, research of records, historical documents and cadastral data of the area to develop a proposal consistent with the parameters launched by the university competition.

KEYWORDS: *Cultural Heritage, Mills, Requalification, Project Competition.*

1. INTRODUÇÃO

A iniciativa de participar de um concurso acadêmico surgiu na decisão de um grupo formado pelos alunos Caroline Cecilia Wild, Janaína Redin, Gian Carlos Barichello, Maria Luiza Benavides Costa, Luiza Pereira Ribeiro e Manoella Ossanes da Costa da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, curso de Arquitetura e Urbanismo. O objetivo do grupo era praticar e aprimorar seus conhecimentos gerais sobre questões paisagísticas, urbanas e arquitetônicas. A escolha de participar do concurso em questão, 4º Concurso Universitário de Urbanismo - URBAN 21, aconteceu devido ao incentivo de professores da universidade, já que temas como cidade, sociedade e morfologia urbana já haviam sido trabalhados em aula.

Para participação do concurso foi necessário escolher uma área de estudos com, no mínimo 10, e, no máximo, 25 hectares. Portanto, escolheu-se uma área na cidade de Cachoeira do Sul que abrange os bairros Centro e Rio Branco (considerados bairros nobres) próximos aos antigos engenhos, Bacchin e Roesch, atualmente desativados e menosprezado pela sociedade de Cachoeira do Sul. Este motivo trouxe ao grupo um exercício desafiador de reconhecimento da área de uma forma mais sensível, pois seria a primeira experiência do grupo relacionada a patrimônio cultural urbano.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para uma compreensão maior sobre o assunto de patrimônio urbano, foi necessária a pesquisa de conceitos sobre patrimônio cultural, relacionando-os à história local da cidade de Cachoeira do Sul. Entendeu-se que patrimônio urbano é refletido através da história de determinada comunidade expressada em um território definido, que sofre transformações biológicas e fisiográficas através de sua paisagem, é de herança comum, devendo ser reconhecido e zelado como tal (PEREIRA, 2018, p.18).

A cidade de Cachoeira do Sul, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, teve sua ascensão de 1940 a 1963 (SELBACH, 2007, p.57), período em que o crescimento urbano baseou-se no êxodo rural, assim como na instalação de muitas indústrias na cidade, devido, principalmente, à existência da linha férrea que conectava cidades de norte a sul do Rio Grande do Sul. Sobre esta linha férrea, Giesbrecht (2016) disserta:

A E. F. Porto Alegre-Uruguaiana foi aberta como empresa federal em 1883, ligando Santo Amaro (Amarópolis) a Cachoeira (Cachoeira do Sul). Para se ir de Santo Amaro a Porto Alegre, utilizava-se a navegação fluvial no rio Jacuí. Em 1898, foi encampada pela *Cie. Auxilaire*, empresa belga, e, em 1905, passou a ser a linha-tronco da VFRGS [Viação Férrea do Rio Grande do Sul], ainda administrada pelos belgas. Em 1907, os trilhos atingiram finalmente Uruguaiana, na

fronteira com a Argentina. Somente em 1911, a construção da linha Santo Amaro-Barreto-Montenegro possibilitou a ligação da longa linha com a Capital, utilizando-se parte da antiga linha Porto Alegre-Novo Hamburgo. Em 1920, a linha tornou-se estatal novamente. Em 1957 foi encampada pela RFFSA [Rede Ferroviária Federal S/A]. Durante os seus anos de operação foram construídas algumas variantes, para encurtar tempos e distâncias, eliminando algumas estações de sua linha original. Em 1938, a variante Diretor-Pestana-Barreto diminuiu a linha em 50 km. Em 2 de fevereiro de 1996, deixaram de rodar os trens de passageiros pela linha, que, hoje transporta os trens cargueiros da concessionária ALL [América Latina Logística] desde esse mesmo ano” (GIESBRECHT, 2016, s.p.).

Procurando mais sobre a Estação Ferroviária chegamos à historiadora Mirian Ritzel (2012), cidadã cachoeirense, que retrata a Estação Ferroviária como um marco de transformação urbana no município. Localizada onde atualmente é a Praça Dr. Honorato de Souza Santos, “sua existência dividia a cidade em zona baixa e zona alta e movimentava a economia a ponto de determinar o estabelecimento de várias casas industriais e comerciais em suas imediações, especialmente os grandes engenhos de beneficiamento de arroz”. No entanto, o serviço de transporte ferroviário no local durou pouco mais de 90 anos, tendo sido a Estação demolida em 1975. “As chegadas e partidas dos trens na Estação traziam visitantes ilustres, companhias de teatro e atrações musicais para apresentações na cidade. [...] Pena que fomos incapazes de preservar o prédio, a gare e as vantagens do transporte ferroviário. Restam as lembranças e belas imagens [...]” (RITZEL, 2012). Na figura 1, apresenta-se uma fotografia, de 1918, da Estação Ferroviária.



Figura 1 - Estação Ferroviária, em Cachoeira do Sul - RS (1918).

Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiiana/fotos/cachoeira9181.jpg.

O conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual se pode pensar hoje a preservação do patrimônio, implica em pensar na cidade como um “patrimônio ambiental”, ou seja, considerando “o sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos ‘excepcionais’, mas o próprio processo vital que informa a cidade” (CASTRIOTA, 2007, p.17), de modo que o tipo de objeto a ser protegido consiste em grupos de edificações históricas, na paisagem urbana e nos espaços públicos. Castriota (2007, p.17) enfatiza que, ao se pensar em termos de patrimônio ambiental urbano, não se pode pensar “apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado”, sendo necessário “perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações”.

Pavan (2019, p.10), ao lançar um olhar crítico sobre ações públicas denominadas de “revitalização urbana”, lança luz sobre os documentos mais atuais, isto é, produzidos na década de 2010, em que a UNESCO¹ e o ICOMOS² estão empenhados em estabelecer “princípios relacionados à integração de diversas políticas em prol da conservação do patrimônio urbano, da paisagem cultural e natural, do desenvolvimento sustentável das cidades, da melhoria da qualidade de vida de toda a população, da coesão territorial e urbana etc.”. A UNESCO³ traz o conceito de “Paisagem Urbana Histórica” com proposta mais ampla de proteção e desenvolvimento urbano sustentável da cidade, enquanto que o ICOMOS⁴ dirige-se, principalmente, à questão do patrimônio cultural, evidenciando a necessidade de se integrar as políticas para a salvaguarda do patrimônio das cidades e áreas históricas por meio da multidisciplinaridade e cooperação de pesquisadores, serviços públicos, empresas privadas e o público de forma geral (PAVAN, 2019).

A percepção ambiental trata da relação entre o ambiente (espaço construído e espaço natural) e os seus distintos usuários, podendo fornecer subsídios para qualificar propostas de intervenção urbana, ou seja, projetos mais sensíveis e mais conectados ao usuário. Pensando na importância dos vestígios do patrimônio cultural no município,

¹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*).

² ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (acrônimo de *International Council on Monuments and Sites*).

³ Conforme Pavan (2019), os referidos documentos da UNESCO são: Recomendação sobre paisagem urbana histórica (2011); Declaração de Paris (2011); Documento de Madrid (2011).

⁴ Conforme Pavan (2019), os referidos documentos do ICOMOS são: Princípios de La Valletta para Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011); Princípios para a Conservação dos sítios, estruturas, áreas e paisagens do patrimônio industrial (2011); Declaração de Florença (2014); Carta de princípios relativos as paisagens rurais como patrimônio (2017); Carta sobre parques urbanos históricos públicos (2017).

foi desenvolvido um projeto cujo partido buscasse revitalizar a área central histórica da cidade, abrangendo os bairros Centro e Rio Branco, requalificando a região por meio da implantação de um parque linear.

3. METODOLOGIA

O projeto com o título “Trilhando memórias: um novo olhar sobre o patrimônio”, desenvolvido pelo grupo universitário já citado, contou com orientação das docentes Bárbara Maria Giacom Ribeiro e Veronica Garcia Donoso. O projeto teve como principal objetivo buscar um novo olhar sobre o patrimônio cultural existente na cidade de Cachoeira do Sul (RS) por meio de intervenções em sua paisagem. A área escolhida para desenvolvimento da proposta atualmente é uma praça pública - Praça Dr. Honorato de Souza Santos -, que recebe grande movimento de pessoas devido ao trânsito de veículos coletivos e privados, assim como à presença de empresas comerciais e de serviços. Também se destacam na paisagem dois prédios históricos, Engenho Reinaldo Roesch e Engenho Bacchin Lewis, de modo que ambos foram escolhidos para serem exaltados por meio da requalificação de seu entorno.

Para o desenvolvimento da proposta, foram adotados alguns métodos de trabalho, incluindo visita à área de intervenção, conversa com os frequentadores, pesquisa de registros e documentos históricos, e dados cadastrais da área. Sendo assim, houve um período de imersão nos dados levantados, ou seja, período para criação de reflexões e situações propositivas para a área, reconhecendo seus aspectos negativos e positivos, até que fosse possível concluir uma proposta que se encaixasse nos parâmetros lançados pelo concurso universitário.

O concurso escolhido tem como propósito incentivar a criação de projetos urbanos e da paisagem, entendendo desenho urbano como uma atividade multidisciplinar que abrange aspectos do planejamento urbano, arquitetura, paisagismo, transporte, entre outros. Também busca projetos que se destaquem na proposição de soluções que valorizem e disseminem a fundamental importância dessa disciplina para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Associada à preocupação com o sítio de valor ao patrimônio cultural, almejou-se também a criação do “lugar” como construção concreta e simbólica do espaço, o princípio de sentido para quem o habita e de inteligibilidade para quem o observa (cf. AUGÉ, 1994). Nessa perspectiva, o “lugar” se constrói em meio a sensibilidades e fragmentos identitários do sujeito e da dimensão que ali se lugariza, ou seja, criação de um vínculo constituído com uma determinada sensação de pertencimento (AUGÉ, 1994).

Pesquisas de campo, realizadas durante a Oficina Transdisciplinar, em 2018, foram utilizadas. O tema da oficina era “Traços do Abandono” e tinha como objetivo aproximar a comunidade cachoeirense da comunidade universitária por meio de debates sobre os antigos Engenhos. Foram utilizadas como método de pesquisa “mesas na rua” (Figura 2), que consistem em mapas impressos em grandes dimensões e dispostos sobre mesas em espaços públicos, com representações básicas daquele espaço, para que a população pudesse se expressar escrevendo ou desenhando as potencialidades ou debilidades da área; assim como “varais de ideias”, compostos por papeis de grandes dimensões pendurados em varais montados nos espaços públicos (i.e., amarrados em árvores e outras peças de mobiliário urbano), com canetas disponíveis para que as pessoas pudessem dar sua sugestão de intervenção, por meio de rápidas anotações (Figura 3).

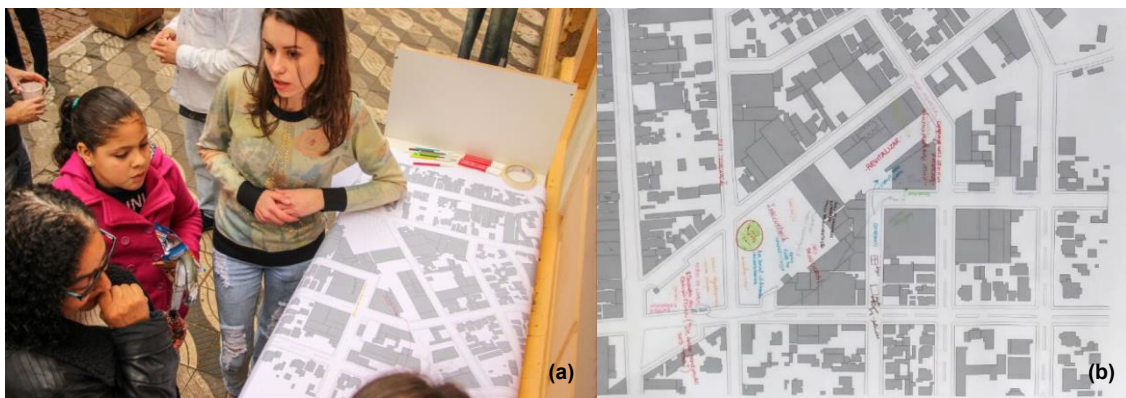


Figura 2 - (a) Mesa na rua inserida na Praça José Bonifácio, tarefa realizada na Oficina Transdisciplinar 2018; (b) anotações realizadas pelos participantes em um dos mapas. Fonte: Disponível em: <https://translaburb.cc/Cocriacao-de-Diretrizes-Cachoeira-do-Sul>. Acesso em outubro 2019.



Figura 3 - (a) Varal de ideias inserido na Praça Honorato, tarefa realizada na Oficina Transdisciplinar 2018; (b) anotações realizadas pelos participantes em um dos papeis do varal. Fonte: Disponível em: <https://translaburb.cc/Cocriacao-de-Diretrizes-Cachoeira-do-Sul>. Acesso em outubro 2019.

Refletindo sobre as questões levantadas nas pesquisas de campo, o grupo percebeu que a população buscava mais que uma “revitalização local”, mas sim, a inserção de atividades integrativas. Após muitas tentativas, o redesenho urbano finalmente proposto buscou explorar o grande potencial de infraestrutura e equipamentos públicos existentes e que, atualmente, encontram-se deteriorados e subutilizados. Esta decisão de aproveitamento das estruturas existentes é consequência de estudos de zoneamentos da área, pois, ao mesmo tempo em que foram mapeados os condicionantes, o grupo percebeu que a morfologia urbana e os espaços livres já haviam sido consolidados através das adaptações biológicas e fisiográficas do local, não sendo compatível com a realidade local a inserção de estruturas edificadas para fins de revitalização (Figura 4).



Figura 4 - Vista aérea da área de estudo, em que se percebe a imponência dos antigos Engenhos na paisagem urbana. Fonte: imagem obtida por drone, acervo de Leonardo Hunter Sanmartin (2016).

No entanto, a área exigida para a proposta expande-se ao longo do trajeto da antiga linha ferroviária, partindo da atual Praça Honorato de Souza e estendendo-se pela área de preservação ambiental conhecida popularmente como “Beco dos Trilhos” (Figura 5), devido aos vestígios da linha férrea no bairro. Para esta extensão, foi criado um parque linear (Figura 6) com intuito de integrar as várias atividades de lazer posicionadas ao longo deste. Tomou-se como diretriz a valorização da organização espacial existente, mantendo a mesma malha fundiária, rede viária, espaços livres, verdes e relações entre edifícios. Devido à presença de uma área mais vulnerável socialmente no recorte de estudo, questões de preservação e consolidação da cidadania foram levantadas, a fim de reforçar a necessidade de dar ao patrimônio função na vida da sociedade existente. Desta forma, foi prevista uma rua peatonal compartilhada em toda a extensão do parque linear com a intenção de beneficiar os frequentadores, permitindo também a integração de diferentes grupos sociais, incentivando o lazer e cultura através de equipamentos

dispersados ao entorno do parque. Da mesma maneira, é preservada a área de proteção ambiental, reconstituindo a paisagem natural para que pudesse ser usufruída pelos usuários do parque.

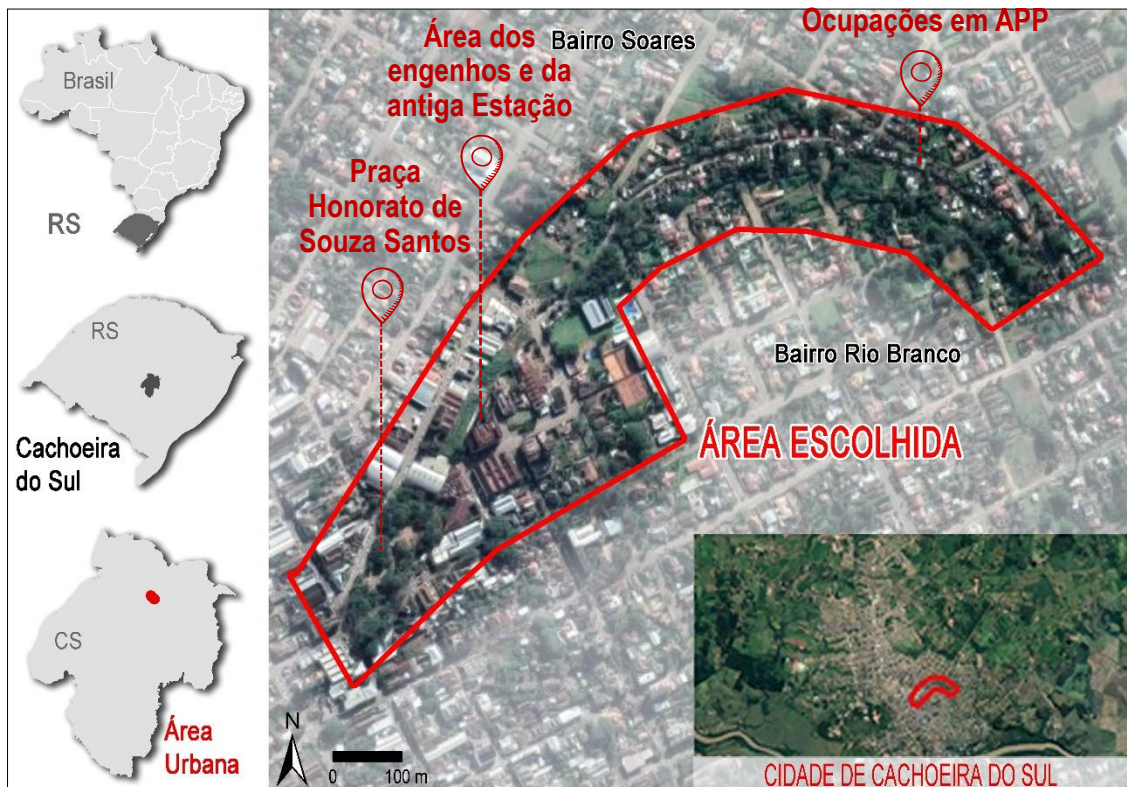


Figura 5 - Área escolhida para proposta do parque linear, em Cachoeira do Sul - RS.
Fonte: autoras (2019).

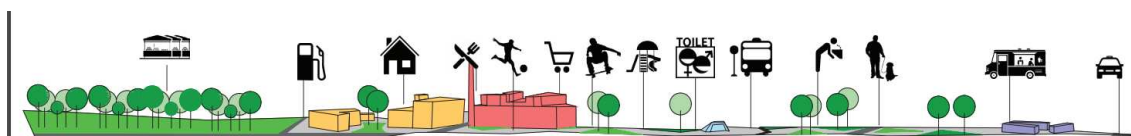


Figura 6 - Parque linear e suas atividades representadas através de ícones. Os Engenhos estão representados na cor vermelha e outros edifícios existentes na cor amarela.
Fonte: Wild et al. (2018).

Outra preocupação que permeou o ato de projetar partiu da consideração de como as políticas voltadas para preservação urbana e arquitetônica influenciam as práticas adotadas na revitalização de paisagens, áreas, cidades, conjuntos e edifícios do patrimônio cultural, conforme apontado por Pavan (2019). A autora argumenta que as políticas devem contribuir para a manutenção das identidades culturais de forma coerente com seu passado e com a realidade de hoje, devendo englobar aspectos simbólicos, ou seja, aspectos que vão além dos físicos.

4. PROPOSTA FINAL

A Figura 7 apresenta vistas das simulações tridimensionais de alguns dos espaços exteriores projetados.



Figura 7 - Cenas produzidas por simulação virtual tridimensional que ilustram algumas propostas contidas no projeto, em termos de mobilidade, espaços livres, novos usos a edificações pré-existentes e novas edificações. Fonte: Wild et al. (2018).

Para a área dos Engenhos, o resultado do projeto buscou trazer nova vida, baseando-se em utilizar os espaços internos dos grandes Engenhos, implantando um novo uso coerente com a proposta do parque. O Engenho Roesch abrigou a proposta de mercado popular, aproveitando suas amplas salas movimentando a produtividade do comércio e a promoção de emprego local, enquanto o Engenho Bacchin serviu de complexo esportivo,

aproveitando o vasto pé direito proporcionado pela presença dos silos metálicos, incentivando as comunidades próximas a prática de exercícios físicos.

Já no contexto urbano, em função das utilizações já consolidadas na Praça Honorato, houve a organização dos espaços propositalmente para exaltar a história da região. Foram inseridos elementos na paisagem, como vestígios de peças de trilhos de trem, grafites ilustrando a história rizícola da região ao longo dos trajetos planejados, entre outros, tendo em vista que a área não possui vestígios paisagísticos de sua história. Áreas de lazer, comércio e alimentação estabelecidas como característica local, foram mantidas e otimizadas garantindo espaço exclusivo para cada uma das atividades.

A proposta também procura incentivar a integração e troca, passando a contribuir em termos de permeabilidade com o conjunto já edificado, possibilitando acessos e percursos diversos ao pedestre. Foram projetadas ciclovias que permeiam o parque, assim como soluções de transporte coletivo e privado. Desta forma, também foram previstas alterações do uso de vias lindeiras pelos diferentes modais de transporte para contribuir ainda mais na percepção paisagística e urbana em relação aos bens patrimoniais do local.



Figura 8 - Perspectiva da proposta final abrangendo a Praça Honorato.
Fonte: Wild et al. (2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção sobre o patrimônio cultural na participação de concursos universitários permite diferentes interpretações, pois, independentemente da importância patrimonial da área, é necessário o cumprimento e adequação dos elementos exigidos. Os requisitos para o programa proposto pelo concurso Urban21 eram: “equilíbrio entre habitação e oferta de trabalho; sistema de mobilidade compatível com o contexto, dando preferência a mescla de diferentes modais (transporte público, automóvel, ciclismo e pedestres); preservação ambiental; utilização racional dos recursos naturais; infraestrutura compatível com a oferta existente ou de implantação viável; demonstrar capacidade de diálogo entre setores público e privado”; e os critérios de avaliação: “projeto (defesa do partido; qualidade do desenho urbano; apresentação e comunicação visual) e coerência e viabilidade (entendimento crítico e contribuição do projeto para o município; vocação da área para a função estabelecida; compatibilidade da proposta com a economia local; viabilidade de implantação)”.

Projetar em escala urbana faz com que percebamos, em macroescala, as relações da paisagem com o meio existente. O estudo e o desenvolvimento de propostas e projetos para o ambiente urbano é capaz de colocar em evidência a eficiência que um projeto urbano pode trazer para a cidade quanto à (re)qualificação de um centro histórico; em contraponto, a falta de projetos e do “pensar urbano” faz com que muitas histórias se percam. Por meio do projeto, buscou-se a concepção de um “lugar cachoeirense”, isto é, “lugar” pela produção de sentido, de história e pelas relações que ali se estabelecem (AUGÉ, 1994).

A experiência proporcionou ao grupo desenvolver e exercitar a percepção quanto à paisagem da área estudada. Além disso, a discussão de problemas urbanos em espaços e momentos além da sala de aula, nos aproxima da vivência do profissional Arquiteto e Urbanista, bem como nos relembra do nosso compromisso com a cidade e a sociedade.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, pelo apoio institucional, em termos possibilidade de uso da infraestrutura, espaços e equipamentos, no desenvolvimento das atividades durante o período do concurso Urban 21; também agradecem a parceria com os demais membros do grupo - Carolline Cecilia Wild, Janaína Redin, Gian Carlos Barichello, Maria Luiza Benavides Costa e Manoella Ossanes da Costa - e orientação da Prof. Dra. Verônica Garcia Donoso, no

desenvolvimento da proposta “Trilhando memórias: um novo olhar sobre o patrimônio”, projeto submetido ao URBAN 21.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

CASTRIOTA, L. B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v.2, n.1, p.9-31, 2008.

GIESBRECHT, R. M. Cachoeira do Sul-Nova. Município de Cachoeira do Sul, RS. In: GIESBRECHT, R. M., **Estações Ferroviárias do Brasil**. Santana de Parnaíba, 6 ago. 2009; atualização em 6 out. 2016. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/cachoeira-nov.htm . Acesso em: 23 jul. 2019.

PAVAN, J. S. Um olhar (crítico) sobre ações públicas denominadas de ‘revitalização urbana’: PAC cidades históricas, preservação cultural ou fetiche patrimonial? In: ENANPUR - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal, RN. **Anais XVIII ENANPUR 2019**. São Paulo, SP: ANPUR, 2019. v. 18. p. 1-22. ISSN: 1984-8781

PEREIRA, D. C. **Paisagem Como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigena%20%20\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigena%20%20(2).pdf). Acesso em: 30 jul. 2019.

RITZEL, Mirian. O primeiro apito do trem. In: PURPER, P.; RITZEL, M. **História de Cachoeira do Sul**. Cachoeira do Sul, 7 mar. 2012. Disponível em: <https://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2012/03/o-primeiro-apito-do-trem.html> . Acesso em: 23 ago. 2018.

SELBACH, JEFERSON. **Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo. 1930-1945**. Cachoeira do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000319.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

WILD, C.; REDIN, J.; BARICHELLO, G.; COSTA, M. L. B.; RIBEIRO, L. P.; COSTA, M. O.; GIACCOM RIBEIRO, B. M. **Trilhando memórias: um novo olhar sobre o patrimônio**. Projeto submetido ao URBAN21 - Concurso Universitário de Urbanismo. Cachoeira do Sul, 2018. 10 p.

Análise da arquitetura *Art Déco* em Santa Maria - RS: o caso de Avenida Rio Branco e suas aproximações com o distrito Ocean Drive de Miami

BALDISSARELLI, Maiara (1); LENHARD, Marluci (2); NOGUEIRA, Ana Paula (3)

(1) Graduanda, Universidade Luterana do Brasil, maiarabaldissarelli@gmail.com;

(2) Graduanda, Universidade Luterana do Brasil, marluci_lenhard@hotmail.com;

(3) Professora, Mestre, Universidade Luterana do Brasil,
arquitectura.anapaula@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa a dissertar sobre a manifestação do Art Déco em Santa Maria, fenômeno que tinha como uma de suas características marcantes a busca por novos padrões estéticos. Muitas cidades tiveram o seu desenvolvimento atrelado ao Art Déco, algumas ainda o contém e preservam seu conjunto de edificações em meio urbano. Porém, em outras cidades, devido à falta de compreensão da sua importância histórica, esses conjuntos de edificações estão se perdendo. Este trabalho apresentará a manifestação do Art Déco e seu contexto no desenho da paisagem urbana na cidade de Santa Maria, em especial na avenida Rio Branco, e suas aproximações com o distrito de Ocean Drive em Miami, e a importância da criação de políticas públicas para a preservação deste patrimônio, bem como as implantadas em Miami. Busca-se ao final da pesquisa, contribuir com discussões a respeito da criação das políticas públicas no intuito do fortalecimento da conservação e preservar o patrimônio cultural e arquitetônico da cidade de Santa Maria.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, Políticas Públicas, Art Déco, Memória.

Analysis architecture of the Art Déco at Santa Maria - RS: the case of Rio Branco Avenue and your resemblance with the Ocean Drive district of Miami

BALDISSARELLI, Maiara (1); LENHARD, Marluci (2); NOGUEIRA, Ana Paula (3)

(1) Undergraduate student, Universidade Luterana do Brasil,
maiarabaldissarelli@gmail.com;

(2) Undergraduate student, Universidade Luterana do Brasil,
marluci_lenhard@hotmail.com;

(3) Professor, Master, Universidade Luterana do Brasil,
arquitectura.anapaula@gmail.com .

ABSTRACT

The present work aims to talk about the manifestation of Art Déco in Santa Maria, a phenomenon that had as one of its remarkable characteristics the search for new aesthetic patterns. Many cities had their development linked to Art Déco, some still contain it and preserve their group of constructions in the urban environment. However, in other cities, due to lack of understanding of its historical importance, these groups of constructions are being lost. This study will present the manifestation of Art Déco and its context in the the design of the urban landscape in the city of Santa Maria, specially in Rio Branco Avenue, and its similarities with the Ocean Drive district in Miami, and the importance of creating public policies for the preservation of this heritage, as well as those established in Miami. At the end of the research, we aim to contribute to discussions about the creation of public policies with the goal of strengthen conservation and preserve the cultural and architectural heritage of the city of Santa Maria.

KEYWORDS: *Heritage, Public Policies, Art Déco, Memory.*

1. INTRODUÇÃO

Para a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairóbi, em 1976, o patrimônio, é o testemunho vivo de épocas passadas, adquire uma importância vital, tanto para o indivíduo, quanto para os locais que neles expressam sua cultura e sua identidade, visto a despersonalização e uniformização das expressões da contemporaneidade. Entende-se que, a obtenção de recursos e a valorização da memória coletiva, podem refletir na história em busca de um futuro de melhor qualidade urbana, fazendo do Patrimônio Histórico um elemento de inclusão social em face dos desafios de uma contemporaneidade líquida.

Cada cidade possui sua história, seu contexto urbano e a partir disso construímos memórias, lembranças materiais e imateriais, naturais ou construídas. O patrimônio histórico e cultural existente em cada cidade necessita de manutenção e intervenção, podendo ser adaptado a novos usos. Esses patrimônios históricos culturais cumprem um papel essencial na mudança da imagem da cidade, fazendo com que a população passe a enxergar a relação entre as políticas de preservação e memória, mas principalmente quão importante é incentivar que políticas públicas sejam criadas e concretizadas para a valorização desse patrimônio.

Nesse sentido, é importante percebermos que para existir uma efetiva reabilitação e valorização dos centros históricos é necessário uma série de instrumentos e práticas efetivas de políticas públicas. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.29):

Falar de política pública de preservação supõe não somente levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos de diversidade cultural brasileira, como também uma necessária abertura para participação social na produção e gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população.

Dessa forma, a busca por ações de políticas públicas em prol da preservação do patrimônio cultural é um processo de difíceis estágios, os quais ultrapassam a aplicação de ações institucionais e instrumentos legais preservacionistas. A realização de uma ação preservacionista somente é possível quando o “bem” a ser preservado é reconhecido pela comunidade, a qual, identificando-se com o fim visado, interage no processo de valorização e torna real e efetiva a ação de preservação.

Buscando apresentar os conceitos de políticas públicas e qual sua importância para a preservação do patrimônio, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o Distrito de Ocean Drive em Miami Beach como um exemplo de preservação da arquitetura Art

Déco que pode ser aplicado na cidade de Santa Maria. Discutindo práticas efetivas de preservação do patrimônio cultural.

Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa do tipo exploratória feita através de artigos, sites e revistas, que segundo Gil (2007, p.27) este tipo de pesquisa tem como intenção proporcionar maior familiaridade com a temática, esclarecer e modificar conceitos e ideia com o objetivo de torná-lo mais explícito. É qualitativa, do tipo estudo de caso, assim, esta metodologia, segundo Bogdan e Biklen (2003), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso. Santa Maria e sua proximidade com o Distrito de Ocean Drive. Sendo assim, esta metodologia serviu para analisar a arquitetura Art Déco da Avenida Rio Branco, bem como sua importância histórica para a cidade de Santa Maria indicando suas aproximações com o distrito Ocean Drive de Miami, maior acervo de edifícios contínuo da América.

Assim como em diversas outras cidades brasileiras, a cidade de Santa Maria tem, em sua história, associação à imagem de modernidade e desenvolvimento de manifestações Art Déco que chegam à cidade no final da década de 30. Como relata Foletto (2008, p.131), foi um impulso muito grande em direção ao crescimento do perímetro urbano da cidade. Diversas edificações foram construídas ao longo da cidade, Para Kummel:

O Art Déco foi uma manifestação cultural que perseguiu o progresso e a ideia de mudança, atingindo uma grande gama de aplicações na vida das pessoas e nas cidades. A ideia era buscar uma renovação dos preceitos estéticos e tecnologias construtivas (KUMMEL, 2013, p24).

Em razão disso, o foco deste trabalho será a Avenida Rio Branco, eixo principal do Centro Histórico, em que se concentra o maior número de edificações em Art Déco.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da apresentação e conceituação da temática referida ao presente trabalho, desenvolveu-se uma revisão bibliográfica para uma melhor compreensão do assunto abordado. Desse modo, apresentam-se temas relevantes que relacionam a arquitetura Art Déco, a semelhança da Av. Rio Branco com o Distrito de Ocean Drive e Políticas Públicas para preservação do patrimônio arquitetônico de Santa Maria.

2.1 Art Déco

Para Rodrigues (2005 apud PASSO 1998), uma diversidade muito grande de tendências foi rotulada como Art Déco, levando o termo a atingir uma abrangência a ponto de considerar Art Déco todas as manifestações artísticas e culturais após o Art Nouveau até a Segunda Guerra Mundial, excetuando-se os movimentos de vanguardas.

De acordo com Brugalli (2003), o Art Déco tinha caráter eclético vinculado ao estilo, como conjunto variado de atitudes, que em comum possuíam o objetivo de conciliar as manifestações do movimento moderno com elementos do passado e do presente, resultado, assim, em um objeto final novo. “Com isso, as propostas não rompiam brutalmente com o passado, como propunham algumas vanguardas artísticas da época.” (BRUGALLI, 2003, p.28).

A arquitetura Art Déco no Brasil é rica em suas características arquitetônicas, mas a sua importância é ampliada pela relação com o período de desenvolvimento e prosperidade que muitas cidades por estar presente em períodos importantes do desenvolvimento, assim como a Cidade de Santa Maria e o Distrito de Ocean Drive em Miami, o Art Déco se desenvolveu em um período de grande modernidade e progresso econômico.

De acordo com Salvador (2012, p.49). Apesar de ser considerado um estilo universal, em cada cidade que ele se desenvolvia, novas características surgiam de acordo com a cultural local. Como é o caso de Miami nos estados Unidos, que se caracteriza pelo seu acervo com características tropicais, em Santa Maria apresentou uma arquitetura com materiais menos rebuscados como a Mica.

2.1.1. O Art Déco em Santa Maria

As características do estilo Art Déco na cidade de Santa Maria podem ser observadas em edificações com mais de dois pavimentos comerciais, diferenciando-se dos sobrados ecléticos, essas edificações abrigavam empresas destinadas a prestações de serviços, hotéis e residências, muitas localizadas na Av. Rio Branco e outras espalhadas pela região central e entorno (Kummel, 2013 p.104).

A Avenida Rio Branco tornou-se o centro do comércio santa-mariense. O comércio era beneficiado com a estação ferroviária, foram instalados serviços de restaurantes, lojas de vestuário e utensílios e hotéis, é possível analisar quadras inteiras com edificações de estilemas Art Déco, essas edificações são exemplares de que Santa Maria abriga um grande acervo desse estilo arquitetônico.

Para Foletto (p.136) o Art Déco em Santa Maria, se caracteriza pelas formas geométricas simples, definido por linhas precisas. A linha reta é utilizada em diferentes

combinações, principalmente em *zig-zag*, curvas, desenhos simétricos na maioria das vezes, estrutura tripartida em base, corpo e coroamento, com platibandas escalonadas e bem trabalhadas, sacadas em balanço que dão ideia de aerodinamismo. Na (figura 1) é possível verificar o acervo de edificações com características Art Déco construídas paralelamente ao progresso que a ferrovia trouxe para a cidade, principalmente na Avenida Rio Branco.



Figura 1 - Av. Rio branco no final da década de 60.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso, na fotográfica não consta data exata.

2.1.2. A Aproximação da Av. Rio Branco com o Distrito de Ocean Drive

A Avenida Rio Branco, centro histórico da cidade de Santa Maria, foi muito valorizada com a chegada da estação férrea, após o declínio da rede ferroviária outros eixos urbanos começam a ganhar destaque e a Avenida começa a ficar cada vez mais abandonada, diversas edificações ficaram sem usos como é o caso de muitas edificações com características Art Déco que estão em desuso e em mau estado de preservação como mostra na (figura 2). A falta de investimento dos órgãos públicos destinadas a esta área, torna a mesma insegura e isso reflete nas consequências do abandono, mesmo sendo considerada Patrimônio Cultural da cidade.



Figura 2 - Edificações com características Art Déco na Av. Rio Branco na cidade de Santa Maria/RS.

Fonte: Autoras, 2019.

Já o Distrito Art Déco de Miami é considerado por arquitetos e estudiosos como o maior acervo contínuo do estilo arquitetônico da América. Os habitantes de Miami sabem que têm um tesouro no distrito, afinal é praticamente impossível encontrar outro lugar com tantos edifícios com características tão peculiares e, principalmente, em um perfeito estado de conservação depois de quase cem anos.

A história do Art Déco na referida cidade começou em 1926, de acordo com o Jornalista Paul Clemence, após um furacão arrasar com as edificações existentes, abriu-se um caminho para um novo estilo arquitetônico, que veio para ficar, marcado na imagem e história da cidade. Assim, começou a era do Art Déco, prédios e hotéis organizados em composições de volumes básico, geométricos, clean e dinâmicos, com elegantes modelos decorativos e inspirações náuticas. O movimento segue a tendência da época, vinda de Nova Iorque, mas, em Miami, desenvolveu-se uma versão própria, adicionando elementos tropicais e espaços mais iluminados, como mostra a (figura 3). A arquitetura chama a atenção por seus detalhes similares a navios, com suas cores pastel, suas janelas arredondadas, blocos de vidro, mosaicos e as curvas suaves dos prédios, ornando o lugar único.



Figura 3 - Edificações com características Art Déco no Distrito de Ocean Drive em Miami/EUA.
Fonte: Casa Vogue, 2015.

A No final dos anos de 1970, passando por uma fase de declínio, e com alta criminalidade, vários dos edifícios desse período corriam risco de serem demolidos. Mas, graças a uma campanha liderada pela ativista Barbara Capitan, grande parte do South Beach (Praias do Sul) conseguiu ser protegida com a designação do patrimônio histórico. Conforme a reportagem feita pelo jornal O Globo (2015), cerca de 800 prédios do Distrito Art Déco - Ocean Drive, erguidos entre 1923 e 1943, estão no Registro Nacional de Locais Históricos. Com o orgulho de ser o primeiro conjunto arquitetônico do século XX no país a ostentar o título, esses prédios receberam novos usos, dando uma cara nova ao local, com lojas, cafés, bares, hotéis e prédios residenciais.

Com seus prédios simétricos e meio quadrados, coloridos em tons pastéis, iluminados com neon e adornados (figura 4), o Distrito Ocean Drive de Miami Beach é um dos melhores exemplos de como a cidade está constantemente se reinventando. O local atrai milhares de visitantes durante o ano todo, cada vez mais a arquitetura e a arte tem exercido sua influência para convencer as pessoas a visitá-la. O Miami Design Preservation League, é o local que reúne informações, folhetos e dicas de passeio pelo Distrito. Lá são organizadas visitas guiadas que apresenta o distrito, conta sua história e sua arquitetura.



Figura 4 - Edificações com características Art Déco no Distrito de Ocean Drive em Miami/EUA.
Fonte: Casa Vogue, 2015.

O caso do Distrito de Miami Beach se assemelha à muito o caso da cidade de Santa Maria em que, um grupo de artistas, jornalistas, advogados, arquitetos, professores e estudantes passou a se reunir e formular uma estratégia de ação em defesa do patrimônio cultural da cidade. Em entrevista realizada o Jornalista Marcelo Canellas aponta:

Esse movimento, já bastante robusto, se assemelha em muito ao que aconteceu em Miami, no estado americano da Florida. Lá, como aqui, a pressão da especulação imobiliária pôs sob ameaça um vigoroso acervo Art Déco, concentrado na região de Miami Beach. A partir da provocação de uma artista plástica chamada Barbara Capitman, a sociedade civil se mobilizou, fundou a Liga de Defesa do Design de Miami e conseguiu mudar a legislação americana, criando mecanismos de proteção a prédios de interesse histórico. O que se viu depois foi um pujante processo de valorização e revitalização da arquitetura Art Déco, impulsionando negócios ligados à hotelaria, turismo, artes, cultura e indústria criativa.

Após a apresentação dos dois cenários fica evidente que tanto a Av. Rio Branco como o Distrito de Ocean Drive possuem quarteirões inteiros de edificação Art Déco. Apresentando os mesmos elementos, ornamentos e até mesmo cores muito semelhantes. Apesar de Santa Maria ter todas as condições de, a partir de uma revitalização planejada, criar uma área de fomento à indústria criativa, ao turismo e principalmente a preservação. Não há incentivo nem sensibilidade por parte do poder público e de uma parcela da comunidade.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO ART DECO EM SANTA MARIA

Partindo de um conceito de cultura que envolva o conjunto dos saberes e dos fazeres a relação estado e cultura passa a estar presente no conjunto dos órgãos que compõem o governo. Logo, a elaboração de políticas deve partir da percepção da cultura como de bem da coletividade e da observação da interferência nas práticas culturais enraizadas das ações levadas a cabo pelas mais diversas áreas governamentais (saúde, educação, meio-ambiente, planejamento urbano, entre outras).

A preservação do patrimônio cultural visa salvaguardar o que definimos como bens culturais, que são produtos de nossa cultura - do pensamento, do sentimento e da ação do homem. A noção contemporânea de patrimônio vem da consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens - materiais ou imateriais - ou seja, dos valores que são atribuídos a esses bens.

Assim, a preservação e recuperação do patrimônio cultural têm feito parte das diretrizes estabelecidas pelos municípios, contribuindo para o desenvolvimento dos mesmos em termos turísticos, econômicos e sociais. Funari e Pelegrini (2006, p.29) afirmam que:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar centros históricos na atualidade constituem premissas básicas dos debates sobre desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracterizam a própria cidade.

Uma política pública nada mais é do que um conjunto de ações realizadas pelo Estado para atender as necessidades de toda sociedade a fim do bem comum. De acordo com Dias (2003, p.121), política pública é:

[...] o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

Após o entendimento de políticas públicas é apresentado o caso da cidade de Piratini/RS, uma das primeiras cidade brasileiras a definir seu centro histórico e a regular sua ocupação. Para a criação do seu plano diretor foi estabelecida uma metodologia a nível municipal e estadual, além da participação da população com audiências públicas.

As diretrizes estabelecidas no plano diretor de Piratini para políticas públicas são: um entendimento de que a área do Centro Histórico deve ter um tratamento diferenciado do restante; definição de raio da área de proteção de cada bem e de sua respectiva esfera (municipal/ estadual); participação ativa do Conselho do Patrimônio Histórico na cidade,

a atuação do Conselho está voltada, principalmente, para as ações que facilitem a exploração turística do patrimônio e para auxiliar a prefeitura (deficitária de técnicos) na análise e na fiscalização de obras e projetos; participação efetiva da comunidade nas tomadas de decisões. Essas diretrizes (Seixas, pag 103,104, 2014) podem servir de estudo para a aplicação em Santa Maria.

Alterações realizadas no Plano Diretor, aprovado em 2018, colocam em risco prédios históricos da cidade e, conseqüentemente, os Prédios do acervo Art Déco da Avenida Rio Branco. A proteção do patrimônio ficou fragilizada, expondo-os à especulação imobiliária e abrindo lacunas para o processo de gentrificação se espalhar pelo eixo do Centro Histórico, área tão importante para a história da cidade de Santa Maria. A Lei complementar nº 72 de 04 novembro de 2009, a qual institui-se como Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria e o Plano Diretor de 2005 defendia a preservação do Centro Histórico, que era delimitado pela Zona 2. Após as alterações esta zona foi perdida e junto dela sua pouca preservação.

A partir deste fato, como mencionado anteriormente um grupo de pessoas começou a se mobilizar em defesa do Patrimônio, na busca do tombamento e inventivamente de algumas edificações. Mas é evidente que isso não será suficiente para preservar o patrimônio cultural da cidade. É preciso uma lei de proteção que tenha um caráter definitivo, com diretrizes como o caso de Piratini e principalmente o Distrito de Ocean Drive.

A responsabilidade de formular políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural é, obviamente, da prefeitura e da câmara de vereadores. Os proprietários têm de ter dispositivos financeiros que os ajudem a preservar esses imóveis de interesse histórico. Há dezenas de ferramentas já experimentadas pelo mundo afora que ajudaram na revitalização econômica e cultural de centros históricos de cidades importantes. Como, por exemplo, a venda de potencial construtivo, mecanismo segundo o qual o dono de um prédio de interesse histórico pode vender a uma construtora o direito de construir prédios novos em outras áreas de expansão urbana. É uma grande ideia, já em prática em várias cidades do mundo, em que a construção de prédios novos financia a preservação de prédios antigos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surge como uma vertente do patrimônio cultural o patrimônio arquitetônico, também chamado de patrimônio edificado, diz respeito como o próprio nome sugere as edificações que adquiriram significação histórica e cultural em determinada sociedade.

A sua preservação sempre ocorre no sentido de selecionar os exemplares mais expressivos, preciosos e representativos de determinado estilo arquitetônico. (IPHAN, 2003, p. 07).

Analisando a semelhança entre o valor patrimonial da Avenida Rio Branco e do Distrito Ocean Drive em Miami, ambos apresentam conjuntos de edificações de acervo contínuo em Art Déco. Em Ocean Drive após quase a perda de todo seu acervo, houve um incentivo de valorização daquela área, o que a tornou um local atrativo para o turismo, arte e arquitetura. Em Santa Maria após a implantação de políticas públicas e de sua preservação nota-se um potencial de crescimento cultural.

É importante destacar que esta pesquisa buscou resgatar e apresentar a discussão sobre a valorização do patrimônio histórico da Av. Rio Branco em especial sua arquitetura Art Déco e sua semelhança com o Distrito de Ocean Drive em Miami.

O patrimônio cultural continua sendo ameaçado por falhas nas estratégias de proteção, por problemas de fiscalização e pela forma, sempre morosa, como são decididos os assuntos das instâncias políticas. A democratização do patrimônio implica no fato de que o Estado não deve ser o único agente social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural. É preciso o envolvimento e o diálogo de todos os setores da sociedade, visando definir estratégias e diretrizes para as políticas de preservação. Somente após isso poderemos avançar na discussão. A efetiva aplicação de políticas públicas do patrimônio visa contribuir com a preservação dos vestígios da história do Brasil, assim como garante a reflexão sobre a afirmação de nossa identidade.

O objetivo maior dessas ações de preservação é intensificar o contato entre o poder público e os cidadãos. O que se nota ao longo da história da preservação é que não há mais espaço para a visão única do Estado, legitimada através do saber técnico, e sim aquelas que considerem as demandas populares. Garantindo, dessa forma, a permanência dos exemplares remanescentes, tombados e inventariados, como testemunhas de um período, como guardiões da memória e da história da cidade, visando também a qualificação do entorno dos bens de referência histórico-cultural através de mecanismos de reconhecimento e valorização desse acervo.

A experiência e o conhecimento desenvolvidos ao longo da história demonstram que a questão da preservação do patrimônio é importante para o futuro das cidades, dependendo fundamentalmente da ação, articulada e coordenada, de todos aqueles que têm consciência de sua importância e necessidade. A questão deve ser tratada e formulada por todos os setores da administração municipal, tendo como referência

básica, na montagem dessa política, a discussão e a participação da comunidade em geral.

Preservar o patrimônio histórico É um legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações, sendo fundamental para o desenvolvimento cultural de uma nação, contribui para a manutenção da memória coletiva de uma sociedade e auxilia na construção da história que deve ter seu patrimônio cultural conhecido e preservado.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto, 2003.
- BRUGALLI, A., P. **Art Déco e as manifestações na arquitetura de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS 2003.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CIVITATIS MIAMI. Disponível em: <https://www.dicasmiami.com/distrito-art-deco>, acesso em 13 de setembro de 2019.
- CONDE, L. P. F.; ALMADA, M. Introdução: Panorama do Art Déco na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro. In CZAJKOWKI, J. (org). Guia da arquitetura Art déco no Rio de Janeiro. Centro de arquitetura e urbanismo do Rio e Janeiro, 3º ed. Rio de Janeiro. Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- FOLETTTO, T.V. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria (RS): Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- IPHAN. **Plano Diretor**. Disponível em: <http://iplan.santamaria.rs.gov.br/site/projeto/visualizar/id/65/?Plano-Diretor.html>. Acesso em 28 de agosto de 2019.
- IPHAN. **Recomendação de Nairóbi**. 19ª Sessão da UNESCO, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- JORNAL O GLOBO. **Distrito Art Déco revela vocação de South Beach para o turismo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/boa-viagem/miami-distrito-art-deco-revela-vocacao-de-south-beach-para-turismo-3213985>. Acesso em 01 de maio de 2019.
- KUMMEL, B., M. **Estudo Sobre o Art Déco em Santa Maria/RS: O caso da Avenida Rio Branco e seu Patrimônio Edificado**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federa de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS, 2013.
- MAIA, A. F. **Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico**. Belém: Movendo Idéias, v8, n.13, jun 2003.
- MANSO, C. F. A. (porg). **Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento**. V. 1. Goiânia: SESPLAN, 2004.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Altas, 2010.

MEIRA, A.L.G. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Ministério da Cultura; IPHAN. Programa de Aceleração Econômica Cidades Históricas. Brasil, 2009. Disponível em

REVISTA CASA VOGUE. **Miami Beach faz 100 anos**. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2015/03/miami-beach-faz-100-anos.html>. Acesso em 01 de maio de 2019

SALVADOR, C., S. **As difusão Art Déco na paisagem urbana: um estudo de caso em Crisciúma-SC**. Mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2012.

SCHIRRU, Ana Carla Carvalho. **A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA A CIDADE: IDENTIDADE SOCIAL E PLANOS URBANOS**. In: Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Anais...Belo Horizonte(MG) CAD II - UFMG, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2017/50792-A-IMPORTANCIA-DO-PATRIMONIO-CULTURAL-PARA-A-CIDADE--IDENTIDADE-SOCIAL-E-PLANOS-URBANOS>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

PIRATINI. **Prefeitura Municipal**. Disponível em: <http://www.prefeiturapiratini.rs.gov.br/site/content/historia/index.php>. Acessado em 20 de setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Decreto Executivo nº84, de 27 de julho de 2018**. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2018/07/D27-1486.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria - RS. Acesso em: https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/leis/lm_72_uso_solo.pdf. Acesso em 27 de agosto de 2019.

Arquitetura Cuiabana: permanências e transformações no centro histórico da cidade

LOUZICH, Kellen Melo Dorileo (1); FIORIN, Evandro (2); CÔRTEZ, Mara Lopes (3)

(1) Mestranda, Universidade Federal de Santa Catarina, kellendorileo@gmail.com;

(2) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina,
evandrofiorin@gmail.com;

(3) Graduanda, Universidade Federal de Mato Grosso, lopes.arqurb@gmail.com.

RESUMO

A Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá pertence ao conjunto de vilas fundadas pela Coroa Portuguesa no século XVIII. O processo de ocupação e a sua consolidação espacial, desde o princípio, foi guiado por questões econômicas e interesses territoriais. As características desta ocupação ainda estão presentes no centro histórico da cidade, as edificações, o arruamento, os jardins e largos que compõem a paisagem urbana da cidade. A memória evocada pelo centro histórico extrapola o valor simbólico local, alcançando significância nacional diante do papel que teve para a construção dos limites territoriais brasileiros. É a partir da leitura do centro histórico, de sua história e de sua arquitetura, que buscamos por meio da narrativa da Fundação da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá perceber algumas permanências e transformações ocorridas nesses quase 300 anos. Cuiabá foi colonizada por bandeirantes que nela chegaram à procura de índios e ouro. Sua formação teve início nas proximidades do Córrego da Prainha em 1722, onde foi encontrado grande quantidade do rico mineral. Em 1727, torna-se Vila Real. A área de mineração foi denominada de espaço de produção, local onde será instalada a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, construída pelos escravos, de invocação negra e, também, representação dos valores da população. Neste espaço eram realizados os batuques, a capoeira, o Cururu e Siriri, a congada, o boi-de-serra e outros cultos de origem Africana. Do outro lado do Córrego da Prainha foi construída a Catedral da Sé, local denominado de espaço de poder. Com o passar dos anos esses espaços e as edificações coloniais foram sofrendo modificações. Assim, neste trabalho faremos alguns apontamentos sobre estas mudanças, no que tangem o centro histórico de Cuiabá.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Cuiabana, Centro Histórico, Permanências e Transformações.

Cuiabana Architecture: stays and transformations in the historical center of the city

LOUZICH, Kellen Melo Dorileo (1); FIORIN, Evandro (2); CÔRTEZ, Mara Lopes (3)

(1) Master Candidate, Federal University of Santa Catarina, kellendorileo@gmail.com;

(2) PhD Professor, Federal University of Santa Catarina, evandrofiorin@gmail.com;

(3) Undergraduate student, Federal University of Mato Grosso, lopes.arqurb@gmail.com.

ABSTRACT

The Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá belongs to a group of villages founded by the Portuguese Crown in the 18th century. The process of occupation and its spatial consolidation from the outset was guided by economic issues and territorial interests. The characteristics of this occupation are still present in the historical center of the city, the buildings, the street, the gardens and broad that make up the urban landscape of the city. The memory evoked by the historical center goes beyond the local symbolic value, reaching national significance in view of the role it played in the construction of Brazilian territorial boundaries. It is from reading the historic center, its history and its architecture, that we seek through the narrative of the Foundation of Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá to realize some permanences and transformations that occurred in these almost 300 years. Cuiabá was colonized by Girl Scouts who arrived in search of Indians and gold. Its formation began near the Prainha Stream in 1722, where a large amount of the rich mineral was found. In 1727, it becomes Vila Real. The mining area was called the production space, where the Nossa Senhora do Rosário and São Benedito Church, built by the slaves, will be black-invoked and will also represent the values of the population. In this space were performed the drumming, capoeira, Cururu and Siriri, the congada, the ox-saw and other cults of African origin. On the other side of the Prainha Stream, the Sé Cathedral was built, a place called the space of power. Over the years these spaces and colonial buildings were undergoing modifications. Thus, in this paper we will make some notes about these changes, concerning the historical center of Cuiabá.

KEYWORDS: *Cuiabana Architecture, Historical Center, Stays and Transformations.*

1. INTRODUÇÃO

A Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá pertence ao conjunto de vilas fundadas pela Coroa Portuguesa no século XVIII. O processo de ocupação e a sua consolidação espacial, desde o princípio foi guiado por questões econômicas e interesses territoriais. A transformação do pequeno aglomerado urbano em Vila e a sua consolidação espacial assegurou o redesenho dos limites fronteiriços do território português, tornando-se fundamental para o processo de consolidação da sua expansão no século XVIII. A memória evocada pelo centro histórico de Cuiabá extrapola o valor simbólico local, alcançando significância nacional diante do papel que teve para a construção dos limites territoriais brasileiros.

Para além das memórias coletivas, esse Patrimônio Cultural Cuiabano possui significância individual e faz parte da memória de cada habitante, sendo fundamental para a construção da identidade de cada sujeito. Segundo Araújo, “O bem edificado tombado como patrimônio de uma cidade, não apenas ocupa o espaço, mas de fato o constrói através das perspectivas novas de percebê-lo” (2000, p. 24), conferindo-lhe a capacidade de ressignificação e tornando-se palco das relações humanas estabelecidas pelas novas gerações que usufruem dele. Em suma

Um centro histórico, como um objeto arquitetônico, representa um marco na cidade, projeta no espaço uma determinada concepção de tempo, ou melhor, é uma projeção de um certo sentido de tempo sobre o espaço. A categoria do espaço, é sobretudo, do domínio das configurações, do objeto enquanto materialidade, que por sua vez revela mentalidades, valores simbólicos, portanto históricos, temporais, inscritos nas técnicas e materiais envolvidos em sua construção. (ARAÚJO, 2000, p. 23 e 24)

Vale ressaltar que o centro histórico é também uma importante fonte historiográfica, que traz impregnado em suas edificações e ruas os testemunhos das relações sociais que se desenvolveram ali ao longo dos seus quase três séculos de existência, sendo que devemos

[...] evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas [...] (KOSELLECK, 2006, p. 13 e 14)

É a partir da leitura do centro histórico como fonte historiográfica e apoiados na análise arquitetônica das edificações que tecemos este artigo, buscando por meio da narrativa da Fundação da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá perceber as permanências e transformações ocorridas nesses quase 300 anos de história.

2. FUNDAÇÃO DA VILA E SUA ESPACIALIZAÇÃO

Cuiabá foi colonizada por bandeirantes que nela chegaram em 1719, à procura de índios e ouro. Iniciando a sua formação nas proximidades do Córrego da Prainha em 1722, onde foi encontrado grande quantidade de ouro pela Bandeira de Miguel Sutil. Mas somente em 1727, a cidade recebe os aparatos de representação da Coroa Portuguesa que a caracterizam como Vila Real, bem como os códigos de espacialização que normatizaram o processo de ocupação e territorialização das margens do Córrego da Prainha, tornando-se a Vila Real. As características desta ocupação ainda estão presentes no centro histórico da cidade, as edificações, o arruamento, os jardins e largos que compõem a paisagem urbana são resultantes do tipo de ocupação ocorrida naquela época. Uma ocupação que obedeceu ao padrão dos ambientes coloniais urbanos, que era ditado pelas Ordenações do Reino e as normas eclesiásticas, ficando ao cargo da câmara da Vila de Cuiabá a operacionalização e fiscalização do cumprimento das diretrizes estabelecidas.

(...) nenhuma pessoa (...) fará casa sem pedir licença à Câmara, que lhe dará mandado primeiro o Arruador, que deve haver de marcar lugar para a edificar em rua direita e continuada das que estão principiadas, em forma que todas vão direitas por corda, não consentindo os oficiais da Câmara se façam daqui por diante casas separadas e desviadas para os matos como se acham algumas, porque além de fazerem a vila disforme, ficam nelas os moradores mais expostos a insultos (...). (...) e melhor é que em pouco terreno esteja a vila bem unida e formada, do que em largo, com tantos despovoados. (ROSA, 2003, p.18)

Os códigos empregados pelo Ouvidor, que orientaram a formação do traçado urbano, também se estendiam às edificações. Ordenavam o ato de construção das casas e a vila em sua totalidade, estabelecendo, por exemplo, a criação de grandes quadras e obrigando:

[...] as edificações a serem contínuas, parede a parede, o que resultava numa quadra compacta, onde não havia a possibilidade sequer de pátios ou corredores laterais. (...) as quadras deveriam comportar-se como um volume único, separando o público do privado. (ROSA, 2003, p.19).

O processo de espacialização empregado pela Coroa seguia um padrão adaptativo e a cidade se moldava organicamente à conformação geográfica. As vilas eram geradas nas proximidades das fontes de minério como estratégia de proteção dos recursos e facilidade de acesso, além de priorizar locais com recursos hídricos que possibilitassem a navegação e o abastecimento da mesma. Deve-se considerar o fato de ela estar próxima de encostas, servindo de barreira natural, em caso de ataques dos povos (originais) que pertenciam àquela territorialidade. Uma prática usual da Coroa era a implantação das edificações públicas que representavam seu domínio em pontos

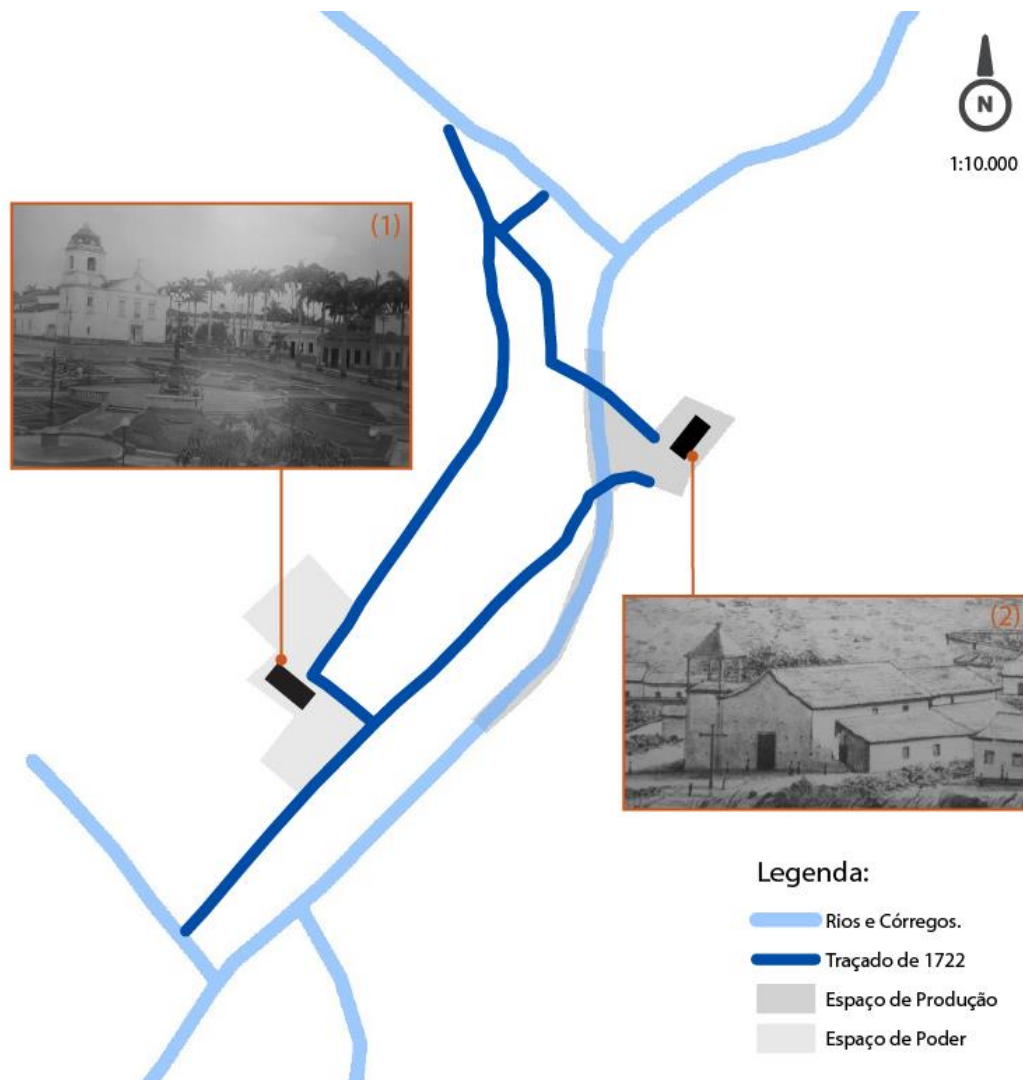
elevados para que fossem avistadas de longas distâncias, seja para servir como ponto de orientação ou, para afirmar a sua presença e propriedade.

As edificações públicas foram construídas no alto do morro, na margem esquerda do Córrego da Prainha, entre dois afluentes - ambos canalizados atualmente -, sob a Rua Isaac Póvoas e a Av. Mato Grosso. Na frente destas edificações eram construídos os Largos. A Catedral da Sé, que fica defronte a um desses largos foi um dos elementos de representação da Coroa Portuguesa, construída conforme as normas estabelecidas pelo Clero Secular, que definia: “edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de umidade, e desviado de lugares imundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar em procissão ao redor delas”. Além disso definiam a orientação da igreja: “posto o Sacerdote no altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique ao meio dia, mas nunca para o norte, nem para o Ocidente”. (VASCONCELOS, 2009, p.16)

Esta área, no entorno da Catedral da Sé (ex.: mapa 1), foi denominada de Espaço de Poder. Neste, também, estavam contidos a “Cadeia e a casa de residência do Governador e Capitão General de São Paulo (Capitania a que estavam subordinadas as minas do Cuiabá)” (IPHAN, 1985.). Do outro lado do Córrego da Prainha, na margem direita, estava o Espaço de Produção como foi chamado. Local de mineração de jazidas auríferas aluvionais e, também, onde é instalada a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (ex.: mapa 1). Esta foi “construída pelos escravos, de invocação negra e, também, representação dos valores população” (IPHAN, 1985.) de baixa renda. Neste espaço eram realizados os batuques, a capoeira, o Cururu e Siriri (dança regional), a congada, o boi-de-serra e outros cultos de origem Africana.

O ano de 1730 é marcado pelo fim da mineração no córrego da Prainha e início da mineração em outras lavras. O que parecia ser o fim da pequena Vila, foi apenas o fim de um ciclo. Em 1748 é criada a Capitania do Mato Grosso, desmembrando-a da Capitania de São Paulo. Sendo “criada por motivos estratégicos e expansionistas, para fazer frente ao Império Colonial Espanhol” (CONTE, 2005, p. 24). Para isso Antonio Rolim de Moura (Primeiro Capitão-general) tem como incumbência de fundar uma nova capital às margens do rio Guaporé, a cerca de 500 quilômetros de Cuiabá. Após quatro anos, a Vila Bela da Santíssima Trindade que anteriormente era um Arraial, passa a ser a vila e capital da Capitania de Mato Grosso, local que se dividia em “duas comarcas eclesiásticas, uma denominada de Mato Grosso e outra de Cuiabá”. (ROSA, 2003, p. 42). No ano de 1761, ocorre a transferência da capital da Capitania, de Vila Bela para Cuiabá. Esta que era uma vila, em que a iluminação pública não existia, sendo inviável andar pelas ruas no período noturno; os deslocamentos eram feitos a pé, a cavalo ou

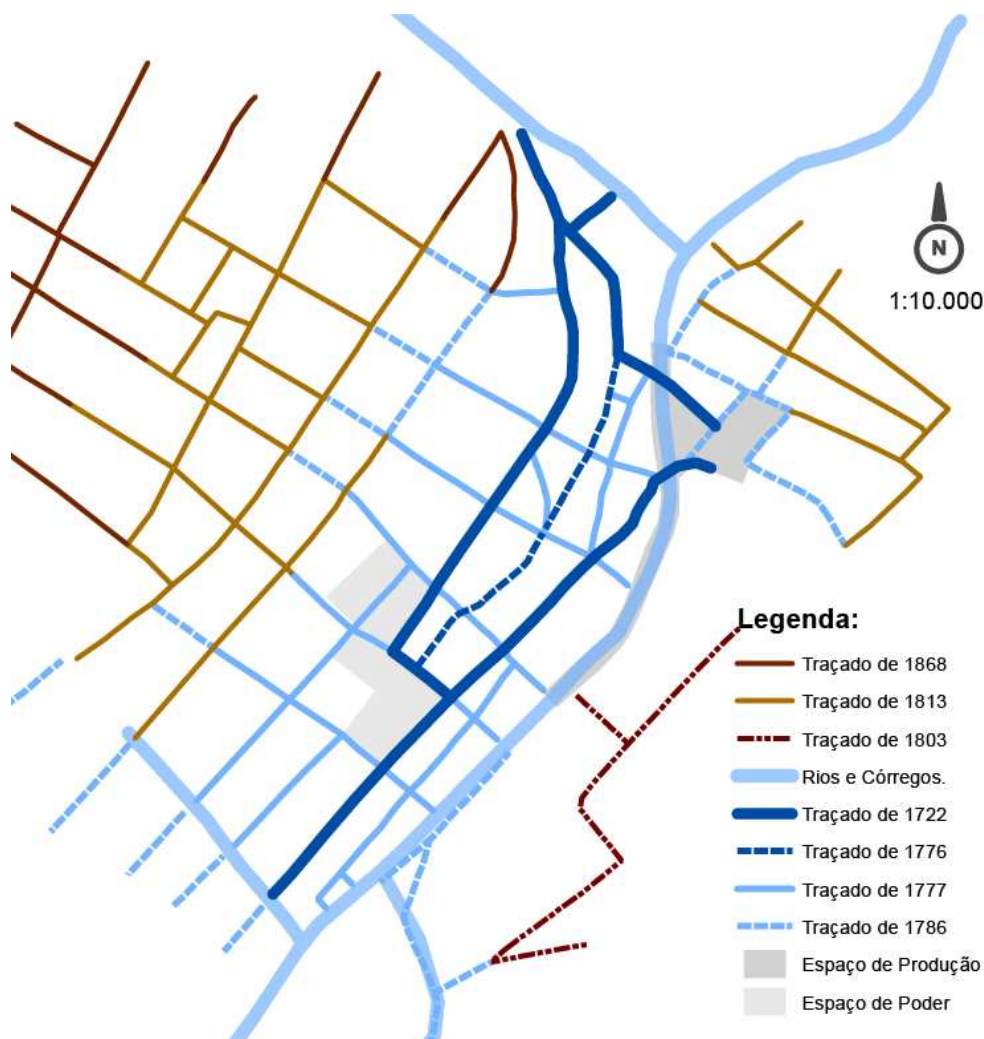
de carroça; e o abastecimento de água era feito pelos escravos, que tinham que buscar água limpa nas bicas e retirar as águas servidas das residências durante a noite. Em algumas residências haviam poços nos quintais, um luxo que nem todos podiam pagar. A partir deste momento e, principalmente no século seguinte, Cuiabá passa por novas mudanças e, tais como, o aumento do seu traçado urbano (ex.: mapa 2).



Mapa 1 - Mapa das primeiras ruas de Cuiabá. Fonte: (1)¹ e (2)² FREITAS (2011) e IPHAN (1985) adaptado pelos Autores, 2019.

¹ A figura (1) presente no mapa é uma vista da Praça da República recém-inaugurada (no dia 15 de novembro de 1928. Ao fundo está localizada a Catedral da Sé, com uma torre que foi reformada em 1868. Fonte: Freitas (2011).

² A figura (2) presente no mapa é um recorte do Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuiabá, em 1790, onde mostra a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. O prospecto foi realizado durante a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, por um de seus riscadores. Este está presente no acervo do Museu Botânico Bocage em Lisboa. Fonte: Freitas (2011).



Mapa 2 - Mapa de evolução do traçado urbano de Cuiabá. Fonte: IPHAN (1985) adaptado pelos Autores, 2019.

No século XIX, a vila é elevada à categoria de cidade e com isso recebe algumas melhorias urbanas muito significativas, como a instalação de postes nas ruas, sendo alimentados por azeite extraído dos cardumes de lambaris e, posteriormente por lâmpões a gás. Mas, somente em 1885 é instalada a energia elétrica. Em 1882, foram extintas as bicas e inaugurado o primeiro serviço de abastecimento de água encanada. Após nove anos, foram instalados dois bondes puxados por burros, facilitando o deslocamento de um ponto ao outro da cidade e, principalmente, do centro ao porto, pois este estava localizado a quase três quilômetros do centro da cidade. O deslocamento realizado dentro da cidade, por exemplo, era utilizado para levar a população à missa na Catedral da Sé.

3. ARQUITETURA CUIABANA

As edificações tanto públicas como privadas, antes das determinações impostas pela câmara (na época que Cuiabá ainda era um Arraial), apresentavam-se com um sistema

construtivo simples e cobertura de palha. Com a sua transformação em Vila Real, o Rei ordena que as “edificações fossem construídas ou reformadas de modo a serem mais resistentes e higiênicas”, passando, assim, a terem “coberturas com telha de barro e paredes de adobe ou taipa”. “Os alicerces eram de Pedra Cristal” e os baldrames foram construídos de Pedra Canga. (ROSA, 2003, p.15)

Com o passar dos anos, as moradias sofreram modificações, ocorrendo devido à economia e à influência externa, ou seja, ao poder aquisitivo do proprietário e/ou morador e, à influência de outros países, principalmente, com capitais e mercadorias europeias - acompanhada por mão de obra qualificada, a partir de 1870. Assim, muitas edificações quando sofreram alterações acabaram aumentando o número de pavimentos (adicionando um segundo andar), inserindo uma platibanda na sua cobertura³, modificando, por conseguinte, o telhado e a elevação principal, e inserindo equipamentos em ferro nas edificações e nos espaços públicos (ex.: mapa 2). O morador que não podia pagar por uma ampliação acabava apenas incrementando a sua fachada com ornamentos, por exemplo, transformando o seu Beiral de Cachorro (ex.: figura 1) em um Beiral de Beira-Seveira (ex.: figura 2).



Figura 1 - Edificações com Beiral de Cachorro, em um trecho da Rua Praça do Rosário. Fonte: Os Autores, 2019.

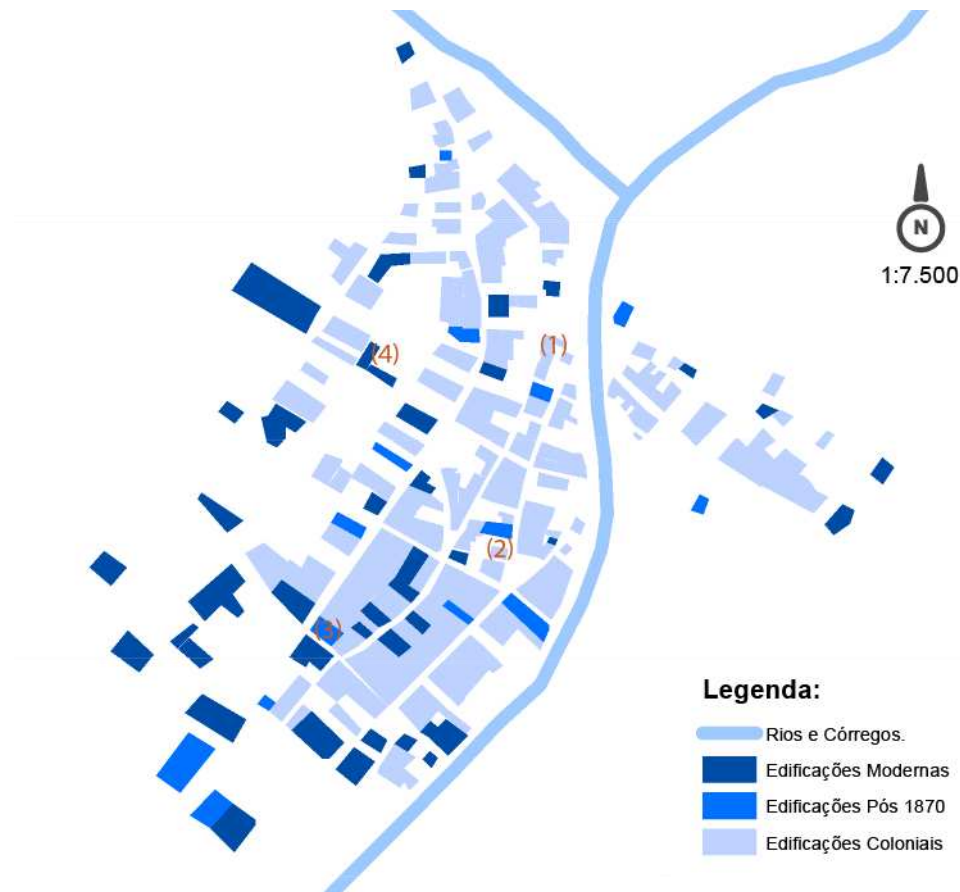


Figura 2 - Edificações com Beiral de Beira-Seveira, em um trecho da Rua Praça do Rosário. Fonte: Os Autores, 2019.

Como a câmara que fornecia licença de moradia para as pessoas edificarem as suas casas, havia no centro da cidade uma fragmentação de moradias e classes sociais. Assim, fica claro o trecho em que Rosa diz:

³ Muitas residências do centro histórico de Cuiabá são classificadas como de estilo colonial, mesmo tendo modificado sua cobertura original, inserindo uma platibanda. Assim, as edificações coloniais que são mostradas no mapa 2, estão incluídos estes dois tipos de edificações coloniais.

No largo do Palácio moravam o governador e seus imediatos; no largo da Matriz o Bispo. Nas Ruas de Cima (hoje Pedro Celestino) e do Meio (hoje Ricardo Franco) concentrava-se o senhorio rural. Os comerciantes reuniam-se na Rua de Baixo (hoje Galdino Pimentel) e, em parte, no início da Rua Bela do Juiz (hoje 13 de junho). Fora dessa área ficava o resto da população, em geral de classe menos fornecida de Fortuna. (ROSA, 1976, p.23)



Mapa 3 - Identificações das edificações e das modificações. Fonte: Os Autores, 2019.

Antes da homologação do tombamento desta área, que ocorreu em 1992, algumas edificações foram demolidas para dar lugar a outras, mais contemporâneas. Isso ocorreu, principalmente, com as edificações em espaços públicos, como o Palácio Alencastro, a Delegacia Fiscal, o Largo Alencastro (ex.: figura 5) e algumas edificações residenciais. Nestes lugares foram construídas edificações com estilo *art-déco* e moderno (ex.: figura 3) com é descrito por Póvoas:

As antigas casas, no centro urbano, foram cedendo lugar aos edifícios destinados às sedes dos hotéis, dos bancos, das repartições públicas, das lojas e das galerias. As grandes residências foram sendo divididas e transformadas as suas fachadas; por entre elas foram surgindo construções de moderna arquitetura; ruas foram rasgadas; (...) por toda a parte o requintado gostos das construções foi transformado, inteiramente, o aspecto da vetusta Capital Mato-Grossense. (PÓVOAS, 1980, p. 27)



Figura 3 - Edificações com sua localização demarcada no mapa 3. Fonte: Os Autores, 2019.

Além do fato das cidades serem um organismo vivo e estarem em constantes transformações, algumas modificações foram invasivas, contribuindo para a descaracterização do centro histórico de Cuiabá. Estas provinham das ideias de modernização, presente no discurso “do processo de expansão da fronteira” construído ainda “no governo Vargas com a ‘Marcha para Oeste’”, desencadeando a substituição das edificações antigas por edificações novas, “ainda que de maneira tímida, se comparado às décadas seguintes” (BRANDÃO, 1997, p. 2-82).

Não só Cuiabá ‘precisa’ se transforma para ser capital do futuro, cosmopolita, como seu povo e, principalmente, os cuiabanos precisam entrar no ritmo da cidade moderna com seus hábitos, disciplina e concepções de mundo. (BRANDÃO, 1997, p. 2-69)

A partir de 1950, as mudanças se intensificam, ao ponto do antigo e do novo não mais poderem coexistir. Tem início um processo de substituição, onde o que é velho deve ser descartado, pois representa o retrocesso, diante do objetivo de modernização da cidade, que apenas toma força nas décadas de 60 e 70, com o golpe militar. Este, “que tinha sentido político, encobriu também mudanças econômicas que orientaram a sociedade brasileira na direção de um modelo de desenvolvimento capitalista bastante específico”. (BOMFIM, 2010, p.21)

Cuiabá era vista como uma cidade estratégica para a política desenvolvimentista do Governo Federal, pois esta funcionaria como eixo de ligação e facilitação do acesso até à Amazônia. Com isso, o governo investiu na construção de vias e estradas em Mato Grosso, ligando-o com o norte do país. Assim, um discurso ia sendo produzido pela

imprensa de que a cidade seria um centro importante para o Brasil. Este *status* de centralidade era importante porque:

(...) colocaria Cuiabá em situação superior as demais cidades mato-grossenses, em especial Campo Grande. Políticos cuiabanos temiam que Cuiabá perdesse o lugar de capital para Campo Grande, cidade mais nova e considerada mais moderna. (BOMFIM, 2010, p.21)



Figura 5 - Construção do novo Palácio do Governo, nos fundos da Delegacia Fiscal, Palácio Alencastro e da independência Municipal. Década de 1960. Fonte: SIQUEIRA et al. (2006)

O poder público começa a realizar mudanças na fisionomia urbana da cidade em prol do desenvolvimento da mesma, “concentrando-se em planos urbanos de larga escala, tecnologicamente racionais e eficientes. (...) sustentados por uma arquitetura de espaços e perspectivas maciças caracterizada pela uniformidade e pelo poder da linha reta”. (BOMFIM, 2010, p. 31).

Assim, inicia-se o processo de transformação urbana. Todavia, Cuiabá ainda mantinha muitos lugares com as mesmas características arquitetônicas e urbanísticas do período colonial, pois estas modificações ocorreram principalmente na região da avenida Getúlio Vargas, onde se concentrava o uso institucional.

Inicialmente as demolições não eram vistas com espanto, pois como trata Brandão (1997, p.79), o “novo é acrescido ao antigo, é o que podemos chamar de crescimento sem ruptura, tanto no nível espacial como simbólico”. A modernização ocorria de forma lenta, uma modernização equilibrada, ou seja, “Cuiabá (...) ainda não se expressava

necessariamente pela via da substituição - que implicaria em destruição - o que nos permite falar em crescimento sem ruptura”. (Brandão, 1997, p.82)

Uma característica arquitetônica que é introduzida na cidade, neste período, é o prédio com vários pavimentos, o qual Brandão trata como o:

Símbolo da modernidade, das metrópoles, para a população local, a presença desse tipo de edifício conferia contemporaneidade e status de cidade grande. Por isso, Cuiabá passou a reivindicar o seu arranha-céu. (...) O novo Palácio do Governo, (...) ergueu orgulhosamente sobre a horizontalidade da Baixada Cuiabana. (BRANDÃO, 1997, p.85)

O ano de 1968 é marcado pela mudança da modernidade equilibrada para a modernidade conflitual, ou seja, “a dinamitação da velha matriz (figura 4) ganhou força de signo, pelo conteúdo simbólico expresso nas tensões entre o velho e o novo, o provinciano e metropolitano, (...) o tradicional e o moderno que se antagonizavam a sociedade cuiabana”. (BRANDÃO, 1997, p.91).

A relação afetiva era muito maior com a catedral, pois ela era palco de rituais de passagem de boa parte daqueles que moravam em Cuiabá. A igreja era muito mais do que uma edificação, era uma territorialidade. Lugar para guardar os mortos, espaço de celebrações de nascimento, casamento e falecimento e, sobretudo, arquitetura para as manifestações da fé. Independente da origem ou classe do sujeito, em alguma fase de sua vida a catedral fazia parte de suas memórias, por isso a derrocada da edificação afetou a população. As outras edificações que foram derrubadas anteriormente não tinham a mesma relação de memória nas pessoas, o número de cidadãos que tinham contato com as outras edificações que foram demolidas outrora era menor, então incomodou menos. A demolição da Catedral torna-se um ato de violência contra a identidade cultural e a sociedade cuiabana. Se consolida, assim, uma “representação máxima do potencial destrutivo que estava presente no processo de expansão capitalista”, que envolveu a população em “uma fantasia de um futuro promissor, da chegada do progresso”. (BRANDÃO, 1997, p.101).

Apesar do centro de Cuiabá ser um referencial simbólico reconhecido por toda a população, apenas um pequeno grupo se engajou efetivamente no movimento pró-tombamento. Eram indivíduos que tinham passado por Universidade, graduações em arquitetura, História, Artes, atualizados com o que acontecia com o Brasil e no mundo. (Bomfim, 2010, p. 81)

Apenas um pequeno grupo da elite intelectual tinha conhecimento ou identificação com os aspectos da memória coletiva e compreendiam a importância desta localidade para a construção de uma identidade cultural. Com ideias preservacionistas eles acreditavam que não era preciso destruir as edificações para atingir um modelo de desenvolvimento.

Tentaram preservar o centro histórico de diversas formas, elaboraram um documento e solicitaram o seu tombamento. Em 1992, finalmente, foi homologado o tombamento de todo o conjunto, integrando os aspectos Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, proibindo, assim, a demolição das edificações conforme o Art. 17 do Brasil (1937).



Figura 4 - Demolição da Catedral Barroca para construir a nova Catedral, em 1968.
Fonte: FREIRE, 1997.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as edificações presentes no centro histórico de Cuiabá não apresentam um único estilo arquitetônico, sendo encontrados: o colonial, neoclássico, eclético, neocolonial, *art déco*, neogótico e o modernismo. As edificações deixaram de ser demolidas e passaram a sofrer os reflexos da negligência e do descaso, passando a serem frequentes os desabamentos, devido às chuvas e incêndios.

Nesse contexto, este trabalho, que teve como metodologia a revisão da bibliografia apresentada, não para por aqui, pois irá identificar possíveis traços de uma Arquitetura Cuiabana, diante dos consensos e contradições existentes, ainda presentes no centro histórico da cidade, de maneira a compreender as permanências e transformações de sua fisionomia, diante dos modos de uso e apropriação urbanos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina e a CAPES pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Bernadete Durães. **Sob as sombras e luzes do Centro Histórico de Cuiabá: O contraste da pluralidade sócio-cultural urbana.** Cuiabá: Departamento de Antropologia da UFMT, 2000. 76 p.
- BOMFIM, Marcia. **As engrenagens da cidade: centralidade poder em Cuiabá na segunda metade do século XX.** Cuiabá: EdUFMT: Carlini&Caniato. 2010. 144p.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A Catedral e a cidade: uma abordagem da educação como prática social.** Cuiabá: EdUFMT, 1997. 318p.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.
- CONTE, Claudio Quote. **Centro Histórico de Cuiabá: Patrimônio do Brasil. Organização e textos Claudio Quoos Conte, Marcus Vinícius De Lamonica Freire.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 94p.
- FREIRE, Júlio De Lamonica. **Por uma poética popular da arquitetura.** Cuiabá: EdUFMT, 1997. 338p.
- FREITAS, Maria Auxiliadora de. **Cuiabá: imagens da cidade: dos primeiros registros à década de 1960.** Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011. 270p.
- INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / IPHAN. **Processo de tombamento 1180-T-85.** Conjunto: Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico da Cidade de Cuiabá - Mato Grosso. Volume 1. Ago. 1985.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos /Reinhart Koselleck; tradução do original do alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin.** - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. 368p.
- PÓVOAS, Lenine C. **Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá.** Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso. 1980. 50p.
- ROSA, Carlos Alberto. **O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana.** Cadernos Cuiabanos - I. 1976, 59p.
- ROSA, Carlos Alberto. **O urbano colonial na terra da conquista.** In A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial. Organizadores Calos Alberto Rosa. Nauk Maria de Jesus. Cuiabá: Adriana. 2003. 230p.
- SIQUEIRA, Elizabeth M; CONTE, Claudio Q; ALENCASTRO, Anibal; CARRACEDO, Maria Teresa C. **Cuiabá: de vila a metrópole nascente.** Cuiabá: Entrelinhas. 2006. 208p.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os agentes modeladores das cidades coloniais.** In Urbanismo colonial: Vilas e cidades de matriz portuguesa. Organizadores Luciane Pessotti de Souza e Nelson Pôrto Ribeiro. 1 ed. - Rio de Janeiro: CTRL C, 2009. 240p.

Arquitetura residencial cafeeira paulista: valorização histórica, artística e de uso prático como instrumentos para preservação

ANTUNES, Beatriz Leite (1); SALCEDO, Rosío Fernández Baca (2)

(1) Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ);
beatriz.leite@unesp.br;

(2) Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
(PPGARQ); rosio.fb.salcedo@unesp.br

RESUMO

A produção arquitetônica residencial no período cafeeiro representou para o Estado de São Paulo, a quebra de um paradigma caipira, no qual as fazendas tornaram-se porta de entrada para as modernizações que foram incorporadas no início da República. A queda da produção do café em 1930, levou ao abandono das edificações, que representam o início da industrialização paulista. Diante do valor histórico e artístico do patrimônio agroindustrial para o Estado de São Paulo, torna-se imprescindível sua preservação. Este trabalho tem como objetivo identificar os valores históricos, artísticos e social da arquitetura residencial cafeeira e propor diretrizes para sua preservação, tendo como objeto de estudo a fazenda Serra Negra. O método utilizado é o Urbanismo Ambiental Hermenêutico que analisa as relações das dimensões históricas, artísticas (físicas) e usos (social e simbólico) da fazenda Serra Negra. Para a preservação do patrimônio agroindustrial propõe-se sua valorização e usos turísticos compatíveis de acordo com as proposições estabelecidas pelas cartas patrimoniais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio agroindustrial, Arquitetura residencial cafeeira, Turismo, Urbanismo Ambiental Hermenêutico

São Paulo coffee residential architecture: historical, artistic and social use as instruments for preservation

ANTUNES, Beatriz Leite (1); SALCEDO, Rosío Fernández Baca (2);

(1) Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ);
beatriz.leite@unesp.br;

(2) Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
(PPGARQ); rosio.fb.salcedo@unesp.br

ABSTRACT

Residential architectural production in the coffee period represented for the State of São Paulo, the breaking of a rustic country paradigm, in which farms became the gateway to the modernizations that were incorporated in the early republic. The fall in coffee production in 1930 led to the abandonment of buildings, which represent the beginning of industrialization in São Paulo. Given the historical and artistic value of agro-industrial heritage for the State of São Paulo, its preservation is indispensable. This work aims to identify the historical, artistic and social values of residential coffee architecture and propose guidelines for its preservation, having as object of study the Serra Negra farm. The method used is the Hermeneutic Environmental Urbanism, which analyzes the relationships of the historical, artistic (physical) and (social and symbolic) uses of the Serra Negra farm. For the preservation of the agroindustrial heritage it is proposed its valorization and compatible tourist uses according to the propositions established by the patrimonial maps.

KEYWORDS: *Agro-industrial heritage, Coffee residential architecture, Tourism, Hermeneutic Environmental Urbanism*

1. INTRODUÇÃO

Para a região de Botucatu, o café foi um divisor de águas na economia, costumes e arquitetura local. Foram através das fazendas, que as modernizações provenientes de novos costumes da sociedade republicana adentram as novas formações de núcleos urbanos, após a chegada da ferrovia. Buscava-se captar a modernidade europeia, e simultaneamente produzir um estilo arquitetônico típico que representasse o apreço dos grandes proprietários de fazendas. Elege-se o ecletismo como estilo capaz de reverberar valores estéticos, sociais e econômicos, que hoje perpetuam a memória da consolidação dessa região. Os vestígios dessa arquitetura revelam valores históricos, artísticos e de potenciais usos para a região de Botucatu, e por essa razão, precisam ser preservados.

A preservação do patrimônio histórico das grandes cidades paulistas tem se tornado um grande ramo para a pesquisa histórica de cunho teórico, visto que os edifícios constituem uma expressão do contexto socioeconômico e cultural do qual emergiram e fundamentaram suas raízes. Entretanto, pouco aborda-se acerca da arquitetura produzida no meio rural, sobretudo levando em consideração que o campo foi o cenário da economia brasileira desde a sua gênese. Os trabalhos existentes, são em sua maioria em escala mundial, e apontam como solução para o estancamento da perda desse patrimônio, soluções turísticas. Não obstante, o turismo pode adquirir caráter exploratório e tende a expulsar as comunidades locais e seus costumes. Neste contexto, como intervir atendendo as necessidades de um novo público, sem abandonar a memória dos locais e o vínculo afetivo pré-estabelecido com esse patrimônio?

O trabalho visa identificar os valores históricos, artísticos e de uso prático da arquitetura residencial cafeeira, propondo diretrizes para sua preservação, tendo como objeto de estudo a fazenda Serra Negra. A pesquisa se valerá de duas fases interpretativas e uma propositiva. A primeira baseada em referencial teórico buscando os valores históricos (CHOAY, 2001; RIEGL, 1903), artísticos (RIEGL, 1903) e de uso (ICOMOS, 1999 e 2008) do patrimônio agroindustrial (ICOMOS, 2017); a conservação (RUSKIN, 1910), preservação e restauração (ICOMOS 1964; KÜHL, 2010). A segunda, sobre a cafeicultura paulista: do auge de sua produção à decadência. Por fim, como caráter propositivo, a aplicação do Método proposto pelo Urbanismo Ambiental Hermenêutico. A aplicação do método visa evidenciar os valores históricos (físicos), artísticos (sócio físicos) e de uso prático (sócio-simbólicos) da Fazenda Serra Negra como instrumento para a sua preservação.

2. TEORIA DOS VALORES DE ALOIS RIEGL

O monumento histórico é um marco arquitetônico da sociedade moderna que registra um evento localizado no tempo e no espaço (RIEGL, 1903, p. 49). Para Riegl, os monumentos se baseiam na teoria dos valores relativos, conflitantes entre si, são eles os valores de rememoração e os valores de contemporaneidade. Os valores de rememoração se dividem em valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional. Já os valores de contemporaneidade se dividem em dois tipos: valor de uso prático, e valor de arte (relativo ou de novidade), deve-se buscar um equilíbrio entre esses valores para cada situação específica. Os valores abordados nesse trabalho são os valores históricos, de uso prático e de arte.

Os valores históricos pressupõe que um determinado monumento representa um estado particular e único do desenvolvimento de um domínio da criação humana (RIEGL, 1903, p. 73). Riegl acrescenta que aquilo que foi não poderá jamais se reproduzir, e que tudo aquilo que foi constitui um elo insubstituível e intrasferível de uma cadeia de desenvolvimento. Ou seja, o monumento passa a ser identificado como documento histórico e, por essa razão, deve ser mantido o mais fiel possível ao estado original, como no momento de sua criação, o que implica diretamente no método de conservação adotado, que deve paralisar o processo de degradação sofrido pela obra, além disso o valor histórico admite que as transformações ocorridas ao longo do tempo fazem parte da história do monumento (CUNHA, 2006, p. 8).

O valor de uso prático, pressupõe que o monumento deve atender às necessidades materiais do homem. Deve ser inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e funções antigas, quer tenham novos usos (CHOAY, 2001, p. 169).

O valor de arte subdivide-se em arte relativa e valor de novidade. O valor de arte relativo refere-se à capacidade que o monumento antigo mantém de sensibilizar o homem moderno, ou seja, ainda que tenham sido criados movidos por uma *kunstwollen* (vontade artística) radicalmente diferente da nossa, alguma característica de concepção, forma ou cor específica do monumento, a despeito de sua aparência não moderna, torna-o capaz de satisfazer a *kunstwollen* moderna (CUNHA, 2006, p. 13). Já o valor de novidade refere-se ao caráter acabado do novo, que conserva sua integridade e sua policromia intactas, podendo ser apreciada por indivíduos de conhecimento histórico ou não. Por essa razão, para Riegl, ancorado à nossa sociedade tem-se o valor de novidade superior ao valor de antiguidade (RIEGL, 1903, p. 96).

Ou seja, o valor que é atribuído ao monumento, e daí a forma específica que este culto irá assumir, está diretamente relacionado com outro conceito-chave do pensamento de Riegl, a *Kunstwollen*- vontade artística - de cada época. Se até o século XVIII as preceptivas dominaram o fazer artístico, os monumentos tinham, necessariamente, que responder a esse cânone para serem admitidos como tal. A partir do século XIX, porém, quando passa-se a negar a validade dessas preceptivas, abre-se caminho para a valoração positiva de toda e qualquer manifestação artística e, dessa forma, amplia-se sobremaneira o alcance do culto patrimonial, resultando, bem assim, em formas distintas de intervenção e tutela desses monumentos.

3. OS CONCEITOS DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL

Os monumentos históricos são responsáveis pela reverberação dos valores de uma sociedade ao longo do tempo, é através deles que somos capazes de compreender o modo de vida, os costumes, a arquitetura, entre outros aspectos de nossos antepassados. Entende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram uma significação cultural com o tempo (ICOMOS, 1964) e, por essa razão devem ser preservados.

Entenda-se por salvaguarda “a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno” (SALCEDO, 2008, p. 150 apud UNESCO, 1976). Os conceitos chaves para preservação de um patrimônio são a conservação, a restauração e a reabilitação de monumentos históricos.

O termo conservação são os cuidados a serem dispensados a um bem para preservá-lo as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção, ela poderá igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas (ICOMOS, 1980). Ruskin, um dos principais teóricos a favor da conservação preventiva, defendia o privilégio à integridade e autenticidade física do bem e atentava-se para o fato de que a vigilância a um velho edifício, por meio dos melhores cuidados possíveis, o salvaria de qualquer causa de degradação. Aveso a qualquer intervenção de restauro e da imitação de estilos arquitetônicos anteriores, alegava que o aspecto principal da preservação de um edifício é o histórico e não o estético, fazendo com que os materiais originais devam ser preservados (CHOAY, 2001, p. 155).

A restauração é o reestabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido (SALCEDO, 2008, p. 153). A restauração começa pelo reconhecimento das edificações significativas para a humanidade, pelo seu valor histórico e artístico. Nesse contexto, o conceito de restauro será também abordado pelas Cartas Patrimoniais. Um dos documentos que possui princípios considerados fundamentalmente válidos para o trato de edifícios de interesse para a preservação, continuando a ser o documento-base da instituição é a Carta de Veneza (KUHL, 2010, p.292).

A Carta de Veneza, estabelece que a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese. A restauração deverá sempre ser precedida e acompanhada por um estudo arqueológico e histórico do monumento (ICOMOS, 1964). Estes aspectos evidenciam a forte influência do restauro crítico estabelecido por Cesare Brandi, ao mesmo tempo que evidencia as ideias do restauro filológico (de Boito e Giovannoni) de respeitar as várias estratificações do bem e de diferenciar a ação contemporânea, também as associa à dimensão formal das obras, torna-se uma postura inovadora por levar em consideração as dimensões formais e documentais (KUHL, 2010, p. 294). O avanço da questão patrimonial após a década de 1960, levaram à um alto custo social e econômico dos edifícios considerados como patrimônio, e, ocasionaram a descaracterização de complexos urbanos, nas áreas históricas. Como forma de conter esse processo, surge a reabilitação como medida de preservação e modernização do tecido urbano e social (SALCEDO, 2008, p. 158).

A reabilitação é definida por uma ação que busca manter o caráter original do ambiente construído, respeitando assim, os ocupantes anteriores à intervenção e suas atividades cotidianas. Para adaptar o edifício, são permitidas reformas, a fim de receber uma atividade de uso compatível à sua infraestrutura, desde que essas não descaracterizem o ambiente construído herdado. As poucas intervenções deverão garantir conforto ambiental, acessibilidade e estabilidade estrutural da edificação. Para Maricato (2001, p. 126), as reabilitações devem perdurar seu caráter democrático, a fim de garantir o direito à cidade a qualquer cidadão, principalmente tratando-se de respeitar o morador local àquela intervenção.

4. CAFEICULTURA PAULISTA: DO AUGÉ DE SUA PRODUÇÃO À DECADÊNCIA

A economia cafeeira foi sinônimo de desenvolvimento para o oeste do Estado de São Paulo, juntamente com a ferrovia marcou o início da industrialização na região. Atraídos

pelas condições favoráveis de clima e de solo, os grandes empresários agrícolas iniciaram a ocupação pioneira do oeste. O avanço da cultura ampliou as fronteiras agrícolas, fazendo com que as plantações de café percorressem quase todo o território paulista (BENINCASA, 2007, p. 6). No final do século XIX, com o advento dos ideais republicanos, a escravidão no Brasil chegou ao fim e novos trabalhadores foram trazidos para as lavouras cafeeiras, aumentando o fluxo de pessoas entre a capital e as fazendas (HOMEM, 1996, p.54). Este fenômeno, foi responsável pela introdução de novas tecnologias, materiais construtivos, costumes e de um estilo arquitetônico, o Ecletismo, capaz de abandonar o estigma caipira que pairava sobre as propriedades rurais. As fazendas abrigavam: a moradia do fazendeiro, de sua família e dos trabalhadores livres; também instalações para o beneficiamento e estocagem do café; oficinas; abrigo para animais, etc. - tornando-se uma verdadeira empresa agroindustrial, responsável por plantar e beneficiar os grãos de café, preparando o produto para o transporte.

Neste cenário, utilizou-se da arquitetura como forma de ostentação do poderio da família, principalmente nos casarões-sede que recebem volumes imponentes e fachadas detalhadas pelo estilo eclético. As alterações ocorridas na planta indicam os novos hábitos de receber, como por exemplo: a circulação entre os cômodos sociais como forma de conservar a privacidade; e o reposicionamento de lavatórios e alcovas para garantir iluminação e ventilação fazem parte de uma série de medidas higiênicas que marcaram o período. Além dos aspectos externos, diversos móveis e objetos são trazidos da Europa para decorar os novos palacetes (LEMOS, 1989, p.18). Os vestígios dessas grandes edificações mostram como o Ecletismo foi paulatinamente sendo introduzido na arquitetura até representar efetivamente o novo regime político e a arquitetura dos edifícios na área urbana das vilas. Com a queda da produção cafeeira, no início do século XX, as estruturas foram gradualmente sendo abandonadas, resultando no panorama atual de séria degradação.

Apesar da questão patrimonial ter sido cada vez mais percorrida pelas pesquisas na arquitetura, o Brasil pouco explora o patrimônio localizado no meio rural. Podemos atribuir a isto, a ocupação latifundiária; o êxodo rural a partir da década de 1960; e o apelo dos conjuntos urbanos em relação à simplicidade do campo. Além destes fatores, a população não possui relação afetiva com as edificações, continuamente desconhecendo sua existência, o que também contribui para o esquecimento e a degradação desse patrimônio (CASTRO, 2016, p. 75). A narrativa de abandono na fazenda Serra Negra, localizada na cidade de Botucatu-SP, é semelhante à diversos sítios históricos rurais paulistas.

5. A PAISAGEM RURAL COMO PATRIMÔNIO

Patrimônio é um termo de grande complexidade, que abrange as definições sobre o patrimônio cultural e natural. O patrimônio cultural compreende o patrimônio material, como as pinturas, construções, lugares, paisagens, esculturas, entre outros, relevantes para a história, para a arte e para ciência (UNESCO, 1972); bem como o imaterial que são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, que os grupos sociais reconhecem como parte do seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003).

O patrimônio material pode se dividir em monumentos, conjuntos e sítios, desde que estes estabeleçam um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte, da ciência ou valor antropológico. Os monumentos podem ser obras arquitetônicas, de escultura, ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica; já os conjuntos são grupos de construções isoladas ou reunidas, valorizadas em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração; já os sítios são obras do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos.

Dentro desse caráter, as paisagens rurais são sítios históricos que compõe papel vital no patrimônio da humanidade, podem representar culturas e tradições culturais. São sítios patrimoniais que revelam benefícios econômicos, sociais, multifuncionais e de apoio cultural (ICOMOS, 2017). Entende-se por paisagem rural paisagens coproduzidas pela interação do homem com a natureza, utilizadas para a produção de alimentos, e outras fontes renováveis naturais, através da agricultura, pecuária, entre outras extrações de recursos. Os sistemas de paisagem rural abrangem elementos rurais e as relações funcionais, produtivas, simbólicas, ambientais, entre eles e com um contexto mais amplo (ICOMOS, 2017).

A paisagem rural como patrimônio inclui os atributos físicos, os povoados humanos, a arquitetura vernacular, bem como as tradições, as práticas, as expressões da identidade, sejam elas por comunidades antigas e contemporâneas. O patrimônio engloba o conhecimento científico e prático dessas relações entre o homem e a natureza.

Com o êxodo rural, a alteração da economia e o crescimento da população nas áreas urbanas, as paisagens rurais tornaram-se vulneráveis à transformações em espaços subocupados “já que os novos modelos de atividade econômica a que elas se dedicam e os novos modelos familiares não dão conta de ocupar as imensas edificações” (MARIUZZO, 2012, p. 63). Nesse sentido, as fazendas cafeeiras dos sertões de Botucatu agregam valor patrimonial incontestável, e por essa razão, deve-se contribuir para a contenção de sua degradação.

6. O TURISMO COMO FERRAMENTA DE USO PRÁTICO: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS

Os processos de conservação, e restauro do patrimônio é favorecido por sua destinação útil à sociedade (ICOMOS, 1964). A valorização e o reconhecimento de seu testemunho histórico, podem levar ao consumo dessas edificações, enquanto produto de uma indústria patrimonial. As visitas que antes eram locais, como torna-se alvo de um turismo regional, nacional e por vezes internacional, que podem contribuir com a visibilidade e a sustentação econômica do local e de seu entorno.

O turismo é um fenômeno em desenvolvimento complexo, desempenha papel fundamental econômico, social, cultural, educativo, científico, ecológico e estético (ICOMOS, 1999, p. 1). Inicialmente as cartas patrimoniais ofereceram um caráter exploratório do turismo como ferramenta para atrair visibilidade ao patrimônio, fazendo com que este seja uma das principais atividades realizadas com os monumentos históricos. A norma de Quito (OEA, 1967), por exemplo, coloca os monumentos em função do turismo, fazendo com que a iniciativa privada será responsável pela valorização comercial do bem à sombra de sua proteção (OEA, 1967, p. 6).

A carta internacional sobre o Turismo Cultural (1999), traz uma revisão para o trato ao patrimônio, principalmente com as atividades pré-existentes. Propõe que a atividade turística foi e continua a ser um dos principais veículos do intercâmbio cultural, proporcionando experiências não só a partir da observação, mas do contato com a vida de grupos humanos diversos, é cada vez mais reconhecida a força positiva que favorece a conservação do patrimônio natural e cultural. O patrimônio natural e cultural, tal como a diversidade das culturas vivas, constitui atração turística de importância capital (ICOMOS, 1999, p. 1-2). Para tanto, a carta recomenda o desenvolvimento de projetos turísticos e de infraestruturas que levem em consideração a dimensão estética, social e cultural dos territórios abrangidos, considerando todos os atores do processo.

O turismo rural surge como uma maneira de valorizar os aspectos de uma paisagem rural. Assume-se que o Turismo rural despontou como atividade econômica em meados do século XX, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, mas foi só em 1991 que a União Europeia influencia diversos países através de políticas públicas de apoio ao Turismo Rural. A década de 1990 é considerada o marco inicial da atividade na América Latina, “surge como uma prática capaz de promover a sociabilidade e a integração entre o rural e o urbano e a transformação socioeconômica, contribuindo para aliviar a pobreza no campo, sem descaracterizar a identidade da população local” (BRASIL, 2010, p. 13).

No Brasil, as políticas de turismo têm incentivado cada vez mais o ramo na economia nacional. Os roteiros de viagens têm se diversificado para atender as necessidades de uma sociedade globalizada em constante atualização. O turismo no Brasil tem como função primordial a redução da pobreza e a inclusão social (BRASIL, 2010, p. 2). O turismo Rural pode assim contribuir para a revitalização econômica e social das regiões, o reconhecimento dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente e a atração de investimentos (BRASIL, 2010, p. 11). Para constituir-se de um fator de desenvolvimento, são necessárias ações de estruturação, para consolidar o turismo rural como uma opção de lazer para o turista e uma importante e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural. Porém, constantemente, questões negativas passaram a ser associadas à esse tipo de exploração turística, como por exemplo a sobrecarga da estrutura rural por “um número elevado de visitantes e veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade (BRASIL, 2010, p. 14 apud BRASIL, 2003, p. 10).

Contudo, o cenário globalizado atual não corrobora para o cumprimento das recomendações estabelecidas pelas cartas (ICOMOS 1999, 2008 e 2017) e o que se assiste é um turismo excessivo que pode, do mesmo modo que um turismo inexistente ou mal gerido, prejudicar a integridade física e o significado do patrimônio (ICOMOS, 1999, p. 2). O consumo cultural acaba distanciando a relação do grande público com a herança construída, gerando uma indústria que exclui a população local ou não privilegiada, e, com elas, suas atividades tradicionais (CHOAY, 2001, p. 169).

Ademais, o Turismo como ferramenta isolada dificilmente agregará valor histórico, artístico e simbólico com a população residente. A memória reconstruída permite colocar alma nesses espaços, antes plenamente ocupados, mas que hoje estão esvaziados. (MARIUZZO, 2012, p. 63). Dessa forma, o estudo propõe a aplicação do método proposto por Zárte (2014) a fim de reconhecer os aspectos físicos, sociais e simbólicos do objeto de estudo.

7. O URBANISMO AMBIENTAL HERMENÊUTICO (UAH)

O urbanismo ambiental hermenêutico (UAH), é uma proposta de Marcelo Zárte em contracorrente à um modelo ambiental urbanístico que obteve grande dispersão entre os anos de 1960 e 1980: a visão externa, que levava em consideração apenas padrões físicos e estéticos do território sintetizados na paisagem (ZÁRATE, 2010, p. 30). Desse modo, para Zárte (2010, p. 31) a questão fundamental é compreender o conceito de “lugar” dentro do urbanismo, assumindo que a cidade seja uma complexa articulação de espaços e que cada um deles possui suas características específicas, com agentes

sociais característicos e que os mesmos possuem determinadas expectativas em relação ao espaço. Reconhecer o lugar é uma poderosa estratégia de conhecimento projetual própria do urbanismo.

Zárate apoia suas questões teóricas no trabalho de Josep Muntañola, trazendo sua visão de forma inovadora para o Urbanismo. Por sua vez, as obras de Muntañola levam em consideração as aplicações filosóficas de Bahktin e Ricoeur, a respeito da dialogia, ou seja, a relação entre texto e contexto. Muntañola propõe os fundamentos para uma nova arquitetura, no qual todo texto (arquitetura/espaço físico) possui um contexto (sócio-físico) e que este deve ser levado em consideração nas diversas dimensões da arquitetura: pré-figuração (projeto), configuração (construção), refiguração (uso). A partir dessa visão, a dialogia no urbanismo irá levar em consideração três dimensões essenciais para a caracterização do lugar: histórica ou social, física ou a obra como arte e simbólica como uso propositivo.

A dimensão social do UAH é uma organização das práticas sociais, no qual as pessoas se relacionam de determinada maneira em um cenário específico e temporal (SILVEIRA, 2018, p.40). A simbólica são expressões verbais e escritas, construções de valores, representações sociais, aquilo que se interpreta do que se interpreta do lugar, sua gênese (ZARATE, 2014, p.14). A física é a expressão material, a arquitetura como lugar das manifestações do ambiente sociocultural em seu processo de apropriação e transformação do território. São as tipologias arquitetônicas, elementos construídos e naturais. Ao relacionar as dimensões, são identificados grupos que utilizam o mesmo cenário, a partir de esquemas que conferem o grau de correspondências sociosimbólicas e congruências sociofísicas a fim de encontrar o código genético do lugar. O termo código genético remete-nos a condição de que cada lugar urbano é único e possui suas próprias características, atividades sociais distintas e que devem ser estudadas separadamente (ZÁRATE, 2014, p. 164), tornando-se um elemento vital para o entendimento do lugar (SILVEIRA, 2018, p.25). O código genético será um elemento revelador daquilo que deve se manter preservado para que não se perca a essência da arquitetura residencial cafeeira, específica em cada um de seus contextos.

8. A FAZENDA SERRA NEGRA: LEITURA DO CONTEXTO E DAS DIMENSÕES FÍSICAS, SOCIAIS E SIMBÓLICAS

Para o reconhecimento dos elementos das dimensão física, social e simbólica foram realizadas visitas à propriedade onde realizou-se o levantamento métrico (da casa-sede) e fotográfico (da propriedade como um todo), e foi observado o fluxo de pessoas que utilizavam o espaço, suas principais atividades e motivações. As relações foram

embasadas em referencial teórico que aborda o tema em questão, ou o objeto de estudo.

A fazenda Vila Vitória, ou Fazenda Serra Negra, como atualmente é reconhecida foi outrora propriedade de Manuel Ernesto da Conceição, conhecido como Conde Serra Negra. O Conde foi um dos principais expoentes da produção cafeeira no Estado de São Paulo, sendo ele responsável por grande parte da divulgação do produto na Europa. Com os rumores da implantação da Estrada de Ferro Sorocabana em Terras Botucatuenses, compra as terras e estabelece sua propriedade próxima à estação Vitória em 1888 (PIZA, 2015, p. 311), conferindo-lhe semelhante nome. As terras outrora exploradas pelo Conde ficam localizadas no distrito municipal de Vitoriana e atualmente encontram-se em posse da Usina São Manoel.

Em seu auge produtivo, cultivava a variedade original das terras roxas do município: o café amarelo. Obteve, desde sua consolidação, forte influência dos imigrantes, posseiros, que ocuparam pioneiramente os sertões de Botucatu, dos costumes europeus e das inovações técnicas trazida pela ferrovia. Os reflexos de tal influência foram expressos nos edifícios que ocupavam a implantação da fazenda: Casa-sede, Colônias, tulha com maquinário a vapor, estábulo, casa do administrador, capela, armazém, além da paisagem natural no qual foi estabelecido um grande lago artificial, jardins fronteiros de influência francesa e um pomar aos fundos da residência. A maior parte dessas edificações já foram destruídas e só é possível ter uma dimensão de sua grandiosidade através dos quadros encomendados pelo Conde à Antonio Ferrigno¹. As plantações de café foram substituídas pela densa implantação da Cana de Açúcar, e a vegetação que ainda resiste no espaço tende a ser um respeito ao curso de água que ainda corta o terreno.

Atualmente, a dimensão física da fazenda (figura 1) é composta por ambientes construídos (Casa-sede, tulha, estábulo e casa do administrador) e naturais (jardins, pomar, terreiro, lago), que possuem características próprias adquiridas desde o período de sua implantação, até sua manutenção dos dias de hoje, apesar da recorrente troca de proprietários, são elas:

¹ De origem Italiana, Antonio Ferrigno parte para o Brasil em 1893 e fixa residência em São Paulo. Rapidamente torna-se um notório pintor e passa a receber encomendas de fazendeiros, entre as quais se destacam a série de 12 telas sobre o cultivo do café, que reproduzem a vida e os costumes do interior paulista, feita para o conde de Serra Negra.

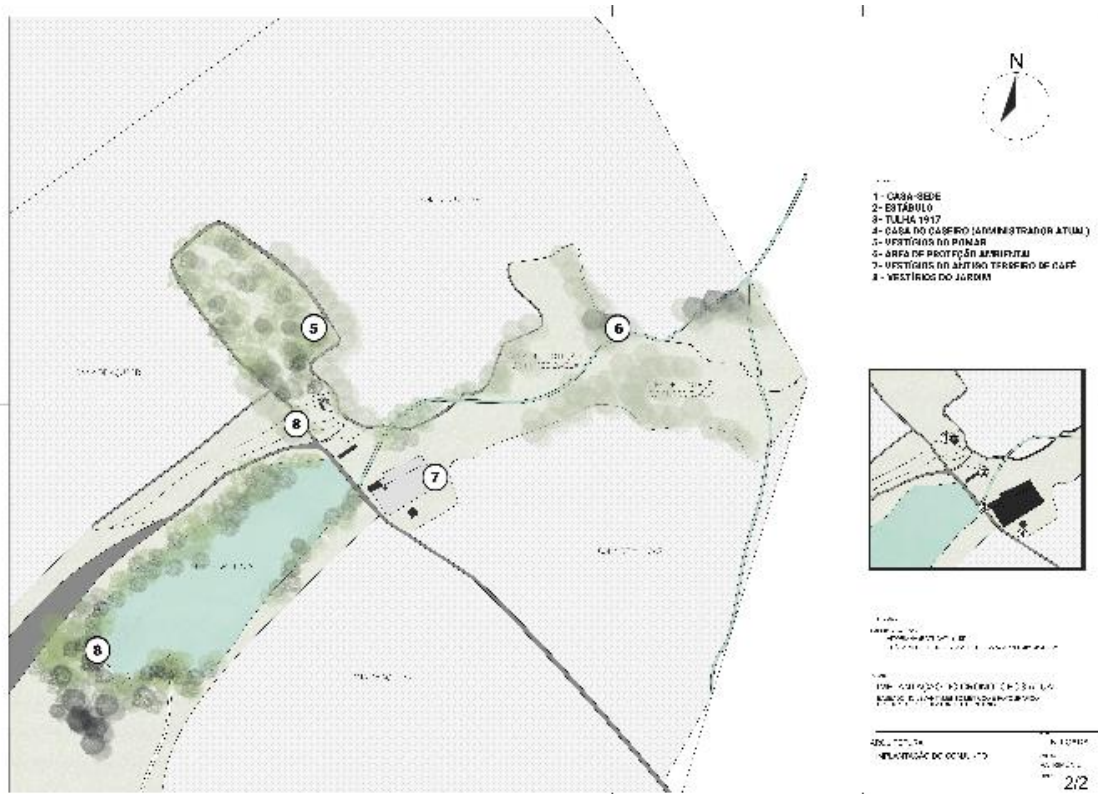


Figura 1 - Implantação atual da fazenda Serra Negra - Botucatu (SP).
 Fonte: Elaborado por Beatriz L. Antunes

- Casa-sede: O casarão fica localizado à meia enconsta, característica atribuída à influência mineira, e possui uma planta que desenvolve-se em “U” (figura 2) típica ocorrência em regiões ocupadas pela Sorocabana (BENINCASA, 2007, p. 481). As fachadas simétricas foram pouco alteradas e revelam diversos elementos da época, como o alpendre com elementos de ferro, as esquadrias em madeira com bandeiras em ferro marcando as entradas principais da residência (ANTUNES, BENINCASA, 2018, p. 44). O interior da residência está em processo de degradação, as paredes possuem falhas nas pinturas, onde eventualmente deixam em evidência sua estrutura de tijolos maciços. Os pisos cerâmicos encontram-se conservados, em detrimento do assoalho de madeira que possui diversas falhas. O pavimento principal conta ainda com um terraço hexagonal na saída do que seria uma sala de jantar, que dá acesso aos jardins. O pavimento inferior dá lugar a um porão de dimensões consideradas habitáveis, apesar do abandono, mantém os pisos de pedra conservados e os forros de madeira também reforçados. Nesse pavimento a degradação das esquadrias é mais evidente, e são poucos os remanescentes intactos.

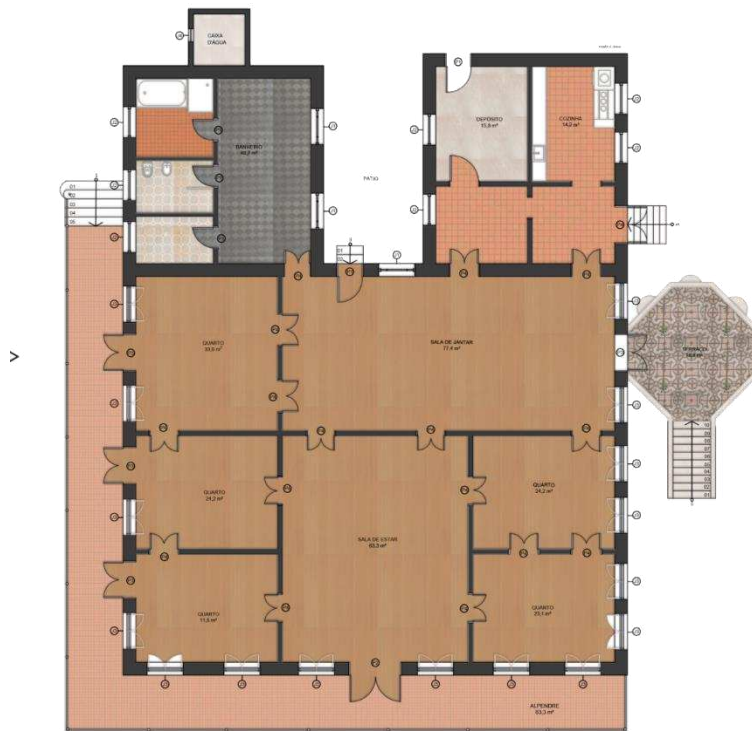


Figura 2 - Planta do casarão da Fazenda Serra Negra - Botucatu (SP), com diferenciação de pisos. Fonte: Elaborado por Beatriz L. Antunes

- Tulha: A tulha fica localizada próxima ao curso de água que corta a implantação da fazenda, em um platô único, formado por um muro de arrimo entre os terreiros de café o declive próprio do terreno. Um volume retangular, com cobertura em duas águas, mas que impõe-se arquitetonicamente graças à sua fachada com alguns elementos ecléticos. A fachada ainda leva uma inscrição que refere-se ao ano de sua construção: 1917. Conta com uma plataforma em madeira de acesso interno, mas que após a ocupação da Usina não é possível ter acesso. Abandonada e com uso apenas de depósito a Tulha também caminha para degradação de sua estrutura.
- Estábulo: Edificação singela que foi implantada no terreno para atender às possíveis demandas dos trabalhadores da fazenda. Volume retangular com cobertura disposta em duas águas, possui na fachada apenas os espaços para os animais e não retém demasiado valor arquitetônico.
- Casa do Administrador: Essa edificação não corresponde à origem da fazenda e foi instalada posteriormente com a demanda do caseiro, atual funcionário da Usina responsável pela manutenção desse sítio. A arquitetura simples revela as características de uma moradia popular localizada no meio rural contemporâneo: um volume retangular de apenas um pavimento, com cobertura em duas águas,

pequenas áreas cultiváveis para subsistência, e uma larga varanda em sua fachada.

- **Jardins:** O que resta na ocupação dos jardins são resquícios de um repuxo de água e de um pombal; algumas espécies vegetais frondosas, um corredor de Chorões que marca uma das entradas para a casa, e as palmeiras. Com a falta de cuidados necessários, os vastos gramados estão mortos e intensificam o caráter de abandono do edifício. O fim do jardim é marcado por um muro de pedra, que possui duas estátuas de porcelana encimando a entrada principal para a propriedade. O muro corresponde à implantação original da fazenda, já que segue tendências burguesas do final do século XIX, que consiste na separação do ambiente privado e aristocrático, daquele do mundo do trabalho (BENINCASA, 2007, p. 471).
- **Pomar:** Os pomares eram uma típica solução adotada no partido arquitetônico rural do período cafeeiro. Resta hoje uma rampa calçada em pedra, que leva à uma elevação do terreno, sustentada por muros arrimados também em pedra. Algumas espécies reincidentem no espaço, porém os frutos produzidos não são mais consumidos.
- **Terreiros:** Os terreiros de café são quase imperceptíveis na paisagem, pois espécies de vegetação rasteira invasora quase cobriram inteiramente seu calçamento de tijolos.
- **Lago:** O vasto lago idealizado pelas pinturas de Ferrigno sofreu com a ausência de manutenção na área. Hoje é ocupado em suas bordas por diversas espécies invasoras, mas ainda é um forte marco na paisagem.

A dimensão social da fazenda atualmente é composta por agentes sociais que ocupam o sítio histórico de maneira heterogênea, são eles:

- **Moradores de Vitoriana:** A influência do Conde Serra Negra para o estabelecimento do conjunto urbano de Vitoriana foi muito forte e diversas pessoas que trabalharam na fazenda atualmente residem na cidade e fazem frequentes visitas a propriedade para rememorar os tempos áureos de sua produção. Comumente aproveitam da visita para contar histórias aos familiares e apreciar a paisagem.
- **Caminhantes:** Pela proximidade da propriedade com o núcleo urbano de Vitoriana, diversas pessoas aproveitam da paisagem para realizar caminhadas próximas à casa e ao lago.

- Fotógrafos (Amadores e Profissionais): O caráter vestuto da arquitetura do casarão, dos muros e da tulha atrai o olhar de profissionais da fotografia, sendo as edificações foco principal de diversos trabalhos, filmagens e ensaios fotográficos.
- Pescadores: A propriedade também é utilizada como forma de lazer pelos moradores da região para pesca esportiva, acabam permanecendo nos arredores do lago durante todo o período diurno.
- Casais de namorados: Aproveitando-se do abandono da casa, foram apurados diversos relatos do uso da edificação para encontros românticos no período noturno.
- Crentes: Existem diversas lendas que foram incorporadas, sobretudo a casa-sede, são histórias fantasiosas sobre heróis de guerra, tesouros escondidos, que são realmente levadas em consideração pelos visitantes, que cavam buracos ao longo da propriedade em busca do famoso tesouro.
- Administrador: Encarregado pela Usina, o administrador/caseiro é o único que usufrui diariamente do espaço e onde constituiu família. Vive na edificação descrita com sua esposa e filhos.
- Trabalhadores da Usina: As terras do entorno da fazenda são áreas cultiváveis de cana de açúcar, o que ocasionam invariáveis visitas dos trabalhadores às terras ocupadas pela fazenda.

Por fim, a dimensão simbólica revela relações topofílicas e topofóbicas com os espaços descritos. As percepções topofílicas são as sensações ocasionadas por bem-estar e satisfação, já a topofobia caracteriza à aversão, tornando-se lugar de medo e repugnância. As relações topofóbicas em relação à Fazenda Serra Negra foram superiores às topofílicas, conforme estão descritas a seguir:

- Topofílicas: O prazer em relatar as memórias antigas do auge da produção; a bela paisagem natural e construída; a esperança de possíveis intervenções de restauro que possam gerar uma oportunidade de emprego ou negócio para os moradores de Vitoriana
- Topofóbicas: O medo é um sentimento constante e está relacionado ao abandono sofrido pela edificação. Além disso, muito se sofre com o esquecimento da propriedade em detrimento de outra propriedade que já foi inserida pelo contexto urbano e tem maior visibilidade (a fazenda Lageado). A fazenda também representa um empecilho para a prosperidade financeira da Usina São Manoel, afinal trata-se de uma grande área no qual está deixando de ser cultivada a cana de açúcar.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a descrição de suas dimensões e do contexto no qual está inserida a fazenda, pode-se dizer que trata-se de um patrimônio cultural dados os seus valores históricos e artísticos. Históricos, vide que a fazenda é um registro da criação humana, pois é resultante de uma somatória de elementos de seu contexto político, econômico e social, como por exemplo sua arquitetura com traços ecléticos, influências mineiras e da imigração. Seus exemplares restantes tornaram-se vestígios edificados do percurso traçado pelo ecletismo na região de Botucatu. Artísticos, pois o patrimônio foi capaz de sensibilizar a figura humana desde à sua gênese até os dias atuais, o que reflete-se na sua integridade física mesmo com as das transformações ocorridas, seja pelo que ela representou em determinado momento histórico, seja pela sua imponente arquitetura.

	Casa-sede	Casa do Administrador	Tulha	Estábulo	Pombal	Lago Artificial	Jardins Fronteiros	Pomar
RELAÇÕES SÓCIO-FÍSICAS E FÍSICA-SIMBÓLICAS								
ATORES SOCIAIS								
MORADORES DE VITORIANA								
CAMINHANTES								
TREKING								
FOTÓGRAFOS								
PESCADORES								
NAMORADOS								
CRENTES								
ADMINISTRADOR								
TRABALHADORES RURAIS								
TURISTAS JOVENS ADULTOS								
ATIVIDADES SOCIAIS								
PASSAGEM								
MORADIA								
APRECIAR A PAISAGEM								
CAMINHADA								
ESPORTES RADICAIS								
PESCA								
LAZER								
FOTOGRAFAR								
PESCAR								
ÁREA SOMBREADA								
LENDAS URBANAS								
LUGARES ABANDONADOS								
CULINÁRIA TÍPICA								
COMPRAS DE PRODUTOS ARTESANAIS								
ELEMENTOS SIMBÓLICOS								
Memória Original								
Entretenimento								
Histórias Familiares								
Lendas Urbanas								
Bucolismo								
Abandono								
Isolamento								
Medo								
Potencial Negócio								
Monumento como a fazenda Lajeado								
Comemorações								
Impecilho								
Choque de Cultura urbana								
Experiência diferente								
AUTENTICIDADE EM PRODUÇÕES ARTESANAIS								

Figura 3 - Estudo de relações Sócio-físicas e físicas simbólicas da fazenda Serra Negra em 2019. Fonte: Elaborado por Beatriz L. Antunes

Entretanto, seu uso prático, assim como a maioria do patrimônio localizado no meio rural precisa ser revalorizado. Nesses termos, o presente trabalho acredita que o Turismo Rural vem, para o objeto, como ferramenta capaz de proporcionar visibilidade ao conjunto esquecido no campo. Para uma efetiva proposta de trabalho, julga-se pertinente acrescentar às dimensões sociais e simbólicas o perfil do turista que atualmente atrai esse segmento: moradores de grandes centros urbanos, possuem entre 20 e 55 anos, são casais com filhos e/ou amigos, buscam deslocar-se apenas para a região de onde saem, são apreciadores da culinária típica regional, valorizam produtos artesanais e buscam levar pra casa produtos agroindustriais (BRASIL, 2010, p. 28); Para tanto, a proposta seria de reabilitação desse sítio histórico abandonado, através do restauro dos elementos que concentram a maior quantidade de atividades e simbolismos apresentado como resultado da figura 3: casa-sede, tulha, jardins fronteiros e o lago, buscando através de mínimas intervenções, com materiais facilmente reconhecíveis e de fácil remoção, proporcionar infraestrutura para que a fazenda atente novamente às necessidades materiais humanas, corroborando para a memória da população com relação ao café.

Embora o trabalho tenha alcançado fins práticos de utilização da fazenda, a realidade que enfrentam os patrimônios localizados no meio rural de Botucatu e região, tendem ao esquecimento. As cidades paulistas fundadas na era das aberturas de fazenda cafeeiras guardam testemunhos tão belos quanto ameaçados pela falta de reconhecimento dos que a herdaram (SETUBAL, 2004, p. 94). A situação de abandono da arquitetura residencial cafeeira é visível pelo exemplar da fazenda Serra Negra. Entende-se que a valorização da arquitetura rural de toda região pode ser contemplado pelo turismo local e regional, a fim de garantir-lhes visibilidade suportarão intervenções, desde que as mesmas levem em consideração o vínculo afetivo pré-estabelecido com esse patrimônio. Além disso, tais medidas associadas ao método do Urbanismo Ambiental Hermenêutico, que analisa as dimensões físicas, sociais e simbólicas de cada fazenda, compreendendo-as como características distintas, podem contribuir para o fortalecimento dos laços entre a população e o patrimônio de sua cidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Beatriz Leite. BENINCASA, Vladimir. **Casarões ecléticos das Fazendas Cafeeiras dos Sertões de Botucatu -SP**. São Paulo: FAPESP, 2018 (relatório de iniciação científica).

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. São Carlos: EESC-USP, 2007 (tese de doutorado).

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

- CASTRO, Ellen B. S. F. de. **Genocídio Velado**: trajetória da EFNOB e perspectivas para o patrimônio industrial ferroviário. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2016. (Dissertação de mestrado)
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. Lisboa: Editora Unesp, 2001. 304p. Tradução Luciano Vieira Martins.
- CUNHA, C. **Alois Riegl e "O culto moderno dos monumentos"**. Revista CPC, n. 2, p. 6-16, 1 out. 2006.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira, 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ICOMOS. **Carta de Veneza - Carta Internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios**. Veneza, ICOMOS, 1964.
- ICOMOS. **Carta de Burra, 1980**. Burra, ICOMOS, 1980.
- ICOMOS. **Carta Internacional de Turismo Cultural** - Gerenciamento do turismo em locais de importância histórica. México, ICOMOS, 1999
- ICOMOS. **Carta para Interpretação e Apresentação de Patrimônios Culturais**. Quebec, ICOMOS, 2008.
- ICOMOS. **FLA - Princípios relativos à paisagem rural como Patrimônio**. Rascunho final para distribuição aos membros do ICOMOS em vista da submissão à 19ª Assembleia Geral do ICOMOS, 2017.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. In: Anais do Museu Paulista v. 18 n.2, 2010.
- LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1989.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARIUZZO, Patrícia. **Desafios para se preservar o patrimônio rural**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 64, n. 2, p. 61-63, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, 1972**. In: IPHAN: Cartas Patrimoniais. 3ª Ed. Ver. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 177-194.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, 2003**. In: IPHAN: Cartas Patrimoniais. 3ª Ed. Ver. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 371-390.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Normas de Quito, 1967**. In: IPHAN: Cartas Patrimoniais. 3ª Ed. Ver. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 105-122.
- RIEGL, Alois. **Le culte moderne des monuments: Son essence et sa genèse**. Traduzido por: Daniel Wiczorek. Paris: Seuil, 1903.
- SALCEDO, Rosio F. B. **Gestão do patrimônio cultural e natural**. OLAM-Ciência e Tecnologia ISSN 1982-7784. 8. 152, 2008.
- SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. **Município de Interesse Turístico: Cartilha de Orientação** de acordo com a Lei 1261/15. Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br>>. Acesso: 27 de dezembro de 2017.
- SILVEIRA, Pedro P. **A percepção da paisagem cultural das praças em centros históricos: uma análise dialógica da Praça Roosevelt em São Paulo- SP**. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2018. (Dissertação de mestrado)
- RUSKIN, John. **Las Siete Lámparas de la Arquitectura**. Espanha, Valencia: F. Sempere, 1910.
- SETUBAL, Maria Alice (coord.). **Modos de Vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ZÁRATE, Marcelo. El lugar urbano como estratégia de conocimiento proyectual em urbanismo. 2010. In: Architectonics - Mind, Land & Society - Hacia um Urbanismo Alternativo. Barcelona: Edicions UPC, 2010 P. 29 a 63.

ZÁRATE, Marcelo. **Urbanismo Ambiental Hermenéutico**: Una estratégia dialógica y sociofísica de conocimiento proyectual para un urbanismo ambiental alternativo. 2014. 190f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona.

As cartas patrimoniais e a patrimonialização das paisagens culturais

BARBOSA, Carlos Antônio (1); MACHADO, Elias José de Almeida Machado (2)

(1) Especialista em Restauração, Dolmen Restauro e Decorações Ltda,
dolmenrestauro@gmail.com

(2) Arquiteto e Urbanista, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, eliasjamac@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de cartas patrimoniais e de documentos oficiais de repercussão internacional, elaborados entre os anos de 1931 e 2009, com o objetivo de explicitar e de compreender a formação e formalização do conceito de paisagem cultural. Através da análise apresentada, verificou-se que a instituição desse conceito, resulta de processo histórico e social, iniciado no pós-guerra e inserido na lógica de ampliação dos entendimentos acerca do próprio conceito de patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: cartas patrimoniais, paisagem cultural, patrimônio, preservação.

The patrimonial letters and the patrimonialization of the cultural landscapes

BARBOSA, Carlos (1); MACHADO, Elias José de A. (2).

(1) Monument Restoration Specialist, Dolmen Restoration and Decorations,
dolmenrestauro@gmail.com

(2) Architect, PhD candidate, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo Faculty of Architecture, Federal University of Bahia,
eliasjamac@yahoo.com.br

ABSTRACT

This article presents an analysis of international patrimonial maps and official documents, elaborated between 1931 and 2009, aiming to explain and understand the formation and formalization of the concept of cultural landscape. It was found through the work presented, that the institution of this concept comes from a historical and social process which started in the post-war and has been inserted in the logic of broadening the understanding about the concept of heritage itself.

KEYWORDS: *heritage charts, cultural landscape, heritage, preservation.*

1. INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio, bastante empregada atualmente tem origem no étimo latino “*patrimoniu*” e está associada às noções de posse e de propriedade. De acordo com Funari e Pelegrini (2006), patrimônio, em sua origem etimológica, é tudo aquilo que pertence ao pai, ao patriarca, e, portanto, pode ser herdado por seus descendentes. O termo monumento, por sua vez, também tem origem na língua latina, especificamente no etmo “*monere*”, e está associado à recordação, à memória e à perpetuação ao longo do tempo (Aloise, 201?).

Ainda hoje, esses vocábulos carregam significados associados à posse, à hereditariedade e à memória, entretanto, na contemporaneidade, a esses significados foram acrescentadas outras significações, expressas por adjetivações como: genético, imaterial, material, cultural e histórico. Sobre os acréscimos dessas significações e, por vezes, as ressignificações contemporâneas desses étimos e de suas múltiplas qualificações discorre Francoise Choay em muitos de seus trabalhos.

As noções contemporâneas, mesmo ressignificadas, de patrimônio e de monumento pressupõem a existência de uma consciência de coletividade e de apropriação do passado pelo presente; pressupõe a apropriação de um passado que, deificado e fetichizado, merece desdobrar-se e transmitir-se ao futuro, e por isso, precisa e deve ter garantida a sua preservação (Almeida, 2010). Atualmente, costumes, edificações, conjuntos edificados, obras de artes, sítios, paisagens e tantos outros elementos são selecionados por organizações ligadas à cultura, de natureza local, regional, nacional ou supranacionais, e elevados à condição de patrimônio. Patrimonializados, esses elementos passam a ser contemplados como registros excepcionais da cultura, da existência humana ou de uma obra da natureza e de imediato são revestidos de significados e de funções e, não raro, convertidos em bens e valores capazes de gerar renda e de movimentar a economia (BENHAMOU, 2016).

Dentre as categorias patrimoniais mais abrangentes e complexas, destaca-se a “Paisagem Cultural”, instituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1992 e adotada pelos países signatários, dentre os quais, o Brasil. O conceito de paisagem cultural então introduzido, supera as polaridades inerentes às antigas categorias patrimoniais (bens naturais x bens culturais materiais x bens culturais imateriais) e abarca uma grande porção territorial, considerando além do sítio e dos seus aspectos naturais, os grupos sociais, com suas produções materiais (edificações e monumentos, por exemplo) e imateriais (costumes, tradições) e com as relações particulares que eles desenvolvem entre si e com os recursos naturais daquele sítio.

Enquanto construção histórica e social, nem sempre as sociedades compartilharam dessa compreensão abrangente e contemporânea de patrimônio; tampouco, nem sempre a noção de patrimônio foi associada a todas as tipologias materiais e imateriais citadas. Segundo Choay (2006), a ideia de patrimônio histórico edificado surge no Renascimento e está associada aos edifícios da Antiguidade Clássica, canonizados como modelos, por aqueles que valorizavam seus estilos arquitetônicos e as suas técnicas construtivas então tidas como admiráveis. Segundo a mesma fonte, após a Revolução Francesa, surgiram na França as primeiras organizações ligadas à preservação do patrimônio edificado e no século XIX, diante da devastação das cidades europeias provocada pelo crescimento populacional e pela industrialização, o trabalho dos primeiros restauradores.

Essas primeiras preocupações voltadas para a preservação do patrimônio edificado restringiam-se aos bens concretos, isolados, que eram julgados como repletos de valores materiais e simbólicos; bens esses tidos como testemunho da história coletiva. Nessa lógica, eram patrimonializadas edificações como castelos, igrejas, fortificações e esculturas dotados de valor excepcional; às obras de menor qualidade ou de menor porte, bem como aos conjuntos edificados, bairros, centros antigos, sítios e às paisagens, que também apresentavam excepcionalidades e testemunhavam passagens da existência humana e da obra da natureza, não eram dispensadas preocupações sistemáticas por parte dos órgãos oficiais, tampouco, o título de patrimônio.

As preocupações específicas e oficiais para com os conjuntos edificados, com sítios, com as paisagens e para com os bens imateriais transcorreram ao longo do século XX, acompanhando a ampliação do conceito de patrimônio. Essa ampliação, e as suas implicações sobre os entendimentos acerca da paisagem são expressas nas recomendações das cartas patrimoniais promulgadas. As recomendações que tangenciaram o entendimento atual de paisagem cultural de algumas dessas cartas, foram analisadas neste trabalho. O resultado dessa análise, compõe os itens que seguem.

2. O COMEÇO DO SÉCULO XX: OS PRIMEIROS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS TRATANDO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS EDIFICADOS ISOLADOS E DOS SÍTIOS HISTÓRICOS

Após o crescimento urbano e populacional, a industrialização dos países europeus no século XIX e a Primeira Guerra Mundial, as preocupações acerca da preservação do patrimônio edificado foram catalisadas pelas organizações internacionais e foram elaborados os primeiros documentos tratando das questões ligadas ao patrimônio. A Carta de Atenas (UNESCO, 1931) é o primeiro documento internacional que trata da

temática da preservação do patrimônio edificado. Ela foi elaborada no ano de 1931, pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações.

A Carta de Atenas, aborda os aspectos legais e as questões técnicas relativas ao restauro dos monumentos objetivando a construção de princípios a serem seguidos pelos países signatários. As bases teóricas desse documento encontram-se nas Teorias do Restauro Científico de Camillo Boito e de Gustavo Giovannoni, tendo o último deles colaborado diretamente na redação do texto. Essa carta apresenta uma visão bastante restrita e seletiva do patrimônio.

De acordo com a carta de Atenas, seriam dignos de patrimonialização e de preservação, apenas os bens construídos revestidos de caráter excepcional. Sítios e conjuntos que tangenciam o conceito contemporâneo de paisagem, são abordados apenas na seção 3, intitulada “A Valorização dos Monumentos”. Segundo essa seção, as construções antigas do entorno dos monumentos, quer sejam conjuntos históricos ou não, bem como as massas vegetais, devem ser respeitadas para a garantia de preservação das perspectivas pitorescas que emolduram os monumentos. As paisagens em si, sequer são mencionadas no documento. Assim, fica evidente que a Carta desconsidera os valores intrínsecos das paisagens que prescindem a existência de monumentos isolados, e consideram essa categoria apenas como necessária à manutenção da ambiência urbana.

No ano de 1933, foi redigido outro documento internacional relevante para a preservação do patrimônio edificado, chamado também da Carta de Atenas, resultou do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Os CIAM's aconteceram entre os anos de 1928 e de 1956, neles, os participantes almejavam diagnosticar os problemas da arquitetura e do meio urbano, decorrentes sobretudo do crescimento populacional e da industrialização e propor soluções adequadas, contidas no repertório moderno, de modo a atender às funções de habitação, lazer, circulação e de trabalho (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

A carta de Atenas do CIAM, sintetiza o urbanismo racionalista/funcionalista. Nas suas duas sessões, são tratadas questões gerais referentes ao fenômeno urbano e aos aspectos do diagnóstico das caóticas cidades industrializadas da Europa, com seus centros históricos marcados pela hiperplasia e pela insalubridade. Ao abordar a temática do patrimônio histórico, o texto explicita que os valores históricos dos monumentos devem ser salvaguardados, sobretudo se eles representarem a expressão de uma cultura anterior e o interesse geral. A carta do CIAM apresenta, portanto, uma visão monumentalista e histórica bastante similar àquela apresentada na Carta de Atenas de 1931.

Apesar do entendimento da noção patrimonial similar à da Carta de 1931, a Carta de Atenas do CIAM desconsidera as relações do monumento com seu entorno, ou seja, restringe ainda mais a noção de patrimônio. De acordo com a Carta de Atenas do CIAM, e seguindo os entendimentos modernos e higienistas do começo do século XX, o entorno das edificações excepcionais deveria ser saneado com a criação de espaços abertos e de áreas verdes (CIAM, 1933). Essa visão moderna dos monumentos, desconsidera o contexto e as marcas da interação homem natureza que envolvem o bem patrimonializado. Essa visão pouca influência deve ter tido sobre os entendimentos contemporâneos de paisagem cultural.

3. A DÉCADA DE 60: A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS E AS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES COM O USO DOS BENS PATRIMONIALIZADOS

Após a Carta de Atenas do CIAM, destaca-se a Carta de Gubbio, que, ainda que tenha caráter nacional, por ser pioneira na temática dos centros históricos, em muito contribuiu para o que hoje se compreende como patrimônio histórico urbano. Essa carta resulta da Convenção Nacional para a Proteção e Restauração de Centros Históricos, promovido por oito cidades italianas (e ratificada por cinquenta cidades do país europeu) no ano de 1960. Nos eixos temáticos, a Carta de Gubbio apresenta uma visão ampla da natureza e das cidades. Nela, pode ser percebida a influência clara de pensadores como Roberto Pane, que se dedicou ao estudo da morfologia urbana, e a importância de se discutir a temática dos centros históricos europeus no período que sucedeu à destruição das guerras mundiais.

A Carta de Gubbio já sinalizava para a necessidade de ações regionais, e não pontuais, voltadas para o desenvolvimento e para a manutenção das populações locais residentes nos centros urbanos patrimonializados. Embasavam o texto dessa carta, as preocupações com a degradação e com a descaracterização dos conjuntos urbanos e com a, já em curso, perda da identidade dos centros urbanos históricos, como destaca Vaz (2019).

Os entendimentos expostos na Carta de Gubbio, acerca do tecido social e dos valores imateriais e identitários que permeiam os bens materiais patrimonializados já apontam para um entendimento bastante amplo do patrimônio. Esse entendimento, por sua vez, aproxima-se da categoria patrimonial contemporânea Paisagem Cultural, que além de abarcar o sítio e as construções nele localizadas, contempla os agrupamentos humanos e as práticas sociais no sítio desenvolvidos.

Após Carta de Gubbio, no ano de 1962, foi elaborado, pela Unesco, o primeiro documento internacional que trata exclusivamente das paisagens e dos sítios, trata-se das “Recomendações relativas à Salvaguarda e dos Caráter das Paisagens e Sítios” (RRSCPS), também chamado de Recomendações de Paris. Nelas não há definição clara do conceito de paisagem cultural, mas há ampliação do conceito de patrimônio expresso nas cartas internacionais: são patrimonializados não monumentos, mas sim as paisagens, enquanto conjuntos dotados de aspectos naturais e/ou antrópicos.

Deve-se ressaltar que o conceito de paisagem adotado pela Unesco em 1962 se aproxima do conceito apresentado por Santos (1998), uma referência sólida para a Geografia. Segundo Milton Santos: “Tudo aquilo que nós vemos, ou que nossa visão alcança, é a paisagem (...). Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1998. P. 61). O conceito apresentado pelas RRSCPS contempla os aspectos culturais e estéticos característicos, e supera a noção de patrimônio e de monumento como mero registro histórico.

O texto das Recomendações de Paris, é estruturado em quatro sessões, sendo elas: Definições, Princípios Gerais, Medidas de Salvaguarda e Aplicações. Merecem destaque as medidas de salvaguarda apontadas dentre as quais existem recomendações para a criação de planos e de categorias de zoneamento, para as paisagens extensas, e a previsão de sanções e penalidades para os infratores. Essas recomendações expressam a compreensão do valor das paisagens, seja enquanto conjunto, seja de cada um dos elementos que a compõem e viabilizam a implementação de estratégias de restauro e de revitalização de grandes conjuntos heterogêneos sem pecar pelo engessamento e pela museificação do conjunto, tampouco pela permissividade nas áreas que exigirem medidas de conservação mais rigorosas. Curiosamente, as preocupações que permeiam as Recomendações de Paris, voltam-se para a preservação e a restituição das singularidades, do aspecto pitoresco, da beleza das paisagens e dos sítios.

Ainda na década de 1960, mais especificamente no ano de 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, promovido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) foi promulgada a chamada Carta de Veneza. Tendo como temática os sítios históricos (ICOMOS, 1964), a Carta de Veneza apresenta um conceito de patrimônio que compreende não só obras individualizadas de grande valor, mas também as criações modestas, os sítios e os conjuntos repletos de história e de significado, sejam eles rurais ou urbanos.

Ainda que não tensione os aspectos naturais, caros ao conceito de Paisagem Cultural, a Carta de Veneza apresenta valiosas contribuições para a lida com a paisagem

enquanto categoria patrimonial. Por exemplo, o conceito de patrimônio da Carta de Veneza, abandona o monumentalismo e ressalta a dimensão espacial e temporal dos bens, já que, de acordo com o texto, são eles inseparáveis do entorno e da história que lhes contextualizam.

No mais, o texto apresenta preciosas considerações relativas aos usos e às funções dados aos bens patrimonializados. De acordo com a Carta, a manutenção e a adaptação a um uso viável favorecem a conservação. De forma acertada, a carta explicita que as funções devem respeitar as limitações e as possibilidades de adaptação do bem a ser preservado, como demonstra Kühn (2010) e carregam os conceitos de funcionalização e revitalização, bastante atuais e discutidos e bastante aplicáveis aos entendimentos de paisagem como demonstra o texto de Marcelo Sotratti (SOTRATTI, 2015).

Uma crítica possível ao conceito de patrimônio apresentado na Carta de Veneza é a ênfase dada ao caráter histórico dos bens, ênfase essa que restringe, ainda que implicitamente, o conjunto dos sítios que podem e que devem ser patrimonializados, afastando-se do entendimento atual de paisagem cultural. Colaboram para alargar esta discussão, os escritos de autores como Paul Ricoer (RICOER, 1968) que apontam o caráter subjetivo da história e da historiografia.

Após a Carta de Veneza, foram elaboradas, as Normas de Quito, documento resultante da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos no ano de 1967 (OEA, 1967). O conceito de patrimônio expresso pelas Normas de Quito, contempla apenas os monumentos e os sítios monumentais. A principal contribuição das Normas de Quito é o reconhecimento do valor econômico e da função social dos bens patrimonializados. Segundo o documento, todo bem patrimonializado deve cumprir uma função social e apresenta um valor econômico que se potencializado, permite a sua fruição correta e a sua preservação.

Seguindo os ditames dessas Normas, valorizar economicamente um bem, seja ele um sítio ou um monumento, significa torna-lo útil às novas funções e aos novos usos, garantindo que ele mantenha suas características e tenha realçadas as suas virtudes. A valorização requer estudos e intervenções interdisciplinares, incorpora ao valor inerente do bem, um valor atual, mercadológico. Para a valorização econômica de um sítio, as Normas recomendam dentre outros, o uso turístico e a elaboração de planos e de estratégia de desenvolvimento.

As Normas de Quito antevêm as dificuldades de implementação do turismo, a especulação e os efeitos nocivos que a valorização de monumentos e de sítios (e,

também das paisagens), podem acarretar. Para contornar esses efeitos as Normas recomendam que os gestores sejam cautelosos, busquem conciliar a valorização e a preservação dos bens, promovam a educação cívica, a elaboração de legislação específica, a organização e o planejamento técnicos. Para fomentar o turismo, o documento recomenda que seja criada infraestrutura complementar composta por hotéis, restaurantes, aeroportos e outros equipamentos de receptividade.

4. FINS DO SÉCULO XX: AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO, AS PREOCUPAÇÕES SOCIAIS E ECOLÓGICAS E A ELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

Em 1972, o Ministério da Instrução Pública da Itália, publicou a chamada Carta do Restauo (MIP, 1972), que apesar de validade restrita ao território italiano, trouxe importantes contribuições para o entendimento e a gestão patrimoniais. Bem estruturada e didática, essa Carta traz instruções e indicações claras acerca dos procedimentos de restauro e de salvaguarda que devem ser adotados para cada uma das categorias de bens culturais tutelados.

No Anexo D, que trata especificamente dos centros urbanos históricos, o texto recomenda que as intervenções executadas não alterem os valores, as feições tampouco as funções históricas dos centros históricos; o que torna explícito o respeito e a consideração ao tecido social e econômico do qual o conjunto histórico é suporte. Assim, o texto tensiona assim os aspectos naturais e culturais edificados, e as relações existentes entre esses aspectos, das categorias patrimoniais.

Também no ano de 1972, a Unesco promoveu a sua 17ª Sessão da Convenção Geral, onde promulgou a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (CRPPMCN), da qual resultou um conjunto bastante abrangente de recomendações. Essas recomendações apontam, como passíveis de proteção e de patrimonialização, monumentos isolados, conjuntos e sítios, resultantes da obra humana ou da natureza, dotados de valor universal, do ponto de vista histórico, estético, etnológico, antropológico e científico (UNESCO, 1972).

Além de compreender os sítios históricos, o conceito de patrimônio das recomendações da CRPPMCN, extrapola o simplismo do valor histórico e local e amplia a noção de patrimônio dos documentos que lhe precederam. Após a CRPPMCN, o patrimônio além de associado aos registros e cultura de um povo, testemunham adquirem caráter mundial e passam a testemunhar a riqueza e diversidade da humanidade.

Além de ampliar o conceito de patrimônio em suas recomendações, a CRPPMCN teve o mérito de criar o Comitê do Patrimônio Mundial para identificar e difundir o conhecimento acerca do patrimônio, e o Fundo do Patrimônio Mundial que inaugurou uma nova política internacional para a lida e o financiamento de intervenções em centros e outros bens de valor patrimonial mundial.

Em 1975, o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, organizado pelo Conselho da Europa, publicou a chamada Declaração de Amsterdã. As contribuições deste documento, que inclui bairros, conjuntos, aldeias e cidades no seu conceito de patrimônio arquitetônico estão nas orientações voltadas para a implantação de políticas de conservação integrada que se baseiam na integração do patrimônio à vida social cidadina.

As contribuições dessa declaração refletem o entendimento do fenômeno urbano em sua totalidade, sem excluir ou condicionar o centro histórico a uma realidade limitada, dissociada das demais partes do tecido urbano não enfatizando, entretanto, a sua relação com a paisagem que lhe circunda. Ainda que não tangencie o conceito de paisagem, a Declaração de Amsterdã incentiva a participação popular como instrumento de manutenção das identidades locais, princípios bases para o conceito de paisagem cultural (C.E., 1975).

Ainda na década de 70, do século XX, foram publicadas as “Recomendações relativas a salvaguarda dos conjuntos históricos e as suas funções na vida contemporânea”, documento também chamado de “Carta de Nairóbi”, redigido na 19ª Sessão da Conferência Geral da Unesco. Abordando exclusivamente esta temática, esse documento traz definições claras sobre os conjuntos históricos e sobre os conceitos de ambiência e de salvaguarda.

De acordo com a carta de Nairóbi, o conceito de ambiência relaciona-se ao conjunto de elementos do entorno que influem na percepção estática e dinâmica de conjuntos e a ele de vinculam de forma direta no espaço ou através de laços sociais, políticos, culturais ou econômicos; enquanto a salvaguarda compreenderia todos as ações de identificação, de proteção, de conservação, de restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos e de seu entorno. A complexidade do conceito de ambiência apresentado nessa carta, em muito se aproxima dos entendimentos contemporâneos acerca do conceito de paisagem cultural (UNESCO, 1976).

Em 1992, a Unesco, na sua 16ª Sessão do Patrimônio Mundial instituiu a categoria patrimonial “Paisagem Cultural” através da chamada Convenção de 92. O conceito de

paisagem cultural empregado pela Unesco, bastante próximo do conceito geográfico já apontado de paisagem (SANTOS, 1998). Esse conceito finalmente supera as limitações dicotômicas cultura-natureza e material-imaterial, abrange áreas extensas, seus suportes naturais e os aspectos culturais materiais e imateriais oriundos da relação dos homens com esses suportes.

Os entendimentos de paisagem cultural da Convenção de 92, foram rebatidos em muitas das cartas internacionais. Em 1995, o Conselho da Europa, promulgou a Recomendação R(95) sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais. No ano seguinte, A Carta de Washigton, promulgada pelo ICOMOS, teceu considerações sobre os conjuntos patrimonializados e seus elementos materiais ou espirituais e suas relações com o entorno (ICOMOS, 1996). Também em 1996, o ICOMOS, em sua IX Assembleia Geral, publicou a Declaração de Sofia, introduzindo o conceito de “Ecologia Social”, destacando a participação popular e a preservação dos recursos naturais nos processos de desenvolvimento. Quatro anos depois, o Conselho Europeu promulgou a Convenção Europeia da Paisagem, visando à proteção das paisagens europeias ameaçadas pelo crescimento urbano e por alterações.

5. A FORMALIZAÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL

No Brasil, a política estatal e nacional de trato para com o patrimônio cultural foi implementada no ano de 1937, a partir da promulgação do Decreto Lei nº 25 do dia 30 de novembro. O Decreto Lei nº 25 de 1937, além de criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - que, anos depois, originou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - instituiu as categorias patrimoniais e o instrumento legal de proteção e de tutela dos bens patrimoniais, o tombamento.

O entendimento patrimonial expresso no Decreto Lei nº 25, e mesmo a atuação do SPHAN, e, posteriormente do IPHAN, nas primeiras décadas de sua história, refletem uma visão histórica e monumentalista do conceito de patrimônio. Essa visão estava comprometida com a salvaguarda de bens edificados isolados, testemunhos da história do país e capazes de traduzir e expressar o que à época se entendia como identidade nacional (TORELLY, 2012).

As discussões acerca do conceito patrimonial avançaram lentamente no Brasil e, somente na década de 80 do século XX, documentos oficiais balizadores da lida com o patrimônio tangenciaram conceitos próximos aos de paisagem cultural. Nesse momento, no contexto brasileiro, destaca-se a Carta de Petrópolis que resulta do 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos realizado

em 1987 e promovido pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Essa carta traz considerações claras e precisas, com conceitos pragmáticos e bastante delimitados sobre os sítios urbanos históricos e sobre a lida com os mesmos.

De acordo com a Carta de Petrópolis o sítio urbano pode ser entendido como um espaço urbano que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. O texto explicita que o testemunho deve ser entendido no seu sentido restrito e operacional de área crítica já que toda cidade e toda a cidade é histórica. De acordo com essa carta, o entendimento de sítio deve abarcar ainda os aspectos naturais e sócio-culturais: o sítio é conjunto da obra humana e da paisagem natural no qual ela foi edificada, somado à população, com suas práticas e vivências que no sítio habita. O sítio histórico se diferencia dos demais sítios por apresentar valores históricos decantados enquanto os outros apresentam esses valores em formação. O entendimento de sítio e de seus aspectos naturais e antrópicos aproxima-se do conceito de paisagem cultural, diferindo apenas pela escala e pela ênfase dada aos aspectos naturais como conformadores da paisagem.

Após a Carta de Petrópolis, no Brasil, o conceito de paisagem cultural introduzido pela Unesco foi rebatido apenas no ano de 2007, nas Cartas de Bagé e da Serra da Bodoquena promulgadas pelo IPHAN. Essas duas cartas do IPHAN definem o conceito de paisagem cultural, apresentando-a como o bem cultural mais amplo, passível de inventário, documentação, manutenção e de intervenções afins (IPHAN, 2007).

De acordo com esses documentos, a paisagem cultural contempla o meio natural ao qual o homem imprimiu marcas de suas ações e suas formas de expressão. Esses documentos tratam ainda da certificação e da gestão participativa das paisagens culturais e, retomando os entendimentos da Carta de Sofia acerca da sustentabilidade, frisam a importância de se fomentar o desenvolvimento sustentável.

Em 2009, o IPHAN publicou a Portaria nº 127 que incorporou a paisagem cultural como categoria patrimonial e instituiu a chancela, instrumento jurídico pelo qual a paisagem cultural é oficialmente reconhecida. O entendimento de paisagem cultural desta portaria abrange uma área do território, com seus elementos construídos, sua morfologia e dinâmica naturais, associados aos conteúdos culturais e significados sociais, como a identidade, os modos de vida e os laços afetivos da população (IPHAN, 2009). Por sua complexidade, a preservação da paisagem envolve a preservação do patrimônio natural, cultural e a manutenção sustentável das práticas e dos grupos sociais.

A chancela de uma paisagem como paisagem cultural, concedida pelo IPHAN, não representa restrições às transformações dessa paisagem e por isso não equivale

necessariamente a uma modalidade de tombamento. Já que não há restrições, a chancela requer pactos administrativos e planos de gestão/atuação, que envolvam todos as esferas públicas e privadas interessadas e que garantam a preservação dos elementos materiais, sejam eles naturais ou antrópicos, e dos valores peculiares da paisagem cultural chancelada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das cartas apresentadas, percebe-se que o conceito de patrimônio é uma construção histórica e social, resultante das correntes de pensamento dominantes em dados momentos e colocado como a busca da satisfação das necessidades de preservação de bens de natureza diversificada. Percebe-se ainda que a própria natureza e o próprio significado dos objetos passíveis de patrimonialização diversificou-se com o passar das décadas do século XX.

Ao longo desse período, o conceito de patrimônio foi ampliado geográfica, tipológica e cronologicamente. Se no começo do século, as paisagens e os bens imateriais eram desconsiderados eram valorados como patrimônio apenas os bens materiais isolados, representantes excepcionais de concepções técnicas e estéticas, registros da existência de um grupo humano específico; no fim do século, já eram passíveis de patrimonialização, os conjuntos, as edificações modestas, os bens imateriais, os sítios, e as paisagens culturais (com seus componentes naturais e antrópicos, materiais ou imateriais) registros da diversidade que marca a humanidade e as paisagens de todo o planeta.

É visível ainda que a formalização do conceito de patrimônio, a partir das cartas patrimoniais, no começo do século XX, não implicou na legitimação do conceito de paisagem cultural. As noções complexas de valoração e de preservação da paisagem, em substituição das noções restritas de patrimônio, só foram desenvolvidas no fim do século, associadas à necessidade de preservação frente ao ritmo acelerado de transformações das paisagens e das culturas, sobretudo das européias.

Após formalizado, o conceito de paisagem cultural, foi estendido e problematizado: os documentos analisados, não só indicavam o conceito de paisagem cultural mas também indicavam estratégias de gestão e de preservação dessas paisagens. Alguns desses documentos tecem, por exemplo, sólidas recomendações acerca do desenvolvimento sustentável e da importância de se estabelecer e manter viva as relações existentes entre o sítio e a sua população autóctone. Essas recomendações, quando somadas às considerações relativas aos aspectos sociais e econômicos dessas aglomerações apontam para a necessidade pela compreensão das aspectos múltiplos e complexos da

categoria patrimonial “Paisagem Cultural” e das paisagens que são passíveis dessa chancela.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eneida de. **Uma releitura das cartas de Atenas**. In Revista Integração. Jan/fev/mar, 2010 ano XVI. Nº 60. 5-14.
- ALOISE, Júlia Miranda. **O restauro na atualidade e a atualidade dos restauradores**. 201?. Disponível in <www.iphan.gov.br>. Acesso em 30 de outubro de 2019.
- BENHAMOU, Françoise. **Economia do Patrimônio Cultural**. 1ª edição. São Paulo: Edições SESC SP, 2016.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3º ed. São Paulo: Edunesp, 2006.
- CIAM. **Carta de Atenas**. 1933.
- CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã**. 1975
- EUROPA, Conselho da. **Convenção Europeia da Paisagem**. 2000.
- FUNARI, Pedro Paulo. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Jorge Zahar Editora, São Paulo, 2003.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964.
- _____. **Carta de Washigton**. 1996.
- IPHAN. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. 2007.
- _____. **Carta da Serra da Bodoquena - Carta das paisagens culturais e geoparques**. 2007.
- _____. **Portaria nº 127**. 2009.
- _____. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: IPHAN, 2011.
- KUHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. In Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287- 320, Dec. 2010, p.289.
- MEC. **Carta de Petrópolis**. 1987.
- MIP. **Governo da Itália**. Carta de Gubbio. 1960.
- OEA. **Normas de Quito**. 1967.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SCIFONI, Simone. **Paisagem Cultural**. Verbete. Disponível in <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em 03 de julho de 2019.
- SOTRATTI, Marcelo Antônio. **Revitalização**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- TORELLY, LUIZ P. P. **Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural**. In revista Forum Patrimônio, v 5, nº 2. Belo Horizonte: 2012.
- UNESCO. **Carta de Atenas**. Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. 1931.
- _____. **Recomendações relativas à Salvaguarda e dos Caráter das Paisagens e Sítios**. 1962.

_____. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.** 1972.

_____. **Recomendação de Nairóbi.** 1976.

VAZ. Pedro. **Edificar no Património: pessoas e paradigmas na conservação e restauro.**
Lisboa: Edições 70, 2019.

As rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul / RS

CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal (1); CARDOSO, Eduardo Schiavone (2)

(1) Professora Doutora, PMSM, lisanevidal@gmail.com;

(2) Professor Doutor, UFSM, educard2016@gmail.com.

RESUMO

A pesquisa objetivou identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul/RS. Para a realização da investigação, utilizaram-se os aportes metodológicos baseados no Materialismo Histórico, no método dialético e na abordagem qualitativa. As rugosidades são o que fica do passado como forma, paisagem, como espaço construído, possibilitam compreender o espaço como produto da ação humana, ao longo da sua história. Foram elencadas três tipologias de rugosidades no município: as rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas (as pontes, viação férrea, porto, balsas, posto telefônico, posto de combustível e correio); as rugosidades do Sistema de Produção (as estâncias, fazendas, engenhos, charqueada, banheiro de imersão bovino e venda); e o Sistema de Interação Social (as casas antigas, escolas, igrejas, salão de baile, taperas e cemitérios familiares). As rugosidades devem ser entendidas como meios que possibilitam ressignificações e não como entraves ao desenvolvimento socioeconômico do lugar. A sua presença concreta valoriza o espaço e sua ressignificação possibilita aos grupos sociais do presente novas fontes de renda, de permanência no meio rural, contribuindo tanto para sua produção e reprodução como também para preservar do esquecimento e salvaguardar na memória as rugosidades.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço-Tempo, Rugosidades, Paisagem, Espaço Rural.

The roughness of the rural landscape os Cachoeira do Sul / RS

CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal (1); CARDOSO, Eduardo Schiavone (2);

(1) Professora Doutora, PMSM, lisanevidal@gmail.com;

(2) Professor Doutor, UFSM, educard2016@gmail.com.

ABSTRACT

The research aimed to identify the space and time the Constitution of the roughness in the countryside of municipality of Cachoeira do Sul/RS. For the realization of research, were used the methodological contributions based on historical materialism, dialectical method and qualitative approach. The roughness is what is passed as form, landscape, like space built, make possible to understand the space as a product of human action, along its story. Were listed three types of roughness in the municipality: the roughness of the System of Movement of Merchandise and People (bridges, railway road, port, ferries, telephone station, gas station and post office); the roughness of the Production system (offices, farms, plantations, farm where salted and sliced beef is produced, immersion bath for cattle); and the Social Interaction System (old houses, schools, churches, ballroom, abandoned places and family cemeteries). The roughness must be understood as a means to enable resignifications and not as obstacles to socio-economic development of the place. Its concrete presence enhances the space and its resignification allows to the social groups new sources, of permanence in the rural areas, contributing to your production and reproduction as well as to preserve it from oblivion and safeguard in memory the Roughness.

KEYWORDS: *Space-time, Roughness, Landscape, Rural Area.*

1. INTRODUÇÃO

Milton Santos, em sua vasta obra, menciona que o espaço esconde de nós pesquisadores as múltiplas relações que ali se estabelecem, uma vez que mostra apenas o visível, a forma e a paisagem, escondendo as múltiplas relações necessárias à forma criada.

As múltiplas inter-relações ao se materializarem no espaço formam as rugosidades. Este conceito foi desenvolvido por Santos (1978) no livro “Por uma Geografia Nova”, no qual o autor menciona que rugosidade é o que fica do passado como forma, como paisagem, como espaço construído. Elas podem se transformar ou se adaptar a novos processos impostos pelas relações de poder estabelecidas nas inter-relações dos grupos sociais.

Para compreender como as rugosidades são produzidas no espaço rural é imprescindível entender que elas estão ligadas ao modelo de desenvolvimento adotado no país e como os grupos sociais, ali inseridos, reagem à inserção de novas tecnologias a eles impostas, contribuindo, assim, para a justaposição de técnicas, contraditórias entre si, mas necessárias à reprodução dos grupos sociais e da própria reprodução do sistema capitalista.

Para tanto, definiu-se como área de estudo o município de Cachoeira do Sul, quinto (5º) município criado no Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), caracterizado pela diversidade do espaço rural. Desta forma, objetiva-se identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul/RS. Para atingir o objetivo traçado a investigação fez uso do aporte teórico-metodológico contido na Teoria Social Crítica baseada na abordagem do Materialismo Histórico e no método Dialético. Fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, cuja delimitação temporal e espacial do fenômeno estudado é dada pelo espaço rural e pela datação da rugosidade nesta espacialidade.

A investigação fez uso da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo através da aplicação de entrevistas e diário de campo, a fim de elaborar um inventário das rugosidades presentes na paisagem rural municipal. Para a sistematização das rugosidades fez-se de fotografias georreferenciadas para posterior espacialização e comprovação da existência das rugosidades no espaço rural, bem como o uso do Software Sistema de Informações Geográficas (ArcGis 9.3 e 10.2) para a confecção de mapas do município em estudo.

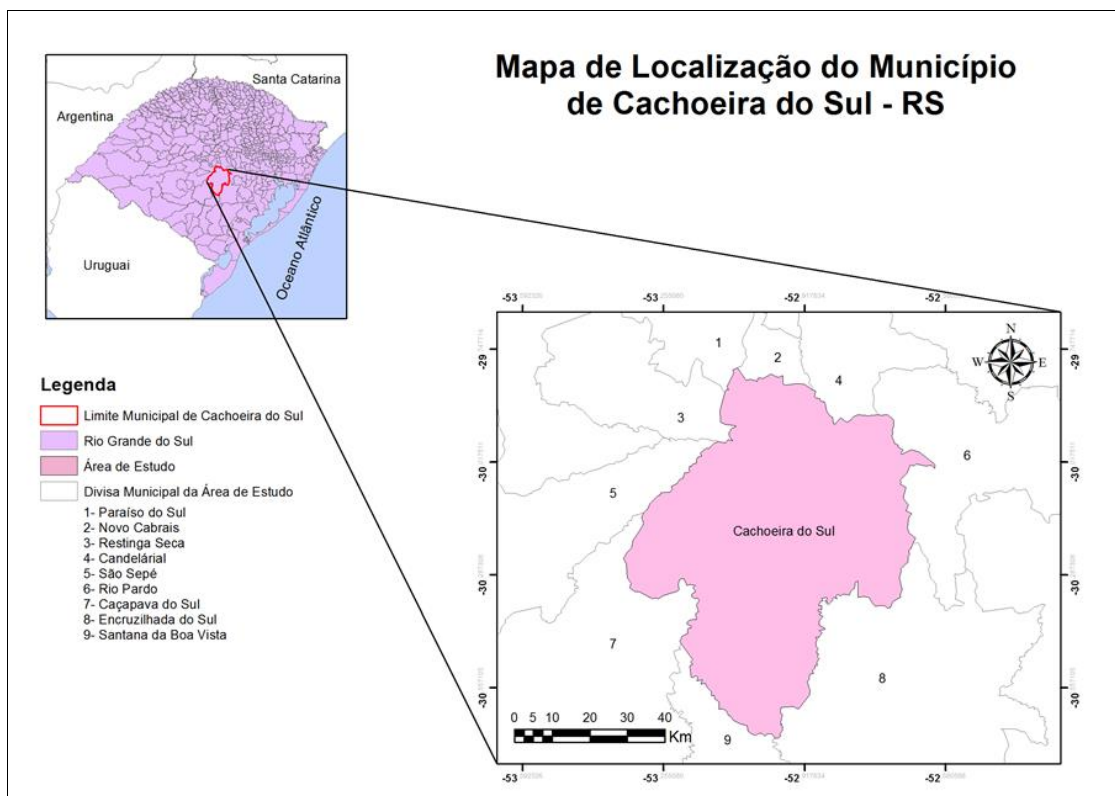


Figura 1 - Localização do Município de Cachoeira do Sul no estado do Rio Grande do Sul.
 Fonte: Malha do Municipal IBGE (2010).

Em direção ao cumprimento dos objetivos propostos, a elaboração do inventário das rugosidades da paisagem rural primou-se em caracterizá-las, situá-las no contexto histórico de sua criação, compreender a origem e o desenvolvimento das formas e funcionalidades criadas, bem como seu significado no presente. Portanto, a construção do inventário procurou evidenciar a importância das rugosidades na construção da espacialidade rural, na tentativa de torná-las objeto de preservação patrimonial e fontes de reprodução social aos grupos sociais locais.

Na tentativa de sistematizar e estruturar de forma didática o inventário foram elencadas três (3) tipologias: o Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoa (pontes, estações férreas, posto de combustível, posto telefônico, balsas, correio e porto); o Sistema de Produção (estâncias, charqueada, fazendas, engenhos, banheiros de imersão bovino e venda) e; o Sistema de Interação Social (igrejas, escolas, salão de baile, casas antigas, taperas e cemitérios familiares). Na espacialização das rugosidades optou-se por periodizá-las de acordo com o período histórico de sua materialização espacial, assim, elas foram agrupadas de 1801 a 1900 (século XIX) e de 1901 a 2000 (século XX), a fim de evidenciar as diferentes temporalidades materializadas e o contexto histórico e econômico de sua criação.

Nesse contexto, acredita-se que as rugosidades podem ser consideradas indicadores da transformação do espaço, pois através da sua materialização possibilitam análises que desvendam os agenciamentos necessários emendados para o homem produzir seu espaço de vida, portanto, elas são marcas espaciais que permitem compreender como, por quem e para quem o espaço geográfico é criado. Portanto, entende-se que seu estudo é necessário para quem deseja compreender a complexidade da produção do espaço geográfico.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ESPAÇO, PAISAGEM E RUGOSIDADE

O espaço deve ser considerado como uma totalidade. Entretanto, sua análise exige a possibilidade de dividi-lo em partes, a qual ao seu término deve reconstituir o todo. Assim, Santos (2014) define os elementos do espaço: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Os homens são os produtores do espaço, as firmas são responsáveis pela produção de bens, serviços e ideias, as instituições produzem normas, ordens e legitimações, o meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano e, as infraestruturas é o trabalho humano materializado e geografizado. (SANTOS, 2014).

Para Santos (2014) o espaço deve ser analisado a partir das categorias forma, função, estrutura e processo. A forma é a o aspecto visível, o exterior de um objeto, seja ele considerado isolado ou através de um arranjo de objetos, formando um padrão espacial. A função requer uma tarefa, uma atividade ou papel a desempenhar pelo objeto criado, a forma. Não se pode separar a forma da função na análise espacial. Porém, é necessário ir além, ou seja, inserir a forma e função na estrutura social. Assim, a estrutura representa a natureza social e econômica de uma sociedade, em um dado momento histórico. Portanto, a estrutura é a matriz social onde as formas e as funções são criadas e justificadas. O processo é definido como uma ação que se realiza de modo contínuo em função de um resultado qualquer, provocando tempo e mudança. Os processos acontecem no âmbito de uma estrutura social e econômica, ocasionado contradições internas das mesmas, ou seja, o processo é a estrutura em seu movimento de transformação (SANTOS, 2014).

Corrêa (1986) indica que o objeto da geografia é a sociedade, o qual deve ser estudado através da organização espacial. Portanto, a organização espacial ao ser produto da própria produção humana em sua história de vida, é fruto do trabalho social e das relações e inter-relações das classes sociais. A sociedade concreta cria o espaço geográfico para se realizar e se reproduzir, para ela própria se repetir. E, para isso, cria

formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície terrestre, garantindo a reprodução e continuidade da sociedade.

Assim, as múltiplas inter-relações ao se materializarem no espaço formam as rugosidades, denominados por Santos (1986, p. 138):

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos fornecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado. (SANTOS, 1986, p. 138).

As rugosidades designam as marcas do passado fixadas no espaço. A sua presença acaba condicionando o nosso cotidiano e, ao se projetar este raciocínio no tempo, pode-se dizer que o presente condiciona o futuro. As formas espaciais presentes tem um importante papel para as sociedades futuras. (CORRÊA, 1986).

Assim, o espaço é um testemunho. Testemunha um momento de um modo de produção nas suas manifestações concretas, pela memória do espaço construído, das coisas fixas da paisagem criada. O espaço é uma forma durável que não se desfaz paralelamente as mudanças de processos, mas, ao contrário, faz com que alguns processos se adaptam as formas preexistentes e que outros criem novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 1986).

Santos (1986) destaca que os modos de produção se realizam através dos meios de produção, cuja longevidade somente é conhecida a posteriori, a qual pode durar vários momentos ou a duração total do modo de produção. Neste contexto, para compreender as rugosidades, deve-se ter clara a noção de temporalidade. Apreender a temporalidade é compreender o espaço como fruto de diversas divisões territoriais do trabalho ao longo da história da humanidade. A temporalidade possibilita a compreensão das diversas dimensões que compõem o espaço. Permite compreender quais atores e como estes construíram o espaço, possibilita também entender como as sociedades atuais se relacionam com o espaço já criado, herdado.

As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. As rugosidades é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (SANTOS, 2012).

Portanto, as rugosidades só são rugosidades a partir do presente. Os espaços preexistentes decorrem de uma divisão de trabalho antiga, passada, e só entra em desuso sob uma nova lógica de compreender este espaço, a qual se adapta, transforma, cria ou recria novas funções a estas formas espaciais.

Neste contexto, O estudo da paisagem é fundamental na compreensão das rugosidades, uma vez que é na paisagem que a rugosidade se materializa, se torna visível, pois sua materialização remonta a tempos pretéritos.

Assim, para Santos (2014, p. 67-68) a paisagem é:

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 2014, p. 67-68).

Seguindo as ideias de Santos (2014) a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, formada por frações de ambas seja ao tamanho, volume, cor, utilidade ou por qualquer outro critério. Portanto, a paisagem é sempre heterogênea.

A paisagem não se forma de uma só vez, mas por acréscimos, por substituições, seguindo a mesma lógica de criação de um objeto no passado, o qual retrata a lógica de produção daquele momento. Assim, Santos (2014, p. 73) menciona que “a paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”.

Neste sentido, reporta-se a Souza (2015, p. 46) que enfatiza “a paisagem é a forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere”. Assim, o fato de a paisagem ser uma forma, é conveniente interpretá-la ou compreendê-la a luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência.

Nesse contexto, Luchiari (2001) considera que a paisagem é um vetor passivo, mas somada ao valor social que lhe é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social. Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência, cujo verdadeiro conteúdo somente se revela por meio de funções sociais que lhes são constantemente atribuídas no desenrolar da história. Enfatiza que a paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas, cujas práticas sociais podem produzir um novo contexto material que altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades.

Nas análises de Berque (2004) a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. Como marca, a paisagem pode e deve ser inventariada. Fazer o inventário das formas concretas da epiderme terrestre é a Geografia enquanto descrição da terra pelos geógrafos.

No espaço rural, as rugosidades expressam o trabalho presente na paisagem, denotando um passado/presente carregado de símbolos e significados, cuja identidade territorial configura relações de posse e pertencimento. A paisagem representa um documento-chave para entender as projeções socioculturais que representam ou se associam a um dado lugar. (DAVID, 2014).

A paisagem deve ser compreendida como uma concepção híbrida, carregada de natureza e cultura, de processos naturais e sociais, os quais mudam e continuam mudando com o decorrer dos tempos, cujo tempo apresenta diferentes formas de técnicas e trabalho, que associadas ao modo de desenvolvimento materializam rugosidades no espaço, criando uma paisagem única. Por isso, as rugosidades permitem apreciar e compreender a permanência de paisagens na contemporaneidade, cujos agenciamentos para tal configuração e conservação vão muito além dos agentes econômicos, pois representam não apenas a forma como se reproduzem, mas a forma como a sociedade vive e sua continuidade no tempo e no espaço, ou seja, a dialética espaço e sociedade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas representam os meios de transporte, de comunicação e as infraestruturas criadas localmente para suprir as demandas advindas da implantação e fixação do homem no espaço.

As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas compreendem quatorze (14) rugosidades inventariadas: Ponte de Pedra (Figura 2); Ponte do Passo Geral do Jacuí; Ponte Imperial; Viação Férrea (Estação de Ildefonso Fontoura, Estação de Ferreira (Figura 3), Estação de Pertile); Ponte Férrea; Porto de Cachoeira do Sul; Balsa São Lourenço; Balsa do Passo de Pertile; Ponte do Fandango; Posto de Combustível; Posto Telefônico e Agencia Comunitária dos Correios.



Figura 2 - Ponte de Pedra, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: fotografia de Lisane Regina Vidal Conceição.

Do total de 14 rugosidades inventariadas, 50% foram criadas no século XIX e 50% no século XX, 79 % são de capital público e 21% de capital particular. Um terço, ou seja, 36% das rugosidades perderam sua função e 64% continuam com sua função inicial de circulação.

Do montante das rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas, apenas duas rugosidades mantiveram sua forma sem passar por reformas, as quais perderam sua funcionalidade, e as demais passaram por algum tipo de reforma para manter e conservar sua estrutura e função. As mudanças da forma e função destas rugosidades atende a novos rearranjos do capital, que age de forma contraditória e desigual, para se ampliar e se reproduzir, ocasionando espaços de interesse como a circulação nas rodovias e espaços obsoletos como as estações férreas.



Figura 3 - Estação Férrea de Ferreira, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: fotografia de Lisane Regina Vidal Conceição.

Todavia, mesmo esses espaços obsoletos são condição necessária a sua reprodução, pois dinamizam suas áreas de interesse. Compreender os agentes de criação e transformação do espaço através da constituição das rugosidades permite compreender as linhas de ação do capital e como o Estado atua para possibilitar a acumulação capitalista. Em se tratando, das vias de circulação, a logística de sua ação emana ações que priorizam as áreas de produção, consideradas áreas de interesse do capital. Portanto, as rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e de Pessoas são o resultado das demandas das formas de produção e reprodução da sociedade ao se perpetuar no espaço.

Entende-se que a revitalização e ressignificação dos meios de circulação de Cachoeira do Sul, deveria abranger um projeto integrado de desenvolvimento socioeconômico entre estado e município, detentores da maior parte das rugosidades deste sistema, que possibilitassem ações de ampliação da capacidade das estruturas presentes, bem como promovessem a reprodução social da população local.

Considera-se que a implantação de estradas parques poderia viabilizar o acesso entre as pontes, através da garantia de infraestrutura e sinalização incrementaria o desenvolvimento do turismo local, o que ainda poderia ser dinamizado por ações de implantação de comercialização de produtos rurais ao longo das estradas, garantindo a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores familiares, incrementando e dinamizando suas fontes de renda.

Além disso, um projeto integrado turístico hidro-ferroviário com a implantação do trem turístico entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo poderia representar ações de desenvolvimento às populações próximas as essas rugosidades, através da comercialização de produtos rurais nas estações, bem como a visitação das belezas naturais e artificiais, como as pontes no rio Jacuí, através de passeios guiados ao longo das rugosidades constituídas.

As rugosidades do Sistema de Produção compreendem dezesseis (16) rugosidades inventariadas: Estância da Capelinha; Fazenda São José - Tafona (Figura 4); Fazenda Borges de Medeiros; Estância do Lajeado; Estância São Gregório; Charqueada e Estabelecimento do Paredão (Figura 5); Granja Roesh; Engenho de Arroz Roesch; Engenho de Arroz Arno Ritzel; Engenho de Arroz Arlindo Dickow; Olaria Bortolatto & Mello Ltda; Frigorífico Leusin; Venda e Banheiros de Imersão Bovinos.



Figura 4 - Fazenda São José-Tafona, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: fotografia de Lisane Regina Vidal Conceição.

Do total de 16 rugosidades inventariadas, 37,5% foram criadas no século XIX e 62,5% no século XX. A permanência das rugosidades do Sistema de Produção materializadas durante o século XIX deve-se ao fato de que elas representam a forma de reprodução predominante na parte sul do estado do Rio Grande do Sul. Criadas a partir da implantação das sesmarias no território, passaram por várias divisões de área em função das sucessivas e numerosas divisões por herança, mas representam a continuidade da grande propriedade nesta espacialidade. Entretanto, sempre foram

formas de reprodução que demandaram políticas públicas estatais de incentivo por parte do governo federal, ao passo que são responsáveis por produtos de exportação.



Figura 5 - Charqueada e Estabelecimento Paredão, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: fotografia de Lisane Regina Vidal Conceição.

Neste contexto, é notório o predomínio de estâncias, fazendas e granjas na parte sul da espacialidade rural de Cachoeira do Sul como, por exemplo, Estância da Capelinha, Fazenda São José - Tafona, Estância do Lajeado, Fazenda Borges de Medeiros, Granja São Gregório e Granja Roesch, representando todas as rugosidades criadas no século XIX.

Em contrapartida, a maior parte das rugosidades do Sistema de Produção encontra-se localizadas na parte norte do município, cuja presença destas rugosidades corresponde a áreas propícias ao cultivo do arroz e proximidade com a área urbana municipal. Os banheiros de imersão estão presentes em todo o território municipal, mostrando que a preocupação com a qualidade sanitária era tanto das grandes propriedades, quanto das médias e pequenas.

Portanto, a localização de determinadas rugosidades em determinados lugares do município está relacionada com o tipo de ocupação e povoamento dessas áreas bem como o tipo de produção e o modelo dos sistemas produtivos introduzidos no meio rural.

Das rugosidades do Sistema de Produção apenas uma é de capital público (Charqueada do Paredão) representando 6,2% e a demais são de capital privado, representando 93,8% do total. Esse fato decorre que no modo de produção capitalista os meios de produção são privados e que as pertencentes ao Estado denotam interesse público, assim, como as rugosidades consideradas patrimônio cultural a serem preservadas.

As rugosidades do Sistema de Interação Social compreendem dezesseis (16) rugosidades inventariadas: as rugosidades casas antigas (casa antiga de Ferreira, casa antiga de Pertile e casa de antiga de Davi Fontoura de Barcellos); as rugosidades escolas, Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição (Figura 6), Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha (Figura 7), Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile e Escola de Educação Infantil Sítio Encantado; as rugosidades igrejas (Igreja Capela Sagrada Família e Igreja Santo André); a rugosidade salão de baile (salão Boa Amizade); as rugosidades tapera, uma na localidade de Pertile, outra na localidade de Três Vendas e outra na localidade de Capané; e a rugosidade cemitérios familiares, dois no distrito de Bosque e um no distrito de Três Vendas.



Figura 6 - Antiga Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: fotografia de Lisane Regina Vidal Conceição.

A maioria das rugosidades foram criadas no século XIX, sendo que apenas a casa antiga que pertenceu a Davi de Fontoura Barcellos foi construída no século XIX. Observa-se também um predomínio da construção das rugosidades deste sistema em meados do século, cuja fixação e permanência do homem na espacialidade rural

condicionam a construção de formas espaciais que possibilitam o homem estabelecer relações de sociabilidade.



Figura 7 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: fotografia de Lisane Regina Vidal Conceição.

As formas criadas na paisagem rural, as rugosidades pertencentes ao Sistema de Interação Social, se concentram na margem esquerda do rio Jacuí, na parte norte do município, sendo que apenas uma está localizada na parte sul do município, a Tapera localizada no distrito de Capané. O predomínio destas rugosidades na parte norte deve-se a estrutura agrária predominante, pois em áreas onde predomina a pequena propriedade as relações sociais são mais presentes, pois os homens encontram-se localizados mais próximos um dos outros, e, por conseguinte, as relações sociais também apresentam maior viabilidade de acontecer.

Em relação ao tipo de capital empregado, 75% são de propriedade privada e 25% são de propriedade pública. As rugosidades do Sistema de Interação Social representam as relações afetivas, religiosas e simbólicas dos grupos sociais. Elas denotam o modo de vida rural, que ao estabelecer inter-relações, cria marcas espaciais que se tornam heranças culturais dos grupos sociais.

As rugosidades do Sistema de Interação Social mostram o cotidiano da vida rural. Elas assumem valor no espaço à medida que representam o gênero de vida de um grupo social, o qual realiza atividades de convívio social e para isso cria marcas de representação simbólica que se perpetuam no tempo e no espaço.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rugosidades são produzidas pela ação do homem ao longo dos tempos ao se reproduzir no espaço. Portanto, ao mesmo tempo em que o homem se reproduz ele cria espaço.

Ao analisar o contexto de criação e permanência das rugosidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul, fica evidente que o fator econômico não é condição necessária para a produção da rugosidade. Ele é um condicionante a sua produção, pois a mudança no sistema produtivo não é condição preponderante à extinção da rugosidade, pois se o fator econômico fosse determinante nas relações de reprodução não existiriam rugosidades. Para a configuração de uma rugosidade é necessário uma complexidade de relações para viabilizar a materialidade da forma criada, esses rearranjos são determinados pelos agentes de transformação do espaço como o Estado, o capital e o pequeno capital, sendo o último representado pelo grupo social ali inserido.

As rugosidades criadas mais recentemente na paisagem rural municipal apresentam maior dinamismo e novas ressignificações, demandadas pelas novas necessidades da população rural ao se reproduzir. Assim, acredita-se que a comunidade cachoeirense precisa conhecer e reconhecer suas heranças espaciais, as rugosidades, mostrando as belezas e potencialidades das formas criadas pelos seus antepassados que em nada perdem para as criadas em outros municípios, países, etc., as quais devem ser difundidas em todo o território do Rio Grande do Sul, através de políticas municipais, dando visibilidade à riqueza das formas criadas e potencializando-as como fonte de desenvolvimento socioeconômico municipal.

As rugosidades devem ser entendidas como meios que possibilitam ressignificações e não como entraves ao desenvolvimento socioeconômico do lugar. A sua presença concreta valoriza o espaço e sua ressignificação possibilita aos grupos sociais do presente novas fontes de renda, de permanência no meio rural, contribuindo tanto para sua produção e reprodução como também para preservar do esquecimento e salvaguardar na memória as Rugosidades da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul.

REFERÊNCIAS

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, R.L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

DAVID, C. de. “O campo se fez tapera...”: as paisagens do abandono no espaço rural sul-riograndense. *In* PIMENTA, M. de C. A.; FIGUEIREDO, L. C. **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Malha Municipal. 2010. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em 17 de março do 2016.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In*: CORREA R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. 3. ed. São Paulo: Editora Hecitec, 1978.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hecitec, 1986.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Lá vem o Brasil descendo a ladeira¹: desafios da preservação do patrimônio cultural de Salvador

MAGALDI, Cassia Regina Carvalho de (1); ANDRADE, Paula Rodrigues de (2)

(1) Doutora em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Docente na Universidade Católica de Santos, cassiarc@uol.com.br;

(2) Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; Docente na Universidade Paulista, arq.paulandrade@gmail.com.

RESUMO

As transformações no centro antigo de Salvador nos colocam temas importantes sobre a preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade e nos convidam ao debate de temas hoje em dia bastante recorrentes entre os estudiosos da área. Neste artigo, trazemos o caso dos arcos da Ladeira da Conceição da Praia, que representa uma referência de paisagem que marca o perfil histórico da cidade de Salvador, reconhecido em valores e suportes na construção do desenho da cidade desde a sua construção e posterior apropriação social e cultural, constituindo até hoje um importante patrimônio dos soteropolitanos. As históricas ladeiras que interligam a Cidade Baixa com a Cidade Alta de Salvador vêm sofrendo intervenções que nos instigam à reflexão da noção de patrimônio cultural e de temas caros à sua preservação, como a intensificação das relações entre patrimônio e mercado e os investimentos no turismo, que acabam, neste caso, promovendo o rompimento de laços do cotidiano, a exclusão social e a transformação material da paisagem. O caso nos chama ao debate sobre os usos sociais dos bens culturais, da questão do material e do imaterial na formulação de políticas de salvaguarda, assim como, da necessária revisão de métodos de identificação, atribuição de valor e da criação de instrumentos de preservação que abarquem a diversidade de suportes e sentidos que constituem o patrimônio cultural das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Salvador (BA), patrimônio histórico, paisagem cultural, políticas públicas.

¹ Frase do músico João Gilberto (1931-2019) que serviu de título à música de Moraes Moreira e ao seu álbum de 1979.

Here comes Brazil going down the slope²: challenges for preserving Salvador's cultural heritage

MAGALDI, Cassia Regina Carvalho de (1); ANDRADE, Paula Rodrigues de (2)

(1) Doctor of Social History, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Doctor at Universidade Católica de Santos, cassiarc@uol.com.br;

(2) Doctoral Candidate of Architecture and Urbanism, Universidade de São Paulo; Professor at Universidade Paulista, arq.paulandrade@gmail.com.

ABSTRACT

Changes in ancient downtown Salvador address us to important themes regarding the preservation of cultural heritage in contemporaneity. They invite us to discussion on topics which are, nowadays, constant among scholars of the field. In this article, we approached the case of the arches of the Slope of Conception of the Beach (Ladeira da Conceição da Praia). It represents a reference of landscape, stamping a historical profile of the city of Salvador, and is seen as values and foundations to the construction of the city design ever since its building process and eventual social and cultural appropriation, meaning an important heritage to its people even in present time. The historical slopes interconnecting the Lower City to the Upper City of Salvador have been going through changes. These changes make us think over and evaluate the very notion of cultural heritage and of harsh themes to its preservation, such as the reinforcement of relations between the heritage and the market, and the investments in tourism, which, in this case, end up causing a disruption of everyday bonds, social exclusion and the physical transformation of the landscape. This case itself draws us to a debate on the social uses of the cultural assets, the matter of the material and the non-material in the elaboration of safeguard policies, as well as the need for reviewing identification methods, value assignment and the development of mechanisms of preservation involving the diversity of supports and directions which constitute the cultural heritage of the cities.

KEYWORDS: Salvador (BA), historical heritage, cultural landscape, public policies.

² Phrase by musician João Gilberto (1931-2019), which was the title to the 1979 song and record by Moraes Moreira.

1. INTRODUÇÃO

Na história da preservação no Brasil, talvez estejamos vivendo a fase que mais interessa às ciências sociais, o debate em torno das categorias e valores que definem a noção de patrimônio está em um momento tanto de teorização como de elaboração de instrumentos e desenvolvimento de práticas que envolvem tantas disciplinas quanto a diversidade de bens culturais colocados em sua multiplicidade de leituras.

Essa construção da noção de patrimônio que se desenvolve ao longo das últimas décadas e que transcende a visão monumentalista, excepcional, arquitetônica, artística, branca e elitista, para então, contemplar outras dimensões da cultura, de representações de nossa diversidade, identificando sentidos que vão além da materialidade do bem e que analisam valores simbólicos e subjetivos nos processos sociais pelos quais são legitimados os bens, é que colocamos como ponto central do conceito de patrimônio a noção de cultura.

É também no bojo dessa discussão que a noção de cultura passa a ocupar um lugar central, pois é a partir dela que o conceito de patrimônio amplia ainda mais seu campo semântico, compreendendo modos de vida socialmente transmitidos, que se encontram na base de todas as sociedades humanas, incluindo comportamentos, ideias, valores, motivações, modos de criar, de fazer, de classificar e de atribuir sentido às coisas. Deste modo, entende-se que patrimônio é, antes de tudo, uma construção sociocultural que mobiliza um conjunto dinâmico e complexo de práticas, que envolve agentes e agências, isto é, processos sociais a partir dos quais são geradas demandas de patrimonialização de um determinado bem, assim como valores e sentidos que o legitimam. (MOTTA, A. 2014, p.381).

Observamos também, que na construção de uma noção de patrimônio cultural são introduzidas cada vez mais preocupações com a identificação de sentidos e valores nos processos de patrimonialização, visando compreender o patrimônio cultural como um fenômeno social localizado no tempo e no espaço, não como algo imutável, mas variável, que possui sua própria historicidade, além de adotar o entendimento que o patrimônio é algo construído socialmente, que os valores são sempre atribuídos e historicamente marcados por indivíduos e grupos sociais.

Seguindo essa leitura de patrimônio cultural, de uma visão mais integradora e multidisciplinar do campo, que se passou a adotar uma nova categoria, a da paisagem cultural³. Essa categoria é a que hoje acreditamos ser a que mais se adequa às

³ A paisagem cultural enquanto categoria de patrimônio nasceu no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1992, e da Recomendação nº R (95)9 do Conselho da Europa (COE), em 1995. No Brasil foi institucionalizada em 2009 com a publicação da Portaria nº127 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Mais recentemente foi publicada a Portaria Iphan nº 104, de 23 de março de 2017 que “Institui

características do patrimônio cultural envolvido no caso dos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia.

A categoria de paisagem cultural compreende o patrimônio cultural tanto na sua dimensão material, como imaterial, somando-se a isso a relação com o território e a natureza e envolvendo tanto as dimensões morfológicas, como as simbólicas, incorporando valores afetivos que conferem identidade e significado aos grupos sociais e sua relação com o espaço construído.

Com a categoria da paisagem cultural se busca a superação da compartimentação dos patrimônios (natural, cultural, material, imaterial), sendo também entendida como um recorte territorial que é estabelecido a partir de uma condição particular, um “conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente” (SCIFONI, 2016), um recorte espacial que é representativo das relações entre os grupos sociais e a natureza, que são construídas ao longo do tempo.

Do ponto de vista da preservação, o que identifica as paisagens culturais a serem protegidas é o caráter peculiar dessa relação tecida ao longo do tempo e que se revela a partir das formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano. Essas relações podem tanto materializar-se na sua morfologia, como podem ser explicitadas por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente. (SCIFONI, 2016)

Segundo Simone Scifoni, a categoria da paisagem cultural permite “superar um tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, mas também entre o material e imaterial, entendendo-os como um conjunto único, um todo vivo e dinâmico” (2016). A paisagem cultural é reconhecida assim como um conjunto de tipologias e componentes construtivos que representam dinâmicas culturais e estão vinculadas a conteúdos, significados e referências de pertencimento social que possuem raízes no passado, mas que continuam vivas no presente.

2. PATRIMÔNIO E TURISMO

O núcleo inicial da cidade de Salvador, fixado no alto da escarpa do morro, ao se derramar pelas encostas fez surgir ladeiras e rampas cujos pavimentos e desenho com

Grupo de Trabalho para atualização da política da paisagem cultural brasileira, a retomada do instrumento da chancela e a reformulação das estratégias institucionais para sua efetiva implementação.”

valetas centrais, devidamente concebidas para o escoamento das águas da chuva, apresentam-se semelhantes aos conjuntos urbanos do litoral português. As casas geminadas justapõem-se conformando as ruas, que apresentam um movimento singelo de concordância entre retas e curvas, determinado pela necessidade de adaptação às condições geográficas locais.



Figura 1 - Foto do final do século XIX que mostra parte do Centro Histórico de Salvador no trecho das ladeiras, vistas a partir da Baía de Todos os Santos. Note os arcos da ladeira da Conceição compondo a paisagem. Fonte: www.salvador.antiga.com. Acesso em: 27 out. 2019.

As ladeiras que fazem a transição da Cidade Alta para a Cidade Baixa remontam ao séc. XVII e são parte desse conjunto arquitetônico que identifica o centro histórico de Salvador por meio de formas características de cada época, fornecendo uma leitura rica e instigante do processo de transformação da cidade. Nesse contexto, os imóveis remanescentes dos séculos passados, ainda que com inserções construtivas posteriores, fornecem uma gama imensa de dados construtivos, perfeitamente coordenados, que determinam uma conformação urbana de características peculiares, contidas na simplicidade e hierarquia dos seus volumes construídos. São pistas que sugerem a possibilidade do encontro com certo espírito de invenção que constituiria uma arquitetura regionalizada.

O patrimônio construído do Centro Histórico de Salvador não sofreu grandes modificações no último século, o que mudou essencialmente ao longo da história foram os usos e os seus ocupantes. Com o deslocamento da classe mais alta a partir do século XX para zona sul da cidade e a posterior perda da centralidade em meados da década de 1960, a região começou a sofrer um processo de abandono e passou a ser ocupada por setores mais baixos da escala social transformando o perfil socioeconômico dos bairros que compõem o “centro histórico” soteropolitano.

O reconhecimento da região como patrimônio nacional, pelo então SPHAN, começa já em 1938 e vai se estendendo, até que em 1959 são englobados os conjuntos arquitetônicos do subdistrito da Sé, do Passo e da Conceição da Praia, período em que a região central ainda concentrava as principais atividades da cidade e que já sofria

pressão para se transformar e verticalizar. Segundo Milton Santos, nesse período a região convivia ao mesmo tempo com hotéis de luxo, cortiços e “velhos casarões degradados” das Ladeiras (1959). A região da Rua Chile, por exemplo, até a década de 1960 possuía um comércio sofisticado que atraía uma elite que se hospedava nos arredores.

Até a década de 1960 a economia da cidade ainda estava associada a região do Porto de Salvador baseada nas atividades de exportação de açúcar e do cacau. A decadência dessa atividade e a transferência dos interesses e investimentos para a instalação de indústrias na região metropolitana, acabou por diminuir os investimentos do poder público na região central. Foi nesse contexto, que um novo processo de abandono da região central e de transformação do seu público se iniciou, ao mesmo tempo em que consolidava a ideia do “centro histórico”, e nas décadas seguintes do binômio patrimônio-turismo e de “Salvador-Bahia” como um produto turístico, o que acabou por imprimir uma nova vocação para a região central e que permanece até os dias de hoje (SANT’ANNA, 2003).

A construção da aliança entre patrimônio e turismo, assim como da vocação do Pelourinho como o lugar de representação de uma Bahia idealizada, colorida e festeira faz parte das políticas públicas de desenvolvimento da região desde os anos 1970. As intervenções de caráter turístico realizadas no período foram focadas na região da Cidade Alta e encorajadas por organismos internacionais ligados à preservação do patrimônio que naquele momento defendiam que os monumentos deveriam ser vistos como recursos econômicos e valorizados no sentido de explorar o seu potencial para o desenvolvimento da região ⁴.

Em 1985 o Centro Histórico de Salvador é declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO e na década seguinte sofreria uma intervenção de grandes proporções e que envolveu a transformação de centenas de imóveis⁵ e a mudança quase completa dos usos, de seus ocupantes e frequentadores.

⁴ Seguindo as recomendações de Michel Parent, consultor da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e executadas pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia (1967 - 1980) com financiamento do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste - PCH (SEPLAN/IPHAN) até início da década de 1980. Marco dessa postura no âmbito internacional são as Normas de Quito de 1967.

⁵ Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, efetuado pelo Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (IPAC) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER).

A grande intervenção ocorrida nos anos 1990 parece ter dado o tom do destino daquela região: a expulsão da população mais pobre⁶ e a exploração turística de um cenário colonial associado a “produtos culturais” típicos baianos. O turismo se consolidou como sinônimo de desenvolvimento e esperança de solução para os problemas do patrimônio, que estava sendo visto sob uma perspectiva empresarial de valorização imobiliária (MOURAD, 2011; SANT’ANNA, 2017).

Os fatos demonstravam que as intervenções de recuperação ou requalificação realizadas pelo poder público na área central de Salvador, apesar de terem melhorado a qualidade do espaço urbano e aberto a área para um espectro mais amplo da população, favoreceram basicamente os proprietários do solo [...] Além de nunca terem sido utilizadas como instrumentos de emancipação ou desenvolvimento social, como já apontado, as intervenções realizadas no centro histórico de Salvador pelo poder público nos anos 1990 se destinaram, em sua grande maioria, a “limpá-lo” de uma população pobre (e de suas formas de sobrevivência), cuja presença é considerada indesejável e inadequada às funções comerciais, turísticas e midiáticas que lhe estão destinadas. (SANT’ANNA, 2017, p. 111).

O bairro basicamente se tornou um lugar de produção e “consumo cultural” e firmou-se como espaço de “cultura e lazer” para as classes alta, média e os turistas. Já nos inícios dos anos 2000, Urpi Montoya Uriarte identifica em trabalho de campo certo abandono das classes média e alta no uso desses espaços, assim como a falta de dinamismo no comércio da região e a constatação que o baiano de maior poder aquisitivo não frequenta o Pelourinho.

Diante do abandono das classes média e alta, e do uso cada vez maior deste espaço pelas classes populares, medidas tomadas nos últimos anos apontam para uma vontade política de reelitizar o centro, convertendo-o num lugar de turismo de “alto poder aquisitivo” [...] Quem frequenta o Pelourinho como espaço de lazer são os próprios residentes da área central da cidade o que é visto, por alguns, como uma distorção [...] A “distorção” está no luxo que representa o patrimônio recuperado para gente que não é luxuosa. (MONTROYA URIARTE, 2010, p.14 e 16)

A presença dos pobres, dos ambulantes, das prostitutas, dos bêbados e de outros usuários não desejados se tornou o “problema” da região. De alguns anos para cá estão sendo realizadas políticas de capacitação no sentido de treinar esses indivíduos para “abordar” o turista, assim como, estão sendo tomadas medidas de transformação visual do Pelourinho.

⁶ O que gerou a remoção de cerca de 2 mil famílias da região.

E o que mais vem chamando atenção desde meados de 2000 é o surgimento na região de empreendimentos privados voltados ao turismo de grande poder aquisitivo e de “padrão internacional”, como restaurantes refinados e hotéis de cinco estrelas que agora fazem parte de uma nova estratégia de “mudar a cara” de uma área que vai muito além do Pelourinho e onde vivem milhares de pessoas. (MONTROYA URIARTE, 2010).

Os recém-inaugurados hotéis de luxo da Rua Chile dão sinais de novos tempos para a região⁷, que recebe apoio e incentivos fiscais da prefeitura. Em seu programa “Salvador 360°” o atual prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto demonstra suas intenções de “incremento à economia da cidade, em especial à indústria do turismo” (SALVADOR, 2017) através de intervenções chamadas de “projetos-âncoras de transformação que dinamizam a região de forma econômica e urbana” e que devem ser realizados em parceria com o poder privado através de concessão de incentivos fiscais e de melhorias no espaço público e na infraestrutura urbana. De fato, algumas áreas já estão recebendo melhorias urbanas e a previsão é que grande parte dos órgãos da prefeitura se transfira para a região do Comércio.

No final de 2018 a prefeitura entregou a “nova” Praça Inglaterra no bairro do Comércio e já com a promessa de iniciar as obras na Praça Cayru e de toda região do entorno do Mercado Modelo, onde estão previstas as instalações de dois grandes Museus. Em seu discurso de inauguração, o prefeito disse que “isso tudo vai dando uma nova cara e um novo brilho ao Comércio da nossa cidade, permitindo que, logo em seguida, haja a ocupação através de órgãos públicos que estamos trazendo para cá, além de uma valorização imobiliária importante” (ABREU, 2018).

A postura dos órgãos de preservação em relação a esses projetos parece ser de total aceite e parceria. Em visita recente a Salvador a diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) Marlova Noletto se hospedou no Fera Palace Hotel. Em entrevista ao Correio, Noletto demonstrou otimismo quanto às ações governamentais realizadas na região cujo projeto de “revitalização” do Centro Histórico a entidade é parceira. A representante ainda ressaltou a importância de o Pelourinho voltar “ao bom momento que teve no seu apogeu” na década de 90,

⁷ Como o Hotel Fasano Salvador e o Fera Palace Hotel. O Fera foi inaugurado em 2017 e o Fasano foi inaugurado no final de 2018. Os dois foram contemplados com isenções fiscais no Salvador 360°, de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo. O Chamado “Salvador 360 Negócios” instituído na LEI N° 9285/2017 (Regulamentada pelo Decreto n° 29547/2018), o programa prevê que “Na área de turismo, o pacote de incentivos fiscais deverá incluir a redução em 60% do Imposto Sobre Serviços (ISS) de obra de construção, reforma, recuperação ou restauração, restrito a investimentos comprovados acima de R\$3 milhões”.

indicando como referências para o “desenvolvimento do Centro Antigo” os casos de Quito e Cartagena das Índias (LYRIO, 2019).

3. O DESTINO DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA

A Ladeira da Conceição da Praia, assim como as ladeiras vizinhas, fazem parte de um conjunto que ficou de certa maneira de fora dos projetos de “revitalização” empreendidos pelo poder público nos anos 70 e 90 do século passado, e que agora pertencem a uma região que é alvo dessa nova grande investida do poder público e do privado. Diferente da região do Pelourinho, o descaso do poder público por essas ladeiras ao longo das últimas décadas, apesar da conseqüente decadência material, manteve até certo ponto os habitantes que ali estão há décadas e preservou a cultura local.

Em 2015, a região das ladeiras se tornou alvo das discussões, quando alguns casarões deteriorados e ocupados por uma população de baixa renda foram demolidos. Deslizamentos por conta das chuvas e edificações condenadas foram a justificativa do poder público para demolir um total de 31 imóveis, em sua maioria edifícios do séc. XIX, o que causou tensão e revolta na população residente que teme sua expulsão, assim como, entre a comunidade de arquitetos e urbanistas, artistas e movimentos sociais da Bahia.

O poeta e professor de jiu-jitsu Marcelo Teles, morador da Preguiça e fundador do “Centro Cultural Que Ladeira é Essa?”, acha que as chuvas potencializaram um movimento que sempre existiu: o de tentar remover a população de baixa renda do centro [...] Luiz Antônio Souza, professor de urbanismo na Universidade Estadual da Bahia, vê um descaso nas ações de preservação tomadas pelos órgãos responsáveis. As ladeiras da Preguiça e da Conceição estão entre as três mais antigas da cidade (são do século XVII), e a da Montanha é uma das principais obras feitas na cidade no século XIX: todas elas foram feitas para ligar a Cidade Baixa à Cidade Alta. [...] “Houve muito pouca coisa sendo feita para conservar o patrimônio histórico da humanidade, e aí foi tomada essa decisão drástica de demolir esses casarões”, aponta o professor. (OLIVEIRA, 2015).

Em nota, o IPHAN justificou as demolições por conta do risco de ruir e porque “Tratavam-se de muros, uma casa e duas fachadas de antigas edificações arruinadas. Avaliou-se também que os remanescentes de fachadas não possuíam mais valores individuais ou de conjunto que justificassem sua preservação” (SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA, 2019).

Dos cabarés às sapatarias e agora oficinas de artesãos, como serralheiros e marmoristas, as ladeiras carregam histórias e memórias de Salvador e em alguns casos

são palco da vida de gerações de uma mesma família, como Paulo Evangelista, um marmorista que nasceu ali e cujo pai era sapateiro da Ladeira da Conceição. De pai para filho, Paulo recebeu de herança um lugar e o ofício, e construiu neste lugar as histórias de sua família (BELO, 2019), assim como Otacílio Pereira, hoje com 70 anos, que acompanhou seu pai em uma marmoraria da Ladeira nos anos 1950 e “não esquece as imagens das mulheres bem arrumadas e homens de terno e chapéu que frequentavam as sapatarias” (SANTOS, 2019).

No início de 2019, foi anunciado que se iniciaria a reforma dos arcos da Ladeira da Conceição, o que causou reação negativa de parte da comunidade: “Ali vivem e trabalham há décadas, ferreiros, serralheiros e marmoristas, herdeiros de ofícios tradicionais de matriz africana, alguns deles instalados no local há gerações” alertaram os jornalistas Vitor Rocha e Zezão Castro sobre o risco de despejo dessas pessoas e fim de suas atividades.

Há 61 anos, Zé Diabo produz ferramentas de orixás e agogôs no Arco 26 da Ladeira da Conceição, no centro histórico de Salvador. Da sua forja saem os instrumentos que ditam o ritmo do ijexá no Filhos de Gandhi, um dos mais importantes blocos afros do Carnaval de Salvador. “A vibração dos metais se irradia por todo meu corpo, nas partes internas, dos pés à cabeça”, disse Gilberto Gil enquanto levitava tocando um desses agogôs em um desfile do Gandhi em 2009. (ROCHA; CASTRO, 2019)

As imagens divulgadas do projeto (fig. 2) revelam a total desconexão com a estrutura antiga e as características peculiares de ocupação dos artesãos e transformação desses espaços ao longo do tempo. No projeto apresentado não há menção à preservação de marcas do tempo e o respeito a fundamentos da teoria da restauração moderna como a distinguibilidade e a reversibilidade, diretrizes mais do que conhecidas e encorajadas entre os especialistas da área com o fim de não cometer falsos históricos e preservar a memória das diversas camadas da história de um bem cultural.

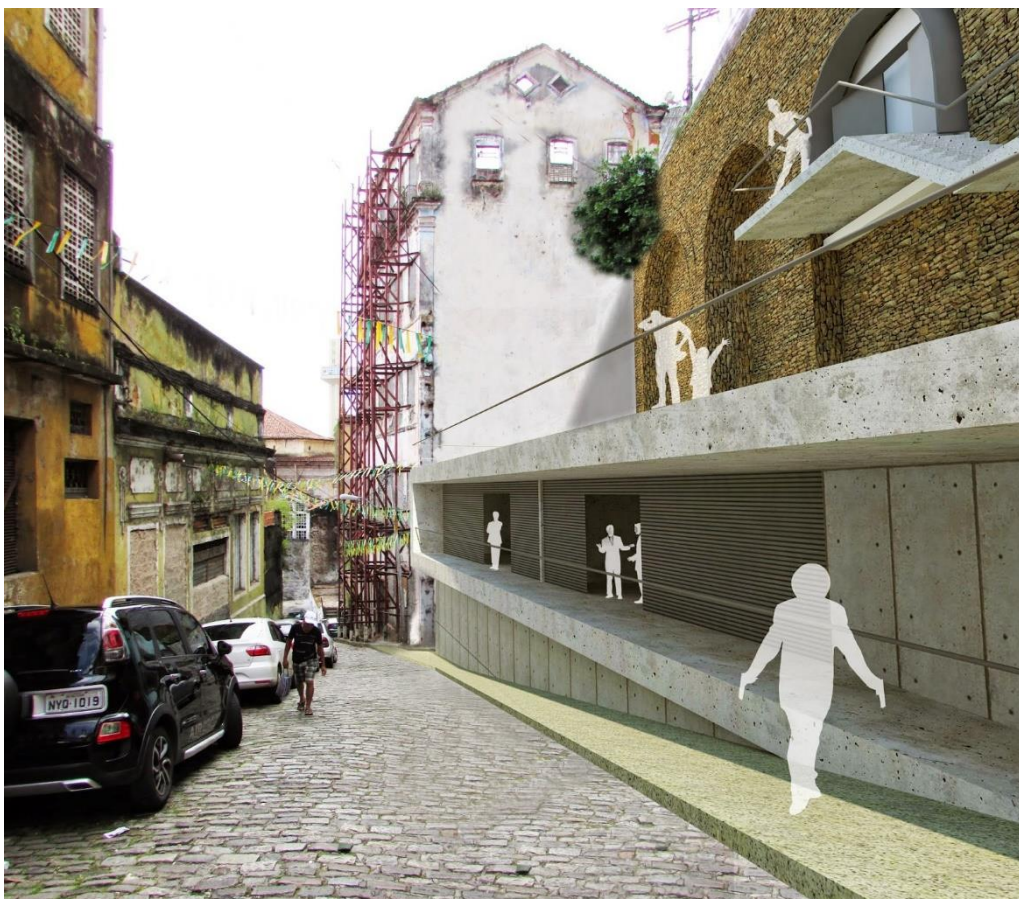


Figura 2 - Projeto de intervenção nos arcos da Ladeira da Conceição da Praia elaborado pelo IPHAN-Bahia. Fonte: Divulgação SECOM-PMS e IPHAN, 2014 e 2019.

Esse projeto foi inicialmente divulgado em 2014 em um blog da superintendência do IPHAN da Bahia. Foi dito que “o projeto busca destacar valores artísticos e suprimir elementos e volumes que atualmente descaracterizam o conjunto” (SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA, 2014).

O espaço apresentado nas imagens é o “novo”, uma arquitetura contemporânea que escamoteia por completo a antiga. As obras foram anunciadas oficialmente em 12 de junho de 2019 com as autoridades presentes, assim como os valores, prazos e parcerias divulgados⁸. A partir de algumas declarações e justificativas que parecem esclarecer o partido de intervenção a ser adotado, percebemos a contradição na intenção de se preservar a “tradição” e a “leitura original”, ao mesmo tempo em que se deseja “modernizar” (SALVADOR, 2019).

Logo após os dois arcos fechados, vêm outros quatro imóveis que passarão pelas mudanças mais radicais. Esses arcos, segundo o

⁸ Anunciado investimento municipal de aproximadamente R\$3,5 milhões, a previsão é serem executadas em 12 meses pela empresa RC Restaurações e Construções Eireli, com projeto cedido pelo IPHAN-BA (SALVADOR, 2019).

superintendente do Iphan, foram descaracterizados ao longo dos anos. Por isso, vão ganhar uma fachada diferente dos outros. “Estamos propondo uma recomposição da leitura original, mas com uma linguagem contemporânea [...] ainda que os 15 arcos ganhem um ar mais moderno, a tradição também deve ser preservada. “A proposta é unir a feição original com o contemporâneo. Os arcos vão ficar num estado espetacular”, garante o superintendente do Iphan [...] Projeto do Iphan prevê modernização tanto das fachadas como dos espaços internos dos imóveis, que terão novas instalações. Ideia é modernizar o espaço. (SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN BAHIA, 2014).

A pressão por parte da mídia e dos movimentos sociais parece ter surtido algum efeito no destino dos arcos, fizeram com que o prefeito declarasse por diversas vezes que não iria expulsar os artesãos. No entanto, não conseguimos vislumbrar a presença dos artesãos e das suas atividades no projeto apresentado, tão pouco a manutenção das suas memórias nas paredes dos 17 arcos. Já estamos completando alguns meses desde o anúncio das obras e a remoção dos seus ocupantes. Em outubro de 2019 os arcos permanecem fechados, alguns em obras já sem as esquadrias, e parte da estrutura está bloqueada por tapumes.



Figura 3 - Aspecto atual do conjunto histórico. Fonte: fotografia de Carlos Garcia, 20 out. 2019.



Figuras 4 e 5 - Ladeira da Conceição vista do início da descida.
Fonte: fotografia de Carlos Garcia, 20 out. 2019.



Figuras 6 e 7 - Início das obras. Fonte: fotografia de Carlos Garcia, 20 out. 2019.

Essa intensificação das relações entre patrimônio e mercado acaba por promover o rompimento de laços do cotidiano e da vivência social daqueles que produzem e detêm o patrimônio cultural. Estes processos de patrimonialização cujo intuito é domesticar e disciplinar as formas cotidianas de apropriação dos espaços promovem a

homogeneização urbana, a elitização e a adequação a um padrão mundial fetichizado para o fluxo do turismo e eliminam das singularidades locais (CORRÊA, 2012).

O processo de apagamento da memória social e das características pitorescas dos bens culturais criados e vividos por aqueles que o habitam, é o que se tem visto quando estamos diante de governos neoliberais desenvolvimentistas que privilegiam as classes mais altas e investem em projetos que priorizam o valor de mercado através da exploração turística. Alexandre Corrêa enfatiza que este movimento no sentido da turistificação dos grandes centros é uma tendência recorrente e que vem promovendo um processo de exclusão e desenraizamento sociocultural,

destruindo os antigos laços da sociabilidade autêntica, ainda manifestos nessas regiões históricas, lançando esses grupos e indivíduos na pauperização mais cruel, assim que a moda do consumo desses espaços sociais revitalizados forem abandonados novamente, pelas classes médias [...] O signo da mercadoria se cristaliza invadindo todos os domínios do conhecimento, emoldurando os novos parques temáticos do “admirável mundo novo” do passado, tornados agora atrações turísticas espetaculares. Na atualidade, os processos de *gentrification* que se observa desenvolver no país e no continente, replica o que já ocorre em vários outros países ocidentais. É o reflexo do processo de intensificação de confinamento e da marginalização multiculturalista dos grupos dos imigrantes, desempregados, excluídos e de todas as minorias raciais ou étnicas hóspedes dos Centros antigos das grandes cidades. (CORRÊA, 2012, p. 79).

Identificamos neste caso, mais uma vez, o estímulo da prática duvidosa que utiliza o uso cultural do patrimônio privilegiando o turismo e o turista que, ao fim e ao cabo, consome produtos culturais de forma efêmera, cuja experiência muitas vezes vai ser somente um “recorte da vida”. Ulpiano Meneses defende que deveríamos garantir a preservação dos valores daquele para quem a cultura é vivida, está incorporada, faz parte do cotidiano, do habitante (2012).

No âmbito das políticas públicas de preservação, o ‘**para quem**’ e o ‘**para quê**’ se preserva acaba definindo ‘**o que**’ se preserva. A Ladeira da Conceição da Praia é um exemplo desse embate, um conflito gerado entre instituições de preservação, poder público e moradores dos locais onde os patrimônios acontecem, uma rua caracterizada por sua ocupação dentro e fora dos Arcos, definida tanto por sua condição de passagem, quanto pela de permanência, formada por um todo dinâmico e particular que a caracteriza física e simbolicamente, fazendo com que esse lugar tenha “alma” própria, são “ruas com alma” diria Urpi Uriarte, ruas que ficam marcadas por histórias, usos, práticas e formas de apropriação e de sociabilidade que imprimem um traço

característico forte, que perdura no tempo (MONTROYA URIARTE, 2016). Será que com o fechamento dos Arcos e com as mudanças previstas já não deram fim a essa alma?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços na discussão no campo teoria do patrimônio cultural e da sua complexidade de valores, o que vemos ainda muito na prática hoje em dia é uma repetição de posturas e ações que visam privilegiar as classes dominantes e o capital, se preserva para quem vai consumir, gerar lucro e contribuir para a valorização imobiliária e à permanência do poder de seus grupos de interesse. A operação dos órgãos públicos é de natureza política e a preservação do patrimônio é um campo muito vulnerável às pressões do interesse privado.

O turismo de forma alguma deve ser visto como o vilão, ele deve ser instrumento e parceiro na preservação do patrimônio, em muitos casos é o que garante a sobrevivência de bens culturais. A questão é se o turismo está sendo utilizado como instrumento de preservação cultural ou de sua destruição, utilizado como moeda ou justificativa para empreendimentos de caráter especulativo que visam a produção de cenários e a criação de produtos culturais, promovendo a exclusão de pessoas e a transformação de lugares de memória que são o cerne desse patrimônio.

É preciso também lembrar, que com o tempo essa busca pela homogeneização de uso ou de classe não vence a dinâmica social própria dos lugares, tudo será reinventado por aqueles que usufruem da vida urbana no cotidiano, os “problemas” vão reaparecer se não se pensar em todos.

A história urbana nos ensina que o ideal da homogeneidade ou singularidade, quando em espaços públicos, não resiste à dinâmica própria destes: “o que define o caráter público da vida é a possibilidade de as pessoas tornarem visíveis suas ‘falas’” (Leite, 2007, p. 135). Os espaços públicos se negociam e o final desse processo nem sempre pode ser premeditado. Intervenções e reapropriações vão juntas. As lógicas econômica e financeira imperam em grande parte dentre aqueles que pensam e administram as cidades, no entanto, não necessariamente, dentre aqueles que fazem uso dela. (MONTROYA URIARTE, 2010, p. 18).

A possibilidade da manutenção da presença dos artesãos e habitantes dos Arcos da Conceição caminha no sentido de buscar a sustentabilidade social e econômica, significando geração de trabalho e renda para esses moradores, fatores que garantem a permanência da vida no local e, portanto, proteção ao patrimônio cultural compreendido também a partir de suas práticas, usos, tradições e materialidades.

Como fundamento do preservar é preciso garantir o pertencimento do habitante, as funções ligadas a ele, o como ele se apropria do espaço, seu modo de fazer e de viver, suas intervenções, objetos e memórias, é preciso defender aquele que produz e vivencia o patrimônio no cotidiano, ‘para quem’ *a priori* deveriam estar focadas as políticas de preservação. Ulpiano Meneses é um dos que insiste nessa linha de pensamento há décadas, alertando-nos que isso não viria só a beneficiar a preservação do patrimônio, mas promoveria o sentimento de pertença e a cidadania.

A abstrata racionalidade da especulação e a impecável lógica do espaço-mercadoria provocam, em nossas cidades, a autofagia e a expropriação do habitante. Preservar, portanto, seria, uma forma de encaminhar a reapropriação do espaço urbano pelo cidadão [...] A substituição do uso pelo consumo do espaço destrói a estabilidade da relação entre o lote urbano e a estrutura e entre a estrutura e a função. Atenua-se, assim, ou se anula a possibilidade de se “pertencer” a um espaço e situar-se num tempo: a mobilidade e a amnésia conduzem à alienação, à progressiva marginalização, à impossibilidade da cidadania. (MENESES, 1992, p.194).

Esse sentimento de pertença é o que associamos ao valor afetivo, que dentre as categorias de valor, é aquela que trata das relações subjetivas dos indivíduos com espaços e objetos, olhados através de uma dimensão paralela, a da memória. Identificar e caracterizar a significação cultural de um bem implica levantar representações sociais e analisar as categorias de valor que caracterizam a sua existência e sustentam a sua permanência.

Nesse sentido, Lia Motta nos acrescenta sobre a importância da identificação e valoração do patrimônio como referência cultural, defendendo nos situarmos mais próximos da definição da Constituição de 1988 (art. 216), o que implica uma ação mais abrangente de preservação no âmbito das cidades e promove a preservação da memória social (MOTTA, 2017 apud HALBWACHS, 1990). No entanto, ao estabelecer conceitos e princípios, a Carta Magna não prevê os instrumentos para enfrentar, na prática social, a vontade política e as desigualdades que se estabelecem nos processos de patrimonialização.

É preciso identificar na disputa da atribuição de valores quais os sujeitos que estão sendo privilegiados nas políticas públicas a fim de evitar processos de gentrificação. Márcia Chuva, com o objetivo de “desenhar uma perspectiva integradora”, sugere que “os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele” e que os instrumentos de salvaguarda e proteção devem ser variados a depender do tipo do bem cultural (2012, p. 263).

Identificar e determinar o destino do patrimônio cultural urbano sem dar conta dessa rede de relações e interações no passado e no presente é limitar seu entendimento e diminuir seus valores. É preciso estimular estudos que envolvam toda a dinâmica cultural da cidade, projetos que incorporem leituras etnográficas, estudos sobre memória social e que considerem a coexistência do tradicional e do contemporâneo em suas várias dimensões. As ruas não podem ser vistas apenas no plano dos mapas, plantas e planos, para entender as ruas é preciso “descer às ruas, se jogar nas ruas, para apreender a vida social delas” (MONTROYA URIARTE, 2016, p.48) como propõe a etnografia urbana.

No caso dos arcos da Ladeira da Conceição da Praia a mobilização popular se coloca como resistência e luta, tendo um papel fundamental no reconhecimento e na preservação desse bem cultural tão caro aos soteropolitanos. A luta por processos mais democráticos e inclusivos deve continuar, apesar e principalmente, quando estamos diante de um cenário de políticas excludentes.

O conjunto construído, que é identificado como patrimônio da cidade e da humanidade, foi reconhecido e tombado principalmente por conta da sua materialidade, por sua participação na paisagem construída, enquanto conjunto arquitetônico. A história da ocupação dessas estruturas pelas pessoas, a cultura local que foi constituída através da comunidade e de sua relação com a cidade não foi pauta do debate patrimonial na época e agora essas questões vêm à tona em meio a um campo de disputas que envolve o debate de diversas áreas da administração pública, grupos de interesse de diversas naturezas, colocando em evidência tanto a fragilidade das políticas de preservação como a concepção de patrimônio cultural que está na pauta.

O sistema de valores vigente privilegia uma estética da exploração turística, da construção do novo, da amnésia dos significados promovendo ainda o apagamento de vestígios e marcas das histórias de um grupo social excluído, que são os principais agentes do patrimônio cultural.

A necessária ampliação da noção de patrimônio no seu campo disciplinar e a adoção da paisagem cultural como categoria, nos parece como uma promessa para mudança desse cenário. Tanto no campo da teoria como das práticas, a incorporação da paisagem cultural, no sentido que aqui expomos, pode significar o aprimoramento e a qualificação das práticas e instrumentos de identificação, reconhecimento e proteção do patrimônio cultural de uma forma mais abrangente e inclusiva, apresentando um novo

cenário de critérios e valores para a pauta das políticas de preservação do patrimônio no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Y. Prefeitura entrega requalificação da Praça da Inglaterra. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 19 de dezembro de 2018. Disponível em <https://www.trbn.com.br/materia/113576/prefeitura-entrega-requalificacao-da-praca-da-inglesa>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- BELO, Maiana. Dos arcos da 'Conceição' à Ladeira da Montanha, contos marcam história. **G1**. 23 de março de 2015. <http://g1.globo.com/bahia/salvador-466-anos/noticia/2015/03/dos-arcos-da-conceicao-ladeira-da-montanha-contos-marcam-historia.html>. Acesso em: 03/05/2019.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 34, 2011.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís**, 2001. Tese (Doutorado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica - PUC, São Paulo, 2001.
- _____. Novos dédalos da modernidade tardia: investimentos na socio técnica da cultura, do patrimônio e dos museus. In TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuela Ferreira (org.) **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: _____. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond/ IPHAN/Demu, 2007. p. 139-157. (Coleção museu, memória e Cidadania).
- _____. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuela Ferreira (org.) **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.
- KÜHL, Beatriz M. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. **Anais do Museu Paulista**.v.12. Jan. -dez. 2004.
- LYRIO, A. O Coliseu e o Pelourinho têm o mesmo valor. **Correio**. Salvador, 10 de março de 2019. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-coliseu-e-o-pelourinho-tem-o-mesmo-valor-defende-diretora-da-unesco/> Acesso em: 04 jul. 2019.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: SP. Departamento do Patrimônio Histórico. Secretaria Municipal de Cultura/PMSP (Org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. P. 189-194.
- _____. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN; SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. **Anais [...]** Brasília, DF: IPHAN, 2012.
- MONTOYA URIARTE, Urpi. Por trás das fachadas coloridas: Etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia). **Ponto Urbe**, jul. 2010.
- _____. Rua e ruas: imagens, leituras e etnografias. In: URIARTE, Urpi M.; MACIEL, Maria Eunice (Org.). **Patrimônio, cidades e memória social**. Salvador: EDUFBA: ABA, 2016. 405 p.
- MOTTA, Antônio. Patrimônio. In: **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** / org. Lívio Sansone e Cláudio Alves Furtado. Salvador: EDUFBA, 2014.
- MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Tereza & SOTRATTI, Marcelo (org.) **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. Identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira -SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

OLIVEIRA, Nelson. Por que Pessoas Estão Ficando Desabrigadas e Casarões Estão Sendo Demolidos no Centro de Salvador? **Vice**, Salvador, 29 Junho 2015. Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/ezgqwk/por-que-pessoas-estao-ficando-desabrigadas-e-casares-estao-sendo-demolidos-no-centro-de-salvador. Acesso em: 02 maio 2019.

ROCHA, Vitor; CASTRO, Zezão. Adeus, artesãos. Olá, hotéis de luxo: o plano gourmet do prefeito de Salvador para o centro histórico. **The Intercept**. 21 de abril de 2019. Disponível em <https://theintercept.com/2019/04/21/salvador-centro-historico-pelourinho/>. Acesso em: 03 maio 2019.

RUBINO, Silvana. Políticas de enobrecimento. In: Fortuna, Carlos & Leite, Rogério Proença. **Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009.

SALVADOR 360 - Centro Histórico. Prefeitura de Salvador. Salvador, 2017. Vídeo (8:47 min), *online*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B6QIGvCSPXc>. Acesso em: 03 jul. 2019.

SALVADOR terá Arcos da Ladeira da Montanha recuperados em 2020. **Farol News**. Salvador, 12 jun. 2019. Disponível em <http://farolnews.com.br/noticias/salvador-tera-arcos-da-ladeira-da-montanha-recuperados-em-2020/>. Acesso em: 05 jul. /2019.

SANT'ANNA, Márcia. Salvador: patrimônio como insumo do lazer urbano. In: _____. **A cidade-atração**. A norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA/ PPGAU FAU UFBA, 2017.

SANTOS, Milton. Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade de Salvador. **Boletim Paulista de Geografia** nº 32, jul. 1959.

SANTOS, Gil. Arcos da Ladeira da Conceição da Praia começam a ser reformados. **Correio**, 12 de junho de 2019. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/arcos-da-ladeira-da-conceicao-da-praia-comecam-a-ser-reformados/>. Acesso em 09 jul. 2019.

SCIFONI, Simone. Paisagem Cultural. In: GRIECO, B; TEIXEIRA, L; THOMPSON, A. (Org.) **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2016. (verbete).

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA (IPHAN-BA). Renovação na Ladeira da Conceição. **IPHAN BAHIA**. Salvador, 26 dez. 2014. Disponível em <http://iphanba.blogspot.com/2014/12/renovacao-na-ladeira-da-conceicao.html>. Acesso em: 05 jul.2019.

_____. Iphan esclarece demolições na Ladeira da Montanha. **IPHAN BAHIA** Salvador, 25 de maio de 2015. Disponível em <http://iphanba.blogspot.com/2015/05/iphan-esclarece-demolicoes-na-ladeira.html?spref=fb> Acesso em: 25 out. 2019.

TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuela Ferreira (org.) **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

Mapeamento e análise dos imóveis inventariados de Cachoeira do Sul (RS)

PAHIM, Raquel Tatsch de Figueiredo (1); MAZUIM, Bruno da Silva (2); LEAL, Geanny Bañolas (3); PEREIRA FILHO, Rodrigo (4); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (5)

(1) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul, rpahim@hotmail.com ;

(2) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul, brunomazuim@gmail.com ;

(3) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul, geannybanolas@hotmail.com ;

(4) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul, rodrigopf118@hotmail.com ;

(5) Professora Doutora, Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul, barbara.giaccom@ufsm.br .

RESUMO

Considerando a relevância da história de uma cidade e de um povo e, pensando no abandono que muitas edificações cachoeirenses sofreram, o artigo teve como objetivo fazer o mapeamento das edificações inventariadas da cidade de Cachoeira do Sul, além de compreender sua distribuição urbana e buscar uma relação entre o uso desses bens com seu estado de conservação e analisar os dados obtidos a partir de gráficos. A obtenção desses dados se deu a partir de pesquisas em campo e através de imagens digitais, assim como consulta no livro do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, de 1989. Os mapas foram desenvolvidos em uma plataforma SIG e sintetizados para simples compreensão.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, inventário, geoprocessamento, mapeamento.

Mapping and analysis of inventoried properties in Cachoeira do Sul (RS, Brazil)

PAHIM, Raquel Tatsch de Figueiredo (1); MAZUIM, Bruno da Silva (2); LEAL, Geanny Bañolas (3); PEREIRA FILHO, Rodrigo (4); GIACCOM-RIBEIRO, Bárbara M. (5)

(1) Undergraduate student, Federal University of Santa Maria - Cachoeira do Sul, rpahim@hotmail.com ;

(2) Undergraduate student, Federal University of Santa Maria - Cachoeira do Sul, brunomazuim@gmail.com ;

(3) Undergraduate student, Federal University of Santa Maria - Cachoeira do Sul, geannybanolas@hotmail.com ;

(4) Undergraduate student, Federal University of Santa Maria - Cachoeira do Sul, rodrigopf118@hotmail.com ;

(5) PhD Professor, Federal University of Santa Maria - Cachoeira do Sul, barbara.giaccom@ufsm.br .

ABSTRACT

Considering the relevance of the people and the city's history and, thinking about the abandonment that many Cachoeirense's buildings suffered, the article aimed to map the inventoried buildings of the city of Cachoeira do Sul, besides understanding it's urban distribution and searching for a relationship between the use of these properties with it's state of conservation and analyze the data obtained from graphs. These data were obtained from field research and digital images, as well as consultation in the book of the Cultural Heritage Inventory of Cachoeira do Sul, 1989. The maps were developed on a GIS platform and synthesized for simple understanding.

KEYWORDS: *heritage, inventory, geoprocessing, mapping.*

1. INTRODUÇÃO

Cachoeira do Sul (Fig.1) é um dos municípios mais antigos do estado do Rio Grande do Sul: é o quinto em idade, com fundação datada em 1819. Sua malha urbana foi estabelecida nos moldes portugueses, com destaque à catedral religiosa; expande-se ao norte do Rio Jacuí, que banha a cidade, criando um espaço urbano rico em história, que se conta por meio de suas edificações que resistem ao tempo. Entretanto, mesmo em uma cidade que vislumbra tal valor cultural, com destaque à sua arquitetura, permeia o aparente descaso com a memória, advindo da ignorância com sua história.

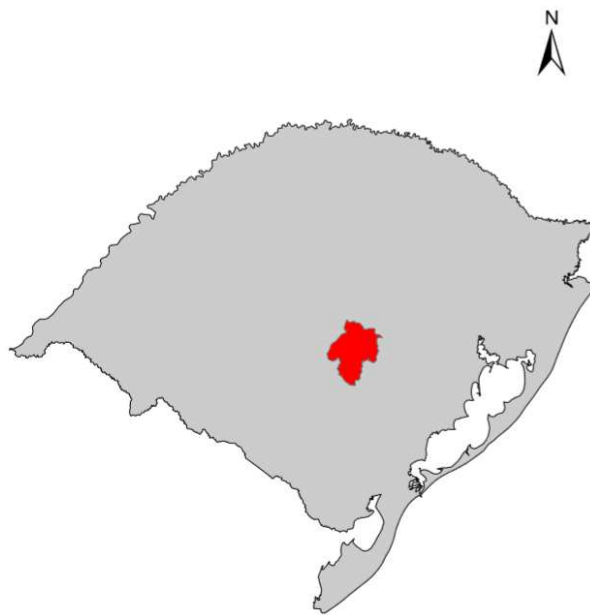


Figura 1 - Localização de Cachoeira do Sul no estado.
Fonte: autores (2018).

A população, muitas vezes, não tem o entendimento da importância da arquitetura para entender a forma como se viveu em determinadas épocas. A arquitetura demonstra valores, costumes e culturas. Atualmente, o assunto é bastante pertinente na cidade de Cachoeira do Sul visto que algumas edificações estão tendo sua história negligenciada, sendo completamente descaracterizadas e/ou demolidas. É muito importante trazer questões patrimoniais à tona, principalmente em momentos de descaso.

Um exemplo recente é o da “Casa 500”, que foi comprada para ser quase que totalmente demolida para a construção de um edifício de sete pavimentos em uma das áreas mais antigas da cidade, sem que haja respeito ao patrimônio como monumento isolado ou mesmo ao sítio em que se encontra, visto que próximo a este local existem inúmeras edificações inventariadas, muitas delas retratadas como cartões postais do município. Observa-se também, que muitas das edificações são simplesmente abandonadas por seus proprietários por não poderem fazer muitas modificações, já que são inventariadas.

Esse tipo de pensamento se dá não pela falta de sensibilidade da população cachoeirense, mas por falta de informação que não é facilmente acessada.

2. APORTE TEÓRICO

O inventário de Cachoeira do Sul foi realizado pela arquiteta e urbanista Cristine Eskeff Coelho, em 1989. Na época, este foi um grande feito para a cidade, que contribuiu para conferir, em 1994, o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, promovido pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul, pelo inventário, tombamento e restauração de bens culturais do município.

O desenvolvimento do Livro de Inventário enfrentou dificuldades, principalmente devido à falta de recursos, tendo sido a arquiteta a única profissional técnica atuante no processo. O inventário começou pelas edificações localizadas nas proximidades do Rio Jacuí, que é a área onde cidade começou a se desenvolver, e seguiu em direção à zona norte do município. As edificações escolhidas pela arquiteta são predominantemente ecléticas e possuem importância cultural na cidade. Apesar da abrangência inicialmente satisfatória do inventário de Cachoeira do Sul, uma análise atual evidencia sua desatualização, bem como a falta de informações, o que acaba também “enfraquecendo” a tentativa da preservação desses bens.

Em se tratando de informação espacial, o geoprocessamento, segundo Câmara et al. (2004), denota a disciplina que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica. Esta disciplina vem influenciando de maneira crescente as áreas de cartografia, análise de recursos naturais, transportes, comunicações, energia e planejamento urbano e regional. As ferramentas computacionais para geoprocessamento, chamadas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados. Além disso, possibilitam automatizar a produção de documentos cartográficos.

Neste contexto, e apoiando-se em recursos tecnológicos atualmente disponíveis, este trabalho explora a importância de se lembrar e de manter viva a história de um local e sua comunidade. Aplicam-se tecnologias dos SIGs para facilitar a disseminação de informações relativas ao patrimônio cultural.

Iniciativas semelhantes são observadas em diversas cidades que já utilizam esse sistema para inúmeras aplicações. Por exemplo, na cidade de Cabo Frio (RJ) foi criado

um aplicativo para *smartphones* que mapeia e contém informações sobre o patrimônio histórico-cultural do município, além de informar rotas para visitação (MUNDOGEO, 2018). Ferla et al. (2016) sistematizam dados sobre patrimônio arqueológico e cultural no município de Guarulhos (SP). Moura (2008) propõe a aplica o dos recursos de geoprocessamento em duas etapas da análise urbana em Ouro Preto (MG): no planejamento e na gestão.

Portanto, este trabalho tem como objetivo mapear os imóveis inventariados, em 1989, de Cachoeira do Sul, localizados na área urbana do município, ponderando acerca dos atuais usos atribuídos às edifica es e seu estado de conserva o. A inten o desse trabalho, além de analisar a distribui o espacial do patrimônio cultural da cidade,   buscar a rela o entre o uso e o estado de conserva o dessas edifica es, apoiando-se, inclusive em análises estatísticas.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A obten o dos dados se deu a partir pesquisas em campo, por meio de imagens digitais obtidas por satélite e disponibilizadas pela plataforma *Google Earth*, assim como por consulta ao livro do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul. As informa es obtidas acerca das edifica es foram sistematizadas em um banco de dados espacial em ambiente SIG, utilizando o *software* ArcGis v.10.6 (ESRI, 2018) e base cadastral georreferenciada do município de Cachoeira do Sul. O mapeamento contemplou as edifica es que ainda são inventariadas, já que algumas foram demolidas ou desinventariadas.

No mapa da Figura 2,   possível observar que as edifica es inventariadas estão próximas e em um “eixo principal”. Da mesma forma, percebe-se que este levantamento   interrompido em certa altura do recorte, pois quando o inventário municipal foi elaborado (i.e., em 1989), as edifica es de estilo *Art Déco* - bastante presentes na cidade - ainda eram relativamente recentes, visto que eram estilos predominantes do período de maior expansão territorial da cidade.

Sobre a questão da abrangência do patrimônio arquitetônico, Castriota (2007, p.16) argumenta que sua concep o inicial, ainda muito presa   ideia tradicional de monumento histórico único, vai sendo ampliada ao longo do século XX: “tanto o conceito de arquitetura, quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preserva o expandem-se paulatinamente”. Assim como “vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros [...] aos critérios estilísticos e

históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado” (CASTRIOTA, 2007, p.16).

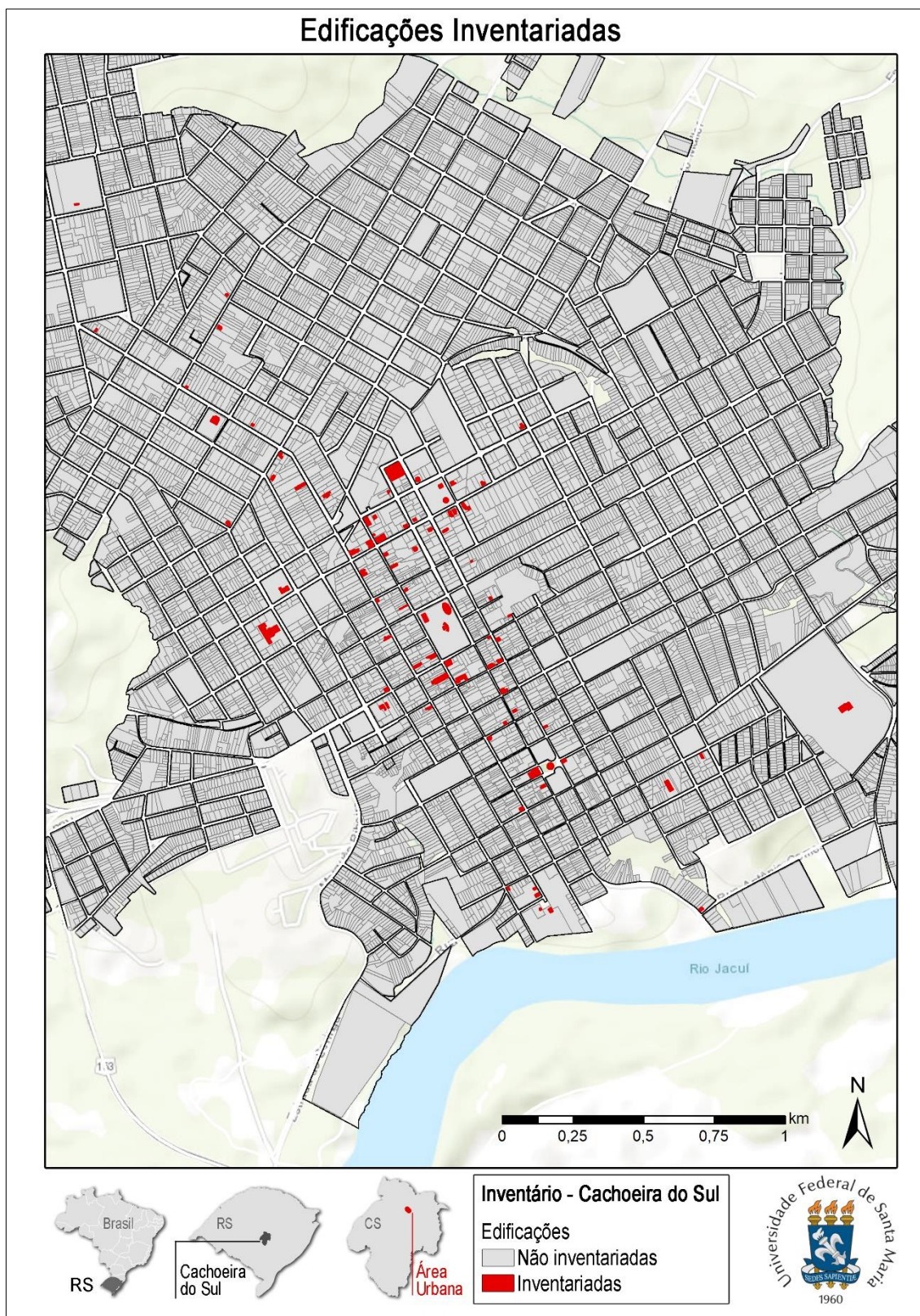


Figura 2 - Mapeamento das edificações inventariadas, Cachoeira do Sul - RS.
Fonte: autores (2018).

Originalmente, faziam parte do inventário 123 edificações rurais e urbanas; destas, 27 foram desinventariadas; 13 são rurais e 83 são urbanas e continuam fazendo parte do inventário; as edificações urbanas são as que compõem o recorte analisado. Com isso, é possível perceber que o número de edificações inventariadas ocupa uma pequena parcela em relação ao restante da cidade, mas, ao analisar o município como um todo, é nítido que existem muitos imóveis antigos e relevantes para a sociedade e que não fazem parte do inventário.

Partindo-se do mapeamento das edificações inventariadas localizadas na área urbana de Cachoeira do Sul, o objetivo do trabalho é analisar os usos atuais dessas edificações e relacionar tais informações com seu estado de conservação.

Para análise do uso das edificações inventariadas, foram mapeadas informações obtidas por meio de pesquisa em campo e de imagens disponibilizadas pela plataforma *Google* (i.e., imagens orbitais do *Google Maps* e cenas no nível do solo do *Google Streetview*). Os usos foram atribuídos conforme doze categorias distintas, a saber: usos institucionais: civil, militar, cultural e de lazer, de assistência e saúde, religioso, educacional; infraestrutura; cemitério; comercial e serviços; residencial unifamiliar e multifamiliar; e misto (que abrange edificações possuem mais de um uso). O critério utilizado para aplicar esta classificação foi sobre seu uso atual do período realizado a pesquisa - dezembro de 2018.

A partir do mapeamento dos usos das edificações, analisou-se o estado de conservação atual dos imóveis inventariados, a partir de três atribuições classificatórias, apresentadas como: em ruína, em estado regular e preservado. As informações foram obtidas por meio de pesquisa em campo, principalmente, e com suporte de imagens de satélites atuais (i.e., disponibilizadas pela plataforma *GoogleEarth*). O critério de classificação leva em consideração o que se julgou necessário em seu estado geral de conservação, sem considerar estudos de teóricos do patrimônio acerca do assunto.

Neste trabalho, estabeleceu-se que as edificações em ruínas são aquelas que estão completamente deterioradas, na iminência de desabamento, oferecendo risco para sua estrutura, a possíveis usuários e ao entorno imediato. As regulares são as edificações que apresentam plenas condições de uso, porém necessitam de maior atenção quanto à estética e à estrutura do que as edificações consideradas preservadas. Estas, por sua vez, consistem nas edificações que estão em bom estado geral, porém algumas podem apresentar a necessidade de pequenos reparos, possuindo pichações, por exemplo.

A figura 3 apresenta exemplos de edificações classificadas nos três estados de conservação definidos: preservado (Fig.3a), estado regular (Fig.3b) e em ruínas (Fig.3c).



Figura 3 - Exemplos de edificações em diferentes estados de conservação: (a) Paço Municipal, em bom estado de preservação; b) Engenho Roesch, em estado de conservação regular; c) Cine Teatro Coliseu, em estado de ruína. Fonte: acervo pessoal de Raquel Pahim (2018).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapa da Figura 4 apresenta as edificações inventariadas classificadas em doze categorias de uso. Nas principais ruas da cidade, é predominante o uso comercial dos imóveis, enquanto que os residenciais estão distribuídos, principalmente, nas ruas adjacentes às principais e na parte mais antiga do perímetro urbano, havendo exceções em áreas mais afastadas.

É pertinente pontuar que, entre as edificações inventariadas, existem usos diferenciados, como, por exemplo, dois pátios de cemitério em áreas opostas do recorte espacial em análise, assim como com função de infraestrutura, categoria de uso atribuída aos reservatórios de água. Além disso, destaca-se também o número relativamente alto de edificações que se encontram sem uso (6).

Estatisticamente, o recorte apresenta uma maioria de edificações destinadas a comércio e serviços (26), seguido pelos usos residenciais (22), além do misto (5), que engloba ambos usos. As demais edificações variam entre menor número de usos atribuídos (de 1 a 6). A figura 5 apresenta a distribuição absoluta das edificações inventariadas nas doze categorias de uso estabelecidas.

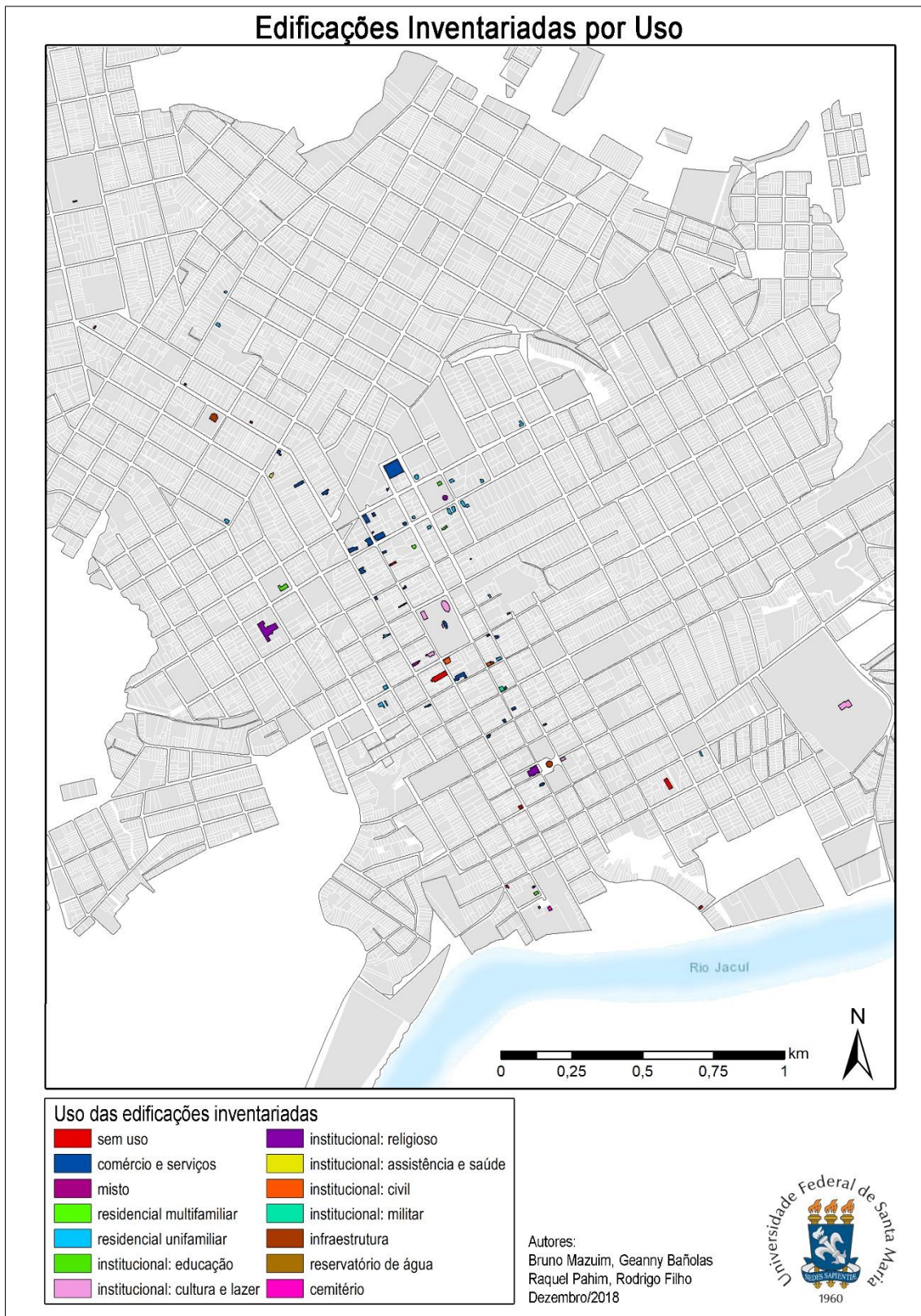


Figura 4 - Mapeamento das edificações inventariadas de acordo com seu uso, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: autores (2018).

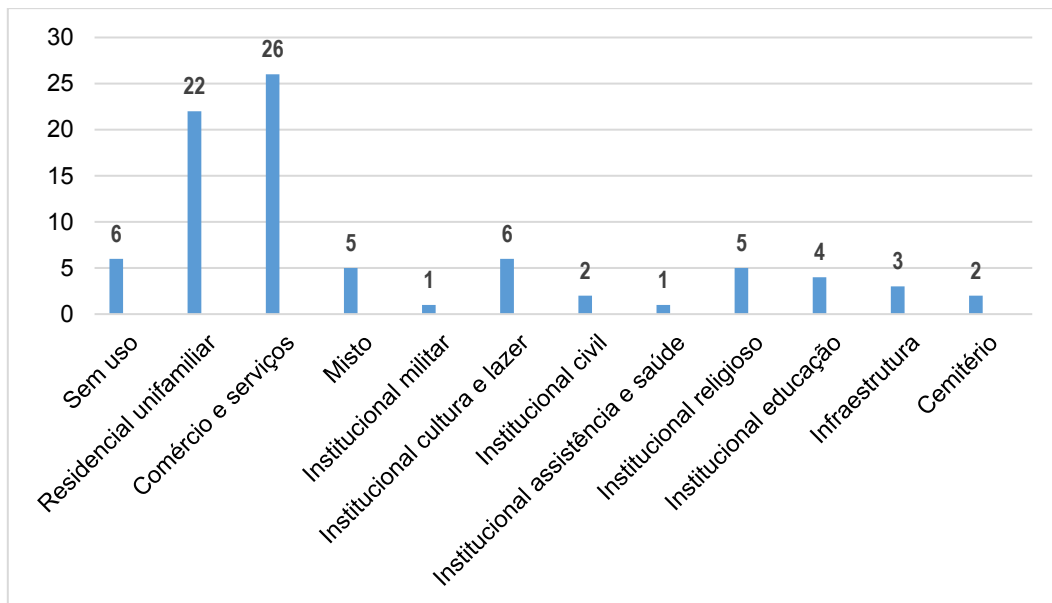
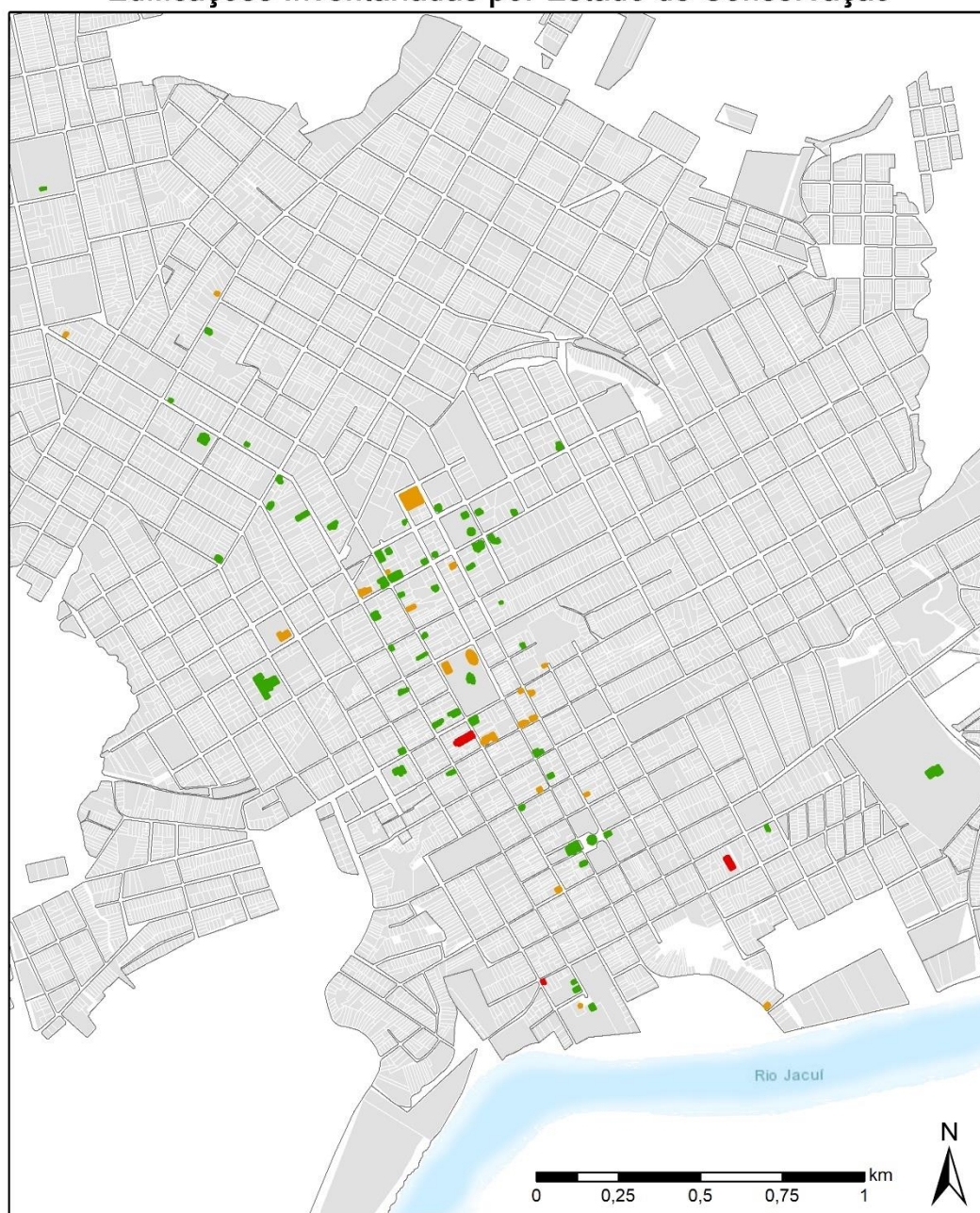


Figura 5 - Gráfico comparando os usos das edificações inventariadas em Cachoeira do Sul - RS. Fonte: autores (2018).

O mapa da Figura 6 apresenta as edificações inventariadas classificadas por estado de conservação. Foram identificadas três edificações em ruínas, dentre elas, a Casa da Aldeia e o Cine-teatro Coliseu, que são obras ícones da cidade, tombadas em esfera municipal e que se encontram em total descaso quanto a cuidados que deveriam ter sido tomados anteriormente, de modo que, hoje em dia, as edificações sofrem as consequências deste abandono. A Casa da Aldeia encontra-se apoiada por estacas de madeira como medida paliativa contra o desabamento. O Cine-teatro Coliseu não possui manutenção estrutural, estando, há anos, abandonado; dada sua localização em região central da cidade, por não contar com manutenção mínima, oferece risco ao grande fluxo de pedestre que transita pelo passeio em sua fachada.

Quanto às demais edificações pertencentes ao recorte analisado, a grande maioria encontra-se preservada (59), de acordo com os critérios adotados, enquanto outros 21 imóveis estão em estado regular. Logo, o inventário apresenta um quadro de relativo bom estado de preservação, que, porém, ainda necessita de atenção para que atinja melhores aspectos gerais. A Figura 7 ilustra o quantitativo de edificações classificadas de acordo com seu estado de preservação.

Edificações Inventariadas por Estado de Conservação



Estado de conservação das edificações inventariadas

preservado

regular

ruína

Autores:
Bruno Mazuim, Geanny Bañolas
Raquel Pahim, Rodrigo Filho
Dezembro/2018



Figura 6 - Mapeamento das edificações inventariadas de acordo com seu estado de conservação, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: autores (2018).

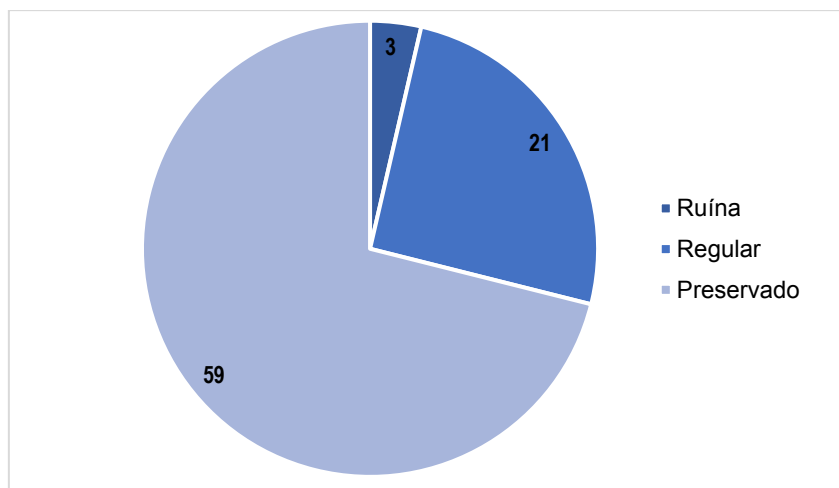


Figura 7 - Gráfico comparando o estado de conservação das edificações inventariadas, Cachoeira do Sul - RS. Fonte: autores (2018).

Os mapas das Figuras 4 e 6 permitem extrair informações importantes e relacionar análises. Fica evidente que apenas as edificações que se enquadram dentro dos usos institucional militar, religioso e assistência e saúde encontram-se preservadas. Dos 26 imóveis de comércio e serviços, 92,3% estão preservados; esta tipologia de uso é a que possui maior número de edificações nessa categoria de estado de conservação (34%). Na sequência, estão as residências unifamiliares, também com 92,3% do seu total de 22 imóveis na categoria de edificações preservadas (29%).

Na classificação das edificações regulares, há predomínio de imóveis destinados a comércio e serviços (29%), seguido por residências unifamiliares (24%), como observado na análise anterior. Destaca-se, neste critério, grande número de edificações que não possuem nenhum uso, sendo este número maior, inclusive, do que a quantidade de edificações que servem de cultura e lazer. Por fim, as edificações em ruínas encontram-se todas sem uso, visto que não oferecem condições de adequadas de utilização aos diversos fins.

Os gráficos (a) e (b) da Figura 8 apresentam a distribuição por categorias de uso das edificações inventariadas em estado de conservação regular e preservado.

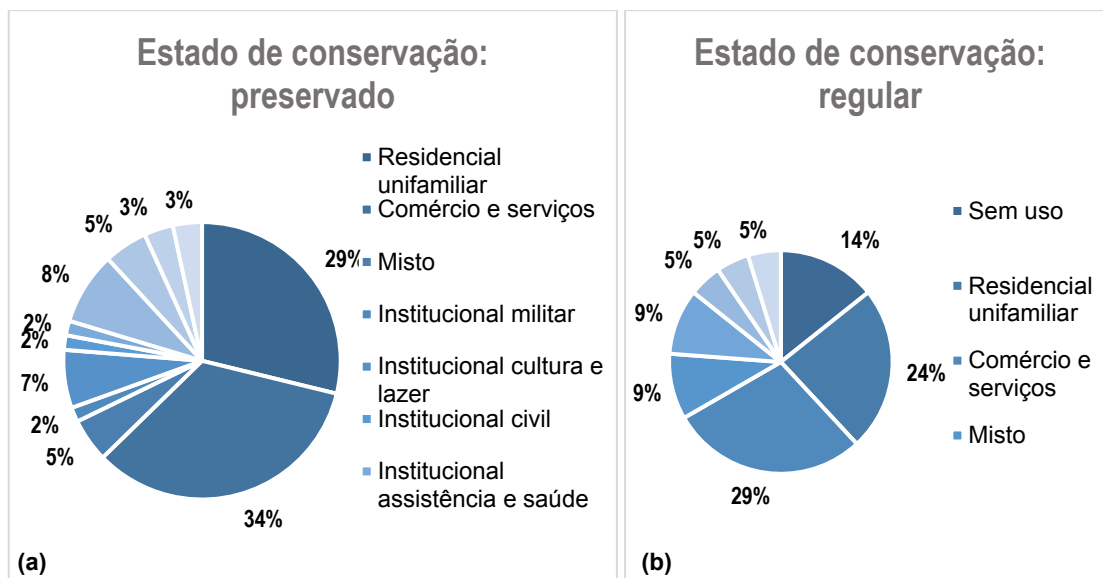


Figura 8 - a) Gráfico da distribuição por categorias de uso das edificações inventariadas em bom estado de preservação; b) Gráfico da distribuição por categorias de uso das edificações inventariadas em estado regular de conservação. Fonte: autores (2018).

Portanto, por mais que boa parte das edificações tenham sido classificadas como preservadas, fica claro que Cachoeira do Sul ainda possui muitos bens histórica e culturalmente importantes esquecidos.

5. CONCLUSÃO

As análises possibilitam concluir que as edificações de uso comercial são, em geral, mais conservadas que as demais. Isso provavelmente se dá por serem utilizadas pelo público e com maior frequência, sendo que a “aparência” é um ponto atrativo e essencial para o mercado. Além disso, as de uso institucional religioso estão, em sua totalidade, bem preservadas, já que a responsabilidade da manutenção é de suas distintas comunidades, que zelam pela conservação dos bens.

Um ponto muito relevante a ser analisado é a relação da Prefeitura Municipal com as edificações inventariadas da cidade. A análise dos mapas de uso e estado de conservação evidencia que as edificações sob cuidado do órgão, em sua maioria, são bem preservadas e vêm recebendo reformas e restauros há algum tempo, a exemplo do Paço Municipal (atualmente, Museu Municipal de Cachoeira do Sul), que foi completamente reformado recentemente, juntamente com o Château d’Eau. A única edificação que não recebeu tratamento ainda é a primeira caixa d’água da cidade, localizada próxima às instalações do Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul (HCB), o que nos leva a refletir se esta obra está esquecida na história.

No geral, a maior parte das edificações inventariadas está em um bom estado de conservação, porém isso não anula o fato de 28,9% desses imóveis estarem carecendo de algum tipo de cuidado para manter viva a história da cidade de Cachoeira do Sul. Neste ponto, é importante observar como o fator “tempo” pode agregar valor à arquitetura: com o passar dos anos, torna-se cada vez mais válida e necessária a possibilidade de aumentar a lista de inventário, abrangendo tanto a arquitetura moderna, quanto algumas edificações antigas que, na época, não possuíam tanto valor cultural quanto possuem hoje em dia

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, pelo apoio institucional, à professora orientadora Bárbara M. Giacom Ribeiro, que dedicou toda a colaboração necessária para a elaboração do artigo e aos professores Juliana Silva Pavan, Letícia de Castro Gabriel, Luiza Segabinazzi Pacheco Delongui e Mateus Rosada por disponibilizarem as fichas do Inventário de Cachoeira do Sul para o Projeto de Pesquisa do Patrimônio Cultural da cidade.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. 2. ed. São José dos Campos, SP: INPE, 2004. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>. Acesso em: 9 dez. 2018.
- CASTRIOTA, L. B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v.1, n.1, p.9-31, 2007.
- COELHO E. C. **Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul - RS**. Rio Grande do Sul, 1989.
- ESRI - ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE, INC. ArcGIS. Professional GIS for the desktop, v. 10.6. Redlands, EUA: ESRI, 2018.
- FERLA, L.; OYAKAWA, K.O.; DINIZ, J.A.; FARIAS, O.G.C. Mapeamento SIG na Pesquisa e Inventário do Patrimônio Arqueológico de Guarulhos (PIPAG). **Rev. Museu de Arqueologia e Etnologia**, n.26, p.84-94, 2016.
- MOURA, A. C. M. Geoprocessamento na gestão do patrimônio histórico. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v.2, n.2, p.127-147, 2008.
- MUNDOGEO. Artigo: Geovisualização e geocolaboração do patrimônio histórico de Cabo Frio-RJ. **MundoGEO**. 2018. Disponível em: <https://mundogeo.com/blog/2018/11/21/artigo-geovisualizacao-e-geocolaboracao-do-patrimonio-historico-de-cabo-frio-rj/>. Acesso em: 09 dez. 2018.

Modernismo Paulista. A Arquitetura Moderna produzida no interior do Estado de São Paulo e sua difusão: Araraquara

OBICI, Beatriz Camargo (1); MASSERAN, Paulo Roberto (2)

(1) Graduando, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
bcobici@gmail.com;

(2) Professor Doutor, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
paulo.masseran@unesp.br .

RESUMO

A historiografia da arquitetura modernista brasileira, sedimentada por autores como Bruand (2010), Goodwin (1943) e Mindlin (2000), enfatizou a produção arquitetônica dos grandes centros: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Contudo, a consolidação do movimento moderno, ocorrida a partir da década de 50, coincidiu com o grande desenvolvimento econômico e cultural de muitas cidades e regiões do interior do Estado de São Paulo. Este fato é plenamente apreensível ao analisar o montante da produção arquitetônica modernista destas cidades e regiões, difundida pelas grandes revistas especializadas que existiram no Brasil desde a década de 1930 - produção, entretanto ainda pouco estudada. Desse modo, o presente projeto de pesquisa se propõe a levantar e mapear o quadro geral dessa produção e contribuir para aprofundar o conhecimento sobre a arquitetura modernista produzida pelos grandes escritórios e arquitetos do país na região central do Estado de São Paulo, compreendida numa macrorregião em torno de Bauru e, especificamente, os projetos e obras desenvolvidos na cidade de Araraquara/SP. Considerando isso, objetiva-se de modo geral com a pesquisa, investigar historiograficamente a importância da produção modernista no interior do Estado de São Paulo, a partir da difusão na imprensa especializada da época, e investigar especificamente o caso da produção da cidade de Araraquara, relacionando-a às publicações e ao movimento de desenvolvimento do interior do Estado, entre as décadas de 1950 e 1970.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura modernista, Modernismo no Brasil, Interior paulista.

Modernism on São Paulo State. The Modernist Architecture produced on São Paulo State and its spread: Araraquara

OBICI, Beatriz Camargo (1); MASSERAN, Paulo Roberto (2)

(1) Undergraduate student, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus Bauru, bcobici@gmail.com;

(2) PhD Professor, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus Bauru, paulo.masseran@unesp.br.

ABSTRACT

The historiography of the Brazilian modernist architecture, sedimented by authors like Bruand (2010), Goodwin (1943) and Mindlin (2000), emphasized the architectural production of the great centers: Rio de Janeiro, São Paulo and Belo Horizonte. However, the consolidation of the modern movement, which began in the 1950s, coincided with the great economic and cultural development of many cities and regions in the interior of the State of São Paulo. This fact is fully apprehensible when analyzing the amount of modernist architectural production of these cities and regions, spread by the major specialized magazines that have existed in Brazil since the 1930s.- production, though still little studied. In this way, the present research project proposes to raise and map the general picture of this production and contribute to deepen the knowledge about the modernist architecture produced by the great offices and architects of the country in the central region of the State of São Paulo, included in a macro-region in around Bauru and, specifically, the projects and works developed in the city of Araraquara / SP. Considering this, it is generally aimed at the research, to investigate historiographically the importance of modernist production in the interior of the State of São Paulo, from the diffusion in the specialized press of the time, and to investigate specifically the case of the production of the city of Araraquara, relating it to the publications and to the development movement of the interior of the State, between the 1950s and 1970s.

KEYWORDS: *Modernist architecture; Modernism in Brazil; Interior of São Paulo.*

1. INTRODUÇÃO

O movimento moderno no Brasil contou com alguns fatores primordiais para que pudesse florescer e se consolidar ao longo dos anos.

Entre 1880 e 1910, o Brasil recebeu um afluxo grande de imigrantes advindos da Europa, relação que modificou material e moralmente o país, devido ao choque de mentalidade que a sociedade tradicional brasileira teve de lidar. Além disso, o Brasil já se configurava como um país culturalmente próximo da Europa dentre as classes mais abastadas, principalmente com a França, por ser uma “velha civilização, admirada e invejada, na qual as pessoas iam embeber-se de cultura sempre que possível.” (BRUAND, 2010, p. 26)

No âmbito artístico, os movimentos europeus de vanguarda no início do século XX, ainda que timidamente fora da Europa, mexeram nos ânimos globais criando um espírito de quebra com a continuidade do academicismo. Mais tarde, no Brasil, artistas de renome que tiveram contato direto com tais manifestações foram articuladores da Semana de Arte Moderna, em 1922, que, mesmo não tendo influência direta na transformação da arquitetura, foi responsável por trazer a onda revolucionária movida à insatisfação diretamente a São Paulo, um dos centros mais desenvolvidos do país até então. (BRUAND, 2010)

Por 50 anos, o café foi a maior economia do sudeste brasileiro, especialmente em São Paulo. Após a crise mundial de 1929, produzir café deixou de ser rentável. O poder econômico migrou da tradicional aristocracia rural para as mãos de uma “grande burguesia empresarial, enriquecida (...) no comércio ou na indústria” (BRUAND, 2010, p. 20), que passou a reger a sociedade de acordo com seus novos gostos e necessidades.

Essa nova classe social rica favoreceu a especulação imobiliária, mas também novas estéticas e oportunidades de criação aos arquitetos, que já desejavam desviar do estilo internacional e recorrer a fontes brasileiras; alterou as demandas tipológicas, aumentando as construções de edifícios de apartamentos, escritórios, sobrados residenciais e construções comerciais e institucionais avantajadas, que denotavam um caráter de busca ao prestígio e hierarquia social, seja pessoa física ou jurídica, clientes ou arquitetos. (BRUAND, 2010)

A política teve um papel primordial na abertura de possibilidades de expressão da nova arquitetura que surgia. Alguns governantes souberam tirar proveito de seus poderes para que edifícios modernistas pudessem ter lugar em meio ao cenário arquitetural. Foi

o caso do então Ministro da Educação Gustavo Capanema que, movido pela vontade de ter reconhecimento sobre “a primeira obra monumental da arquitetura ‘moderna’ no mundo” (BRUAND, 2010, p.28), rejeitou o projeto ganhador do concurso para o futuro edifício do Ministério da Educação e Saúde e solicitou um novo a Lúcio Costa. Outro governante muito influente na disseminação da nova arquitetura pelo Brasil foi Juscelino Kubitschek, que usou o nome de Niemeyer para divulgar modernismo por cidades do Brasil, descentralizando o movimento das cidades Rio de Janeiro e São Paulo. (BRUAND, 2010)

A opinião pública passou a ser mais receptiva às novas obras, envaidecida pelo reconhecimento internacional do edifício do Ministério da Educação e Saúde, em 1943. A partir de então, a nova arquitetura conquistou mais um setor de atuação: o da iniciativa privada. (BRUAND, 2010)

Os periódicos de arquitetura se configuravam, na época, como o meio mais importante de difusão das novas ideias, obras e tendências. Estas publicações podem ser divididas, de acordo com Serapião (2005), em 1) periódicos acadêmicos (institucionais ou ligados ao corpo discente e ou docente); 2) periódicos de órgãos públicos; 3) periódicos de entidades de classe; e 4) periódicos comerciais, em que encaixam-se os materiais de pesquisa deste trabalho: Acrópole, Habitat, Arquitetura e Decoração, Brasil Arquitetura Contemporânea, Módulo e Revista Politécnica.

Os mapeamentos iniciais da pesquisa sobre as obras de arquitetura publicadas pelas principais revistas de arquitetura do país, entre as décadas de 1930 e 1970, revelaram algumas regiões do Estado de São Paulo nas quais houve uma maior profusão de projetos de cunho modernizante. Dentre elas destacam-se as cidades que hoje compreendem a região metropolitana de São Paulo, e as regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e a macrorregião de Bauru expandida a Botucatu, Araraquara e Marília.

Não coincidentemente, as décadas de 50 e 60 são o momento de maior projeção de grande parte das cidades do interior paulista até então. O progressivo amadurecimento do modernismo que estava surgindo foi concomitante ao desenvolvimento das cidades interioranas, principalmente paulistas, no período de 1930 a 1960, que, pela crise, estavam rompendo com o sistema agro econômico cafeeiro e se urbanizando. Arquitetos de renome das grandes cidades adentraram o Estado levando um pouco do movimento modernista e marcando a estética das cidades, além de tornar-se um novo campo de ação e experimentação arquitetural.

Araraquara se enquadra nesse contexto. A ferrovia e a economia cafeeira foram primordiais para a consolidação de condições para o desenvolvimento da economia local. A crise de 1929 forçou a busca de saídas para o desenvolvimento iniciado, o que fez com que a cidade focasse no setor industrial e de comércio. (DONATO, 2014)

A nova atividade criou abertura para a implantação de novos tipos de projetos na cidade, como universidades, escolas, indústrias, comércios, escritórios, e configurou um terreno propício à implantação de tendências arquitetônicas do momento pelos principais arquitetos da época - muitos destes hoje pouco conhecidos-, fazendo com que a cidade se inserisse no acervo dos periódicos em circulação, especialmente no período compreendido entre 1950 e 1970.

Foram feitos, inicialmente, o levantamento e a catalogação das obras arquitetônicas localizadas no interior do Estado de São Paulo publicadas pelas revistas da época especializadas no ramo: Acrópole, Habitat, AD- Arquitetura e Decoração, BAC: Brasil Arquitetura Contemporânea, Módulo e Revista Politécnica. Em seguida, a pesquisa passou a ser desenvolvida na cidade de Araraquara, mais especificamente no Arquivo Municipal e no arquivo da UNESP Campus de Araraquara, buscando informações sobre os projetos e obras que foram publicados nas revistas em questão e sobre projetos desenvolvidos por renomados arquitetos na cidade de Araraquara entre as décadas de 50 e 70, mas que não foram divulgados pela imprensa especializada.

O objetivo geral da pesquisa foi a investigação conjuntural sobre a produção da arquitetura modernista no interior do Estado de São Paulo e o redimensionamento historiográfico de sua importância atestada por sua difusão na imprensa especializada da época. O objetivo específico foi a investigação detalhada da produção arquitetônica modernista na cidade de Araraquara/SP e sua difusão pela imprensa especializada e pela historiografia local, integrada ao movimento desenvolvimentista do interior do Estado, entre as décadas de 1950 e 1970.

O presente trabalho de pesquisa surgiu de desdobramentos decorrentes da Tese de Doutorado do orientador, Prof.º Dr. Paulo Roberto Masseran, e foi desenvolvida em conjunto com Anna Carolina Arruda Nogueira César.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O desenvolvimento da arquitetura modernista brasileira foi fruto de um percurso marcado por inúmeras transformações nos diversos âmbitos da sociedade, os quais estabeleceram as condições favoráveis para sua implementação.

Neste sentido, ressalta-se as modificações gradativas ocorridas na mentalidade da elite intelectual - na qual alguns arquitetos estavam inseridos - que passou a buscar o estabelecimento de uma identidade estética nacional, diferente da linguagem acadêmica vigente e que condissesse com o contexto de modificações pelo qual o Brasil progressivamente se configurava. (BRUAND, 2010; MINDLIN, 2000). Foi um fator que gerou amplos debates entre as vertentes academicistas e vanguardistas, além de muitos obstáculos à plena estruturação da nova arquitetura durante basicamente toda a primeira metade do século XX.

Segundo Mindlin (2000) para que o movimento moderno na arquitetura brasileira surgisse houve dois acontecimentos importantes, um de cunho artístico-cultural e outro político, isto é, a Semana de Arte Moderna de 1922 e a Revolução de 1930. (MINDLIN, 2000).

O primeiro, considerado uma reação de protesto à opinião pública (BRUAND, 2010), propôs a ruptura com o passado academicista e a independência perante os ideais internacionais, através da valorização de uma concepção nacional. Mesmo que não tenha influenciado diretamente a arquitetura, destacou-se por impactar a sociedade e por gerar mudanças de perspectiva em vários campos. (MINDLIN 2000; BRUAND, 2010).

Um das novas possibilidades proporcionadas pela Semana de 22 foi a criação de um ambiente intelectual propício à chegada de estrangeiros como o arquiteto ucraniano Gregori Warchavchik, em 1923, e o arquiteto franco-suíço Le Corbusier, em 1929, ambos com seus ideais inovadores. (BRUAND, 2010).

Já o segundo acontecimento, a Revolução de 1930, foi um movimento que proporcionou a ascensão ao poder de novos grupos políticos com uma mentalidade diferente, voltada à modernização do país como um todo. (BRUAND, 2010). No campo da arquitetura, o governo teve como proposta o desenvolvimento de uma nova imagem, com a prioridade da construção de edifícios públicos para abrigar os novos aparatos governamentais. (CAVALCANTI apud MINDLIN, 2000).

O contexto geral nas décadas de 1900 a 1930 era de ampla reflexão, estudo e maturação das novas ideias em circulação no âmbito da arquitetura; os projetos oscilavam entre a linguagem academicista e a busca por uma linguagem diferenciada, racional, voltada às necessidades contemporâneas. (REIS FILHO, 2000; BRUAND, 2010).

Ressalta-se que as revistas de arquitetura que se sucediam desde a década de 1930 foram importantes meios de divulgação dos debates estéticos e sociais em voga e da difusão da estética modernista, tanto aos profissionais arquitetos, quanto a um público leitor em geral. Discutiam constantemente os rumos do movimento modernista no país, além de registrar as sucessivas produções arquitetônicas realizadas e as novas ideias que surgiam. (SERAPIÃO, 2005; ALMEIDA, 2008; MASSERAN, 2011; BUZZAR, JUNQUEIRA, CORDIDO, 2016).

Dentre várias revistas publicadas na época, destacam-se nesta pesquisa a *Acrópole* (1938-1971), a *Habitat* (1950-1965), a *AD - Arquitetura e Decoração* (1953-1957), a *Brasil Arquitetura Contemporânea - BAC* (1953-1958) e a *Módulo* (1955/1965-1975/1986), que, apesar das suas variações de enfoque - arquitetura, engenharia, artes e decoração - foram primordiais para a propagação do novo estilo “verdadeiramente nacional, dos novos tempos” (MASSERAN, 2011, pg. 322).

Segundo Yves Bruand (2010), o marco de transformação da arquitetura nacional foi o projeto e execução do edifício do Ministério da Educação e Saúde, em que ocorre a materialização dos ideais da arquitetura modernista brasileira. Esse fato permite reflexão acerca da importância de alguns governantes na arquitetura brasileira, que, entre 1935 e 1945 souberam tirar proveito de seus poderes para imporem sua vontade, abrindo, assim, espaço para novas ideias arquitetônicas. Dentre esses políticos, citamos Gustavo Capanema, Ministro da Educação, que em 1936 recusou o projeto premiado no concurso por não ver sentido na reprodução de estilos históricos passados, solicitando um novo projeto ao grupo de Lúcio Costa, composto por Carlos Leão, Jorge Moreira e Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcellos; e Juscelino Kubitschek, que, ao lado de Niemeyer construiu obras modernistas pelo país, descentralizando os expoentes da arquitetura brasileira dos polos São Paulo e Rio de Janeiro. (BRUAND, 2010)

Concluída em 1943, esta obra mudou decisivamente a opinião pública acerca da arquitetura modernista, devido ao amplo reconhecimento principalmente internacional que ela teve, tornando-se um símbolo de divulgação da imagem brasileira ao mundo. Foi amplamente publicada em diversas revistas de arquitetura. (MINDLIN, 2000; BRUAND, 2010).

Parte da divulgação internacional foi possível em 1942, quando Philip L. Goodwin, do Museu de Arte Moderna de Nova York, "ansioso por travar relações com o Brasil" (GOODWIN, 1943, pg. 7), veio ao país com o objetivo de idealizar uma exposição sobre

a arquitetura brasileira nos Estados Unidos. Sua pesquisa exploratória pelas obras nacionais culminaram, inclusive, na elaboração do livro *Brazil Builds*, que em suas páginas revelou, além da arquitetura tradicional brasileira, toda a novidade de sua produção arquitetônica moderna. (MINDLIN, 2000; GOODWIN, 1943).

Segundo Cavalcanti, a partir da década de 1940, com a repercussão que obteve o movimento moderno pelas revistas de arquitetura, nacionais e internacionais, os arquitetos modernistas brasileiros receberam diversos pedidos tanto de projetos privados quanto públicos e logo superaram seus oponentes acadêmicos na produção de diversas tipologias de edificação com características modernas. (CAVALCANTI apud MINDLIN, 2000).

O movimento de artistas sedento por mudanças estéticas no campo artístico geral que se configurava desde a exposição de Anita Malfatti, em 1917, se posiciona como vencedor ao criarem dois museus de arte - Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 1947, e o Museu de Arte Moderna (MAM), em 1948 - de importância internacional. São Paulo reunia intelectuais motivados por um mesmo objetivo, apesar de certas discordâncias internas, e contava com a ação de jornais e revistas que amplamente vinham noticiando e debatendo as novas pautas, o que ajudou a gerar a cultura arquitetônica moderna. (MASSERAN, 2011; GRACIANO, CAPELLO, 2011)

Em 1950, o crítico de arte Lourival Gomes Machado (1917-1967) assumiu a Direção Artística do MAM e, no ano seguinte, organizou a I Bienal de Artes (1951), a primeira de grande exposição de artes da América do Sul, denotando maturidade do movimento que artistas e arquitetos vinham engendrando, em conjunto com a imprensa. (MASSERAN, 2011)

Posteriormente, em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek, com o intuito de promover o desenvolvimento e a ocupação do interior do país, propôs a construção de Brasília. (BRUAND, 2010; BENEVOLO, 1994). Para elaboração do plano da nova cidade foi instituído um concurso cujo vencedor foi Lúcio Costa. O arquiteto encarregado das edificações foi Oscar Niemeyer, o qual já havia feito várias associações com Juscelino Kubitschek anteriormente em Minas Gerais. (BRUAND, 2010). A elaboração de Brasília, em 1960, teve grande impacto internacional e foi uma das experiências mais importantes idealizadas no campo arquitetônico e urbanístico. (REIS FILHO, 2000; BRUAND, 2010).

De acordo com o autor Nestor Goulart Reis Filho (2000), o período compreendido pelas décadas de 1940 a 1960 foi o de maior industrialização e urbanização na história

brasileira, principalmente devido à Segunda Guerra Mundial, cujas limitações à importação geraram estímulo suficiente para que a indústria nacional substituisse os materiais importados.

Do ponto de vista do contexto paulista, o início do século XX foi marcado pela urbanização das cidades do interior do Estado de São Paulo, principalmente devido à expansão da cultura cafeeira e da rede ferroviária nestas regiões, as quais passaram a receber contingentes de mão de obra, principalmente estrangeira. Neste sentido, a ação do Estado foi fundamental para estabelecer o direcionamento do processo de interiorização. (BOTARO, 2015). Houve, inclusive, um desenvolvimento industrial espontâneo, fruto do acúmulo de capitais da pequena produção mercantil, principalmente dos imigrantes europeus. (SILVA, 2016).

Contudo, a crise da cafeicultura, decorrente principalmente das repercussões da Crise de 1929 e potencializada pelo contexto de turbulência política da Revolução de 1930, fizeram com que o Estado de São Paulo como um todo entrasse em desestruturação econômica. (BARIQUELLO, 2011).

A retomada do desenvolvimento ocorre nas décadas de 1940 a 1960, a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial, que incentivou o aumento das atividades produtivas industriais voltadas ao abastecimento do mercado interno. (REIS FILHO, 2000; BARIQUELLO, 2011).

Em 1959, sob a gestão do governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto, que tinha como princípios os ideais desenvolvimentistas e modernizadores, foi instituído o Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE). O PAGE (1959-1963) foi uma iniciativa que associou a arquitetura modernista à uma grande produção de equipamentos públicos pelo Estado, favorecendo sua difusão por todo o Estado de São Paulo. Os arquitetos responsáveis por estas obras, pela vontade de se destacarem no processo de desenvolvimento nacional, idealizaram uma experiência arquitetônica intensa. (BUZZAR, JUNQUEIRA, CORDIDO, 2016).

3. METODOLOGIA

O plano de trabalho ocorreu ao longo das seguintes etapas:

E1. Revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos, e publicações bibliográficas e periódicas sobre os temas seguintes: arquitetos brasileiros, arquitetura modernista no Brasil, história da historiografia da arquitetura no Brasil, publicações periódicas especializadas, e os contextos históricos local, regional e nacional. Levantamento e

aprofundamento da bibliografia existente sobre as iniciativas dos planos governamentais realizadas no interior Estado de São Paulo.

E2. Conclusão e sistematização dos levantamentos e do mapeamento das obras, dos projetos de arquitetura e dos arquitetos que trabalharam no interior do Estado de São Paulo difundidos pelas revistas especializadas de arquitetura e artes, entre as décadas de 1930 e 1970.

E3. Conclusão e sistematização do levantamento e mapeamento das obras, dos projetos de arquitetura e dos arquitetos que trabalharam na cidade de Araraquara-SP considerando duas situações distintas: 1) projetos e obras publicados pelas revistas especializadas; 2) projetos e obras desenvolvidos pelos arquitetos de renome nacional entre as décadas de 1950 e 1970 e que não tenham sido divulgados pela imprensa, utilizando como fonte principal de pesquisa o Arquivo Municipal da cidade de Araraquara-SP.

E4. Levantamento e aprofundamento da investigação sobre os arquitetos de renome nacional que elaboraram os projetos modernistas na cidade de Araraquara-SP, bem como a análise dos contratantes e proprietários que os solicitaram.

E5. A sistematização das informações levantadas, a elaboração de mapas e tabelas.

E6. Redação do relatório final e compilação e finalização das análises e das informações coletadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o levantamento e leitura dos exemplares disponibilizados online pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>>) e dos exemplares encontrados nas bibliotecas da UNESP, FAU-USP, IAU-USP e UNICAMP, publicados dentro do espaço temporal definido pela pesquisa, das décadas de 1930 a 1970, foi feita a sistematização das informações coletadas das publicações sobre obras projetadas no interior paulista, o que gerou um mapa de distribuição quantitativa de obras por Município do Estado (Figura 1).

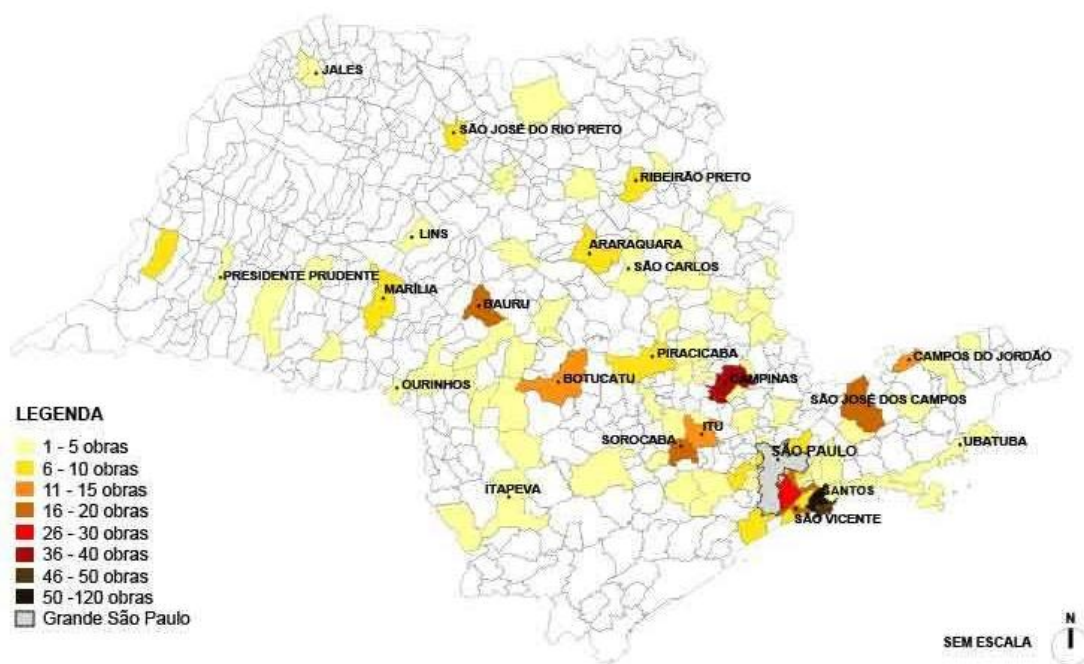


Figura 1 - Mapa de quantidade de obras por cidade. Fonte: elaborado pelos autores.

A partir deste material gráfico, foi possível inferir regiões do Estado de São Paulo em que houve maior disseminação de projetos Modernistas: a região metropolitana de São Paulo; o litoral paulista com Santos, São Vicente e Guarujá; o Vale do Paraíba; as regiões de Campinas, Sorocaba e Piracicaba; as regiões periféricas de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e a macrorregião de Bauru expandida a Botucatu, Araraquara e Marília.

A ordem de influência do novo estilo segue a história de desenvolvimento da época, indo em direção Oeste do Estado, assim como aconteceu com a cafeicultura e sua interiorização. Desta forma, a ocorrência considerável de obras Modernistas na região chamada Depressão Periférica, compreendida por Bauru, Marília, Botucatu, Jahu e Araraquara, pode ser relacionada ao movimento crescente de desenvolvimento e urbanização das cidades que ela compreende.

Ao analisar as tabelas feitas após o levantamento das obras do interior do Estado de São Paulo publicadas pelos periódicos, foi possível inferir que a maior produção se deu em dois períodos: entre os anos de 1939 a 1947 e entre 1952 a 1962. Porém, dos projetos interioranos divulgados nas publicações, até a década de 1950 a produção seguia, em sua maioria, os estilos tradicionais que vinham sendo usados de inspiração até então: Eclético, Neoclássico, Art Déco. O movimento modernista começa a ser mais divulgado a partir da segunda metade da década de 40 e é a partir da década de 50 que se observa uma mudança significativa no estilo das obras do interior paulista divulgadas nas revistas.

É nesta mesma década (50) que ocorreram eventos muito importantes para a consolidação do Movimento Modernista e sua aceitação e divulgação em escala nacional e internacional: a inauguração de dois grandes museus (Museu de Arte de São Paulo e o Museu de Arte Moderna) em São Paulo, cidade que já se configurava como um grande polo propagador de ideais desde a exposição de Anita Malfatti, em 1917, e a Semana de Arte Moderna, em 1922; e a ocorrência de exposições de artes, dentre as quais se ressalta a I Bienal de Artes, em 1951, e, paralelamente, a I Exposição Internacional de Arquitetura. (MASSERAN, 2014).

Além da efervescência ideológica que circulava pelo Estado e dos eventos culturais, houve a retomada de crescimento e a intensa industrialização das cidades do interior paulista a partir da década de 50, o que pode justificar o crescente número de projetos noticiado pelas revistas.

Enquanto isso, em Araraquara, a dinâmica do café mantinha ligações essenciais com a indústria, o comércio e o desenvolvimento local até meados de 1930, quando como em efeito dominó, aconteceu o desaparecimento de grande parte das pequenas indústrias que haviam se estabelecido até então, conforme a atividade cafeeira se desestruturava. A incidência de novos impostos de comercialização, o aumento dos custos de produção e a concorrência de produtos de outras regiões também contribuíram para a quebra do setor industrial. As que sobreviveram, reafirmaram seu mercado, como foi o caso de meias, tecidos, toalhas, serrarias, oficinas metalúrgicas e fábricas de móveis. Na agricultura, a cana de açúcar e o algodão despontam na economia regional. (BIZELLI, 1991 apud DONATO, 2014).

Entre 1940 e 1960, a retomada do crescimento industrial da região de Araraquara foi, principalmente, em decorrência da industrialização da agricultura local, da montagem de um parque industrial, e graças à influência da expansão regional da agroindústria, das empresas metalúrgicas e da indústria mecânica. Outras atividades indiretamente ligadas à agroindústria se desenvolveram no município entre as décadas de 1940 e 1950: têxtil, voltada para a produção de tecidos de algodão e linho; a indústria de produtos de alumínio e outros segmentos da indústria mecânica. (NEGRI, 1996 apud DONATO, 2014; BRANDÃO & TELAROLLI, 1998 apud DONATO, 2014).

Na década de 1960, outras atividades agroindustriais se desenvolveram, como o processamento e refino de óleos vegetais e de frutas cítricas - sendo este último mais importante. (DONATO, 2014)

Ao mesmo tempo em que se dava a forte implantação da agroindústria e dos distritos industriais entre as décadas de 1950 e 1970, período concomitante ao da consolidação do movimento Modernista, houve um aumento considerável na cidade de edifícios institucionais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Campus da UNESP, SENAI) e particulares (Hotel Eldorado Morada do Sol, Clube Araraquarense, além de obras escolares e núcleo de saúde, realizados pelo Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), o que traduz o crescimento do município na época. (DONATO, 2014).

A Tabela de obras em Araraquara divulgada pelos periódicos (Tabela 1), gerada pelos levantamentos da presente pesquisa, enfatizou a importância do município à época ao revelar a divulgação nos periódicos especializados de dez projetos locais e de autoria de grandes arquitetos, como João Walter Toscano, Rino Levi e Oswaldo Corrêa Gonçalves.

Tabela 1 - Tabela de obras em Araraquara divulgadas pelos periódicos.

CIDADE	ARQUITETOS	TIPOLOGIA	ANO	REVISTA	EXECUÇÃO
Araraquara	Eng Boaventura Gravina	Residência de fazenda	?	Acrópole	Executado
Araraquara	Roberto Cerqueira Cesar, L R Carvalho Franco	Loteamento	?	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	Luigi Villavecchio, Koiti Yamaguchi, José Pedro de Oliveira Costa	Cemitério	1969	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	Oswaldo Corrêa Gonçalves e Eduardo Corona	Escola	1958	Habitat	Apenas projeto
Araraquara	Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar e L R Carvalho Franco	Hospital Psiquiátrico	1962	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	João Walter Toscano	Faculdade	1967	Acrópole de 1967	Apenas projeto
Araraquara	João Walter Toscano, Massayoshi Kamimura	Faculdade	1968	Acrópole de 1968	Executado
Araraquara	Irineu de Moura	Residência	1952	Acrópole	Apenas projeto
Araraquara	Luiz Contrucci e Carlos G. Lack	Edifício Lupo para hotel, lojas e cinema	1958	Revista Politécnica	Executado
Araraquara	João Walter Toscano	Hotel Morada do Sol	1967	Acrópole	Executado
ARARAQUARA - EXECUTADO					4
ARARAQUARA - APENAS PROJETO					6

Fonte: elaborado pelos autores.

O levantamento de campo no Arquivo Municipal de Araraquara revelou quinze nomes de profissionais marcantes, de renome nacional e/ou local, que possibilitou investigar a ligação entre território, projetos, estilos e autores. Da análise limitada aos quinze nomes, pode-se concluir a existência de uma relação interior-capital e a troca de informações e oportunidades por meio de uma rede de relações sociais, uma vez que se confirma a formação e atuação de arquitetos e engenheiros araraquarenses em São Paulo e Rio de Janeiro e de paulistanos em Araraquara, além das parcerias e entrosamento com nomes que já tinham reconhecimento nacional, o que pode ter sido estreitado pela carreira política que muitos deles exerciam paralelamente à carreira arquitetônica, pela atividade em universidades como a FAU-USP ou em órgãos como DER-SP.

Foram encontrados documentos gráficos de projetos publicados pelas revistas ou registrados pela bibliografia corrente (artigos e publicações), mas também vários projetos inéditos que utilizavam de forma interessante a linguagem Modernista no período compreendido entre 1950 e 1970, como é o caso da Sede do Tiro de Guerra n.6 (Figura 2), de autoria de Paulo Barbieri e Pedro Reinaldo Morábito, de 1969.

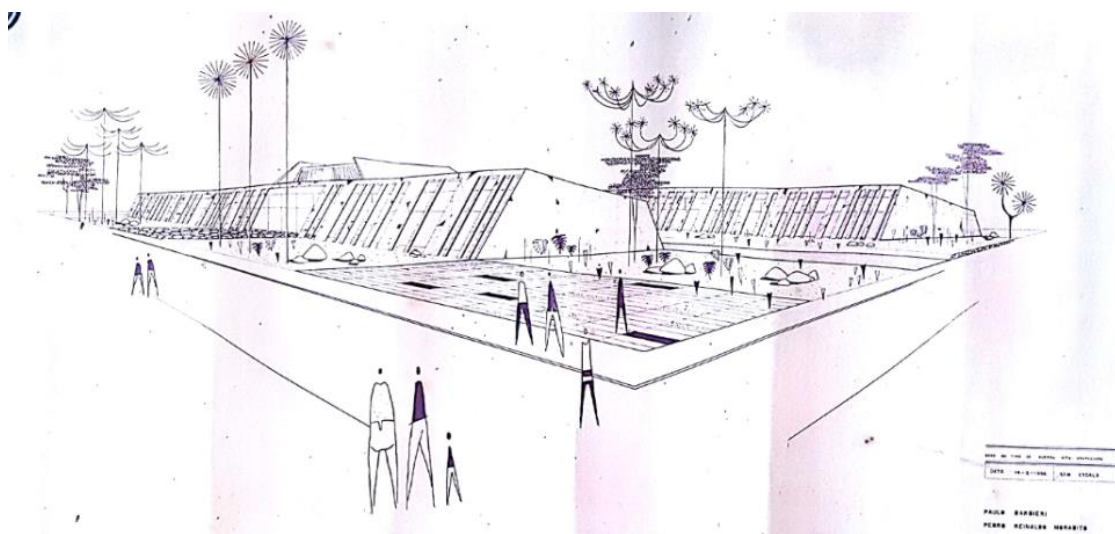


Figura 2 - Perspectiva da Sede do Tiro de Guerra n.6. Fonte: acervo dos autores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa foi pensado, inicialmente, como uma possibilidade de verificar algo diferente da historiografia corrente sobre o movimento modernista no Brasil, que sempre parte do foco centrado nas capitais do sudeste brasileiro, principalmente, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e entende as obras construídas nos territórios interiores como uma manifestação secundária e tributária das grandes obras centrais, edificadas nas grandes cidades.

A partir do início da investigação tendo como fontes as revistas de arquitetura, polos difusores das concepções arquitetônicas, objetivando a compreensão da produção realizada nas cidades interiores do Estado de São Paulo, foi-se revelando um quadro que antepara a historiografia do modernismo das grandes cidades a uma vasta produção levada à cabo nas cidades médias e pequenas; tão interessante dos pontos de vista estético e construtivo quanto a arquitetura metropolitana e, talvez, mais numerosa em números totais.

Ao sair das revistas e ir a campo, nas cidades, nos arquivos locais, nas ruas, foi possível encontrar ainda maior número de obras que trazem os caracteres e a essência do modernismo brasileiro, algumas vezes acomodando-se às peculiaridades locais, e outras, tornando-se objetos de estímulo à transformação regional.

Outra chave revelada pela pesquisa foi o processo de interiorização do desenvolvimento, da busca de novas bases econômicas, seja na agropecuária, seja na indústria, o que denota um projeto político de consolidação econômica e política do território nacional. No campo da arquitetura e da construção, a pesquisa mostrou outro elemento a ser melhor investigado: uma trama de relações entre profissionais arquitetos, engenheiros, construtores e as empresas construtoras e as instituições governamentais em suas três instâncias: municipal, estadual e federal. Relações que implicam em deslocamentos e trocas de saberes que ainda necessitam estudos mais apurados.

REFERÊNCIAS

ACRÓPOLE: ARQUITETURA, URBANISMO E DECORAÇÃO. São Paulo: Editora Gruenwald Ltda. 1938-1971, mensal. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>>. Acesso em: 24/11/2017.

AD - ARQUITETURA E DECORAÇÃO. São Paulo, 1953-1958, bimestral.

ALMEIDA, Maisa Fonseca de. **Revista Acrópole publica residências modernas: análise da revista Acrópole e sua publicação de residências unifamiliares modernas entre os anos de 1952 a 1971.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos - USP. São Carlos, 2008. 472 p.

BARIQUELLO, L. M. P. **Geotecnologia aplicada à análise da expansão urbana de Botucatu - SP (1962 - 2010).** Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP, Campus de Botucatu. Botucatu, 2011. 141p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

BOTARO, L. G. M. **Botucatu: modernização e infraestrutura urbana no interior paulista (1928-1934).** Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista. Assis, 2015.

BRASIL: ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro, 1953-1958, periodicidade irregular.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** Trad. Ana M. Goldberger. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 398 p.

BUZZAR, M. A.; JUNQUEIRA, M. C.; CORDIDO, M. T. R. L. de B. *Os significados da mudança de paradigma arquitetônico advindo com o Plano de Ação de Governo de Estado/SP (PAGE) na Gestão Carvalho Pinto (1959-1963)*. Recife PE: **11º Seminário DOCOMOMO_BR: O Campo Ampliado do Movimento Moderno**, 17 a 22 de abril de 2016. Link do evento:<<http://seminario2016.docomomo.org.br/>>.

DEDECCA, P. G. **Sociabilidade, crítica e posição**: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate moderno em São Paulo (1945-1965). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 403 p.

DONATO, I.Z; **Movimento moderno, planejamento urbano e poder local em Araraquara/SP**. O processo de elaboração e implementação do primeiro Plano Diretor - 1950 a 1982. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli**: Ensino e Profissão em São Paulo. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2005.

GOODWIN, P. L. **BRAZIL BUILDS: Architecture New and Old 1652-1942**. New York, The Museum of Modern Art, 1943.

GRACIANO, G. S.; CAPPELLO, M. B. C. **A difusão da arquitetura moderna brasileira na revista Brasil**: Arquitetura Contemporânea (1953-1958). Relatório final do Projeto de Pesquisa: "A discussão do Projeto Moderno nas revistas de arquitetura brasileiras (1945-1960)" - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design - Universidade Federal de Uberlândia. FAUeD - UFU. Uberlândia, 2011.

HABITAT - REVISTA DAS ARTES NO BRASIL. São Paulo: Editora Habitat Ltda., 1950-1965, periodicidade irregular.

MASSERAN, Paulo Roberto. **Diálogo atrevido entre a pedra e o tijolo, ou popular e nacional na arquitetura, por Luiz Saia e Mario de Andrade**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista. Assis, 2011.

MINDLIN, H. E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Trad. Paulo Pedreira. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000. 288 p.

MÓDULO. Rio de Janeiro, 1955-1965 / 1975-1986.

REVISTA POLITÉCNICA. São Paulo: POLI-USP, 1904-1954.

SERAPIÃO, F. C. **Arquitetura Revista**: a Acrópole e os prédios de apartamentos em São Paulo (1938 - 1971). 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

SILVA, W. S. **O processo de industrialização paulista**: os casos de Botucatu, Avaré e Ourinhos. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. 122 p.

SOBRINHO, E. L.; SANTORO, F. J.; NUSDEU, R. A. *Arquitetura moderna em Araraquara - inventário*. In, **Anais do III Seminário DOCOMOMO Brasil**, 1999.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 211 p.

Monumento ao Ferroviário de Santa Maria: lugar de pertencimento

DAROS, Henrique (1); ROSA, Laura (2); DORNÉLES, Vanessa (3); PIPPI, Luis (4)

(1) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria, hsdaros@gmail.com;

(2) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria, lauraheck21@gmail.com;

(3) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, vavinhagd@gmail.com;

(4) Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, guiamy@gmail.com .

RESUMO

Este artigo traz como problemática a situação atual do Monumento ao Ferroviário de Santa Maria, sob um aspecto de tentar entender as motivações que fizeram deste declinar no seu uso e apropriação. E também entender quais os anseios da população em relação a este patrimônio que fez parte da história e do desenvolvimento econômico do município. Aqui são revelados aspectos que demonstram uma comunidade que carrega uma memória cultural sobre um determinado contexto histórico relacionando a cidade de Santa Maria, o bairro Itararé, e a ferrovia. Mas que com o abandono do poder público, espaços de valor histórico e culturais são deteriorados pela ação do tempo e do homem, sem que haja se quer uma preocupação em manter na memória e na vivência de gerações futuras a história de uma cidade que cresceu sobre os trilhos.

PALAVRAS-CHAVE: monumento, ferrovia, memória, cultura.

Santa Maria Railway Monument: Place of belonging

DAROS, Henrique (1); ROSA, Laura (2); DORNÉLES, Vanessa (3); PIPPI, Luis (4).

(1) Undergraduate student, Federal University of Santa Maria, hsdaros@gmail.com;

(2) Undergraduate student, Federal University of Santa Maria,
lauraheck21@gmail.com;

(3) PhD Professor, Federal University of Santa Maria, vavinhagd@gmail.com;

(4) PhD Professor, Federal University of Santa Maria, guiamy@gmail.com.

ABSTRACT

This article presents as problematic the current situation of the Santa Maria Railway Monument, in an aspect of trying to understand the motivations that made it decline in its use and appropriation. And also understand what the population's yearnings for this heritage that was part of the history and economic development of the municipality. Here are revealed aspects that demonstrate a community that carries a cultural memory about a certain historical context relating the city of Santa Maria, the Itararé neighborhood, and the railroad. But with the abandonment of the public power, spaces of historical and cultural value are deteriorated by the action of time and man, without any concern to keep in the memory and experience of future generations the history of a city that grew up over the rails

KEYWORDS: *monumento, railway, memory, culture.*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca estudar a importância histórica do Monumento ao Ferroviário do Bairro Itararé, localizado na cidade de Santa Maria - RS. O Monumento ao Ferroviário é uma homenagem aos trabalhadores da linha férrea de Santa Maria, pela sua participação na revolução de 1930 (CARVALHO, R. MIORIN, 2007). A cidade, bem como o bairro no qual se insere o Monumento, tem uma forte ligação com a era ferroviária no país, sendo o que motivou o desenvolvimento da região. O Monumento se localiza no final da Rua Antônio Dias, no cume de um dos montes que compõem o relevo local. O acesso ocorre através de uma escadaria com 132 degraus e o obelisco colocado no topo é o coroamento da homenagem aos trabalhadores. O ponto possui um apelo turístico por se encontrar em uma paisagem de morros, tornando-se um mirante (Figura 1).



Figura 1- Monumento ao Ferroviário atualmente. Fonte: Jéssica Corsini

Sua inauguração foi em 1934, recebeu uma reforma em 1974 e atualmente possui trechos em ruínas, por conta da falta de manutenção e conservação do local (CARVALHO, R. MIORIN, 2007). Também, a pouca iluminação e o contexto geral de descaso que o bairro está inserido geram uma crescente insegurança na região. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender a relação identitária da comunidade local com o Monumento através de entrevistas, verificando os diferentes usos e apropriações do

local ao longo do tempo. Para isto, é através do relato das pessoas que é possível compreender os aspectos temporais deste patrimônio.

Vale ressaltar que, estudar o patrimônio histórico de uma cidade é resgatar sua identidade cultural. E que fatos históricos formam a cultura, assim como a cultura pode moldar os acontecimentos históricos.

No caso deste estudo de caso em específico tem-se a relação da história e da paisagem da cidade, representando um grande potencial turístico para a região.

2. PATRIMÔNIO, PAISAGEM E TURISMO

Estes três substantivos se relacionam diretamente quando se trata de um contexto de trocas sociais e culturais. Até mesmo porque, abordando cada um individualmente, trazem uma gama de significados que se apontados cada qual na sua especificidade seriam levantados inúmeros outros aspectos, que aqui não cabem ser observados. Mas alguns podem ser observados seguindo a linha de pensamento para o aporte teórico à melhor compreensão do objeto estudado. Segue as seguintes definições e classificações.

A percepção individual da paisagem é um ato criativo que está condicionado a três fatores básicos, fazendo com que uma mesma cena observada por várias pessoas possa produzir diferentes paisagens em cada uma delas. São eles:

- Fatores inerentes ao próprio indivíduo - forma de observar, capacidade imaginativa, mecanismos de associação de imagens, etc.;
- Fatores educativos e culturais condicionantes - influência da sociedade e de seus padrões sobre o aprendizado cultural e estético do indivíduo;
- Fatores emotivos, afetivos e sensitivos - relações do observador com o meio (familiaridade, conhecimento, tendência emocional devido a associações pessoais, etc.) (JORDANA, 1992, Apud PIRES, 2001, p.5)

São muitas as relações que podemos fazer entre estes três aspectos, mas que como pode-se perceber, a influência cultural, de grupos sociais afetam a percepção sobre o espaço.

“...multiplicidade de grupos sociais e a partir daí uma diversidade de percepções e de comportamentos relacionados à paisagem.” (PIRES, 2001, p. 4)

“Para definir se um determinado equipamento é turístico ou não, o critério deve ser o da utilização ou não por parte de turistas” (BARRETTO, 1995, p. 40)

Nesta afirmação percebe-se que a definição de espaço com valorização de turístico está diretamente associada ao usuário, a apropriação de determinado espaço pelo grupo de pessoas que realmente usufrui do que o mesmo tem a oferecer.

“O homem percebe e vivencia as paisagens e a elas atribui significados e valores.”
(PIRES, 2001, p. 4)

Observando cada autor, percebe-se que cada uma das afirmações remete a outra, mas todas carregam em si a raiz de memória histórica cultural, ou seja, memórias de experimentações, vivências que exploram os sentidos e o raciocínio humano relacionadas com a realidade de cada indivíduo, mas que não fogem de um contexto mais geral de sentido de sociedade.

3. PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA

O patrimônio está associado à noção de memória e afeto, sendo assim diretamente ligado às experiências, sentimentos e conhecimentos que herdamos, está relacionada à identidade de uma sociedade enraizada e estruturada no espaço tempo. Logo, o patrimônio é uma forma de buscar a compreensão e evitar a perda da memória do passado coletivo. A identidade cultural é um dos meios de se criar uma comunidade envolta em um sentimento de pertencimento. Segundo a teoria de paisagem cultural, do geógrafo Carl Sauer, o que define o sentido de lugar é sua vinculação à ideia de significação da paisagem em si, assim lugar não é o espaço físico por si só, mas o significado que se atribui a esse espaço (PENA, 2019). Nesse sentido, o Monumento estudado é um importante lugar para a comunidade local, tendo em vista que o bairro onde está inserido surge a partir e por conta da instalação da linha férrea na região e que seus moradores primordialmente trabalhavam na mesma.



Figura 2- Mapa situando o município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006.

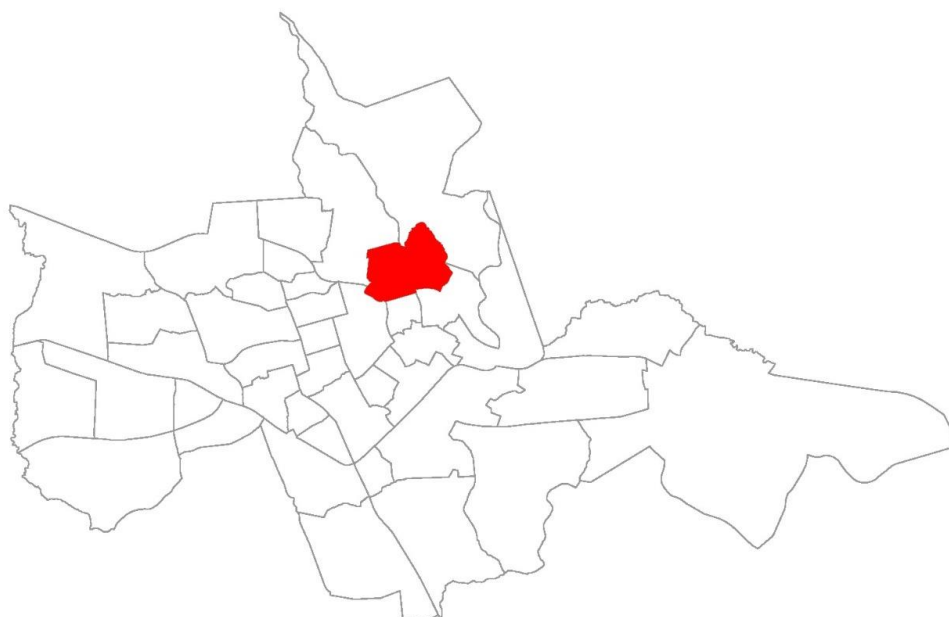


Figura 3- Bairro Itararé Fonte: Imagens SM, 2010.

Ainda, sua identidade cultural está diretamente ligada às suas heranças familiares onde se evidenciava o contexto ferroviário como força motriz para o desenvolvimento urbano local.

O patrimônio cultural pode ser classificado quanto à sua natureza, que pode ser material ou imaterial. O patrimônio material consiste, segundo o Decreto-Lei nº 25/1937, no conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, Estado de Alagoas, 2019).

Uma das características sobre a memória, seja patrimonial cultural, urbana ou rural, é que grande parte dela está contida nos relatos das pessoas com mais idade, os idosos têm uma participação de extrema importância na valoração do que e de como se dá o patrimônio. É através dessa memória, através dessa característica humana e social de transpor a linha do tempo, que evita que situações, momentos e artefatos não entrem em esquecimento, mesmo que algo já tenha materialmente se perdido. Valendo-se do que Ecléia Bosi traz em relação a memória dos idosos.

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente

que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.
(ECLÉA BOSI, 1979, p. 22)

Além disso, a memória sobre o patrimônio histórico de uma cidade, ou lugar tem suas confirmações nos relatos cotidianos que vem a memória, principalmente daqueles aos quais já vivenciaram inúmeras vezes situações no espaço tempo que se assemelham, ou que marcam na sua recordação por conta das individualidades e singularidades, apesar da pluralidade no que diz respeito ao mesmo objeto pertencer a memória de muitos. Ao trazer para o contexto do presente trabalho, pode-se associar a ferrovia e o Monumento como objetos em comum, mas na individualidade de cada entrevistado e morador, verifica-se a variabilidade de como são recordadas essas memórias, que mesmo em um caráter positivo difere na forma que foi vivenciada, e até mesmo contada.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MONUMENTO AO FERROVIÁRIO

A cidade de Santa Maria está localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul e especula-se que sua origem remonte a 1790. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a cidade mais populosa da sua região e a 5° mais populosa do estado (IBGE, 2019). Por conta de sua posição geográfica estratégica dentro do estado foi um importante polo na expansão ferroviária. A necessidade de escoamento de produtos agrícolas e um transporte de passageiros mais efetivo fez com que se investisse na estruturação de estradas férreas nas regiões interioranas do país, assim em 1877 se dá início às obras da linha férrea que ligaria Porto Alegre a Uruguaiana. Esta linha passava pela cidade de Santa Maria que, por ser em meados do trajeto, tornou-se um dos principais pontos de parada (FACCIN, 2013).

Sob o aspecto da cidade, sua condição de importante entroncamento ferroviário influenciou diretamente no seu desenvolvimento, econômica e culturalmente, e na sua consolidação urbana. De fato, inúmeras instalações importantes aconteceram a partir da malha ferroviária na região, tais qual a Cooperativa dos empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a Escola Industrial de Artes e Ofícios, a Escola do Menino Jesus Santa Teresinha e o Hospital Casa de Saúde. Todas construídas durante o apogeu da viação férrea na região e que serviam de subsídio às atividades ligadas ao contexto ferroviário (FACCIN, 2013).

Em conseqüente, o bairro onde o aspecto ferroviário teve mais influência é o próprio Bairro Itararé, localizado na porção nordeste do município (BATISTA; VIEIRO, 2013). Teve sua origem a partir da construção da estrada de ferro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Em 1890, quando se inaugura a linha que sai das margens do Rio

Itararé e que chega a Santa Maria, há o início do assentamento nesse entorno por conta dos trabalhadores ferroviários, dando origem ao bairro. Durante a época de grande influência da viação férrea, a economia na região se diferenciava das demais por conta da sua população possuir um alto poder aquisitivo proveniente dos cargos importantes ocupados por estes na empresa ferroviária. Com o declínio da linha férrea em todo o município a partir de 1990, o bairro enfrentou uma onda de desemprego e suas atividades se limitaram ao comércio local (DIAS,2018).

Com o intuito de homenagear os trabalhadores ferroviários, o governador do estado inaugurou em 1934 o Monumento ao Ferroviário (Figura 4). Cerca de 40 anos depois, em 1974, o governo federal, lança um Programa de Desenvolvimento Ferroviário, assim o Monumento ao Ferroviário é restaurado e uma campanha sobre a importância do mesmo é realizada. Na ocasião, além dos auxílios governamentais, moradores fizeram uma corrente com o intuito de transportar materiais até o alto do morro, evidenciando a importância do mesmo para a região (PALOTTI, 2018).



Figura 4 - Monumento ao Ferroviário entre 1934 e 1990. Fonte: Acervo digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Até a década de 1990 a empresa responsável pela conservação do Monumento ao Ferroviário e por toda a manutenção na linha férrea era a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). Com a política de privatização todas as instalações ferroviárias da região foram cedidas para empresas privadas, mas o Monumento passa a ser de responsabilidade do poder público. Assim, com o passar dos anos, a falta de cuidados, manutenção e limpeza do local fizeram com que aos poucos fosse se deteriorando, favorecendo atividades ilícitas e aumentando a insegurança da região (DIAS,2018).

Atualmente o Monumento ao Ferroviário está descaracterizado, configurando total abandono pelo poder público, havendo também por parte dos moradores um sentimento de descontentamento e insegurança que foram revelados através das entrevistas realizadas neste trabalho. Encontra-se em parte em ruínas, como trechos do guarda corpo da escada que já não existem, a vegetação que impede os visuais numa totalidade em direção aos bairros centrais do município, além de não possuir iluminação, esta, que da última vez em que instalada na tentativa de requalificar o espaço foi roubada. Visto que quando inaugurado havia iluminação que chegava até ao topo, também uma boa visibilidade em relação com o entorno, tanto de quem estava no topo, quanto de quem estava no entorno, como se percebe nas figuras 1 e 4 como uma comparação que retratam períodos diferentes.

5. METODOLOGIA

Para se analisar o Monumento ao Ferroviário, além do método proposto - entrevistas com moradores do entorno do local, inicialmente houve uma aproximação contextual do lugar e um estudo bibliográfico, com um levantamento de trabalhos já realizados sobre o mesmo tema e lugar, e que contivessem relatos sobre o local onde o monumento está inserido de moradores do bairro, ou ferroviários, ex ferroviários, ou até mesmo antigos usuários das linhas férreas que funcionavam até os anos de 1990. Estes estudos serviram de embasamento para a elaboração de perguntas que fizeram parte das entrevistas. Muitos entrevistados, alguns já idosos, nasceram, cresceram e trabalharam na região, tendo-o sempre como ponto de referência, seja familiar, sentimental ou mesmo geográfico. Muitas dessas pessoas tiveram pais e avós diretamente ligados à ferrovia, estudaram em uma escola aos pés do Monumento e passavam seu tempo livre no seu topo. Assim, o Monumento não foi apenas parte de suas vidas, mas se tornou um lugar de pertencimento.

Para se atingir os objetivos desta pesquisa, optou-se pela utilização da entrevista qualitativa, com perguntas abertas, como ferramenta para obtenção de respostas e justificativas que buscam esclarecer o que está por trás das condições atuais do local estudado. Vale ressaltar aqui, que este artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla, que além do entendimento do uso e apropriação do local, visa também propor soluções para melhorar as condições do local. Neste artigo serão apresentados apenas os resultados relativos a compreensão da situação do local ao longo do tempo. Segundo Minayo (2010, p. 47), esse tipo de pesquisa, pode ser entendida como os vários tipos de investigação que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições,

de sua história e de sua produção simbólica”. Haja vista, que o Monumento aos Ferroviários é um símbolo histórico para a comunidade do bairro e também Santamariense, implicando em aspectos sociais. Como foi possível observar na coleta de dados, sob o aspecto da utilização do espaço tanto anteriormente como atualmente, e a maneira que se difere no como ele é visto pela comunidade em ambos os períodos.

Essas entrevistas foram realizadas junto à comunidade do bairro, com moradores e comerciantes que têm participação direta na dinâmica do bairro. Sendo aplicadas cerca de 30 entrevistas em três dias diferentes, nos turnos da manhã e tarde, uma vez durante o fim de semana e duas vezes em dias úteis. Foram 10 perguntas sendo elas referentes a identificação pessoal, relação pessoal com o objeto de estudo e a idealização pessoal do mesmo. Sendo elas as seguintes:

1. Você reside no Bairro Itararé/Campestre?

() Sim () Não

2. Você conhece/frequenta o Memorial dos Ferroviários?

() Sim () Não

3. Quantas vezes você já foi ao Memorial dos Ferroviários? Em que situações?

4. Quanto tempo ficou no local em média?

() até 15 min. () em média 30 min. () mais de 60 min.

5. Quais atividades você fez no Memorial dos Ferroviários?

6. Quais sentimentos este espaço te provoca? (3 palavras)

7. O que você gosta no Memorial dos Ferroviários?

8. O que você não gosta no Memorial dos Ferroviários?

9. Qual o valor (significado) do Memorial dos Ferroviários para a comunidade local (Itararé/Campestre) e para a cidade?

10. Como seria o espaço ideal do Memorial dos Ferroviários para você?

Do ponto de vista metodológico a entrevista qualitativa possibilitou classificar em classes de mesmo gênero respostas diferentes, mas com um mesmo viés, fornecendo uma forma de padronização.

6. RESULTADOS

Nos resultados a seguir serão apresentadas as respostas de trinta respondentes, incluindo todo tipo de público. O papel do idoso será destacado nos relatos, pois verificou-se um maior aprofundamento e conhecimento sobre o local.

De 30 pessoas entrevistadas 73,3% eram mulheres, 30% eram idosos com mais de 65 anos e 93,3% residiam no bairro Itararé.

Dos entrevistados, 96,7% conheciam o Monumento, 64,3% o visitou mais de três vezes, mas 70% não frequentava o local a mais de dez anos (Gráfico 1).

O tempo de permanência notado foi de 41,4% em média 30 minutos e 44,8% mais de 60 minutos, sendo esta segunda resposta mais recorrente em entrevistados mais velhos, que visitavam o Monumento antes de se tornar um local negligenciado. O que podemos observar nesses dados, é que ao longo do tempo, o tempo de permanência no local veio diminuindo, bem como a frequência daqueles que a mais de dez anos fazia uso deste patrimônio como forma de lazer. Outra análise que se realizou, foi o apontamento das causas desses dados estarem atualmente atingindo esses valores, visto que as condições atuais do Monumento, como apresentadas anteriormente, não favorecem a visita, muito menos a permanência de pessoas no local, que se reflete nas sensações provocadas no local, como os aspectos negativos apontados pelos usuários.

As atividades mais recorrentes no lugar eram apreciar a vista e tirar fotos, além de passeios e visitas com familiares (gráfico 1). A utilização do espaço para atividades de lazer e contemplação por maior parte pessoas do próprio bairro e município, revelam que por mais que haja um potencial turístico, o uso da própria comunidade do espaço trazia uma referência de qualidade e dinâmica que envolvia culturalmente as pessoas. Estas respostas evidenciam o potencial da paisagem, e denota a falta de infra-estrutura para atender atividades de maior permanência que instigassem até mesmo o turismo.



Gráfico 1 - Atividades realizadas no monumento pelos entrevistados. Fonte: do autor, via Excel.

Os sentimentos relacionados ao lugar são ligados à sua beleza natural, à liberdade e a saudade. Bem como seu ponto forte que também é ligado à vista que se tem a partir do Monumento. Entre os relatos dos pontos fracos os mais citados foram a insegurança e o descaso com o local (gráfico 2). Que são as motivações pelo qual hoje o local tem se tornado pouco frequentado, e encarado com certo receio por quase metade dos entrevistados.



Gráfico 2 - Número de menções sobre o que não gostam os entrevistados no Monumento. Fonte: do autor, via Excel.

Por fim, quanto ao valor que o Monumento tem na comunidade a maioria das menções remete à história ligada a ferrovia e também às famílias, tendo em vista que o bairro como um todo tem uma grande herança ferroviária, sendo que dessas menções vale destacar que os idosos foram os que mais diversificaram suas respostas quanto a experiências vividas no monumento durante sua vida jovem/adulta (Gráfico 4).

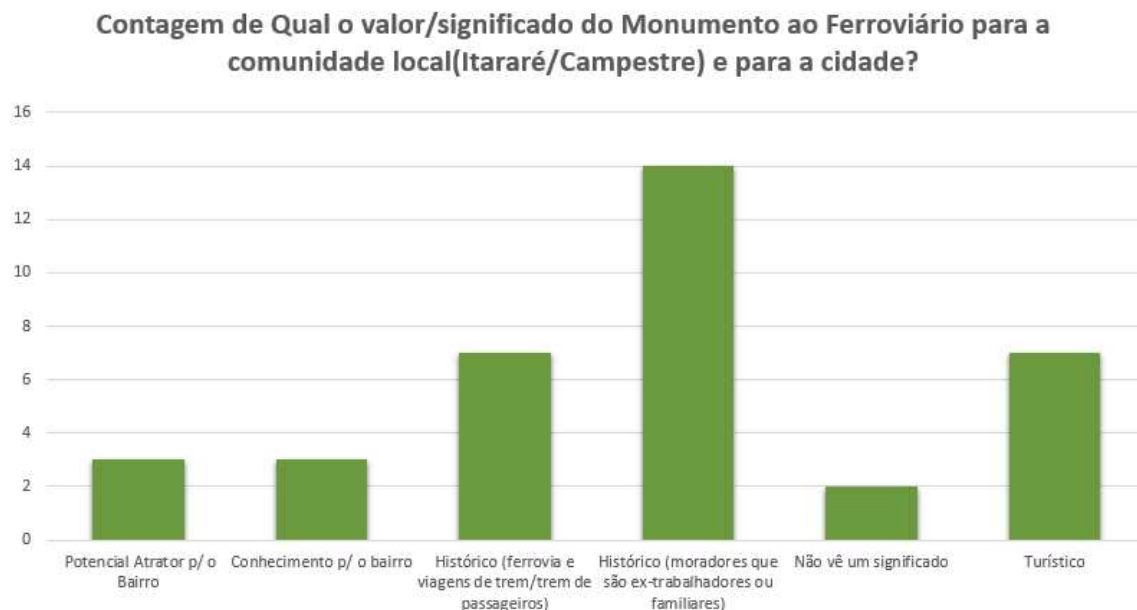


Gráfico 3 - Contagem de citações sobre o significado do Monumento ao Ferroviário para o bairro/cidade. Fonte: do autor, via Excel.

Vale ressaltar que um dos gráficos gerados por uma questão que abordava o tipo de sentimento do usuário em relação ao espaço, não trouxe muitas informações palpáveis, mas que relacionando ao gráfico anterior, e o gráfico de citações de ideias e melhorias para o Monumento, essa questão passa a fazer mais sentido, não pelo questionamento em si, mas pelo tipo de resposta obtida.

Como idealização de um espaço ideal, citou-se principalmente a limpeza e conservação, a segurança e reformas estruturais atrelada a pintura (gráfico 4). O que se observa é que as ideias para uma proposta para um espaço ideal de Monumento remetem ao como era antes dos anos 1990, em que as características físicas, e até culturais da cidade passavam por outro processo. Não se espera uma mudança drástica do espaço em termos construtivos e tecnológicos, mas sim uma melhoria nas condições de qualidade de visitação e segurança do local. Muito mais no que diz respeito a ambiência do que propriamente uma grande obra ou grande investimento.

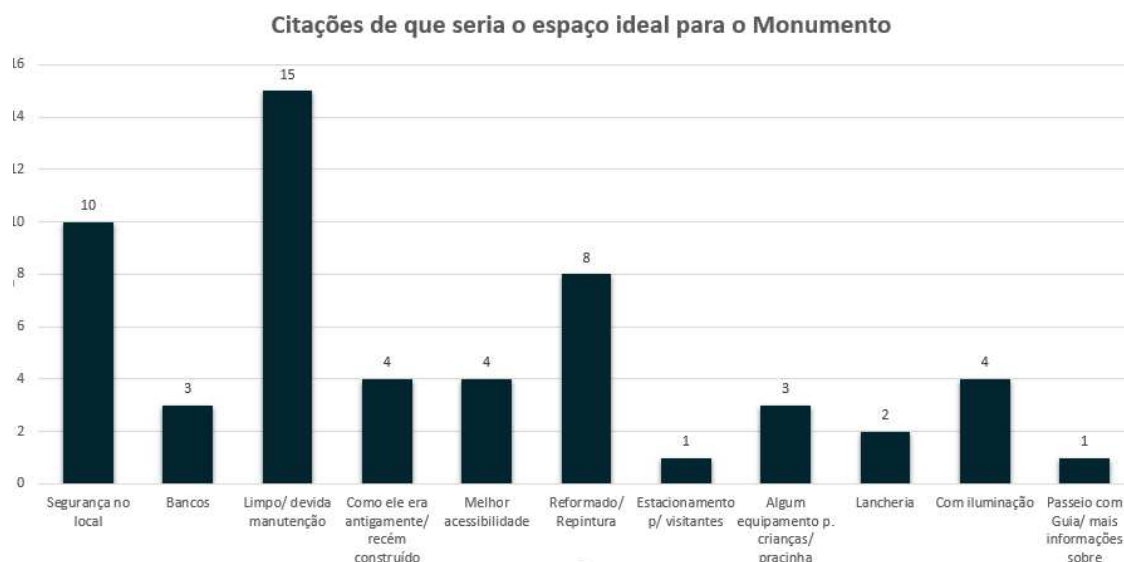


Gráfico 4 - Número de menções de ideias/soluções do que seria o espaço ideal do Monumento para o entrevistado.

Além dessa análise de frequência das respostas houve muitos relatos de histórias que foram vividas no local a tempos atrás, e que muito da apropriação e vivacidade do espaço foi se perdendo ao longo do tempo, como foi relatado por diversos idosos que através de suas memórias permitiram o entendimento da importância histórica do local.

Fui ferroviário, e subi muitas vezes ao monumento na juventude para namorar, e gazar aula. Hoje ele me faz lembrar dos trens de passageiros e até do meu próprio trabalho. Hoje o lugar precisa ser limpo, existe muita depredação, e precisa ter uma melhor segurança lá. (Relato de um morador, ex ferroviário, com seus mais de 80 anos)

CONCLUSÃO

Dentro destes resultados obtidos, perante o cenário atual, essas colocações feitas pelo professor Luis Fernando da Silva Mello, formado em Arquitetura e Urbanismo, se confirmam.

...as estruturas de sustentação do imaginário associado à “civilização ferroviária” as quais restam referidas apenas à memória das percepções já que mesmo os espaços e funções remanescentes não referenciam mais do que imagens decompostas pelo tempo e pela omissão. (MELLO, 2005)

Ao possibilitar o contato pessoal com os moradores do bairro, fica claro como a população idosa do local apesar de não ser a maioria dos entrevistados, chegando aos 30%, é a parcela que relata com maior riqueza de experiências e sustenta a herança ferroviária patrimonial que está negligenciada por seus responsáveis. Ou seja, são estes os que tiveram ao decorrer de sua vida um maior contato com o contexto ferroviário, tendo muitos deles nascido, crescido e até mesmo trabalhado na linha férrea, dessa

forma, enquanto o Monumento se faz ausente na preservação dessa memória, são estas pessoas que mantêm viva as histórias e costumes de uma época tão importante para a região.

Ainda, as melhorias e a evolução que a cidade como um todo esteve a partir da linha férrea são inegáveis e por isso o Monumento ao Ferroviário é um espaço onde se permite celebrar o modo de vida que, se não deu origem a cidade, colocou Santa Maria como um importante polo estadual.

Assim como esse local, muitos outros locais históricos estão sendo negligenciados, o que é um grande risco para a história e para o sentimento de pertencimento de uma população mais jovem, e de futuras gerações. Pois os relatos, vivências e experiências reais como vimos através das entrevistas ficará apenas na memória de algumas pessoas que ainda vivem para poder contar, podendo fácil e rapidamente se perder. Mas ainda temos a oportunidade de resgatar fatos de grande importância para nossas cidades através desses relatos, juntamente com os bens materiais que ainda subsistem e outros que podem servir de suporte para os já existentes. E mesmo que esses já não estejam em suas ideais condições, uma requalificação espacial e patrimonial, não apenas física, mas de conscientização cultural e social pode sim manter viva uma história tão importante para essa cidade, cujo seu berço de desenvolvimento no final do século XIX e início século XX, até sua metade, esteve diretamente ligada ao tema abordado no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

BATISTA, N. L. VIEIRO, L.M.D. Memória e vivências ferroviárias sobre o bairro Itararé, Santa Maria, RS. In: **II Simpósio De Estudos Urbanos**, Campo Mourão, PR, 2013. A dinâmica das cidades e a produção do espaço.

BOSI, E. **Memória & sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

CARVALHO, R. MIORIN, V. M. F. **Bairro Itararé: Um resgate a memória social, Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 20, n. 01, jan/jun 2007, p.107-118.

DIAS, P. APPELT, C. **A Ferrovia em Santa Maria**, Reportagem BOCA Março, 2018.

FACCIN, D. **Seguindo os trilhos do trem**: a influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria/ RS - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estimativas da população residente**, 2019.

MELLO, L. F. S. O imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS, Revista Arquitectos - Vitruvius, 2005.

MINAYO, M.C de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec- Abrasco, 2010. (12° edição).

MORALES, N.R.C. **Santa Maria**: memória/ organizadora. Santa Maria. Pallotti, 2008. 280 p.

Patrimônio Cultural: O que é? Secretaria de Estado da Cultura, Estado de Alagoas. 2019.
Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e>

Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul - Inventário das Estações 1874-1959. 2002.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Carl Sauer"; Brasil Escola. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/carl-sauer.htm>.

Notas para o estudo de capelas do Ciclo do Ouro em Minas Gerais

MORONI FILHO, Elio (1)

(1) Pós-doutorado em História da Arte (em andamento), Departamento de História da Arte, Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Brasil, moronifilho@hotmail.com.br

RESUMO

A literatura especializada reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao barroco tardio internacional. Este trabalho busca, ao contrário, ampliar o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se o modelo arquitetônico e as técnicas construtivas de capelas construídas no município de Mariana, no período de 1700 a 1750. A metodologia de pesquisa fundamenta-se na identificação e observação direta das capelas, assim como no uso conjugado de fontes iconográficas, orais e escritas. São resultados parciais desta pesquisa: predominância do modelo arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor; telhado duas-águas; frontão triangular de linhas retas; inexistência de torre sineira; sacristia lateral com entrada independente; decoração interna e externa escassas. Em relação às técnicas construtivas, foram identificadas edificações em pau a pique, adobe e alvenaria de pedra. Os resultados sugerem uma arquitetura religiosa que incorpora materiais construtivos extraídos de seu entorno imediato e que atendem necessidades locais, além de um modelo arquitetônico ajustado ao estilo designado por Maneirismo.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural brasileiro, Minas Gerais, arquitetura religiosa colonial, capelas.

Appointments on the study of chapels from the Gold Cycle in Minas Gerais

MORONI FILHO, Elio (1)

(1) Postdoctoral researcher, Department of Art History, Federal University of São Paulo - UNIFESP, Brazil, moronifilho@hotmail.com.br

ABSTRACT

Specialized literature reserves little attention for the colonial period chapels in Brazil rather it concentrates on the manifestations of large-scale religious architecture which associates eighteenth century Brazilian churches with the late international Baroque. This work diminishes this lacuna by amplifying scientific knowledge about small-scale religious architecture from the colonial period. Moreover, it specifically describes the architectonic model as well as the construction techniques of chapels built in the municipality of Mariana from 1700 to 1750. The research methods are based on direct identification and observation of these chapels in conjunction with iconographic, oral and written sources. The partial results of this research are predominance of an architectonic model defined by a rectangular plant formed by a nave and sanctuary; gabled roof; straight-lined triangular façade (frontal exterior); nonexistent campanile (bell tower); lateral sacristy with an independent entrance; scarcity of internal and external decoration. These results suggest an architectural model adjusted to the designated Mannerist Style.

KEYWORDS: *Brazilian cultural heritage, Minas Gerais, colonial religious architecture, chapels.*

1. INTRODUÇÃO

O Maneirismo é tendência artística italiana do século XVI, manifestando-se primeiramente em Florença, desenvolvendo-se em Roma, entre 1520 e 1527, prolongando-se a nível internacional até o início do século XVII (GRASSI, 2011, p. 5). O Maneirismo distingue-se pelo abandono dos princípios renascentistas de objetividade, razão, regularidade e ordem, tendo como “aspecto mais impressionante” o abandono “da ficção de que uma obra de arte seja um todo orgânico, indivisível e inalterável, feito de uma só peça [...] obra de arte anti-clássica característica compõe-se dos elementos mais variados e heterogêneos, todos mais ou menos independentes uns dos outros” (HAUSER, 1993, p. 30). No que diz respeito à arquitetura religiosa portuguesa do final do século XVI a meados do século XVIII, Pais da Silva (1996, p. 154-155) assinala a estreita associação entre o Maneirismo e a atividade arquitetônica resultante da orientação dos padres jesuítas, tendo a Companhia de Jesus adotado e generalizado os padrões maneiristas nas zonas capitais do mundo português. Assim, não se contesta a designação arquitetura jesuítica ou estilo jesuítico, empregada por Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1916) e depois por Lúcio Costa (1941) e Robert Smith (1948) para o estudo da arquitetura religiosa quinhentista e da primeira metade do século XVIII, no Brasil. Argumenta-se, porém, que o conceito de Maneirismo é recurso teórico que confere ao investigador maior liberdade e amplitude de análise do objeto desta pesquisa, permitindo o entendimento de características que tipificam o Maneirismo como um todo, por meio da comparação (semelhanças, diferenças, relações), em nível de literatura especializada, de edifícios religiosos brasileiros do período colonial com edifícios maneiristas religiosos e civis de outros territórios do mundo português, e com edifícios, da mesma corrente artística, elaborados fora da influência direta da Companhia de Jesus e dos territórios do antigo império ultramarino português. Nessa direção, a literatura especializada nacional ainda reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao Barroco tardio internacional. Com efeito, a ênfase dos estudiosos da arquitetura religiosa colonial brasileira tem sido as edificações de grande porte, especialmente aquelas construídas para segmentos sociais abastados e politicamente dominantes, colocando em segundo plano de importância as edificações religiosas de pequeno porte: as capelas. Os estudos de capelas do período colonial e de seus bens móveis e integrados são escassos e foram realizados, em sua maioria, na primeira metade do século XX. Este trabalho buscou, ao contrário, contribuir para o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se elementos do

partido arquitetônico de capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, investigando sua vinculação a corrente artística do Maneirismo. O recorte geográfico deste trabalho é o Estado de Minas Gerais, nomeadamente o município de Mariana, que se formou durante o Ciclo do Ouro (século XVIII) e foi outrora denominado Vila de Nossa Senhora do Carmo (VASCONCELOS, 1999, p. 291-292). O município de Mariana foi escolhido por sua importância durante o período colonial, tendo sido sede do poder religioso nas Minas Gerais do século XVIII. Também se considerou a relevância de Mariana enquanto patrimônio cultural nacional, bem como a vulnerabilidade do seu acervo arquitetônico e artístico do período colonial. Define-se capela como “construção religiosa de pequeno porte” (TIRAPELI, 2008, p. 300). Cragoe (2014, p. 247) define capela como “igreja não paroquial, normalmente de pequenas dimensões”. A ideia de construção religiosa de pequenas dimensões já aparece no dicionário de Raphael Bluteau (1728), que caracteriza capela como

Capella mór [...] o que tem alguma proporção com o que chamamos Capella mór, que he o lugar da Igreja mais proprio dos Sacerdotes [...] para o que vulgarmente se entende por Capella de huma Igreja temos outras palavras Latinas mais proprias, v. g. AEdicula, como diminutivo de Aedes, q no fingular significava Templo [...] para mayor clareza se poderá acrescentar a AEdicula o epitheto Sacra [...]. (BLUTEAU, 1728, p. 121)

Mourão (1986) denomina capela qualquer igreja que não seja matriz, incluindo edificações religiosas de grande porte como a da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Mariana. O Código de Direito Canônico (2018, p. 143-144), promulgado pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* de 25 de janeiro de 1983, no pontificado de João Paulo II, distingue igreja como edifício sagrado destinado ao culto divino, dando à capela a definição de capela particular, entendida como lugar destinado, com a licença do Ordinário local, ao culto divino em favor de uma ou mais pessoas físicas. Essas duas últimas definições seriam inadequadas neste texto, por não expressarem o aspecto central do objeto de pesquisa, que é a dimensão (tamanho) dos edifícios religiosos. O estágio rudimentar do conhecimento sobre as capelas mineiras do período colonial exigiu um delineamento de pesquisa flexível, que possibilitasse a consideração de aspectos variados relativos ao tema, contribuindo com a elaboração de hipóteses nas etapas ulteriores da investigação. Na seção seguinte, descreve-se a metodologia empregada na obtenção dos dados.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana possui tombamento federal desde 1938 (BRASIL... Programa Monumenta, 2005). Possuem tombamento municipal os núcleos históricos urbanos dos Distritos de Camargos (2004), Furquim (2005), Santa Rita Durão (2009), Monsenhor Horta (2010) e Padre Viegas (2010) (BRASIL... Patrimônio protegido..., 2018). Entretanto, a identificação de capelas setecentistas, construídas na área de investigação, não pode ser fundamentada exclusivamente na documentação oficial disponível no IPHAN e na prefeitura municipal de Mariana. Tome-se, como exemplo, as ruínas de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, localizada no Distrito de Bandeirantes. Essa edificação é desconhecida dos pesquisadores que se atêm exclusivamente aos documentos oficiais e à literatura especializada disponível no presente, pois não consta dos inventários federais e municipais referentes ao município de Mariana. Assim, considerou-se a pesquisa exploratória como o delineamento mais adequado para se preencher a lacuna das fontes documentais e bibliográficas, uma vez que esse tipo de pesquisa oferece visão geral a respeito de temas pouco explorados (GIL, 2008, p. 27). Utilizaram-se a fotografia documental (OLIVEIRA, 2008, p. 51), a observação (LIMA, 2004, p. 98-101) e o projeto de arquitetura (ASSOCIAÇÃO, 1995, p. 2) como principais procedimentos de coleta de dados. A pesquisa exploratória foi realizada nos meses de julho de 2015, julho de 2016 e setembro de 2016, tendo sido visitados a cidade de Mariana e seus Distritos Cachoeira do Brumado, Furquim, Monsenhor Horta e Padre Viegas, além do extinto Subdistrito de Bento Rodrigues. As ruas dessas localidades foram percorridas a pé, sendo que a interação com os habitantes locais mostrou-se relevante para o trabalho de campo, pois eles indicaram a localização de capelas construídas no século XVIII. O registro fotográfico foi realizado com câmera digital reflex de objetiva simples, modelo NIKON D7100, do fabricante Nikon Corporation. A pesquisa exploratória, cujos resultados foram parcialmente utilizados na elaboração deste capítulo, deu origem ao total de 1.234 registros fotográficos digitais, cuja seleção obedeceu aos critérios de definição, contraste e profundidade de campo (OLIVEIRA, 2008, p. 59). No município de Mariana, foram observadas as capelas de Santo Antônio, Distrito-sede; Santana, Distrito-sede; Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora do Rosário, em ruínas, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem; São Bento e Nossa Senhora das Mercês, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão. Elaborou-se o desenho arquitetônico da Capela de Santa Teresa D'Ávila, selecionada por sua antiguidade no contexto local - teria sido construída em 1703, de acordo com Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) - e por exemplificar

características da arquitetura religiosa maneirista tratadas nas seções subsequentes deste texto. O desenho de arquitetura foi elaborado por profissional registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, resultando nas seguintes peças gráficas: duas plantas de edificação (térreo e coro); um corte longitudinal; três fachadas (Norte, Sul, Leste); um quadro geral de esquadrias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A origem de Mariana está associada à exploração do ouro pela bandeira comandada pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que se fixou à margem de um ribeirão onde fundou, em 1696, o Arraial do Ribeirão do Carmo, em homenagem ao dia de Nossa Senhora do Carmo. O ouro, encontrado inicialmente no Ribeirão do Carmo, transformou o arraial em um dos principais fornecedores desse minério para Portugal (BRASIL... Mariana..., 2018). Em 1711, o arraial foi elevado à vila e, em 23 de abril de 1745, Dom João V elevou a vila à categoria de cidade, dando-lhe o nome de Mariana em homenagem a sua esposa, Maria Ana d'Áustria (JORGE, 2006, p. 162). Na segunda metade do século XVIII, surgiram os edifícios institucionais e, ao final daquele século, todo o seu acervo arquitetônico estava constituído (BRASIL... Mariana... 2018). Na história da América Portuguesa, Mariana inscreve-se no processo de povoamento urbano desencadeado pela exploração das jazidas auríferas, que provocou o deslocamento do eixo econômico-administrativo da Colônia para o Centro-Sul, bem como o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna (MORAES, 2007, p. 65). No que diz respeito à arquitetura religiosa setecentista de pequeno porte, o acervo arquitetônico de Mariana e de seus Distritos é constituído de capelas que remontam ao período inicial da exploração do ouro, localizadas, sobretudo, nos Distritos de Mariana pouco visitados pelos turistas e pouco conhecidas dos pesquisadores que se dedicam ao estudo do patrimônio arquitetônico religioso das Minas setecentistas. Nesta seção, organizam-se as notas de pesquisa das capelas, considerando-se determinantes do partido arquitetônico definidos por Lemos (2003, p. 40-41): técnica construtiva, conforme recursos locais, humanos e materiais, incluindo a intenção plástica subordinada, às vezes, aos estilos arquitetônicos; condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém; programa de necessidades, consoante usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor; condições financeiras do empreendedor no quadro econômico da sociedade; legislação regulamentadora e/ou normas sociais e/ou regras de funcionalidade.

3.1. ELEMENTOS CRONOLÓGICOS

A dificuldade de se encontrarem fontes documentais torna fragmentada a cronologia da Capela de Santo Antônio, assim como a dos outros templos descritos nesta seção. O Arraial do Ribeirão do Carmo possuía, em 1703, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, construída por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e pelo capelão da Bandeira, Padre Francisco Gonçalves Lopes, e a Capela da Conceição, erguida pelo português Antônio Pereira Machado, que viria a se tornar a Matriz da Conceição da Vila do Carmo. Embora se desconheça a localização exata da Capela de Nossa Senhora do Carmo, essa capela bandeirante, erguida aproximadamente em 1700, que ficava no âmbito da praia de Mata-Cavalos, onde teve início a exploração do ouro, era a que mais tarde foi denominada Rosário Velho, por ter sido cedida à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e que hoje está consagrada a Santo Antonio (VASCONCELLOS, 1938, p. 3-4). Em 1762, a Irmandade do Rosário vendeu à mesa administrativa da Ordem Terceira de São Francisco, os retábulos, o arco-cruzeiro, as grades, os púlpitos, a porta principal, entre outros objetos da Capela do Rosário Velho, utilizados na construção da capela provisória da Ordem Terceira de São Francisco (TRINDADE, 1945, p. 195). Já no século XX, os muros de pedra, que cercavam a capela, e a escada do mesmo material, que nascia na Rua Direita e que dava acesso ao templo, foram dilapidados pelos moradores de Mariana, durante a década de 1940 (BORIM, 2009, p. 32-33). O edifício atual, que “talvez se restringisse aos dois lanços da parte de trás” (VASCONCELLOS, 1938, prancha 33), é constituído de nave, capela-mor e sacristia. A fundação e a localização da Capela de Nossa Senhora do Carmo e da Capela da Conceição são motivos de discordância entre estudiosos, já que Santos (1951, p. 158) identifica a extinta ermida de Santo Antônio, outrora existente no Distrito de Passagem e documentada por Falcão (1946, p. 101), como a primitiva Capela da Conceição, atribuindo sua construção ao Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) estima 1703 o ano de construção da Capela de Santa Teresa D’Ávila, que teve seu patrimônio instituído pelo português Pedro Rosa de Abreu, um dos primeiros mineradores de Minas Gerais (FRANCO, 1954, p. 9). Em 1823, Dom Frei José da Santíssima Trindade, Bispo de Mariana, visita a Freguesia de São Sebastião, notando a “Capela de Santa Teresa”, “muito pobre” (TRINDADE, 1998, p. 153). O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 56) baseia-se num registro documental para estimar 1718 o ano de fundação da Capela de São Bento: nos “autos de uma justificação, requerida pelos moradores de Bento Rodrigues, em 1743, certa testemunha depôs: ‘vi, haverá vinte e cinco anos, começar as obras da capella com licença que estava em mãos do defunto João Ribeiro da Silva’”. Salomão de Vasconcellos (1938, p.

79) informa que não é “possível determinar nem a data da constituição da Irmandade, nem da construção do prédio” da Capela de Santana. O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 158-160) baseia-se no testamento do Padre Matias Fernandes Afonso, datado de 7 de julho de 1744, para afirmar que a capela já existia, em 1720. A capela é mencionada, no termo de arrematação “da ponte do caminho da Capela de Santa Ana”, datado de 20 de julho de 1730, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (FIGUEIREDO, 2017, p. 7). A irmandade de Santa Ana é citada, em documento anterior a 1736. Trata-se do requerimento “de irmãos confrades de Santa Ana da Vila do Carmo das Minas Gerais, pedindo esmola para continuarem a obra de uma casa em que possam recolher e curar os enfermos pobres das Minas”, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (CATÁLOGO, 2018, p. 513). A provisão de ereção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de Bandeirantes, foi encontrada, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, na folha n. 271, verso, linhas 12 a 46, do Tomo II, do livro de Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750, Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4. A provisão de ereção possui a data de 30 de maio de 1750, tendo sido registrada em favor dos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santo Elesbão da Freguesia de São Sebastião, denominação do Distrito de Bandeirantes, no século XVIII. No Distrito de Passagem, a Capela de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 1999, tendo sido construída no terreno de uma capela do Senhor dos Passos, outrora reservada a devoção aos Passos da Paixão, cujas ruínas foram aproveitadas para a capela-mor do templo atual (RODRIGUES; MOREIRA, 2013, p. 53-54).

A Capela de Santa Teresa D’Ávila exemplifica a dificuldade de se encontrarem fontes documentais que auxiliem na composição da cronologia dos templos supracitados. Em História antiga das Minas Gerais, publicado pela primeira vez em 1901, Diogo de Vasconcelos cita o testamento de Pedro Rosa de Abreu, que instituiu o patrimônio da Capela de Santa Teresa D’Ávila e que faleceu, em Vila Rica, em 14 de maio de 1728 (VASCONCELOS, 1999, p. 151). Ainda não se conseguiu encontrar a certidão de óbito e o testamento de Pedro Rosa de Abreu, apesar da busca realizada na Casa do Pilar, no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto. Certamente, Diogo de Vasconcelos leu o testamento, mas não indicou sua localização. Acrescenta-se a dificuldade de não se ter tido acesso direto aos acervos documentais, em Ouro Preto, uma vez que a pesquisa documental foi realizada por funcionários daqueles três arquivos, mediante exigência de solicitação prévia do pesquisador.

3.2. MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

No Brasil, as construções em pedra datam do primeiro século da colonização, variando a técnica de aplicação das pedras conforme as argamassas em que são assentadas: pedra seca, que dispensa argamassa e se obtém a acomodação das pedras maiores pela interpolação de pedras menores; pedra e barro, em que as pedras são assentadas em argamassa de terra; pedra e cal, em que a alvenaria é erguida com argamassa de cal e areia (VASCONCELLOS, 1979, p. 23, 29-30; BRAGA, 2000, p. 8-9). Nas Minas setecentistas, a pedra das Lages (quartzito), a pedra do Itacolomí (quartzito), a pedra sabão e a canga (minério de ferro) eram de uso corrente na arquitetura religiosa, tendo sido aplicadas como alvenaria e na ornamentação de portadas, púlpitos, tarjas, entre outros, nas capelas e igrejas da região de Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 79-80). Adobes ou adobos são blocos de barro produzidos manualmente, em moldes preenchidos com barro compactado e secados ao ar livre, adquirindo maior resistência e permitindo que sejam assentados com argamassa de barro (MINKE, 2015, p. 72; WEIMER, 2012, p. 265). Em Minas Gerais, igrejas inteiras foram construídas de adobe, como a Matriz de Santa Rita Durão, no município de Mariana (BAZIN, 1983, v. 1, p. 58). Já o pau a pique é a técnica que consiste em tomar troncos e galhos de madeira retos, que nas extremidades inferiores são fincados no chão e nas extremidades superiores são fixados a suportes horizontais - normalmente vigas que servem de suportes para a estrutura do telhado. Trata-se, por assim dizer, de uma grade de madeira cujas frestas são preenchidas por barro. Essa técnica pode apresentar uma variante na qual a madeira, em lugar de ser fincada no chão, apoia-se sobre um baldrame (WEIMER, 2012, p. 235, 236). Nas Minas setecentistas, o pau a pique foi empregado em edifícios religiosos diversos, como a Capela de Nossa Senhora do Ó (Sabará), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Catas Altas) e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, em Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 86). A identificação dos materiais e técnicas construtivas empregados na construção dos templos de que trata este trabalho foi realizada por meio de observação direta e de informações verbais de zeladores das capelas e de moradores do município de Mariana. Foram identificadas duas construções em alvenaria de pedra seca e alvenaria de pedra com argamassa de barro - Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 1) e Capela de Nossa Senhora do Rosário (Figura 2) - e duas construções em terra, especificamente, pau a pique e adobe: Capela de São Bento (Figura 3) e Capela de Santa Teresa D'Ávila (Figuras 4, 5). A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi edificada no local das ruínas de uma ermida de pedra reconstruída e incorporada ao templo atual como capela-mor. Os materiais construtivos da capela-mor são a canga, indicada pelas setas vermelhas, o xisto, assinalado pelas

setas amarelas e o quartzito, documentado pelas setas azuis (Figura 1). Observam-se as técnicas construtivas de alvenaria de pedra com argamassa de barro e alvenaria de pedra seca, nos vestígios da ermida, tal como se apresentam hoje. Pedras aparelhadas de maiores dimensões foram aplicadas nos cunhais, para reforçar a estabilidade das paredes (Figura 1, setas vermelhas). As paredes possuem faces exteriores planas, mas o tamanho e a forma da canga são irregulares, sendo que alguns blocos, exemplificados nas setas verdes, parecem ter sido utilizados em estado natural. O xisto e o quartzito possuem forma constante, mas suas dimensões variam de lascas a placas retangulares de maior espessura dos dois materiais, assinaladas pelas setas amarelas e azuis (Figura 1). As juntas foram preenchidas com terra e pedras menores que formam o entremeado ordinariamente designado por canjicado, exemplificado nas áreas tracejadas da Figura 1. A integridade da argamassa de barro insinua intervenção recente. A existência de degraus (Figura 1, setas laranjas) parece indicar a entrada da capela primitiva, assim como sugere que a alvenaria de pedra seca tenha sido erguida durante a construção do edifício que atualmente se encontra no local.

Por meio do contato com moradores do Distrito de Bandeirantes, soube-se da existência de ruínas de uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, localizadas no alto de um morro coberto por vegetação nativa. Uma moradora do Distrito conduziu o pesquisador ao local das ruínas, abrindo caminho no mato a golpes de facão e enxada. Nas ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário restam dois segmentos de paredes externas de alvenaria de pedra. Essas paredes resultam do assentamento de blocos de canga de forma e dimensões irregulares e de blocos do mesmo material com forma geométrica retangular mais ou menos definida (Figura 2). As juntas são preenchidas com argamassa de barro e pedras pequenas embutidas na argamassa, exemplificadas, respectivamente, nas áreas tracejadas e nas áreas pontilhadas (Figura 2). As paredes possuem fendas verticais e diagonais. A fendilhação também atinge os blocos de canga, sendo que as setas vermelhas, azuis e pretas indicam a evolução das fendas sem tendência para a estabilização (Figura 2). A desagregação da pintura e do reboco, dos quais restam resquícios, evoluiu para a desagregação da argamassa e da própria canga. A permanência das ruínas é ameaçada não apenas pelo abandono e pelas patologias do sistema construtivo, mas também pela inexistência de proteção municipal, estadual e federal.



Figura 1 - Trecho de parede da capela-mor, Capela de Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem, Mariana, MG. Fonte: fotografia de Elio Moroni Filho, 2016.

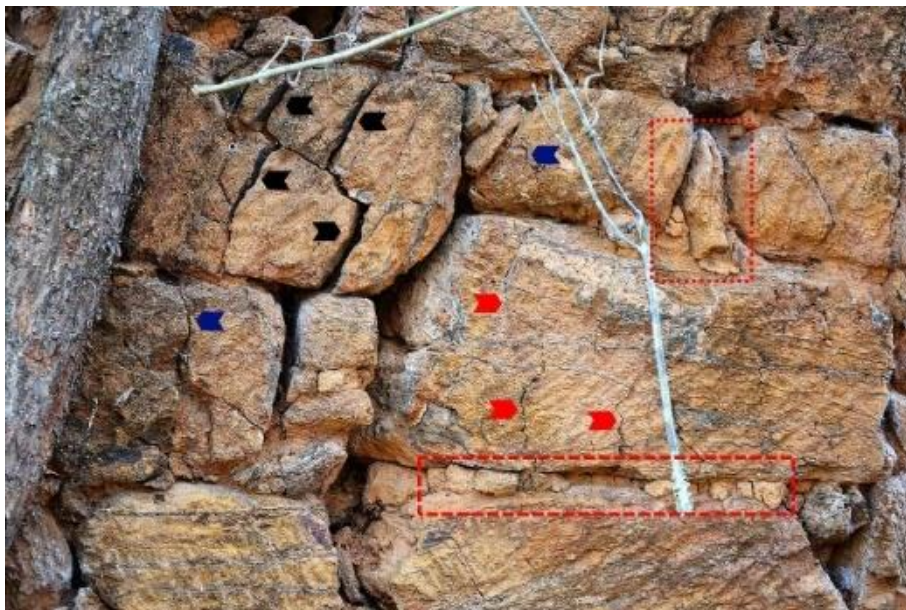


Figura 2 - Trecho de parede das ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário, Distrito de Bandeirantes, Mariana, MG. Fonte: fotografia de Elio Moroni Filho, 2016.

Em relação às capelas construídas em terra, obteve-se informações sobre elementos do sistema construtivo da Capela de Santa Teresa D'Ávila e da Capela de São Bento. A primeira tem paredes de adobe parcialmente substituídos por tijolos, em decorrência de uma reforma realizada pela população de Bandeirantes, na década de 1990, de acordo com informação verbal de morador daquele Distrito. A Capela de São Bento possui paredes de pau a pique e fundações de alvenaria de pedra, conforme informação verbal do zelador daquele templo. A Figura 3 documenta segmento do interior da nave da Capela de São Bento, sugerindo estrutura autônoma constituída por peças de

madeira. Essa figura mostra parte da armação de madeira composta por esteios (seta vermelha), frechais (seta verde) e vigas (seta amarela) que suportam as cargas do forro e da cobertura distribuídas em apoios intervalados que as transmitem ao solo. Na mesma foto, a seta azul indica o que parece ser uma “madre”, denominação dada à viga horizontal colocada entre o frechal e o baldrame, tendo por função o alívio das cargas do segundo (VASCONCELLOS, 1979, p. 34). Esteios de seção cilíndrica e de seção quadrada parecem estar apoiados na parede de alvenaria de pedra mencionada pelo zelador da capela. A se considerar a estrutura autônoma de madeira, as paredes de pau a pique assumem a função de elementos de vedação dos vãos, sem função estrutural. Conjectura-se que a estrutura autônoma de madeira e a vedação de pau a pique estejam sobre paredes de alvenaria de pedra, conforme sugerem a observação e a informação verbal do zelador da capela (“fundações de pedra”). Dificilmente, a ocorrência conjunta da estrutura maciça e da estrutura independente será comprovada, considerando que a Capela de São Bento foi destruída pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, pouco mais de três meses após a visita do pesquisador ao extinto Subdistrito de Bento Rodrigues.

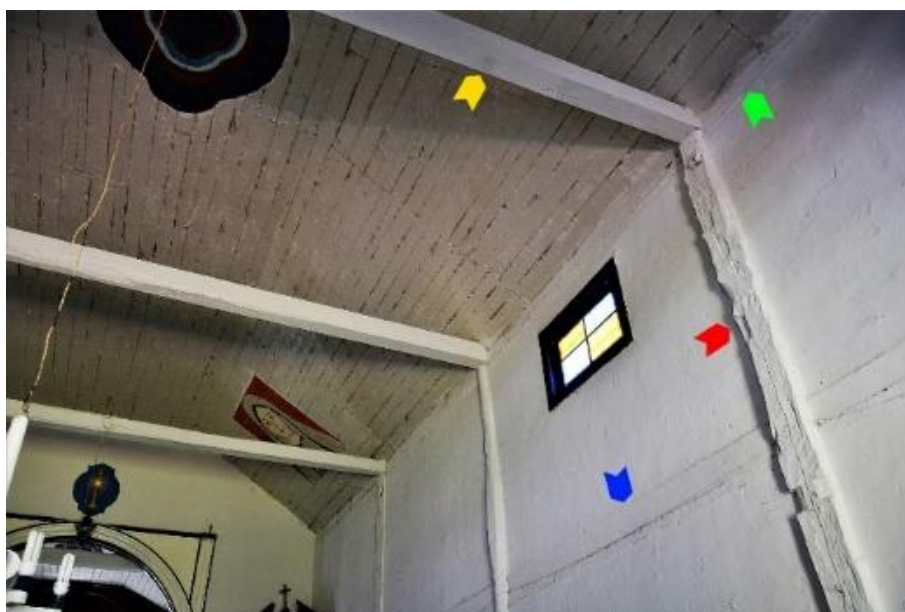


Figura 3 - Segmento do interior da nave da extinta Capela de São Bento, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão, Mariana, MG. Fonte: fotografia de Elio Moroni Filho, 2015.

3.3. PARTIDO GERAL DE COMPOSIÇÃO

O partido geral de composição das capelas define-se por: planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave (Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); telhado de duas-águas (Santo Antônio,

Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila - nesse caso, pé-direito mais baixo do que o da nave -, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de torre sineira (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); adro com cemitério desativado ou em funcionamento (Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia (Santo Antônio, Santana - exceto o forro da nave, em caixotões -, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); decoração externa escassa ou inexistente (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês). Esse partido de composição aproxima as capelas de um dos tipos de planta que Lúcio Costa (1941) observa nas igrejas jesuíticas brasileiras:

O partido tão generalizado, próprio das igrejas mais antigas e daquelas que, embora relativamente recentes, obedeceram a um programa mais modesto de construção: igrejas onde aparecem perfeitamente diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé direito menores [...] partido claro e franco de composição, que depois se desenvolve em Minas Gerais. (COSTA, 1941, p. 29)

Smith (1939, p. 119-120) afirma que a planta de nave única e capela-mor retangular deriva das capelas do Norte de Portugal, assim como a sacristia, que toma seu lugar ao lado da capela-mor, projetando-se do bloco principal do edifício, à direita ou à esquerda. A fachada principal dessas capelas compõe-se de três pequenas janelas colocadas acima da porta estreita única, sistema derivado da arquitetura manuelina, mas desenvolvido e usado extensivamente nas capitanias do Norte do Brasil, tendo sido levado para as Minas por construtores baianos. O partido arquitetônico, delineado nas linhas anteriores, enquadra-se na corrente artística do Maneirismo, que “ergueu pela primeira vez sua bela cabeça em Roma por volta de 1520” (SHEARMAN, 1978, p. 22), quando Girolamo Francesco Mazzola - Il Parmigianino - postou-se diante de um espelho convexo e pintou o Auto-retrato num espelho convexo (HOCKE, 1974, p. 15; CHARLES et al., 2007, p. 132). Em Portugal, os arquitetos da Companhia de Jesus foram os representantes mais influentes da arquitetura maneirista, tendo os jesuítas introduzido o Maneirismo na América Portuguesa (BURY, 1991, p. 44, 45). Como categoria operatória no estudo da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, consideram-se as características do Maneirismo definidas por Pais da Silva (1996):

um grupo de monumentos onde a zona central da fachada se sobrepõe às torres - conflito não exclusivo mas frequentemente assinalável nos produtos daquele estilo [...] No risco das plantas [...] decidida preferência pela forma secamente retangular [...] a força de uma

geometria que se socorre principalmente de linhas rectas [...] Quanto à organização dos frontispícios [...] divisão em panos verticais, desproporção entre os diversos andares, o rígido sublinhado horizontal das cornijas que apresentam forte balanço e impedem articulação consequente com as torres, a luta pela conquista do espaço, na zona superior da fachada, entre as aletas e as torres [...] o desequilíbrio entre as superfícies cheias e os vãos [...] as escalas diferentes do tratamento das torres e fachadas [...] a desproporção entre a altura desta e o frontão que a remata [...] fachada sem profundidade e dividida em tramos verticais mediante pilastras, muitas vezes de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, rigorismo retilíneo acentuado e austera economia decorativa [...]. (PAIS DA SILVA, 1996, p. 179-183)

Acrescentem-se outros traços predominantes na arquitetura maneirista, como o princípio de alongamento (HAUSER, 1993, p. 377, 385) e a planimetria das fachadas que recebem e emitem luz (ARGAN, 1999, p. 377), assim como o desenho retangular das plantas e dos vãos, os temas ambivalentes e as funções duplas:

o tratamento da edificação em serenas superfícies retangulares tanto em planta quanto nas elevações e desenho dos vãos [...] o mesmo edifício é um palácio e um monastério, a mesma pilastra sustenta o entablamento e funciona como moldura lateral de um painel de parede. As duas funções são indicadas claramente, transmitindo assim uma ambigüidade deliberada. (BURY, 1991, p. 28, 44)

A observação sugere que as capelas do Ciclo do Ouro - especificamente, as capelas setecentistas observadas durante a realização desta pesquisa, em Mariana - mantêm fidelidade aos princípios do Maneirismo e às convenções da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, elaborando, também, soluções formais regionais. A Capela de Santa Teresa D'Ávila parece ser precursora das igrejas setecentistas mineiras de planta retilínea e nave única. Com efeito, essa capela possui planta retangular estreita e alongada, constituída de nave única e de uma seção de pé-direito mais baixo com três espaços internos especificados por seu uso atual: sacristia, por nele existir uma pia de água benta, imagens devocionais e objetos litúrgicos; sala onde há mesa aparentemente utilizada para reuniões de devotos; depósito que guarda objetos diversos. A planta retilínea possui 21,13 m de comprimento. O interior da nave possui 5,43 m de largura na entrada da capela, sendo que essa dimensão diminui para 5,23 m e 5,18 m de largura ao se caminhar em direção ao retábulo (Figura 4). São também desiguais as dimensões dos vãos retangulares superiores das paredes da nave, que permitem a entrada de luz natural e a renovação do ar por meio de ventilação cruzada. As aberturas superiores da fachada Norte, designadas, na planta baixa da edificação (Figura 4), pela sigla J6, possuem 40 cm de largura, 60 cm de altura e 3,61 m de parapeito, sendo a última dimensão correspondente à altura entre o piso acabado e a base inferior da abertura. Os vãos da fachada Sul são designados pelas siglas J5 e J7.

A abertura J5 possui 37 cm de largura, 72 cm de altura e 3,51 m de parapeito, enquanto as dimensões de J7 são 40 cm de largura, 63 cm de altura e 3,59 m de parapeito. A abertura J15, na fachada Norte, e a abertura J14, na fachada Sul, iluminam o retábulo de Santa Teresa D'Ávila. As dimensões do vão J15 são 1,13 m de largura, 41 cm de altura e 2,21 m de parapeito, enquanto J14 possui as dimensões de 1,04 m de largura, 41 cm de altura e 2,34 m de parapeito. À exceção da porta de entrada, é possível que as aberturas da nave nunca tenham tido esquadrias. No presente, telas metálicas impedem a entrada de pássaros e outros animais na capela. A largura irregular da nave, bem como as dimensões desiguais dos vãos da Capela de Santa Teresa D'Ávila, parecem ser provas da imperícia técnica da mão-de-obra empregada na construção do edifício. A imperfeição técnica da capela suscita o problema, formulado por Günter Weimer (2012, p. 286), da fronteira entre manifestações populares, em que predominam questões funcionais imediatas, e manifestações eruditas, em que existem preocupações mais acuradas com características estéticas, na arquitetura luso-brasileira. A complexidade desse problema ultrapassa os limites desta pesquisa exploratória, não havendo intenção de solucioná-lo neste trabalho. Entretanto, observa-se, em favor da adoção de preceitos maneiristas na arquitetura religiosa colonial mineira de pequeno porte, que capelas supostamente mais sofisticadas, do ponto de vista técnico e estético, como a Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral, na cidade vizinha de Ouro Preto, mantiveram o partido de composição descrito nesta seção. A Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral data de 1748 (MOURÃO, 1986, p. 79), “época de maior concentração de profissionais portugueses qualificados nos canteiros de obras das igrejas de Minas Gerais”, que “coincide [...] com o período áureo da atividade mineratória, entre 1730 e 1760, aproximadamente” (OLIVEIRA, 2014, p. 73).

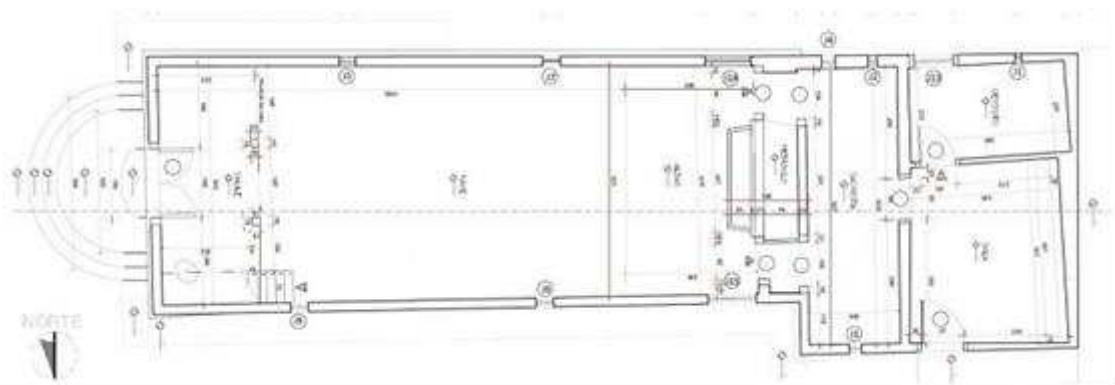


Figura 4 - Planta parcial da Capela de Santa Teresa D'Ávila em reprodução sem escala, Distrito de Bandeirantes, Mariana, MG. Fonte: Acervo de Elio Moroni Filho, 2016.

A planimetria da fachada, assim como a inexistência de qualquer tipo de ornamentação externa, fazem da Capela de Santa Teresa D'Ávila um edifício de paredes lisas e

brancas que recebem e emitem a luz. A capela teria sido, nos primeiros anos do século XVIII, quando foi construída, um retângulo branco às margens do Ribeirão do Carmo, na paisagem de colinas e planícies cobertas de mata atlântica entremeadas de lavras de ouro e das primeiras roças de cereais e legumes estabelecidas pelos proprietários das datas (VASCONCELOS, 1999, p. 150-151). No frontispício (fachada Leste), observa-se o desequilíbrio entre cheios e vãos, estes concentrados na zona superior da fachada e isolados por vigas aparentes de madeira. As vigas de madeira cumprem a função dupla de peitoris e vergas das aberturas superiores da frontaria. Também possuem função dupla os frechais das fachadas Norte e Sul, que servem de vergas para os vãos designados em planta pelas siglas J5, J6 e J7 (Figura 4). O interior da capela é desprovido de ornamentação e possui aspecto ambíguo, que se expressa pelo confinamento sugerido pelas aberturas no topo das paredes, que impedem a visão do exterior, ao mesmo tempo anulado pelo som e pela luz natural, que entram pelas mesmas aberturas sem esquadrias e devolvem ao observador a ligação com o mundo externo, sugerindo - talvez - o gosto maneirista pela contradição explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). O coro, que se localiza acima da entrada da capela, possui guarda-corpo de inspiração renascentista configurado por balaústres planos com as partes superiores e inferiores iguais e invertidas (CRAGOE, 2014, p. 207). A pia de água benta data provavelmente do século XVIII, existindo também uma pia batismal de procedência e época não averiguadas pelo investigador. Conservou-se o piso de terra batida até a década de 1990, quando foi recoberto de ladrilhos retangulares de pedra unidos com argamassa de cimento, conforme informação verbal da zeladora da capela. O forro em PVC (policloreto de vinila) branco descaracteriza o edifício construído em terra. A entrada da capela é alcançada por meio de uma escada de pedra natural, cujos três primeiros degraus são semicirculares - o terceiro, com patamar - e o quarto degrau, reto. A escada semicircular destoa do templo de linhas retas e parece incomum na arquitetura religiosa das Minas setecentistas. Com efeito, a escada semicircular, que dá acesso ao adro dos profetas no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo (BAZIN, 1983, v. 2, prancha 85; BURY, 1991, p. 31), é a única referência a esse tipo de escada, encontrada em trabalhos sobre arquitetura religiosa mineira do período colonial (FALCÃO, 1946, p. 357; MOURÃO, 1986; CARVALHO, 2013). O desenho e a disposição das molduras almofadadas tornam a porta principal semelhante à porta que comunica a sacristia com a capela-mor, na Capela de Nossa Senhora da Piedade (Ouro Preto), registrada por Santos (1951, p. 106). Admite-se a hipótese de que tanto a escada semicircular quanto a porta almofadada, que são os únicos elementos decorativos no exterior da Capela de Santa Teresa D'Ávila, sejam adições

resultantes de intervenções realizadas no decorrer da existência do templo. O bem mais importante da capela é o retábulo de Santa Teresa D'Ávila, descrito a seguir. A inexistência de capela-mor diferencia a Capela de Santa Teresa D'Ávila das Capelas de Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês. Apesar de possuírem características que os individualizam, todos esses templos possuem traços da arquitetura maneirista definidos por Bury (1991), Hauser (1993), Pais da Silva (1996) e Argan (1999), citados nas linhas precedentes. No município de Mariana, ainda merece atenção a localização dos sinos das capelas. As torres laterais estavam reservadas para as igrejas matrizes, que começaram a surgir depois de 1724 em Minas Gerais (SMITH, 1939, p. 120). Em Mariana, os construtores das capelas encontraram duas soluções para essa restrição: inserção dos sinos nos vãos superiores da fachada, que desempenham as funções duplas de janelas e sineiras, a exemplo da Capela de Santo Antônio, da Capela de Santa Teresa D'Ávila, da Capela de São Bento e da Capela de Nossa Senhora das Mercês; e sustentação dos sinos por estrutura autônoma de madeira recoberta de telhas, exemplificada na Capela de Santana. Essas duas soluções também foram adotadas em capelas setecentistas de outras cidades mineiras, como na Capela de Nosso Senhor do Bonfim (Santa Luzia), na Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (Itabirito) e na Capela de São Gonçalo (Minas Novas), que possuem sinos inseridos nas aberturas superiores da fachada. A estrutura autônoma de madeira, que sustenta um ou dois sinos, situada no adro, é usada na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Chapada do Norte. No município de Mariana - recorte geográfico desta investigação - a frontaria sem torre reforça o padrão maneirista das capelas setecentistas mineiras, “em voga desde que o Vignola e Giacomo Della Porta, e depois Maderna, nas igrejas de Jesús e de Sta. Susana, respectivamente, fixaram o novo padrão de frontispício sem torre, geralmente conhecido por ‘jesuítico’” (COSTA, 1941, p. 35).

3.4. ANÁLISE DO RETÁBULO DE SANTA TERESA D'ÁVILA

Considera-se o retábulo da Capela de Santa Teresa D'Ávila (Figura 5) obra de transição do Maneirismo para o Estilo Nacional Português, classificação estabelecida por Robert Smith (1962, p. 69) para retábulos caracterizados por dois elementos indispensáveis: a coluna de fuste em espiral - denominada “salomônica” - e o remate de arcos concêntricos, cuja combinação confere ao retábulo português sentido de movimento e efeito de unidade. Germain Bazin (1983, v. 1, p. 263) classifica de “portal-românico” aquele tipo de retábulo, situando sua produção entre o fim do século XVII e início do século XVIII, em Portugal. O mesmo autor distingue os principais elementos do retábulo

portal-românico: coroamento em arco de volta redonda apoiado sobre dois pés-direitos, lembrando a forma da portada românica; espaço central ocupado por trono em degraus contendo a imagem de veneração; revestimento dourado; e colunas torsas recobertas por ornatos em espiral de folhas de acanto e ramos de videira. O retábulo de Santa Teresa D'Ávila possui características do Estilo Nacional Português, evidenciando-se a forma de portada românica e o trono central destinado ao orago. Entretanto, ao invés das colunas de fuste em espiral, o coroamento em arcos concêntricos, divididos em cinco aduelas, é suportado pelo entablamento e por pilastras que se assemelham a pilastra renascentista descrita por Cragoe (2014, p. 85): fuste ornamentado com relevos; capitel baseado na ordem coríntia, mas com ornamentação de folhas de acanto limitada aos ângulos do capitel; desenho naturalista de uma rosa ao centro que, ao invés de ornamentar o capitel, foi, no retábulo de Santa Teresa D'Ávila, colocada no friso, justamente a faixa central decorativa do entablamento clássico. As extremidades das aduelas deixam pendente um tímido festão sobre o camarim, contendo quatro rosetas miúdas semelhantes àquelas que ornamentam os frisos. O posicionamento das pilastras interiores e seu entablamento podem ser comparados ao “modi D” de ligação entre “a meia-coluna e a parede”, de uma gravura sobre madeira de Sebastiano Serlio reproduzida por Biermann e seus colaboradores (2015, p. 70). Distingue-se, abaixo do camarim, na base do retábulo, uma cartela com motivos vegetalistas em relevo que, juntamente com o festão já mencionado neste parágrafo, pertence ao repertório decorativo da talha maneirista. A decoração em talha está contida na estrutura, remetendo o observador ao “tipo de retábulo maneirista, onde a montagem arquitectónica vence a dispersão plástica da escultura” (BAZIN, 1983, v. 1, p. 264; PAIS DA SILVA, 1996, p. 115). Supõe-se ainda que o contraste do retábulo, revestido integralmente de decoração em talha, com as paredes internas e externas do edifício que o abriga, desprovidas de qualquer tipo de ornamento, assinale duas qualidades da arte maneirista: a ênfase dada à parte em detrimento do todo (SHEARMAN, 1978, p. 152) e a sobrecarga com a decoração de áreas relativamente pequenas de superfícies (HAUSER, 1993, p. 376). O retábulo de Santa Teresa D'Ávila está arruinado por marcas de pregos, perda de policromia, fissuras, desaprumo vertical (trono), entre outras patologias. Parte de sua ornamentação em talha parece ter sido objeto de furto. A imagem de Santa Teresa D'Ávila foi retirada da capela, sendo que o pesquisador teve acesso àquela escultura somente após se comprometer, por escrito, a manter em segredo sua localização.



Figura 5 - Retábulo de Santa Teresa D'Ávila, Capela de Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes, Mariana, MG. Fonte: fotografia de Elio Moroni Filho, 2015.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe, no presente, base factual para se afirmar a existência de um programa arquitetônico - intencional e institucionalizado - baseado no Maneirismo, para a arquitetura religiosa de pequeno porte construída no período de 1700 a 1750, em Mariana. Observou-se, contudo, a predominância do partido arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave; telhado de duas-águas; sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor; fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas; inexistência de torre sineira; inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia; decoração externa escassa ou inexistente; desequilíbrio entre superfícies cheias e vãos; desenho retangular das aberturas; funções duplas. No município de Mariana, esse partido de composição manteve-se, sem alterações, nas capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, vinculando-as aos preceitos do Maneirismo e da arquitetura religiosa maneirista portuguesa. No contexto histórico-social de Mariana, torna-se necessário o aprofundamento da pesquisa em duas linhas de investigação: fixação de autorias das capelas e de seus bens móveis e integrados, assim como investigação do histórico de intervenções realizadas no decorrer da existência dos edifícios; e aplicação dos preceitos de tratados de arquitetura de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII ao sistema construtivo das capelas, sem descartar, entretanto, a possibilidade do uso dos tratados apenas como guias para reprodução de formas visuais. Em 5 de novembro de

2015, o rompimento de uma barragem da Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., destruiu o Subdistrito de Bento Rodrigues (Distrito de Santa Rita Durão). O Ministério Público Federal declarou, ao denunciar a empresa responsável pela gestão da barragem de Fundão, a morte de dezenove pessoas no desastre e a existência de mais de trezentas famílias desabrigadas (BRASIL, Ministério Público..., 2015, p. 44). Conta-se, entre os edifícios que desapareceram sob 34 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente..., 2015, p. 30), a Capela de São Bento e quase todos os seus bens integrados e móveis, especialmente a escultura de São Bento e o retábulo principal com características do estilo Dom João V. O desastre expôs a vulnerabilidade (JANCZURA, 2012, p. 302) das populações de Mariana e de seus Distritos, incluindo como fragilidade o desaparecimento de sua arquitetura tradicional.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processo n. 149353/2018-9). Este artigo é versão revista do trabalho de mesmo título publicado na *Revista RestauRO: arte, museu, arquitetura, cidade* (v. 2, n. 4, 2018) e na coletânea *O essencial da arquitetura e urbanismo 2* (Atena Editora, 2019).

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anticlássico**: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750**. Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4, Tomo II.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13532**: elaboração de projetos de edificações - arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2v.
- BIERMANN, Veronica et al. **Teoria da arquitetura**: do Renascimento até aos nossos dias. Köln: Taschen, 2015.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/capela>>. Acesso em: 01 jan. 2018.
- BORIM, Alexandre et al. **Inventário de proteção do acervo cultural**. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana, 2009.
- BRAGA, Sylvia Maria Nélo. (Coord.). **Manual de conservação de cantarias**. [s. l.: s. n.], 2000.
- BRASIL. Minas Gerais (Estado). Mariana (município). Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana - COMPAT. **Patrimônio protegido do município de Mariana/ MG**. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0BzWEne8NnkDqbUt6Y3hncC1KNW8/view>>. Acesso: 24 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mariana (MG)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: sudeste e sul. Brasília: Min. da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental. Coordenação Geral de Emergências Ambientais. **Lauda técnico preliminar**: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Força Tarefa Rio Doce. **Denúncia**, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, M. **Ouro Preto**: uma viagem em pedra e ouro. Itaúna: Márcio de Lima Carvalho, 2013.

CATÁLOGO de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

CHARLES, Victoria et al. **1000 obras-primas da pintura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Disponível em: <<http://domtotal.com/direito//pagina/detalhe/31867/codigo>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-100, 1941.

CRAGOE, Carol Davidson. **Como decifrar arquitetura**: um guia visual completo dos estilos. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Relíquias da terra do ouro**. São Paulo: S. A. Indústrias Graphicars-F. Lanzara, 1946.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. **Inventário da série “Termos de arrematação e contratos - 1715-1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1954.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRASSI, Emily. **Maneirismo**. Florença: SCALA, 2011.

HAUSER, Arnold. **Maneirismo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

HOCKE, Gustav René. **Maneirismo**: o mundo como labirinto. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

JORGE, Fernando. **O Aleijadinho**: sua vida, sua obra, sua época, seu gênio. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- LIMA, Manolita C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MINKE, G. **Manual de construção com terra: uma arquitetura sustentável**. São Paulo: B4, 2015.
- MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**, 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 55-85.
- MOURÃO, Paulo K. C. **As igrejas setecentistas de Minas**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.
- OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de. **Barroco e rococó no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.
- PAIS DA SILVA, Jorge H. **Estudos sobre o Maneirismo**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- RODRIGUES, Flávio Carneiro; MOREIRA, Maria Ângela Assunção. **Notas históricas sobre Passagem de Mariana: Passagem até o século XXI**. Mariana: Dom Viçoso, 2013.
- RODRIGUES, José Wasth. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SHEARMAN, John. **O Maneirismo**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SMITH, Robert Chester. **A talha em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.
- SMITH, Robert Chester. Jesuit Buildings in Brazil. **The Art Bulletin**, New York, v. 30, n. 3, p. 187-213, 1948. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3047183>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- SMITH, Robert Chester. The Colonial Architecture of Minas Gerais in Brazil. **The Art Bulletin**, New York, v. 21, n. 2, p. 110-159, 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3046628>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- TIRAPELI, Percival. **Igrejas barrocas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2008.
- TRINDADE, José da Santíssima. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- TRINDADE, Raimundo. **Instituições de igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- VASCONCELLOS, Salomão de. **Mariana e seus templos: (era colonial) 1703-1797**. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 78, n. 2, p. 505-608, 1916.
- WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Os ratos e os rastros - a percepção da paisagem urbana através das palavras

SCHÖFFEL, Débora Grandó (1)

(1) Professora Doutoranda, Arquiteta e Urbanista, UPF, deboragsc@upf.br;

RESUMO

O presente trabalho pretende trabalhar com as descrições da cidade de Porto Alegre na obra “Os Ratos” de Dyonelio Machado. A obra visa trazer a realidade das 24 horas de um funcionário público, Naziazeno, que recebe um ultimato do leiteiro para pagar-lhe os 53 mil réis. A cidade no romance assume um papel de personagem muito ativo no desenvolvimento do enredo. Naziazeno percorre todo o centro da cidade e deve ter um percurso de pelo menos quinze quilômetros. Quando adentramos nas atribulações do protagonista, passamos a perceber outra cidade, mais concreta, mais palpável, mais presente para o leitor, desde que transposto um primeiro nível de dificuldades relativo à referencialidade. O objetivo é discutir as descrições urbanas encontradas em “Os Ratos”, a partir do método da nova História Cultural cujos princípios, demonstram que o texto literário emerge e atua, num quadro conceitual de cultura, em que cada atividade de criação. Remontando a “realidade” de uma época a partir dos traços culturais encontrados na literatura analisada. Devido a sua visão sensível do autor diversos aspectos intrínsecos ao meio urbano ficam expostos na obra, e se entrelaçam na transformação e modernização da cidade aparecem no romance. Diversas obras de literatura podem ser usadas como fonte de pesquisa e ajudariam através deste método da História Cultural para compreender novos pontos da cidade que complementam as buscas dos Arquitetos e Urbanistas na construção do imaginário social de uma época.

PALAVRAS-CHAVE: Dyonelio Machado, Literatura, Os Ratos, Percepção urbana.

Rats and trails - The perception of the urban landscape through words

SCHÖFFEL, Débora Grando (1)

(1) Professor Doctoral Candidate, Architect and Urbanist, UPF, deboragsc@upf.br;

ABSTRACT

The present work intends to work with the descriptions of the city of Porto Alegre in the work "The Rats" of Dyonelio Machado. The work aims to bring the reality of the 24 hours of a public official, Naziazeno, who receives an ultimatum from the milkman to pay him the 53 milreis. The city in the novel assumes a very active character role in the development of the plot. Naziazeno travels throughout the center of the city and must have a route of at least fifteen kilometers. When we enter the protagonist's tribulations, we come to perceive another city, more concrete, more palpable, more present for the reader, since I have transposed a first level of difficulties related to referentiality. The objective is to discuss the urban descriptions found in "The Rats", from the method of the new Cultural History whose principles, demonstrate that the literary text emerges and acts, in a conceptual framework of culture, in which each creative activity. Going back to the "reality" of an era based on the cultural traits found in the analyzed literature. Due to his sensitive view of the author several aspects intrinsic to the urban environment are exposed in the work, and intertwined in the transformation and modernization of the city appear in the novel. Several works of literature can be used as a source of research and help through this method of Cultural History to understand new points of the city that complement the searches of the Architects and Urbanists in the construction of the social imaginary of an era.

KEYWORDS: *Dyonelio Machado, Literature, The Rats, Urban Perception.*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um recorte da dissertação de mestrado defendida em setembro de 2017 no programa PROPAR, e tem como objetivo recompor a cidade onde Naziazeno, personagem principal da trama de “Os Ratos” morava, percorria dominava e era dominado, através das descrições do romance, comparando-as com imagens e os dados encontrados sobre as construções do centro da capital gaúcha. A metodologia afirma-se através da nova História Cultural trazendo, portanto, pensamentos como o que o “Corpo simbólico, a cidade humanizada pode também, como os indivíduos ser capaz de apresentar-se com detentora de virtudes ou realiza atos condenáveis, ser portadora de positividade ou vilania.” (DE SOUZA; PESAVENTO, 1997, p.26) Por vezes, ao decorrer da obra literária “Os Ratos” a cidade torna-se um uma realidade objetiva, com suas ruas, construções e monumentos, mas são os habitantes desta cidade que constroem as ideias e imagens de representação coletiva. Desta forma:

através de discursos e imagens o homem reapresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. (...) a cidade tem, pois, um lado negro uma faceta ameaçadora que, qual a esfinge mitológica, é capaz de devorar quem não souber decifrá-la. (DE SOUZA; PESAVENTO, 1997, p.26)

O livro surgiu como uma crítica a sociedade dos anos 30, porém ainda pode ser considerado atual devido às reflexões que este ainda leva aos leitores. A obra retrata uma crítica social, induzindo o leitor à reflexão. Seu autor, Dyonelio Machado, recebeu inúmeras premiações com este romance, como o prêmio Machado de Assis, que é considerado o principal prêmio, da Academia Brasileira de Letras e postumamente, Comenda *Ordre des Arts et des Lettres*, do Governo da França.

2. DYONELIO MACHADO, O AUTOR:

Nascido em Quaraí em 1895, Dyonelio Machado perde o pai muito cedo e por isso trata desde criança de ajudar em casa. O autor teve a vida dotada de vários “títulos”: casado com Adalgiza, pai dedicado de dois filhos, Cecília e Paulo. Escritor com mais de 15 livros publicados e uma relação problemática com a crítica.

Graduou-se em Medicina pela URGS (Universidade do Rio Grande do Sul) no ano de 1929 e durante os anos de 1930 e 1931 viaja para o Rio de Janeiro para especializar-se, com isso torna-se o primeiro médico especialista em Neurologia e Psiquiatria no Rio Grande do Sul, o que lhe rendeu cargo de médico no Hospital São Pedro, onde trabalharia por 30 anos.

Também demonstrou, durante um curto espaço de tempo, muito interesse pela carreira política tornando-se um membro dedicado do PCB, sendo inclusive eleito em 1947 como deputado estadual pelo mesmo partido.

Em cada um desses “títulos” Dyonelio manteve a mesma conduta alinhada com os seus ideais, visando sempre fazer o melhor, tanto para os parentes, como para os leitores, pacientes e eleitores. Valorizava muito o convívio familiar, e é lembrado com carinho pelos parentes. Foi uma pessoa de uma integralidade fantástica, e jamais abdicou de seus pensamentos: não fazia concessões e nem se deixava comprar. Madruga (1986, p. 33) relata a história que o autor costumava contar a Cecília, sobre um lobo que invejava a vida mansa do cão por ganhar comida e ter uma boa casa para retornar ao final do dia, mas negava-se a usar a coleira, e assim assumir que teria que se submeter aos desejos e vontade de seu dono, podendo desta forma aproveitar-se dos mesmos privilégios que o colega. A propósito dessa história, Dyonelio dizia, que “era um lobo que não usava coleira”. O velho Dyonelio nunca colocaria uma coleira.

O escritor do romance “Os Ratos”, destaca-se por ter rompido com as estruturas da literatura gaúcha e abandonado o mito do herói a cavalo para destacar a essência urbana da capital gaúcha. O escritor usava de sua persuasão para que os leitores o compreendessem, sabia que jogava com o mundo da literatura, e de certa forma ressentia-se com a incompreensão da crítica, vigiada de perto pela censura. Essas quebras de padrão da escrita gaúcha levaram o crítico Marco Tulio de Rose a chamar Dyonelio de “escritor maldito”. Dada esta relação ruim com a crítica Dyonelio não conseguia manter-se apenas como autor, por isso levava em paralelo com a carreira de escritor o posto de médico, este sim era o cargo que provinha sustento para a família.

Esteve preso durante o período de 1935 a 1937, pelo governo de Flores da Cunha - presidente eleito do Estado do Rio Grande do Sul durante sete anos, cujo mandato é lembrado como extremamente autoritário e opressor - por delito de opinião, pois o autor discordava das atitudes do partido de Borges. Cumpriu no total dois anos de pena, devido à reclusão foi exonerado do seu cargo no Hospital São Pedro, passando um ano detido em Porto Alegre e outro no Rio de Janeiro. Durante o período de cárcere recebe o prêmio Machado de Assis, pelo romance, “Os Ratos” e segundo Grawunder (1997, p. 31) quando um jornal gaúcho anuncia a premiação de “Os Ratos”, não faz nenhuma menção ao autor da obra, pois ele encontrava-se encarcerado.

Ainda falando sobre a alma contestadora de Dyonelio Raabe (2011, p. 38.) afirma que:

Os artistas são, frequentemente, pessoas com dificuldades em adequarem-se ao status quo no qual estão inseridos. No caso de Dyonelio, um rebelde, como o próprio se considerava, que lutou ativamente contra os padrões vigentes na sociedade: tanto na Política como na Medicina, tentou tornar realidade as suas concepções humanitárias e sociais. A literatura serviu como válvula de escape de tais emoções frustradas pelo mecanismo de sublimação. No entanto, sofreu com isso, e, até o final de sua vida, usou de tal meio para uma adaptação à realidade, essencial para uma vida saudável.

Grawunder (1997, p. 77) comenta que o autor representa um corte no pensamento de sua geração, pois em sua obra ficcional apresenta ideias vanguardistas, que eram emergentes na Europa, incorporados a ideais de humanismo, solidariedade, igualdade e justiça social. Tratando de realizar uma compreensão maior do ser humano. O que reflete claramente nas estruturas que basearam a escrita do romance base deste trabalho Os Ratos.

3. “OS RATOS” - O ROMANCE

O romance “Os Ratos” é uma obra estruturada pela cronologia dos acontecimentos, pelo lado psicológico de Naziazeno, a obra descreve um drama cotidiano. O romance possui um enredo psicológico, ou seja, boa parte da trama desenvolve-se na cabeça de Naziazeno, tendo base nos seus pensamentos e sentimentos. Publicado em 1935 e no mesmo ano recebe o prêmio Machado de Assis, uma das maiores honras da literatura brasileira, e em 1985 recebe a Comenda *Ordre des Arts et des Lettres*, do Governo da França, premiação póstuma que foi recebida pela sua esposa Adalgiza.

A história apesar de não ser totalmente baseada em fatos reais provém de uma experiência verdadeira. O próprio Dyonelio assume que começou a escrever “Os Ratos” baseado na angústia da mãe que imaginou que os roedores comeriam o dinheiro deixado para pagar o leiteiro na manhã seguinte. Porém todos os percalços de Naziazeno durante o período do dia em que o personagem perambula pelo centro são verossímeis, o personagem poderia ter realmente passado pelos lugares descritos, mas não há certeza absoluta que isso de fato aconteceu.

O conflito gerador da trama é o de Naziazeno com o leiteiro, a sua sensação de inequidade e a necessidade de acertar a dívida. Nesta busca pelos 53 mil reis o funcionário público interage com diversos personagens, entre eles a cidade de Porto Alegre e o seu psicológico. O personagem principal da narrativa, apresenta sua origem na propriedade rural, mas vive agora preso à cidade e ao seu ritmo feroz metropolitano. Anda por ruas, pega o bonde, trabalha em uma repartição pública e tem seu olhar

lançado para o passado volta e meia, lembrando-se da sua infância e de como a cidade em que cresceu era diferente em vários sentidos da que vive.

No eixo central da história trata-se de um funcionário burocrata que trabalha na repartição do Estado responsável pelas obras de ampliação do porto, desempenhando uma função subalterna considerada intermediária entre os funcionários braçais e os chefes. Tem como origem uma pequena cidade do interior, de onde saiu atraído pelo desenvolvimento da grande cidade. Ao estabelecer-se na capital, engrossa ainda mais a massa anônima que povoa a periferia, trabalha no centro comercial burocrático e, para chegar, da periferia ao centro, desloca-se de bonde. Vêscio (1995, p. 85) acrescenta que as descrições quase reais das ruas centrais da cidade no romance fomentam ainda mais a realidade imediata do livro e aumentam a persuasão da obra.

Pode-se dizer que a obra está ligada ao espaço da ficção, a cidade de Porto Alegre, permitindo, a recuperação de seu ponto de vista histórico. O livro, publicado em 1935 segundo Vêscio (1995, p. 82) abrange problemáticas e indicações circunstanciais da cidade de Porto Alegre, no período entre o final da década de 20 e o início da década de 30. Quando trata da realidade de um funcionário público, oferece elementos que trazem um recorte mais profundo, abordando circunstâncias de tempo, de lugar e mostrando uma problemática social.

Os principais marcadores temporais da obra são as alusões ao início das obras do porto, as quais iniciam-se no ano de 1919 e seriam concluídas no ano de 1936, também os indícios do traçado urbano que compreende a vida do funcionário público em determinada época. Apresentando elementos referenciais bastante diluídos, a narrativa corresponde ao espaço urbano muito real da cidade de Porto Alegre.

A cidade de Porto Alegre revelada através dos passos de Naziazeno, mostra as condições de uma cidade em processo de modernização, com visível crescimento econômico, mas que ainda não está completa, juntamente com o drama do trabalhador para encontrar o dinheiro do leite. “A cidade que aparece em ‘Os Ratos’ provoca uma sensação dolorida de realidade” (VÉSCIO, 1995, p. 128). Provando que em meio de um progresso urbano e material notável ainda ocorrem dramas que evocam a fragilidade humana.

4. METODOLOGIA - A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A LEITURA DAS PAISAGENS DA CIDADES

O para recompor a cidade onde Naziazeno morava, percorria dominava e era dominado, é necessário ver através das descrições do romance, comparando-as com imagens e os dados encontrados sobre as construções do centro da capital gaúcha. Como Pesavento (2004, p. 63) afirma que “Corpo simbólico, a cidade humanizada pode também, como os indivíduos ser capaz de apresentar se com detentora de virtudes ou realiza atos condenáveis, ser portadora de positividade ou vilania”.

Sandra Jatahy Pesavento (2004, p. 65) chama atenção para a capacidade de montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, sendo esse o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo. Essa ideia de descoberta e construção de um todo a partir dos detalhes constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, e penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais.

Trata-se de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados, ou seja, que foram construídos pelos homens de uma determinada época para explicar o mundo. A cultura pode ser analisada como uma forma de expressão e tradução de uma realidade simbólica, admitindo-se que os significados das ações sociais se apresentam de forma cifrada, portando em si uma apreciação valorativa.

A história seria a ficção controlada pelo recurso ao extratexto, considerando a bagagem de conhecimentos da pessoa que está fazendo a análise, que é inclusive registro e marca a revelação da exemplaridade do método seguido, a compor e estabelecer o cruzamento dos dados usados na pesquisa.

Neste sentido, com a cidade tornando-se um uma realidade objetiva, com suas ruas, construções e monumentos, é através dos discursos de seus habitantes, que se constroem as ideias e imagens de representação coletiva. Desta forma completa-se que:

Através de discursos e imagens o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. (...) a cidade tem, pois, um lado negro uma faceta ameaçadora que, qual a esfinge mitológica, é capaz de devorar quem não souber decifrá-la. (DE SOUZA; PESAVENTO, 1997, pg. 26)

Esta questão é reiterada pela fala de Maria Zenilda Granwunder (1997. p.26) onde ela afirma que a literatura, em si mesma é uma abstração e uma concretização, ou seja, um momento de síntese de oposições de um mesmo objeto. E isto ocorre, pois o texto literário emerge e atua, num quadro conceitual de cultura, em que cada atividade de criação, permuta e preserva informações funcionando como um intertexto - uma unidade permeada de sistemas semióticos - que não existem ou se manifestam apenas isoladamente. As diferentes esferas de manifestações individuais e sociais coexistem em torno de uma noção unificadora, um composto de elementos interativos, que gira em torno do ser humano e sua linguagem. Cultura e Arte supõem essa linguagem complexa.

Esta estratégia mostra como retirar o melhor proveito do cruzamento das imagens e os discursos das cidades, gerando assim um aprofundamento nas relações literatura e história, além da base que é a cidade, o contexto urbano e suas transformações. As narrativas literária e histórica trazem discursos que ajudariam a remontar a “realidade” urbana. Tratando-se de convencer o leitor e transporta-lo para um outro tempo.

A linguagem literária, quando analisada, pode assumir uma via dupla, em que tanto a linguagem trabalha com a intertextualidade, podendo afetar a fala do autor, como a linguagem de um sujeito poético, capaz de influenciar o ser do outro (o leitor) e da sociedade. A ação da persuasão é possível, porque o escritor-artista é capaz de perceber que os fatos humanos não se esgotam no real, mas estendem-se ao factível, por meio das propriedades da linguagem.

“A literatura, ao dizer a cidade, condensa a experiência do vivido em texto” (PESAVENTO, 1999, p. 10) essa estratégia aponta para o cruzamento das imagens e os discursos das cidades, gerando assim um aprofundamento nas relações literatura e história, além da base que é o contexto urbano em transformação. Definiríamos então, que as narrativas literária e histórica trazem discursos que ajudariam a remontar a realidade urbana.

Adotar, uma postura a qual vê, por meio da literatura, uma forma de remontar a história e as realidades urbanas, numa tentativa de convencer o leitor e transportá-lo para um outro tempo. Em seguida a autora ainda afirma que “consideramos que a literatura tem, ao longo do tempo, produzido representações sobre o urbano, que traduzem não só as transformações do espaço como as sensibilidades e sociabilidades dos seus agentes” (PESAVENTO, 1999, p. 13).

Se toda percepção é balizada por meio dos sentidos, tudo o que se experimenta é recriado por meio de sensações, revividas em memórias e decodificadas em seus significados, então a atribuição de sentido aos monumentos dependerá do ponto de vista, do lugar e daquilo que o observador sente. Sem dúvida, as cidades são capazes de gerar imagens urbanas, que tem o seu valor simbólico, consensual imposto/atribuído à desigual apropriação do solo e dos distintos posicionamentos de cada observador.

5. SEGUINDO OS RASTROS DE NAZIAZENO, A CIDADE EM OS RATOS

Granwunder (1997, p. 115) interpreta o mundo de Dyonelio como um universo particular elaborado pelo autor, a partir do centro de ideias que é a cidade, ao mesmo tempo a metaforizando como um objeto universal, um mundo ilimitado: com personagens, tramas próprias e outros sinais de individualidade. Destaca-se a leitura de que o mundo do outro é um mundo organizado, porém o do personagem é problemático. A trajetória de seus personagens não seria fatalissimamente determinada pelo autor. Admite-se a inversão da situação, se os fatos gerarem essa expectativa. O ato de narrar é também um fato de linguagem, simplesmente contingente, um recurso necessário para evidenciar a sua concepção de mundo ficcional no qual o narrado é mais importante daquele que narra. Ao narrador, cabe instituir fatos, substituir e aproximar sentidos do leitor e do personagem de forma visual, auditiva, olfativa e tátil do fato narrado.

O espaço urbano no qual a personagem se movimenta é sinuoso e labiríntico, segundo Vécio (1995, p. 70): A geografia espacial composta de portas, janelas, ruas, corredores, esquinas, fachadas, balcões e letreiros conduzem o seu olhar para baixo, para a concretude das construções, para o solo urbano que delimita as possibilidades das ações.

Se atentarmos aos aspectos da geografia de Dyonelio, a cada passo verificamos o conhecimento íntimo que o autor possuía da capital. Pode-se perceber o desejo de ver, observar e até respirar a realidade de Naziazeno. Dyonelio era, inclusive, muito conhecido devido as suas caminhadas pela cidade. Como pode-se perceber na seguinte afirmação:

o texto de Dyonelio não nos oferece apenas uma visão documental de uma área urbana em especial, de um específico edifício ou um monumento, faz com que o leitor perceba uma nova dimensão da realidade, por meio do espírito de seu personagem. (VÉSCIO, 1995, p. 74)

Um dos exemplos desta aplicação é quando Naziazeno se levanta para fazer pela primeira vez o trajeto Centro - Repartição, e “é facilmente verificável pela iconografia

disponível da época, o papel de destaque ocupado pela Igreja das Dores em relação à paisagem da zona central” (CRUZ, 1994, p.113).

Têm um sorriso sereno. O indivíduo fala com eles em alemão. Está certamente em “visita”. Naziazeno viu-se inopinadamente interpelado ao passar: “— Não pode me dizer o que é aquilo lá no céu?” — Uma luz, uma estrelinha um pouco acima da Igreja das Dores; parece um contato de fios. “— Naquela altura!...Olhe, aqui onde estou já saí vinte e duas vezes a barra. Não penso que seja um simples contato.” — A luzinha às vezes se apaga. É lívida, na manhã luminosa. — Que será mesmo?

O cargueiro alemão estava batido das vagas, com grandes retalhos de vermelho zarcão.

A luzinha, Naziazeno, de volta do cais, ainda a acompanha, no seu piscapisca, até que, num ângulo de rua, ela desaparece, oculta no casario. (MACHADO, 2004, p. 30)

A igreja das Dores (Figura 1), conforme a descrição e dados do IPHAN localiza-se na rua dos Andradas s/n, e é considerada uma das igrejas mais antigas da cidade de Porto Alegre, teve sua pedra fundamental lançada no ano de 1807 e as obras concluídas em 1904. Tombada pelo IPHAN, como patrimônio histórico e artístico nacional no ano de 1938, estes dados ajudam a entender porque a igreja é considerada um ponto de referência para a população da capital gaúcha na década de 30.



Figura 1 - Igreja das Dores, Porto Alegre - RS.
Fonte: fotografia de Débora Grandó Schöffel, 19 de março de 2018.

Da mesma forma como os percursos até a repartição eram balizados pela luzinha da Igreja das Dores, este ponto de referência pode descrever o deslocamento no sentido leste oeste do personagem. Quanto aos retornos ao centro, estes tinham como foco principal o relógio da Prefeitura.

Naziazeno vai andando...

É a segunda vez que consulta o relógio da Prefeitura essa manhã. Esse relógio, lá no alto, na torre, parece-lhe uma cara redonda e impassível...

Já pôs o pé na calçada do mercado. O “café do Duque” fica na outra esquina. Toda essa calçada é uma sombra fresca e alegre, cheia de passos, de vozes. Quando defronta o portão central, abre-se-lhe, lá dentro, uma perspectiva de rua oriental, cheia de bazares, miragem remota de certas gravuras... ou de certas fitas... que viu.

Não enxerga o Duque nos lugares habituais... E, entretanto, é a “hora dele”. Vai ficar por ali, pelas portas, alguns minutos.

Ele não poderá tardar. Nunca deixa de ir a esse café. Só por doença. (MACHADO, 2004, p. 37)

O edifício da prefeitura de Porto Alegre, localiza-se na praça Montevideu (Figura 2), número 10, construído entre os anos de 1898 e 1901, traduz em seu ecletismo o apreço do povo gaúcho pela monumentalidade. A edificação nos anos de 1927 a 1947 abrigava em suas salas térreas a Contadoria-Geral do Município, Receita Municipal, Tesouraria e Procuradoria, porém com o aumento da população e a especialização dos serviços da prefeitura esses espaços acabaram sendo transferidos para outros prédios.



Figura 2 - Edifício da Prefeitura, Porto Alegre - RS.

Fonte: fotografia de Débora Grandó Schöffel, 19 de março de 2018.

Os primeiros parágrafos do capítulo oito, juntamente com o capítulo nove, descrevem a ida do funcionário público até o bairro Independência, bairro tradicional de habitações

de alto padrão em Porto Alegre. O trajeto ocorre no horário do meio dia, hora em que o sol fica a pino e o calor na cidade atinge o seu ápice, Naziazeno aproveita o que consegue de sombra.

Treme o ar, toda a rua treme com o calor, tremem as casas, como um pedaço de paisagem submarina, ondulando através da água movediça. As habitações têm colorido.

Pequenos jardins. Bairro elegante.

Naziazeno disfarça o cansaço, porque tem uma esperança. Segue o trilho estreitíssimo e quebrado da sombra das casas na calçada, bem junto das paredes. Toda a rua está balizada num lado e noutro por uns blocos metálicos, dum brilho sombrio: limousines em descanso.

O "sujeito" mora no número 357. É o fim da rua, lá no alto. (MACHADO, 2004, p. 55)

As descrições do mostram claramente que lá vivem pessoas de outro padrão, que tem a vida mais "resolvida", tinham limusines estacionadas na porta de suas casas. Entretanto, apesar de o bairro ser chique a casa onde mora o suposto credor é simples, "de aparência um tanto pobre" (MACHADO, 2004, p. 58). Como o funcionário público está focado em simplesmente conseguir o dinheiro para saldar a dívida, sente-se miserável por sua situação e não pensa em opções para resolver definitivamente os seus problemas financeiros. "Mesmo circulando por um bairro nobre o protagonista só encontra pobreza" (1994, p.117). Portanto, é bastante significativo que a cidade pareça tão inóspita, pois ela é, de fato, um antagonista para o humilde funcionário público. Há uma ausência de arvores e elementos humanizados como postes de iluminação na altura dos pedestres ou caçadas largas, que dariam mais vida a rua. Como descreve o funcionário público:

A cidade não tem árvores. A rua é um bloco inteiriço de granito escaldante.

Terão de esperar pelo expediente da tarde pra falar com o subgerente no banco. Parece-lhe agora um tanto estranho aquele equívoco do Alcides... Entretanto, a cara do Andrade tinha um ar de surpresa e de sinceridade. Mas, se ainda tinham falado havia pouco no tal Mister Rees, na parte que lhe cabia pagar, como era possível ter Alcides se enganado?...

Ele lhe vai explicar tudo isso.

Alcides o espera certamente no Nacional.

O silêncio da cidade já se quebrou. Outra vez rola, em direção ao centro, a onda dos automóveis e dos bondes. A tira mesmo de sombra junto à parede já é mais larga e mais disputada. (MACHADO, 2004, p. 66)

Cruz (1994, p.117) afirma que se pode supor que Naziazeno está descendo a Av. Independência, em direção ao centro, no momento em que se encerra o intervalo para o meio-dia e a cidade está retomando as suas atividades para o período da tarde. Novamente a posição solar, e a forma como a cidade é percebida através desta

informação, ajuda a deixar claro a posição do personagem principal na cidade e o horário em que o percurso é percorrido.

Os capítulos quatorze e quinze do romance, são os que quais o Naziazeno entra em profunda melancolia. O cansaço o domina e o anti-herói não sabe mais o que fazer para reparar a sua situação.

Naziazeno vai andando.

Desemboca numa avenida. Os edifícios, altos, têm uma faixa de luz, alaranjada e distante, sobre os últimos andares. O estrépito dum bonde que desce enche dum ruído duro o ar silencioso.

Atravessa a avenida. Poucas casas abertas. A bem dizer, apenas os armazéns. Continua andando.

Já se avistam esses pavilhões compridos, antigos trapiches, que avançam agora na areia do recalque, como ainda há bem pouco nas águas do rio.

O espaço está mais livre. Faz-se um contato mais estreito com o dia e com a tarde.

Naziazeno toma a grande artéria onde se concentra todo o grosso comércio da cidade. Ao chegar ao meio da quadra, mais ou menos, atravessa a rua, enveredando pra uma grande casa atacadista, assinalada por duas enormes placas metálicas colocadas dum lado e doutro da porta principal.

Só uma meia folha aberta. (MACHADO, 2004, p. 93 e 94)

As descrições apontam para ruas com edifícios e que sustentam muita movimentação de comércio durante o dia, mas que agora encaminham-se para o final do dia. Um exemplo da Porto Alegre que possuía edifícios e bondes. A avenida que Naziazeno atravessa, onde avista apenas os armazéns abertos provavelmente trata-se da antiga avenida Dique, que com o final do dia torna-se uma avenida mais morta.

6. O PROJETO MONUMENTA E O PERCURSO DE NAZIAZENO

O projeto Monumenta é um Programa do Ministério da Cultura com recursos do Orçamento da União. Seu principal objetivo é atuar nos sítios históricos urbanos brasileiros, não apenas como um programa de recuperação física de monumentos, mas visando criar referenciais para prática da gestão sustentada do patrimônio cultural.

O programa é nacional e possui cerca de 27 centros históricos cadastrados em todo o país, entre eles o centro de Porto Alegre. Na capital gaúcha o Monumenta começou a atuar no ano de 2001 quando iniciou o restauro do Cais Mauá.

A área escolhida, por ser o centro de Porto Alegre acaba tendo muito em comum com o percurso de Naziazeno, como pode ser observado na Figura 3 abaixo. O próprio IPHAN na descrição da área escolhida pelo programa ressalta muitos pontos que já foram citados e mostrados no trabalho como pontos importantes no percurso de

Naziazeno, comprovando o quanto o centro está presente no imaginário social e na consciência de patrimônio do habitante da capital gaúcha:

a escolha da área do Projeto Monumenta Porto Alegre, baseada nos eixos longitudinal e transversal à orla do Guaíba, inspirou-se na existência de perímetro tombado pelo Iphan em 1999, que se estende da cumeada do promontório que caracteriza a área mais antiga, ao longo da rua Duque de Caxias, até a orla do Lago Guaíba, cruzando-se ambos os eixos no largo dos Medeiros, ponto fortemente ancorado na história da cidade. Essa escolha foi reforçada pela preexistência do corredor cultural da rua da Praia, cuja valorização por meio de melhorias nas calçadas, arborização e iluminação, foi promovida pelo município nos anos 1980. O contorno desses eixos, dos quais o perímetro foi levemente ampliado por conter significativo volume de imóveis privados de valor cultural, abarca os principais monumentos e logradouros tradicionais do centro histórico. Os investimentos do Monumenta concentram-se prioritariamente ao longo desses eixos, prevendo-se que seu efeito exemplar e dinamizador se espalhe na circunvizinhança, atraindo investimentos e incentivando iniciativas de restauração de imóveis e melhorias urbanísticas. Com essa estratégia pretende-se reforçar a imagem do centro histórico aos olhos da população. Vem ao encontro desse propósito o fato de os eixos transversal e longitudinal serem espaciais e topograficamente bem delimitados e conhecidos pela população. (PROGRAMA MONUMENTA - Porto Alegre, 2010, p.34)

No decorrer do programa foram instaurados dois eixos, o primeiro é definido, pelo quarteirão do Palácio Piratini, Catedral e Cúria Metropolitana, e no outro extremo pelo Pórtico e os Armazéns A e B do Cais Mauá, contemplando o perímetro do sítio urbano tombado pelo IPHAN no ano de 1999. No segundo, o eixo longitudinal - corredor cultural da rua da Praia -, é limitado, de um lado, pela Esquina Democrática e, de outro, pela Igreja Nossa Senhora das Dores.

7. MAPEANDO O CAMINHO “DOS RATOS”

Através das descrições citadas no livro foi elaborado um mapeamento da capital de Naziazeno, ressaltando os locais que mais tiveram importância no percurso do personagem durante o dia. Levando em conta as caminhadas descritas no livro calcula-se por alto, que Naziazeno tenha percorrido um percurso de pelo menos quinze quilômetros. Literalmente ele palmilha todo o centro da cidade, a seguir a lista dos percursos identificados (Tabela 1), o mapa com os percursos é a Mapa 1:

Tabela 1 - Percursos de Naziazeno

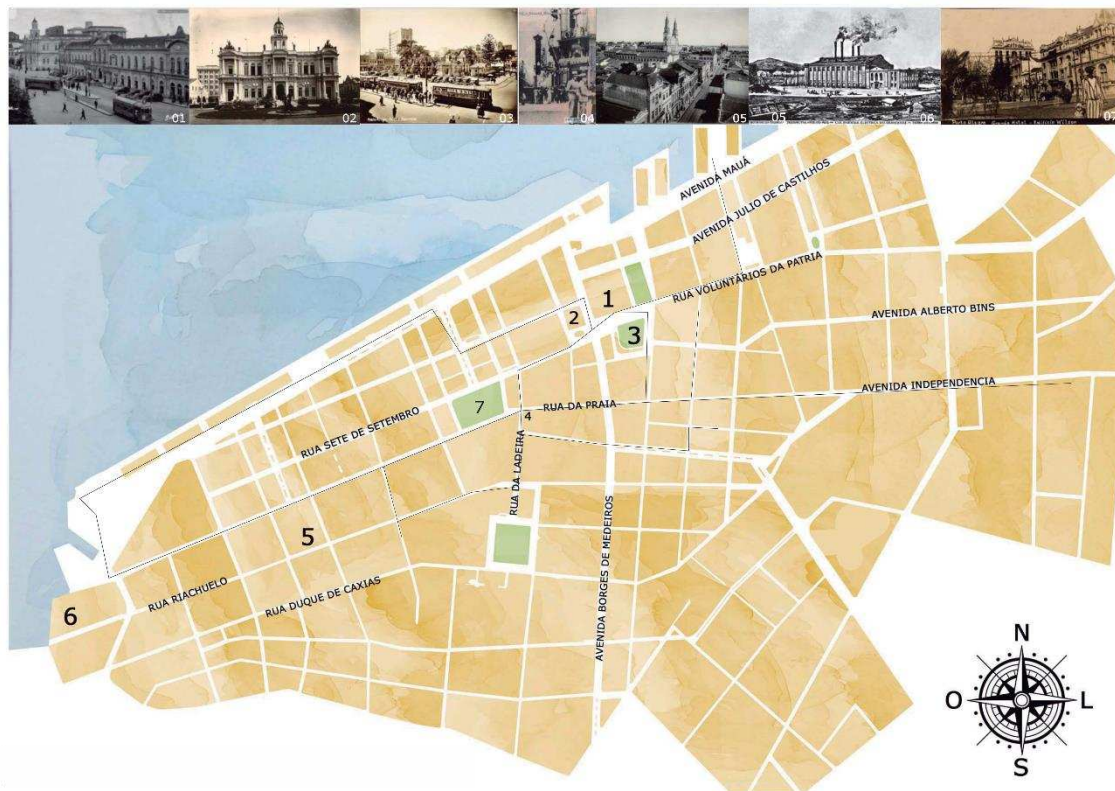
Percursos do Naziazeno	
1. Café do Mercado - Café do Centro	15. Voluntários da Pátria - Café do Mercado
2. Café do Centro - Cais	16. Café do Mercado - Café do Centro
3. Cais - Repartição	17. Café do Centro - Rua Clara (Fernandes)
4. Repartição - Café do Mercado	18. Rua Clara (Fernandes) - Rua Nova (Assunção)
5. Café do Mercado - Café do Centro	19. Rua Nova (Assunção) - Café do Centro
6. Café do Centro - Repartição	20. Café do Centro - Rua da Ladeira (Martinez)
7. Repartição - Café do Centro	21. Rua da Ladeira (Martinez) - Travessa (Martinez)
8. Café do Centro - Independência (Casa do Andrade)	22. Travessa (Martinez) - Rua da Ladeira (Martinez)
9. Independência (Casa do Andrade) - Café do Centro	23. Rua da Ladeira (Martinez) - Rua do Rosário (Dupasquier)
10. Café do Centro - Rua da Ladeira/Tabacaria (Roleta)	24. Rua do Rosário (Dupasquier) - Café da Esquina
11. Rua da Ladeira/ Tabacaria (Roleta) - Café do Centro	25. Café da Esquina - Bolão
12. Café do Centro - Voluntários da Pátria	26. Bolão - Cinema
13. Voluntários da Pátria - Docas	27. Cinema - Mercado
14. Docas - Voluntários da Pátria	

Fonte: Produção de Débora Grando Schöffel, 04 de novembro de 2019.

Além dos percursos identificados foram selecionados pontos referenciais os mais citados no livro ou que o personagem procura como pontos de referência, estes pontos ficaram:

- Mercado público (Ponto 01 do Mapa 1);
- Prefeitura (Ponto 02 do Mapa 1)
- Praça da XV (Ponto 01 e 03 do Mapa 1);
- Igreja Nossa Senhora das Dores (Ponto 05 do Mapa 1)
- Usina do Gasômetro (Ponto 06 do Mapa 1)
- Rua da Ladeira
- Avida Independência
- Rua da Praia

Para uma melhor compreensão dos pontos importantes da cidade foi acrescentado ao mapa (Mapa 1) as imagens e a localização dos pontos de referência, para situar o leitor no produto final deste apanhado de caminhadas de Naziazeno.



Mapa 1 - Percurso de Naziazeno e Pontos de Referência, Porto Alegre - RS.
Fonte: produção de Débora Grando Schöffel, setembro de 2016.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido procurou mostrar a maneira como a cidade é percebida e incorporada na obra literária do autor Dyonelio Machado, que trata Porto Alegre de uma maneira muito elaborada, apropriando-se dos elementos do romance de diferentes formas, entre elas: retratando as características físicas e sociais dos bairros nobres e suburbanos, bem como os seus moradores. Descrevendo o centro da cidade e seu emaranhado de caminhos e criticando de forma sutil as diferenças sociais e mostrando ao leitor as interpretações variadas da cidade a partir de um ponto de vista não procurado e aceito historicamente, o do trabalhador de baixo escalão.

O romance não se trata mais de um simples relato, pois o autor procura compreender a cidade retratando as mudanças econômicas e estruturais, pois passava por um período de efervescência e modernização. Devido a sua visão sensível diversos aspectos

intrínsecos ao meio urbano, que se entrelaçam na transformação e modernização da cidade aparecem no romance de Dyonelio Machado.

Não apenas esta obra, mas diversas obras de literatura podem ser usadas como fonte de pesquisa e ajudaram a compreender novos pontos da cidade, que nem sempre ficam expressos na história e complementam as buscas dos Arquitetos e Urbanistas na construção do imaginário social de uma época.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**. IN: BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Magia e técnica, Arte e política. São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.

CRUZ, Claudio. **Literatura e cidade moderna: Porto Alegre 1935**. Porto Alegre. EDIPUCRS: IEL, 1994.

DE SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. **Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

MACHADO, Dyonelio. **Os Ratos**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

MADRUGA, Artur. **Dyonélio Machado**. Porto Alegre: Tchê! 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Editora Da Universidade/Ufrgs, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RAABE, Camilo Mattar. Criação literária por Dyonélio Machado: a gênese de Os Ratos. **Revista da Graduação**, v. 4, n. 2, 2011.

SCHÖFFEL, Débora Grando. **Os ratos e os rastros: a construção da realidade urbana através das palavras**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **História e Literatura: a Porto Alegre dos anos 30 a partir de "Os Ratos"**. Bauru: USC, 1995.

Paisagem cultural: a arquitetura cemiterial no cenário imigrantista de Ibarama-RS

ZUCHETTO, Henrique (1)

(1) Graduando, Universidade de Caxias do Sul, hzuchetto@ucs.br

RESUMO

O estudo tem como objetivo identificar valores intrínsecos do equipamento cemitério, através de uma análise de Paisagem Cultural e das Relações de Visibilidade no espaço aberto. Isso trará uma caracterização do mesmo perante aos valores de preservação e conservação, não apenas por utilidade funcional, mas também por simbolismo histórico e cultural para aquela sociedade. O campo de estudo - vinculado ao projeto Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), do Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul - trata-se da região da Quarta Colônia de imigração italiana, localizada na região central do estado, mais precisamente a cidade de Ibarama-RS. Tendo como agente humano a figura do imigrante, equipamentos como o cemitério, tem grande importância no desenvolvimento social e comunitário dos núcleos urbanos desta região, bem como seus impactos territoriais apresentam uma pluralidade de significados e valores patrimoniais, sejam de cunho material ou imaterial.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural, Sintaxe Espacial, Percepção Ambiental, Arquitetura Cemiterial.

Cultural Landscape: the cemeterial architecture into the Ibarama's immigrant scenario

ZUCHETTO, Henrique (1)

(1) Undergraduate student, University of Caxias do Sul, hzuchetto@ucs.br

ABSTRACT

The study aims to identify intrinsic values of the cemetery equipment, through an analysis of the Cultural Landscape and the Visibility Relations in the open space. This will bring a characterization of it before the preservation and conservation values, not only by functional utility, but also by historic and cultural symbolism to that society. The field of the study - bounded to the Italian Immigration Cultural Elements in Rio Grande do Sul's Northeast Project (ECIRS), from the Historic and Cultural Memory Institute (IMHC) belonging to University of Caxias do Sul (UCS) - it's about the Fourth Italian Immigration Colony region, located on the central region of the state, more precisely, the city of Ibarama-RS. Assuming as a human agent the immigrant figure, equipments like the cemetery, have a great importance in the social and community development of the urban core from this region, as well as its territorial impacts present a plurality of meanings and patrimonial values, being from material or immaterial nature.

KEYWORDS: *Cultural Landscape, Space Syntax, Environmental Perception, Cemetery Architecture.*



1. INTRODUÇÃO

Este estudo está vinculado ao projeto: Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), que pertence ao Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul. O instituto tem como objetivo preservar a cultura regional através do resgate da memória e do patrimônio. Com isso, o estudo em questão propõe uma extensão deste campo regional do projeto para a região da Quarta Colônia, tendo em vista a provável caracterização de padrões culturais semelhantes.

A problemática deste estudo parte da noção de importância do equipamento cemitério na formação de um núcleo comunitário - embrião do desenvolvimento urbano de uma localidade. A partir disso, se identificou valores intrínsecos deste equipamento, por meio de metodologias específicas de análise visual, importância histórico-cultural do equipamento e padrões de uso e apropriação do espaço consolidado.

A morte é o momento em que justificamos nosso caráter animal e biológico, usurpando a razão - que por vezes julga-se imortal. Voltamos à terra como fossemos parte de um todo, e por isso a importância deste local previamente escolhido, a fim de tornar-se, além de um equipamento urbano importante do ponto de vista utilitário, um memorial coletivo e sentimental de uma sociedade.

Mesmo com um enfoque específico para uma região e uma cultura, este estudo busca compor um arranjo metodológico, passível de replicação, a fim de identificar valores de preservação e conservação deste equipamento em diferentes culturas e contextos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em um primeiro momento, a fundamentação teórica aborda o conceito de Paisagem Cultural e sua importância para a preservação do patrimônio material e imaterial de um povo. Posteriormente, serão apresentadas as metodologias e procedimentos de valoração da paisagem, focados na análise visual do espaço e aos comportamentos cognitivos de uso e ocupação, fundamentados na sintaxe espacial.

O conceito de paisagem está comumente relacionado à conformação geográfica e visual de um lugar. Todavia, o mesmo apresenta uma pluralidade de significados e abordagens, que convergem não só em uma caracterização físico-espacial de um lugar, mas também da relação humana perante a esse espaço. Esse fator humano complementa a abordagem com o tópico da cultura e toda sua gama de aspectos

intrínsecos, como os aspectos sociais, históricos ou econômicos de um povo (DUARTE, 2018 apud RIBEIRO, 2007). Adicionando o caráter ‘tempo’ complementa-se:

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas (DUARTE, 2018, p.8 apud RIBEIRO, 2007, p.9).

Ainda sobre o conceito de paisagem, porém adicionando ao discurso a percepção visual e a conseqüente conformação de um conjunto:

A paisagem é compreendida e assimilada por seus ocupantes mediante a percepção visual; nela, alguns elementos que se destacam por sua volumetria e localização têm importância como pontos focais de orientação e identificação da paisagem, que numa sucessão de percepções combinadas caracterizam um sítio, um conjunto urbano (DUARTE, 2018, p.8 apud BARELLA, 2007, p.47).

Como previamente descrito, a este trabalho nos interessa a abordagem visual da paisagem, para que a partir dela se possa identificar potenciais que valorizem a área de estudo em questão, do ponto de vista do patrimônio cultural. Com isso, abordaremos a paisagem, através da noção de Paisagem Cultural. Sobre a definição dessa abordagem:

[...] Paisagem Cultural é compreendida como um sistema que resulta da evolução histórica e das transformações, naturais e edificadas no meio urbano e rural. Em síntese a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural [...] (DUARTE, 2018 apud SAUER, 2006).

Ainda sobre a conceituação do termo:

[...] depende da definição de identidade e de bem patrimonial estabelecidos e pode ser entendido como um sistema físico de espaços abertos que estão relacionados com as permanências edificadas, essas que atuam como estruturantes e com os usos e significados estético-históricos, que atribuem identidade ao sistema (DUARTE, 2018 apud BARELLA, 2010).

Com isso destaca-se o caráter interdisciplinar deste conceito, e que torna o campo de estudo abrangente e enriquecido do ponto de vista teórico. Devido a isso, a escolha de uma linha metodológica é de primordial importância, em que a mesma irá nortear e encaminhar os resultados desejados (DUARTE, 2018, p.9).

Para este estudo em questão, a metodologia de análise trabalhada será a Sintaxe Espacial. Mais precisamente, a análise dos graus de visibilidade, a fim de analisar

tópicos como o de legibilidade e orientabilidade espacial, ligados à sensação de segurança e pertencimento do usuário perante o espaço.

Primeiramente a abordagem do território se dá a partir de dimensão topoceptiva dos lugares. Este conceito diz respeito às configurações espaciais do espaço atrelados a noção de orientação e localização dos indivíduos. Conforme relata Barella:

A dimensão topoceptiva dos lugares, diz respeito aos aspectos de desempenho da forma perceptiva, explicada a partir de estímulos visuais, dependentes de equilíbrio, quanto ao nível de orientação e da clareza, portanto, a partir da sua capacidade de informar identidade, enquanto níveis informativos inerentes a esse desempenho (BARELLA, 2010, p. 78).

Estas ditas características configurativas do espaço incidente, quanto há dimensão topoceptiva, são definidas a partir da percepção humana e se referenciam nas expectativas do observador do espaço físico, tornando a visão principal peça envolvida na percepção (BARELLA, 2010).

Sobre isso Saboya et al. (2014), apresenta um estudo envolvendo a relação entre espaço e comportamentos sociais, através das interações existentes entre níveis de visibilidade. Complementando o discurso, do ponto de vista das interações visuais entre observadores, e ou a identificar padrões de apropriação do espaço, baseados no nível de visibilidade do mesmo em relação ao seu conjunto.

Definidas as bases cognitivas de percepção primária do espaço, cabe identificar como essas configurações acontecem num espaço finito. Para isso, adicionaremos ao discurso o conceito de acessibilidade. Para Saboya et al. (2014), a configuração dos elementos no espaço, condicionam os dois conceitos, visibilidade e acessibilidade:

Uma das estratégias mais poderosas à disposição do arquiteto e urbanista, ao compor e organizar o espaço, é explorar as relações entre níveis de visibilidade (em duas direções) e de acessibilidade. Tais elementos interconectam-se e interagem de forma complexa para provocar significados, sugerir (e não determinar) comportamentos, facilitar ou dificultar alguns tipos de interação ou de contato, expor pontos de vistas diferentes, comunicar valores, etc (SABOYA, Renato T. de; et al., 2014).

Saboya et al. (2014), condiciona o ato de 'mover-se' pelo espaço com o ato 'ver' o espaço. Esse vínculo faz com que as tomadas de decisão na hora de transitar pelo mesmo, levem em conta essas duas dimensões: física - obstáculo que impede ou condiciona a acessibilidade; ou cognitiva - obstáculo que impede ou condiciona a visibilidade. Neste ponto aparece o conceito de barreira e permeabilidade, estes

empecilhos que condicionam o movimento no espaço. Generalizando suas definições, seriam todo e qualquer elemento físico transponível ou não, que conformam um espaço.

Como instrumento de análise para este estudo, utilizou-se das Isovistas (campos visuais), conceito derivado da sintaxe espacial. Como definição geral: “Uma Isovista é a representação em duas dimensões (portanto, um polígono) de tudo que pode ser visualizado a partir de um determinado ponto no espaço” (SABOYA, 2011).

Quanto à atribuição de valores qualitativos aos espaços, conforme aspectos visuais, a metodologia apresentada expõe - em linhas gerais - que um espaço bem integrado, do ponto de vista visual, ou seja, com altos níveis de visibilidade e ‘inter-visibilidade’ entre os diversos pontos que o compõe, torna-se um ambiente mais legível e seguro. Isto fica claro no que expressa Saboya et al. (2014):

“Presumivelmente, áreas que podem ser vistas com mais facilidade tendem a ser utilizadas com mais frequência do que áreas com pouca visibilidade. Isso aconteceria porque as pessoas seriam capazes de a) perceber que elas existem (em oposição a áreas que não podem ser facilmente visualizadas e portanto podem não ser percebidas por aqueles não familiarizados com o local); b) ver o que acontece nelas, o que por sua vez pode agir como motivação para juntar-se às atividades que ali acontecem; c) estimar sua segurança em termos do quanto ela pode ser vigiada por pessoas localizadas em espaços adjacentes” (SABOYA et al., 2014).

Com isso, a valoração proposta nesta metodologia, se baseia nesta caracterização de espaço ideal, tornando-a principal referência, e a partir dela valorar um espaço conforme o seu grau de visibilidade. Cabe ressaltar que a combinação entre visibilidade e acessibilidade condiciona o espaço a um determinado uso específico, servindo muitas vezes como ferramenta compositiva. Portanto, para a valoração do espaço, deve-se levar em consideração estas estratégias compositivas. Sobre as mesmas, o autor explana:

Além dessa função cognitiva, espaços com alta visibilidade costumam ser escolhidos para abrigar elementos arquitetônicos aos quais se deseja atribuir importância especial, tais como monumentos e edifícios religiosos e institucionais, por exemplo. Da mesma maneira, várias outras sensações ou significados podem ser sugeridos através da manipulação dos seus níveis de visibilidade (SABOYA et al., 2014).

Por fim, de modo geral, a metodologia aplicada nesse estudo implica na análise de pontos de interesse - utilizando das isovistas - com a finalidade de identificar e valorar padrões de visibilidade e acessibilidade, que caracterizam sensações intuitivas do observador, buscando encontrar argumentos referentes à preservação e conservação do mesmo. Corrobora também à essa abordagem, a identificação de valores simbólicos,

socioculturais e funcionais do equipamento, para com o seu entorno paisagístico, e ao longo de sua evolução histórica.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DE ABORDAGEM

Para este estudo em questão, a contextualização tem um significado de importância relevante. Além de apresentar o contexto histórico e cultural de abordagem do trabalho - situando o objeto de estudo no tempo e espaço - o mesmo apresentará uma categoria a mais de valores do objeto, sobre o viés da memória comunitária e importância do mesmo para consolidação de uma comunidade, que então se iniciava num ambiente novo e hostil para os que ali chegavam.

O contexto imigrantista no RS se apresenta de maneira dualista entre o Brasil e suas políticas de desenvolvimento, para com uma Europa ítalo-alemã e sua situação econômica e social adversa - principalmente tratando-se da Itália pré-unificada. Para esse estudo, o destaque é para a imigração italiana; esta que deixou a terra natal, em busca de um mundo novo e próspero.

Sobre o cenário que encontraram os imigrantes italianos que chegavam ao sul: “Em 1875, as melhores terras do RS estavam ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã. [...] estabeleceram-se na borda meridional do planalto: uma região montanhosa coberta por uma densa floresta virgem e isolada do RS real” (MANFROI, 1975, p. 55). Os alemães haviam se estabelecido na planície dos vales do rio Caí e rios dos Sinos, avançando para oeste, sem subir além dos 300 metros de altitude dos primeiros contrafortes da Serra. Essa região de mata densa, impenetrável e deserta, entre os Campos de Cima da Serra e os vales povoados pelos alemães, foi a zona que o governo provincial decidiu colonizar em 1869 com os italianos (MANFROI, 1975, p.57).

As primeiras colônias italianas criadas foram as de Conde d’Eu (atual Garibaldi), Princesa D. Isabel (atual Bento Gonçalves) e Caxias (atual Caxias do Sul). Conforme expõe Manfroi (1975, p.64), “em 1877, o governo fundou a colônia de Silveira Martins, situada no coração geográfico da Província, nos municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul”. Já havia povoação nessa zona central, devido às guerras cisplatinas que por ali modificavam os limites provinciais. Eram soldados alemães e imigrantes poloneses, estes que ali sofreram com o isolamento e doenças que dizimaram um bom número de famílias (MANFROI apud BOMBASSARO, p. 328-334).

Com o passar dos anos, a imigração no RS começou a custar caro para o governo, atingindo proporções consideradas prejudiciais à economia local. A partir de 1914, num viés contraditório à sua campanha desenvolvida anteriormente, o governo se posiciona desta maneira:

Assim, o governo, após ter utilizado, durante quase um século, todos os meios para atrair colonos europeus, suprimia todos os favores a fim de reduzir a corrente imigratória. Foi o fim da imigração subvencionada no RS. A guerra mundial contribuiu, mais que o próprio decreto, para o término da imigração. O governo preocupou-se, então, com a colonização e as questões administrativas e jurídicas que ela comportava (MANFROI, 1975, p.69).

Perante a essas relações políticas do governo para com os imigrantes, um outro ponto fazia com que estes ditos 'esquecidos', se mantivessem unidos entre si e de certa forma, esperançosos. Tratava-se da Fé e Religião, que serviram como bases para o desenvolvimento comunitário.

A discussão sobre a importância da fé na formação de uma cultura ou sociedade, é algo indiscutível, desde o período neolítico - em que o homem deixa o nomadismo predominante para viver em comunidade - mas também com indícios já no período paleolítico - no que diz respeito aos menhires e monumentos megalíticos de caráter religioso.

Isso não foi diferente nas comunidades imigrantistas em território brasileiro, nas quais - mesmo que distantes e de certa forma isoladas do contexto em que estavam inseridas - tiveram a religião como base estruturadora de sua cultura e comunidade, seja no campo das relações sociais, quanto na configuração geomorfológica de seus núcleos urbanos primários.

O imigrante italiano, frente aos demais, foi o que mais se utilizou da religião para se consolidar como comunidade e, de certa forma, se fortalecer culturalmente, perante um novo contexto geográfico e social. O caráter hostil do ambiente a eles designado, fez com que os mesmos buscassem uma forma de unir-se, com a finalidade de permanecerem unidos e fortalecidos. Esse pensamento, mesmo que de maneira inconsciente, estava intrínseco ao fato de que necessitavam de uma vivência sócio-religiosa, comum da região de onde provinham (MANFROI, 1975).

Tirados de seu quadro sócio-cultural de origem e transportados num meio desprovido de todos os sinais e símbolos culturais, os imigrantes sentiram-se perplexos e desorientados. Foi a reconstituição, nas matas virgens do RS, desse quadro social e cultural perdido que permitiu, aos imigrantes, reencontrar a própria identidade cultural, a força para

superar as dificuldades e esquecer a terra natal (MANFROI, 1975, pág.156).

Cabe agora contextualizar o cenário 'sócio-religioso' de origem desses imigrantes. Provenientes de uma Itália pré-unificada, suas bases religiosas derivam do catolicismo, muito presente na região norte 'italiana'. O fato de não terem vivenciado o espírito nacionalista italiano - muito por causa da motivação à busca por nova vida ter surgido dessa Itália em conflito - faz com que as bases de identidade cultural, em terras brasileiras, se estruturam apenas no pilar da religião e não numa identidade nacionalista, então difundida no contexto europeu (MANFROI, 1975).

Com isso, a 'nostalgia' - sentimento tão presente no cenário imigrantista - deriva de uma identidade provincial de estrutura católica, e não de uma identidade republicana e nacionalista. Esses preceitos, atrelados a um certo 'esquecimento' das autoridades italianas e brasileiras, fez com que o imigrante buscasse ajuda na única 'instituição' que não o deixou: a fé.

A capela ou igreja foi, sem dúvida, o equipamento estruturador dos primeiros núcleos comunitários, e com isso sua importância social foi enorme para o desenvolvimento do lugar. Sua construção surge pela evolução das reuniões religiosas, estas que serviam também como reuniões comunitárias, primeiramente entre vizinhos em uma determinada casa. Com o passar do tempo essas reuniões começavam a ficar mais numerosas, mais bem preparadas: "O eco destas vozes unidas na floresta densa e imponente reavivou os ânimos abatidos e rendeu a todos a consciência da própria identidade. Sentiram-se menos isolados, mais solidários na dureza do novo mundo" (MANFROI, 1975, p.160).

4. SOBRE O EQUIPAMENTO CEMITÉRIO

A definição de cemitérios seria: espaços funerários cercados, bem delimitados, cuidadosamente repartidos e ordenados geometricamente alinhados, de modo a permitir a observação, a vigilância; circulações bem definidas e visíveis, podem haver identificações em cada sepultura para individualizar os mortos, permitindo a imediata localização (MATOS et al.,2017 apud LIMA,1994).

No cenário imigrantista os cemitérios estão quase sempre relacionados com as capelas. Estes conjuntos formam a base da fundação dos núcleos comunitários, tendo como pilar estruturador a Religião. Longe de sua terra natal, os imigrantes utilizaram da fé como agente social de integração e de identidade cultural. A configuração espacial do conjunto - como podemos ver na Figura 1 - se dá no seguinte modo:

As capelas estavam associadas ao cemitério e ao campanário e, algumas vezes, a uma escola. Podia ter sido enterrado alguém para, depois, iniciar-se a construção da capela, ou começavam-se a edificação da capela e, depois, eram sepultados os corpos (GUTIERREZ, 2000, p.71).



Figura 1 - Capela e cemitério da comunidade Novo São Paulo em Agudo/RS.
Fonte: fotografia do autor, 20 de Abril de 2019.

O lote, comumente doado por um morador para tal uso, ou seja, dependia de iniciativas particulares para sua locação, apresentava-se como sagrado e devidamente cuidado pela comunidade. A materialidade desses assentamentos é assim descrita:

Nesses cemitérios, só eram enterrados os cristãos que haviam colaborado na construção do muro de pedras lascadas, que protegia o campo santo. De início, os mortos eram sepultados em covas rasas, sem nenhuma proteção; mais tarde, estas foram protegidas com pedras e tijolos. As covas recebiam uma cruz na cabeceira, assim como cruzeiros (GUTIERREZ, 2000, p.71).

Sobre a caracterização tipológica das sepulturas, eram primeiramente simples e conforme o tempo e evolução econômica, a implementação de novas técnicas e materiais construtivos acontecia. Aliás, cabe uma relação entre as construções propriamente ditas, para com as tipologias tumulares. Conforme acontecia a evolução das construções - de madeira para pedra, posterior alvenaria e metal - havia uma modificação na forma tumular, com adições de tampos e pedras, ou adornos metálicos. Quanto a isso o autor expõe:

As covas rasas eram marcadas por cruzeiros de madeira, pedra e ferro. Primeiramente, os agricultores confeccionavam simples cruzeiros em madeira; com tempo, foram realizando cruzeiros esculpidas e pedra,

para, depois, moldarem artesanalmente inúmeras variações artísticas de cruzes de ferro (GUTIERREZ, 2000, p.72).



Figura 2 - Cemitério antigo no interior de Agudo/RS, região da Quarta Colônia. Fonte: fotografia do autor, 20 de Abril de 2019.

OBS.: A Figura 2 mostra um cemitério antigo e com um certo abandono. Na visita ao local, identificou-se que o sítio se encontra 'escondido' entre as vegetações e distante de um centro comunitário ou capela. Constata-se que pode tratar-se de uma das poucas exceções, onde o lote possivelmente foi cedido para tal uso em tempos antigos, mas que a comunidade se consolidou posteriormente, com a capela em um outro lugar.



Figura 3 - Sepultamento de Francesco Rizzi, 1923 - interior de Caxias do Sul/RS.
Fonte: foto retirada de PIAZZA, 2002.

Como visto, a relação dos imigrantes italianos para com esse equipamento é de um primordial respeito, tanto no caráter simbólico e ritualístico, quanto no social e comunitário. Isto se identifica na própria conservação e consolidação desses equipamentos em comunidades rurais dessas regiões ditas imigrantistas. O reconhecimento intrínseco no inconsciente cultural, se manifesta pelo zelo e cuidado, para com a sua importância e utilidade comunitária.

5. O OBJETO DE ESTUDO

A abordagem visual do espaço foi aplicada em um objeto de estudo principal e analisados concomitantemente com dois outros cemitérios rurais num entorno próximo, a fins práticos de explanação dos conceitos aqui trabalhados. Localizado no município de Ibarama-RS - cidade limítrofe de interface entre a região Centro-Serra e a Quarta Colônia - tem como contexto histórico o desenvolvimento ímpar da antiga Colônia Silveira Martins, no que diz respeito a sua formação.

Para entender o desenvolvimento desta colônia, cabe destacar que sua evolução ocorreu de maneira distinta das demais colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Num olhar sobre a origem desta disparidade atual entres as quatro colônias, Bolzan

(2011) propõe uma análise em nível local, que trata sobre as próprias bases geográficas da colônia, correlacionadas à conflitos político-administrativos.

A partir do Decreto 1570 de Abril de 1886, a Administração Provincial divide o território em três partes, entregando-as para Santa Maria (a parte de maior significado por incluir a sede), Cachoeira do Sul e Vila Rica - atual Júlio de Castilhos (BOLZAN, 2011, p.37). Isso cria uma tensão administrativa desnecessária, cujas consequências não foram benéficas para a região.

Em oposição à unidade presente no início de desenvolvimento das colônias à nordeste do estado - Caxias, Bento e Garibaldi - a fragmentação da Quarta Colônia retardou os processos emancipacionistas, o que para o autor, quebra o conjunto harmônico inicial da sociedade, que atrelada a um incessante aumento populacional e restrições territoriais, teriam culminado num movimento migratório para além dos limites da colônia, também chamado de enxamagem¹ (BOLZAN, 2011).

As primeiras terras a serem ocupadas, pressupõe-se que sejam as do que hoje se encontra o território de Agudo-RS, isto devido ao caráter topográfico do Baixo Jacuí. Posteriormente esse êxodo atingiu longitudes do planalto médio do Rio Grande do Sul e fora dele, formando novas colônias. Porém destas, nos interessa um núcleo específico: Colônia de São Bento (atual município de Sobradinho-RS), que faz divisa com Ibarama.

A partir deste entendimento socioeconômico da época - tripartição administrativa e enxamagem - e uma análise da configuração geográfica do relevo, identificou-se de maneira empírica o que seriam os percursos matrizes de desenvolvimento, que neste estudo serão chamados de 'vetores' expansionistas. Estes, na maioria de subida da Serra geral, se dão a partir de condicionantes como o relevo e hidrografia, e desenvolvem-se buscando, ou a expansão e ocupação propriamente dita, ou a ligação com rotas principais e núcleos preexistentes.

Para o estudo em questão, escolheu-se o vetor com direcionamento Nordeste (Figura 4) - mais tardio - devido ao seu caráter mais distante do núcleo principal de colonização (Silveira Martins, Faxinal do Soturno e Nova Palma). Pressupõe-se que esse distanciamento do núcleo primário, faz com que a identidade cultural seja mais tensionada. Por vezes o isolamento traz uma caracterização cultural intrínseca mais

¹ Fenômeno de deslocamento de pessoas de um meio rural para outro, motivado pelo excesso e/ou esgotamento de terras (BOLZAN, 2011 apud ROCHE, 1969).

bem consolidada. O vetor se desenvolve ao longo da encosta da Serra por meio de vales e rincões, até atingir uma altitude acima de 500 metros. Há possibilidade deste percurso fazer parte de uma rede primária de uso indígena, visto que há a presença de sítios arqueológicos na região do Rio Jacuí e seus afluentes. O mesmo apresenta uma paisagem característica e bem consolidada, com núcleos civilizatórios dispersos e de pequena escala.



Figura 4 - Mapa do vetor de estudo escolhido. Fonte: mapa elaborado no software QGIS 2.18.17, a partir de bases geográficas, pelo autor em 2019.

Quanto ao recorte setorial escolhido, justifica-se porque Ibarama foi a única 'cidade' consolidada nesse vetor de expansão, entre Agudo e Colônia São Bento (Sobradinho). Mesmo fora dos núcleos da chamada Quarta Colônia, ela se encontra numa área de interface com os mesmos, e sua criação surge da dispersão populacional da Quarta Colônia, que utilizou esse vetor para emigrar rumo ao planalto. Cabe ressaltar a presença de luso-brasileiros e alemães nos arredores. Isso aparece como dado relevante devido à escolha do sítio de estudo; a 'miscigenação cultural' no núcleo da Colônia de São Bento, por exemplo, aparece como traço mais evidente devido a outras influências e não somente a de colonização italiana, o que inviabilizaria o estudo de apropriação cultural unitária do equipamento.

O objeto de estudo principal é o Cemitério Municipal de Ibarama. Com seis mil metros quadrados, ele se localiza no perímetro do centro urbano, adjacente à antiga estrada de ligação com Arroio do Tigre, conforme Figura 5. O lote em questão apresenta um relevo considerável, o que faz com se tenha uma configuração em declive e três acessos. É murado em todo o seu perímetro, numa altura de 1,50 metros.

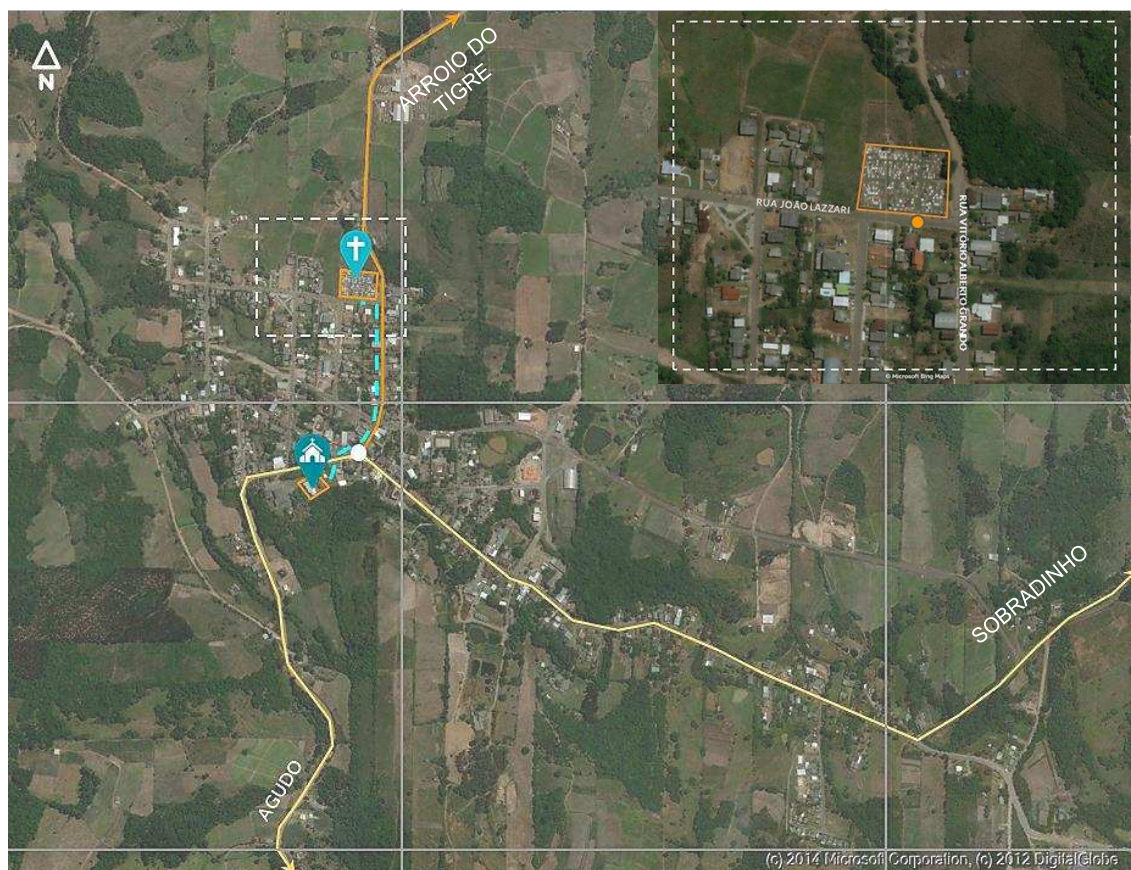


Figura 5 - Mapa de localização do objeto principal. Fonte: Satélite Zoom Earth - Bing 2014; manipulação pelo autor em 2019.

Destaca-se o posicionamento do objeto em relação à igreja e seu trajeto litúrgico dos cortejos fúnebres. Comumente esta relação é de grande importância, devido aos atos ritualísticos da fé católica. Contudo esta relação se dá de maneira distante geograficamente, porém relacionadas visualmente.

6. RESULTADOS

A localização de um assentamento fúnebre é um tópico discutido desde o século XVIII. Isso trouxe como ponto positivo, um menor impacto, principalmente ambiental. No caso da implantação de cemitérios no cenário imigrante do Rio Grande do Sul, as configurações não estavam apenas atreladas a este pensamento europeu do século

XVIII ou relações funcionais comuns de comunidade, mas também com relações paisagísticas de segundo e terceiro plano visual.

Notou-se que a localização destes equipamentos no cenário imigrantista, está estritamente ligada a paisagem e seu entorno, e que configura com ela uma relação simbólica de pertencimento territorial. Essa relação simbiótica é identificada, não apenas no objeto de estudo (Figura 6) - cuja relação visual ocorre de maneira distante - mas também em outros cemitérios nos arredores, em que essa relação é ainda mais forte, conforme mostra a Figura 7.



Figura 6 - Relação visual interna/externa ao cemitério, Ibarama-RS.
Fonte: fotografia do autor, 20 de Abril de 2019.



Figura 7 - Cemitério Comunidade Novo São Paulo, Agudo-RS.
 Fonte: fotografia do autor, 20 de Abril de 2019.

Quanto a análise de Sintaxe Espacial através da ferramenta Isovista, a aplicação do método se deu a partir de dois níveis de percepção, um mais baixo (Nível 01) - condizente a barreiras de até cinquenta centímetros, porém transponíveis, que condicionam as circulações no conjunto -, e um mais alto (Nível 02) na visual do observador - condizente aos direcionamentos propostos a curta e média alçada. A escolha da posição das estações de observação, está relacionada ao caráter programático do equipamento, no qual o primeiro juízo de valor do usuário acontece nos portões de entrada do cemitério. O esquema abaixo (Figura 8) mostra a sobreposição dos diferentes níveis de aplicação das Iovistas e campos visuais.

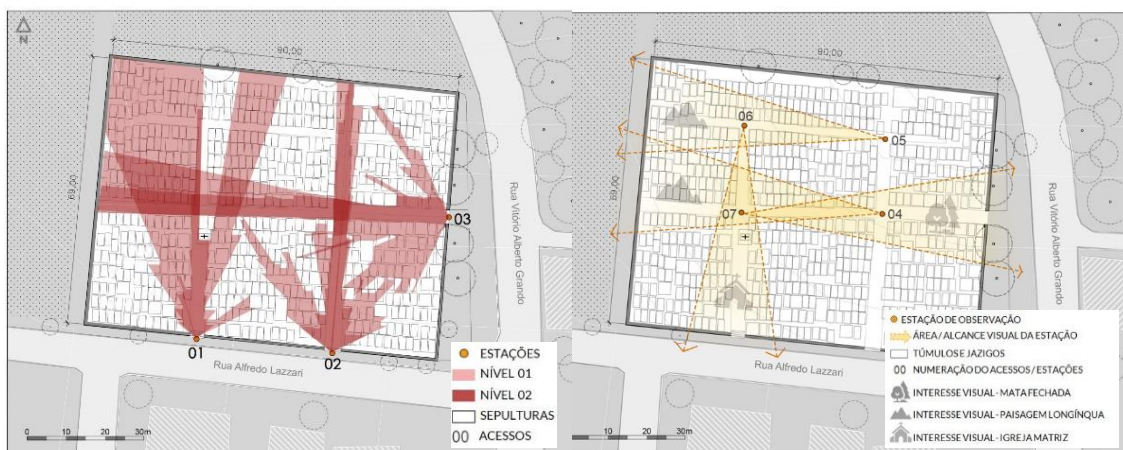


Figura 8 - Esquema de Iovista Nível 01 e 02, comparado com as visual para o exterior.
 Fonte: gerado pelo autor em Junho de 2019.

Em geral nota-se a predominância de direcionamentos, devido aos ângulos visuais restritos formados pelas Isovistas. Todavia, isso atrelado a uma configuração topográfica em declive, favorece a visibilidade no equipamento. Já a análise das estações internas transita no campo das visuais de segundo e terceiro plano da paisagem do entorno. Estes apresentam um caráter cênico interessante, devido à localização do sítio numa bacia visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, elencou-se os valores identificados em: Valor Histórico-Social (relativo a importância do equipamento no contexto cultural apresentado); Valor de Uso e Conservação (este relacionado ao valor de utilidade perante as atuais demandas comunitárias); Valor de Implantação e Forma (relativo as relações de visibilidade interior/exterior para com o entorno, bem como sua configuração morfológica); Valor de Integridade e Ambientação (relacionado a assimilação global de características únicas em arranjo visual, funcional e simbólico, que trazem pertencimento e apropriação do espaço).

Ressalta-se que as diferentes abordagens metodológicas aplicadas, tem como finalidade valorar o equipamento do ponto de vista da preservação. De maneira prática, a utilização de ferramentas como as de análise visual do espaço, bem como uma posterior identificação evolutiva e tipológica, trazem argumentos para a discussão de paisagem natural e construída, bem como um aprofundamento na discussão entre patrimônio material e imaterial.

Outro ponto que se destaca neste estudo, é a relação entre o cemitério para com a paisagem natural de entorno. Esta relação construída pelo imigrante, busca de certa forma, uma relação antropológica e biofílica entre o homem e a natureza, vida e morte, e que encaminha uma reflexão sobre o impacto do homem no território como agente, mediador e observador.

Sobre a aplicação dos valores identificados, é válida e necessária a reflexão para projetos de cunho normativo e de desenvolvimento municipal e ou regional. Em que a preservação deste tipo de equipamento deve ser levada em conta, discutindo sua evolução e conservação, do ponto de vista, não apenas utilitário, mas também cultural e simbólico.

REFERÊNCIAS

BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural**: Elementos de configuração morfológica e valores de preservação. 2010. 366. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia**: da fragmentação à integração. 2011. 347. Tese (Doutorado em História, área de Concentração de Estudos Históricos Latino-Americanos) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

DUARTE, Aline. **Paisagem Cultural**: Análise da visibilidade do espaço aberto de recorte da área rural do município de Flores da Cunha. 2018. 78. Relatório (Disciplina de estágio curricular, curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

GUTIERREZ, Ester e Rogério. **Arquitetura e assentamentos ítalo-gaúchos 1875-1914**. Passo Fundo, UPF, 2000.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**; implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre -RS: Grafosul - Gráfica Editora Fotogravura do Sul Ltda, 1975.

MATOS, S.M.de; MUTZENBERG, D; CISNEIROS, D. **Análise tipológica das lápides do cemitério Nossa Senhora de Lourdes da cidade de São Raimundo Nonato -PI**. Artigo, 2017 (Revista Noctua -Fundação Paranã-Buc). Disponível em: <http://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/2cff9_6.%20Shirlene%20Formatado%20Final.pdf> Acesso em: 01 de Jul 2019.

PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio. **Festa e Identidade**: como se fez a Festa da Uva. Caxias do Sul, EDUCS, 2002.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília, Iphan, 2007.

SABOYA, Renato T. de; BITTENCOURT, Sofia; STELZNER, Mariana; SABBAGH, Caio; MORO BINS ELY, Vera H.. **Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos**: um estudo sintático. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 164.01, Vitruvius, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>> Acesso em: 01 de Jul 2019.

SABOYA, Renato. **Sintaxe Espacial** - Gráficos de Visibilidade. Artigo, 2011 (*Urbanidades*) Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/?p=884>> Acesso em: 01 de Jul 2019.

Paisagem cultural: análise visual da paisagem de Santa Tereza, RS

FELIN, Pauline Fonini (1); MOLON, Bruna Nunes (2)

(1) Professora Mestre, Universidade de Caxias do Sul, pffelin@ucs.br;

(2) Graduanda, Universidade de Caxias do Sul, bnmolon@ucs.br.

RESUMO

O presente estudo, realizado para a disciplina de Estágio Curricular em Arquitetura e Urbanismo, tem por finalidade, primeiramente, complementar outros trabalhos já realizados em 2005, com enfoque na caracterização visual da paisagem do município de Santa Tereza, no Rio Grande do Sul. A pesquisa é apoiada pelo Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) e o projeto de pesquisa chamado Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS). Além disso, visa o reconhecimento e valorização das paisagens culturais a partir da identificação de suas particularidades e características que determinam cada área como única. Para isso, foi abordado, de início, o conceito de paisagem cultural, que é indispensável para se compreender e identificar a estrutura visual de qualquer lugar. Pode-se expressar, assim, culturas, hábitos, memórias e fortalecer, também, a identidade do sítio. Com o registro das principais conexões e a caracterização dos conjuntos arquitetônicos com interesse patrimonial, definiu-se os espaços abertos de maior valor cênico, levando-se em consideração o observador em deslocamento. Busca explicar, por fim, os percursos internos, fundamentais para a conectividade e legibilidade regional, e definir, ou não, seu potencial de preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Tereza, paisagem cultural, memória, preservação.

Cultural landscape: visual analysis of the landscape of Santa Tereza, RS

FELIN, Pauline Fonini (1); MOLON, Bruna Nunes (2)

(1) Master Professor, University of Caxias do Sul, pffelin@ucs.br;

(2) Undergraduate student, University of Caxias do Sul, bnmolon@ucs.br .

ABSTRACT

The present study, conducted for the discipline of Curricular Internship in Architecture and Urbanism, aims, firstly, to complement other works already carried out in 2005, focusing on the visual characterization of the landscape of the municipality of Santa Tereza, in Rio Grande do Sul. The research is supported by the Institute of Historical and Cultural Memory (IMHC) and the research project called Cultural Elements of Italian Immigration in Northeast Rio Grande do Sul (ECIRS). In addition, it aims at recognizing and valuing cultural landscapes from the identification of their particularities and characteristics that determine each area as unique. To this end, the concept of cultural landscape was first approached, which is indispensable for understanding and identifying the visual structure of any place. One can thus express culture, habits, memories and also strengthen the identity of the site. With the registration of the main connections and the characterization of the architectural ensembles with patrimonial interest, the open spaces of greater scenic value were defined, taking into consideration the traveling observer. Finally, it seeks to explain the internal pathways, which are fundamental for regional connectivity and readability, and to define, or not, their preservation potential.

KEYWORDS: Santa Tereza, cultural landscape, memory, preservation.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) e o Projeto ECIRS (Elementos Culturais da Imigração Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul), da Universidade de Caxias do Sul, têm por objetivo resgatar e preservar os bens de valores culturais das comunidades rurais do Rio Grande do Sul, especificamente, a imigração italiana na região da Serra Gaúcha.

Cada grupo étnico, no decorrer do tempo, com a necessidade de mudanças de nacionalidade, insere-se em um novo espaço que, a partir de trocas culturais, o transformam em um novo lugar, com sua própria identidade. Assim, toda cultura, bem como a imigração italiana, é um processo constante de evolução e transformação, no qual é necessário refletir e entender esses processos (tanto do desligamento como da necessidade de manter e valorizar sua identidade e memória).

Portanto, o tema apresentado no presente trabalho é o da paisagem cultural. O conceito, pode ser entendido como um conjunto de formas dispostas e articuladas entre si em um determinado espaço, como resultado de uma determinada cultura que as adaptou, associadas a diversos aspectos históricos, estéticos, funcionais e simbólicos. O assunto em questão tem sido tratado de forma profunda e bastante ampla, em estudos já iniciados em meados de 2005, pelo IMHC, e envolvem as três bases - evolução urbana (segundo a identidade, técnicas e fazeres que moldam a cidade), urbanidade (estruturas subjacentes, conexões, infraestrutura e gestão do território) e a paisagem cultural (análise da imagem e valores culturais), a qual foi abordada neste relatório.

O objetivo principal da pesquisa é a análise visual da paisagem do município de Santa Tereza, no Rio Grande do Sul. A demanda, proposta pelo campo de estágio - IMHC - propõe a caracterização e identificação de conjuntos arquitetônicos com interesse patrimonial, a fim de possibilitar a preservação e valorização do patrimônio paisagístico da cidade.

O trabalho apresenta, também, os demais objetivos alinhados às necessidades do IMHC, que, além de atualizar e revisar os estudos já realizados, compreendem a análise das estações de observação do espaço aberto de maior interesse cênico e a atualização das fichas de cadastro das edificações com interesse patrimonial. Tais aspectos irão reforçar a necessidade de preservação do sítio.

A metodologia adotada, além da revisão bibliográfica, que define o que é paisagem cultural, consiste no levantamento de campo. Este, é sustentado por registros fotográficos, testemunhos orais, recolhimento de documentos e dados históricos em

arquivos da Prefeitura de Santa Tereza, bem como, os levantamentos de uma moradora do município (Sra. Irina Caumo). A utilização de material gráfico, bem como os dados orais, apresentados ao longo do relatório auxiliaram na compreensão da importância de se preservar a memória, a cultura e a identidade de uma sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de paisagem cultural pode adotar diferentes sentidos, pois, compreender a paisagem a partir da percepção de um observador em movimento, com distintos percursos, permite delegar, a um mesmo espaço ou unidade, variadas interpretações. Dessa forma, é de grande relevância seu entendimento para a identificação da estrutura visual de um determinado local.

Seguindo uma análise etimológica, paisagem é o conjunto de formas integrantes, ou seja, é viva, é dinâmica e está em constante processo de evolução e modificação. É consequência da materialização da relação entre homem e natureza, em diferentes tempos e espaços. Ou seja, expressa memórias, origens e costumes de uma determinada cultura que a moldou, até conquistar sua identidade própria. Conforme Sahr (2010, p. 20), “a paisagem é portadora de simbolismos culturais, atribuindo ao homem o papel de agente transformador da natureza e valorizando a interação de elementos naturais e culturais”. Santos (2006, p.66) corrobora esta ideia: “A paisagem é um conjunto de formas que num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

A paisagem cultural passou, em 1992, a ser reconhecida como uma unidade de preservação pela UNESCO. A partir disso, pode ser entendida como um desenvolvimento sustentável de um lugar, além da produção e representação da memória.

Com o passar dos anos, o desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categorias como a de desenvolvimento sustentável provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela UNESCO. (RIBEIRO, 2007, p. 38).

Segundo o IPHAN (2010, p. 2), paisagens culturais dizem respeito mais as pessoas que as coisas, uma vez que a preservação e conservação atendem a necessidade humana, fundamental do conhecimento e do pertencimento a uma cultura e a um lugar.

Para entender a paisagem cultural, devem-se levar em conta as características dos espaços, que são definidas através da percepção humana e da sensação que tais elementos causam nos usuários em movimento. Segundo Barella (2010, p. 79), as principais categorias analíticas da percepção do espaço “são apreendidas a partir do mecanismo perceptivo estabelecido por intermédio do movimento, seleção e transformação de informação e que constituem a técnica de análise sequencial como método de descrição”.

Maria Elaine Kohlsdorf (1996), em seu livro “A apreensão da forma da cidade” indica que as cidades falam, nos dizem onde estamos e, também, como podemos nos locomover de um lugar para outro. Algumas, mostram com clareza, outras confundem, pois, a facilidade ou não de entendê-las depende de suas formas e se possuem características únicas que ressaltam sua identidade.

A forma, como meio de aprendizado dos lugares, responde a expectativas sociais, genéricas ou específicas, mas é necessário, antes disso, registrar outras direções, que contemplam, também, o desempenho morfológico dos lugares para tipos distintos de aspirações. (KOHLSDORF, 1996).

A apropriação do espaço, dessa forma, é um processo cognitivo e, também, comportamental, pois depende da forma que o observador interage, com que se orienta e com que se identifica com o meio em que se encontra. Para Kohlsdorf (1996), a percepção depende, também, da apreensão que os espaços proporcionam.

A autora parte de uma análise sequencial e descreve as três etapas essenciais dos processos de aprendizado, apresentando uma noção para o processo cognitivo. A primeira é a análise, que tem como objetivo a seleção de dados, manifestações externas e teorias, responsabilizando-se pelas características do nível sensorial-empírico. A segunda é a síntese, e seu objetivo é passar do abstrato, nível sensorial-empírico e teórico-abstrato, e construir uma realidade explicada por conceitos concretos, que é definido como uma categoria realizada pelo pensamento. O terceiro momento é a verificação, que é o principal critério para a validação dos resultados, pois é necessário testar o que é hipótese para que se confirme ou negue sua veracidade.

É necessário entender, também, as características dos níveis cognitivos contidos na apreensão do espaço, pois possuem critérios de formar noções através de atividades mentais, que são: as sensações, as percepções, a imaginação e a intuição.

As sensações são responsáveis pelo primeiro contato com os lugares e consistem na conexão entre consciência e realidade objetiva. Logo, a sensação é o resultado da

relação do organismo com o meio. Já, a percepção pode ser definida como uma derivação das sensações, conferindo-lhe um caráter de globalidade. A percepção de um ambiente ocorre através do deslocamento do observador, que capta as cenas com um maior estímulo visual.

A imaginação, portanto, é entendida como uma atividade constituída pela coordenação de imagens mentais, que representam ações que já foram executadas e possibilitam a orientação e identificação pelo indivíduo. Finalmente, a intuição permite um desenvolvimento cognitivo no primeiro contato, que pode ser afirmada, mas, não demonstrada.

De fato, a apreensão do espaço, a partir dos métodos descritos, é realizado por intermédio do movimento, seleção e transformação das manifestações externas ao indivíduo, como já evidenciado por Barella (2010). Assim, cabe ressaltar a sentença que é destacada por Kohlsdorf: “O movimento dos órgãos receptores produz uma identificação com as propriedades dos objetos que eles estão encarregados de refletir.” Ou seja, as dimensões, as formas e as cores, por exemplo, são compiladas pelos órgãos receptores e, com as informações recolhidas, permite, além de desenvolver a imagem subjetiva, orientar-se no espaço e identificar os lugares.

Além da apreensão do espaço pelos atributos do mecanismo cognitivo, pode-se obter informações orientativas e identificação dos lugares através das características morfológicas de um determinado local. Para isso, é necessário que se leve em consideração, para uma condição de informação de qualidade, as características visuais dos lugares, selecionadas através dos efeitos topológicos e perspectivais provocados no observador.

Kohlsdorf (1996), então, salienta que cada situação possui uma série de sequências e, dessa forma, possibilita para o usuário, diferentes alternativas para a observação dos lugares. Dessa forma, a autora propõe a técnica de análise sequencial, compreendida em três conjuntos, com o intuito de reunir as relações características da percepção.

Esta análise, então, depende do modo de locomoção escolhido, bem como a velocidade que o observador estipula. A quantidade de estações é inversamente proporcional à velocidade, da mesma forma que a qualidade de detalhes da paisagem para uma pessoa que passeia a pé ou de bicicleta é maior de quem, por exemplo, está dirigindo.

O primeiro grupo são os eventos gerais, que correspondem às estações e aos intervalos. As estações são momentos do trajeto onde há registro perceptivo, ou onde

ele é mais intenso, com maior orientabilidade e identificabilidade, ou seja, onde a percepção é mais fácil. O segundo grupo são os campos visuais, que dependem, também, do modo de locomoção e das mudanças de direções do observador.

O terceiro grupo é classificado como efeitos visuais e caracterizam-se pela maneira como a realidade chega à percepção. Ocorre pela busca das superfícies estruturantes da cena contida no campo visual do observador e, dessa forma, quanto mais intensos forem os efeitos visuais, maior a contribuição para a definição de um lugar. Para a percepção de lugares, então, os efeitos visuais reproduzem duas decodificações universais: a topológica representa a posição do corpo humano - à frente e atrás, acima e abaixo, ao lado, à esquerda e à direita - e a perspectiva, que representa a organização, alteração de tamanhos, deformações e proporções da cena contida no campo visual do observador.

Seguindo a análise de Kohlsdorf (1996), as percepções topológicas são qualificadas como: 'alargamento ou estreitamento' (quando as paredes laterais aparentam se aproximar ou se afastar do observador); 'envolvimento' (espaço limitado por elementos físicos por todos os lados) e 'amplidão' (espaço tem limites distantes ou são insignificantes, fazendo com que a visual não seja fechada). Além destes, existe o 'alargamento lateral' e 'estreitamento lateral', os quais ocorrem quando uma das superfícies de delimitação lateral do espaço se aproxima ou se afasta mais que a outra do observador.

Os efeitos perspectivais, do mesmo modo, são classificados como: 'direcionamento', quando a continuidade longitudinal do espaço é destacada pela estrutura alongada e bem definida dos planos laterais; 'visual fechada', onde a cena perspectiva é pouco profunda, fechando-a com um plano paralelo e próximo ao observador. Ademais, existe o 'impedimento', quando a visual é interrompida, mas pode-se visualizar o final do campo visual; o 'emolduramento', onde o campo visual é delimitado por um primeiro plano vertical vazado, paralelo ao observador e não interrompe a cena; 'o mirante', lugar privilegiado que cria condições de maior abrangência na visualização; a 'conexão', que mostra descontinuidade nas paredes laterais, devido a interceptação por outros canais; o 'realce', que atrai a atenção do indivíduo para um elemento da cena observada, e se comporta como acentuação ou surpresa e, por último, o efeito em "Y", que mostra uma bifurcação do espaço.

É imprescindível, para a caracterização dos lugares, qualificar as potencialidades e intensidades desses efeitos, além de perceber, também, mais de um no mesmo campo

visual, o que gera a identidade de um percurso. Com isso, os conceitos abordados são importantes para uma maior orientação, conhecimento e identificação dos espaços.

Por fim, a análise visual organiza os lugares mentalmente, através de cinco elementos propostos por Lynch (1960), que costumam representar maiores vantagens para a orientação e a identificação dos lugares. Estes consistem: 'caminhos', que são os vários trajetos registrados na imagem da área; 'bairros', como partes ou proporções do local considerado e possuem características comuns que os identificam; 'limites' que são as demarcações de bordas ou fronteiras que quebram uma continuidade. Já os 'pontos focais' são conexões ou regiões que atraem pessoas, e que se caracterizam mais pelo uso do que pela forma dos lugares. E, por fim, os 'marcos visuais', que são elementos pontuais que se destacam visualmente, nos quais o observador não tem acesso, mas utiliza dele como referência e facilita a sua localização.

Para as técnicas de caracterização pelas categorias morfológicas estruturais do espaço urbano, Kohlsdorf (1996) indica a categoria de corte ou projeção ortogonal do espaço, a categoria de elementos compositivos e a categoria- síntese.

A primeira, refere-se à representação espacial e arquitetônica, por meio da qual são geradas as plantas baixas e considerados os distintos tipos de malha, proporções entre figura e fundo, cortes, fachadas, perfis, silhuetas e skylines. São compostos por linhas de coroamento e sistema de pontuação, relativos à diferentes alturas, grau de incidência e distâncias, fundamentais para a análise topoceptiva.

Na categoria dos elementos compositivos, são avaliados os elementos do sítio físico, como relevo, solo, vegetação, sistemas hídricos, clima, e são considerados as relações entre edifícios e espaços públicos, afastamentos frontais e laterais, além da volumetria.

Na categoria-síntese é realizada um resumo das categorias citadas, a partir da estrutura do espaço por meio de unidades morfológicas, partes do todo e conexões visuais.

As características configurativas dos espaços incidentes na noção de localização dos indivíduos, em termos de orientação e identificação são definidas, a partir da percepção humana e referem-se ao atendimento de expectativas topoceptivas por meio da inserção e presença física do observador no espaço considerado, sendo a visão a principal envolvida na percepção da globalidade esperada (BARELLA, 2010, p.78).

As propostas de Kohlsdorf de avaliação topoceptiva são positivas pois visam a qualificação dos espaços com alto grau de legibilidade, através de estímulos adequados que confirmem a existência de estruturas morfológicas. É necessário, como já exposto,

quantidade e qualidade de informações para a satisfação de orientação. Tal percepção, apontada pela autora, relaciona as leis de orientabilidade e identificabilidade e oferece a explicitação da abordagem metodológica das paisagens, segundo três grupos:

1º Grupo (Qualidades semânticas): A principal qualidade semântica é a legibilidade de um determinado lugar e sua originalidade, pois ambas qualificam um fenômeno (o espaço) a partir de seus sinais (efeito de sua composição plástica) que é absorvido pelo observador. A legibilidade forma-se pela pregnância - registro de um objeto de maneira permanente, com fácil gravação na memória; pela individualidade - maneira singular e inconfundível que uma forma se apresenta e, diferentemente da pregnância, o que é incomum, é mais fácil ser gravado; e a continuidade - possibilita a ocorrência de fenômenos de configuração e estabelece tempos à atividade cognitiva das formas, através da combinação das partes, situação ou sistema de elementos interdependentes.

2º Grupo (Fenômenos de configuração): refere-se ao movimento criado pelos produtos de tensões entre polos extremos de possibilidades, e seu equilíbrio significa maior orientabilidade e identidade. Existem quatro pares de elementos: unidade x diversidade - estabelece semelhança ou diferença entre os elementos, relações e atributos das composições plásticas; comum x especial - mostra o grau de contraste; tipo x metamorfose - apresenta o grau de distanciamento; continuidade x mudança - apresenta o grau de transformação, independente da permanência de tipos.

Por fim, a definição do último grupo de parâmetros de avaliação:

3º Grupo (Leis de composição plástica): as leis de organização das formas que examinam a natureza e as relações entre os componentes, partem do princípio de que toda a configuração é produzida pela articulação de elementos morfológicos entre si. Cada parte possui sua qualidade própria observadas isoladamente, porém, apresentam outros atributos quando formam uma composição. Segundo Barella (2010), “o todo é mais do que as partes, na medida em que as regras de organização comandam as próprias leis de composição das partes”.

A partir da análise completa de Maria Elaine Kohlsdorf e de outros autores citados, compreende-se a caracterização do espaço, da paisagem do local, dos espaços abertos, bem como o valor cênico, que aparece como atributo indispensável para acessibilidade, integração topológica, visibilidade e legibilidade.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA

Santa Tereza, no ano de 1885, foi fundada e, assim como a maioria das colônias do Estado na época, recebeu, principalmente, imigrantes italianos e, em menor proporção, os poloneses, que se instalaram às margens do Rio Taquari, na Linha José Júlio. Joaquim Rodrigues Antunes, engenheiro chefe da colonização, definiu a última fração da Linha Leopoldina para implantação de uma nova sede administrativa na Colônia Dona Isabel (atual município de Bento Gonçalves) sob sua responsabilidade. O novo lugar, em homenagem à falecida esposa de Joaquim Rodrigues, recebeu o nome de Santa Tereza.

Em 1886, ergueu-se a primeira capela de madeira e, no ano seguinte, foi criada a paróquia Santa Tereza. Também, no mesmo ano, os imigrantes italianos receberam lotes de terra, fazendo reduzir a população polonesa, que deixou poucas marcas de sua passagem por lá. Na época, o transporte era realizado com balsas e não haviam estradas carroçáveis. Dessa forma, a vila tornou-se o mais importante centro de escoamento dos produtos agrícolas das Colônias Conde D'Eu e Dona Isabel (Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente) com a navegação pelo rio Taquari, único meio de transporte até a capital do Estado, Porto Alegre.

Em 1914, chegou em Santa Tereza o primeiro barco a vapor e, sua prosperidade econômica era visível no perfil arquitetônico único, com um misto de imigração italiana e influências da capital, com características Neoclássicas, Ecléticas e Art-Déco. Além disso, nas casas comerciais de grande porte e com a construção do campanário, hoje referência visual para a cidade.

No dia 15 de outubro de 1916, a colônia foi elevada à condição de 2º Distrito de Bento Gonçalves. Em 1937, já como 4º Distrito, passou a denominar-se Aratinga, voltando a denominação Santa Tereza apenas em 1949, por decreto municipal. Em tempo, existiam no local a Casa de Saúde do Doutor Settineri, com sala de cirurgia e dez quartos para pacientes, três bancos, uma escola municipal e, também, já haviam iniciado a construção da estrada de ligação entre o distrito e Bento Gonçalves (BR116).

Santa Tereza destacou-se, desde o final do século XIX, pela diversidade e alta produtividade da agricultura, que era desenvolvida nas terras férteis às margens do rio. No entanto, seu ciclo comercial começou a estagnar, quase que totalmente, devido ao assoreamento cada vez maior do Taquari, o que dificultou a navegação. Além disso, a abertura da BR116, desviou de Santa Tereza o tráfego comercial de Bento Gonçalves

e Garibaldi, e excluiu as ferrovias, implantadas em 1970 para auxiliar, também, o escoamento da produção, isolando o local dos grandes centros.

Com o intuito de recuperar seu espaço político e institucional, Santa Tereza foi, então, emancipada de Bento Gonçalves em 20 de março de 1992 (Ribeiro, 2012). Localizada no Estado do Rio Grande do Sul, é pertencente à Microrregião de Caxias do Sul e mesorregião do Nordeste Rio-Grandense. Faz parte da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE), juntamente com outros dez municípios - Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua e São Marcos - e, também, do COREDE Serra, na região 25 Vinhedos e Basalto.



Figura 1 - Perímetro do tombamento de Santa Tereza.

Fonte: DAMAZZINI, Marcelo, 2017

No dia cinco de novembro de 2010, então, o município de Santa Tereza teve aprovado o tombamento de seu núcleo histórico e paisagístico pelo IPHAN, partindo da própria comunidade a reivindicação desse processo, com o intuito de proteger a riqueza de todo o patrimônio cultural e herança do passado.

4. PERCURSOS E ESTAÇÕES VISUAIS

Para uma melhor compreensão da cidade em estudo, bem como as características estruturadoras do local, elencaram-se três percursos, onde cada um deles apresenta peculiaridades que o identifica. Os critérios de escolha destes percursos foram baseados nos caminhos que apresentavam maior prevalência de bens tombados pelo

IPHAN. A área central foi definida devido à importância histórica do local, além de sua diferenciação cênica, que proporciona harmonia entre massa edificada e natural. Dessa forma, fica perceptível a necessidade de se compreender a história, a memória e a cultura de um povo, que influenciarão no espaço e desenvolvimento de uma área.

PERCURSO 01: Caminho para o Campanário

O percurso 01 é a entrada principal para a cidade de Santa Tereza. O caminho inicia no entroncamento da ERS 444 com a Rua José Bonifácio e segue pela Avenida Itália até a ponte sobre o Arroio Marrecão, onde finaliza o percurso.

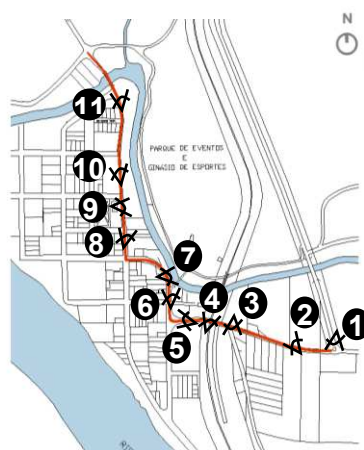


Figura 2 - Percurso 01 com ruas. Fonte: MAPA IPHAN adaptado pela autora, 2019

O trecho, que estabelece um primeiro contato visual com o município, está situado dentro do limite urbano. No entanto, não se perde a massa vegetal, que recobre os morros e pode ser visualizada em seu núcleo central. Ao chegar no local, existe a predominância do relevo, que delimita o espaço e estabelece uma visual fechada.

Seguindo o percurso, a visual lateral apresenta efeitos topológicos ao registrar-se um alargamento na via e, de fato, as possíveis visuais aumentam. Com sensação de amplidão, já que os limites de paisagem estão afastados do observador, é possível a visualização do campanário da Igreja, que realça a paisagem e atrai a atenção do visitante. Sobre a linha férrea, está situada a ponte que conduz e direciona o observador à cidade e produz o efeito de mirante, devido à diferença de níveis percebida e a maior possibilidade de visuais para o local.

O trevo de acesso ao núcleo histórico, que está localizado em um nível mais baixo que a ponte, apresenta visual mais fechada, devido à presença das edificações que, agora, são mais constantes e próximas. A massa vegetal encerra a cena. O observador, ao direcionar-se para a direita, amplia seu campo visual com a paisagem natural, como o

rio e a vegetação, e, também, com a massa edificada, apresentando-se como uma síntese do espaço. Neste ponto, é possível destacar o efeito perspectivo de direcionamento e alargamento lateral.

Na Avenida Itália, o observador encontra-se mais próximo às edificações de maior valor arquitetônico e, a visual para o campanário, ao fundo, torna-se mais marcante. Em frente à Igreja, além da imponência do capitel, é percebido a amplidão do local, através do mirante, que não apresenta limites físicos próximos ao observador e, dessa forma, proporciona um visual ampla da massa natural, construída e edificada, além do acesso norte, sintetizando o percurso.

Ao ultrapassar o campanário, nota-se a mudança de pavimentação, do basalto para o asfalto, o afastamento no núcleo central e as áreas menos edificadas, demarcadas pelo pórtico, que é um marco de acesso/ saída à cidade. O primeiro percurso urbano encerra-se, então, na ponte sobre o Arroio Marrecão, caracterizando uma área rural e, com isso, nota-se o aumento da massa vegetal. Com o limite afastado do observador, configura-se amplidão no local, além de apresentar um efeito de direcionamento.



Figura 3 - Percurso 01: Estações. (continua)
Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019

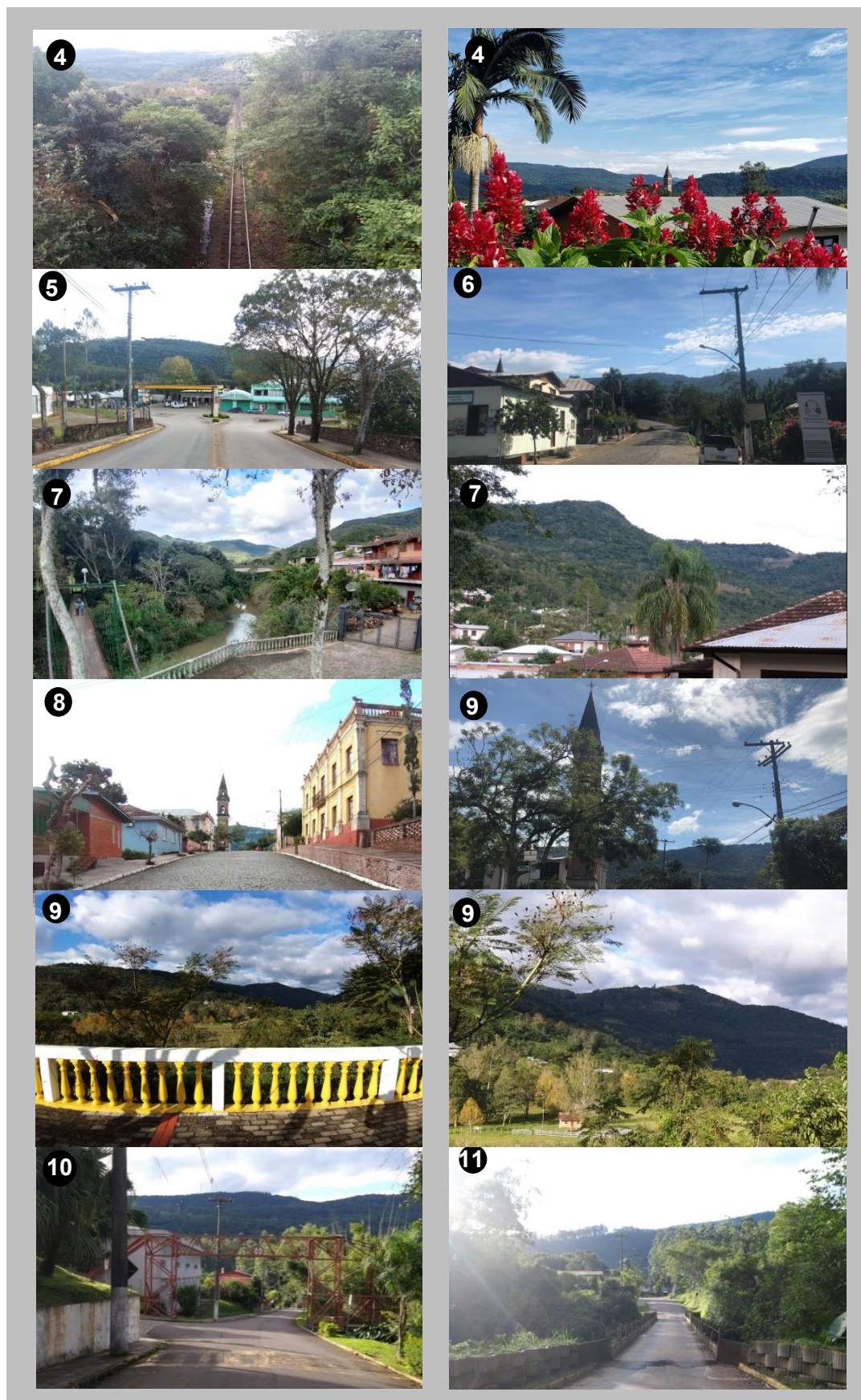


Figura 3 - Percurso 01: Estações. (continuação)
 Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019

É perceptível que, neste trecho, a massa vegetal se comporta como plano de fundo em cada cena, enquanto o foco de observação fica centrado nas edificações. Essas construções configuram continuidade e direcionamento ao lugar, devido ao alinhamento entre elas. Além disso, as edificações mais antigas trazem um indicativo das tipologias que ali foram implantadas. No perfil, é visto que o alinhamento das edificações é muito próximo à via ou, quando existe, é pouco expressivo. Quanto ao passeio público, encontra-se sem acessibilidade e com interrupções que dificultam seu uso e acesso.

PERCURSO 02: Do Centro Histórico

O percurso 02 tem, aproximadamente, um quilômetro, e contempla as principais ruas do centro histórico. O caminho inicia na Rua General Osório e passa pela Avenida Itália, Marechal Deodoro, Pinheiro Machado e finaliza na Barão do rio Branco, lateral à Igreja e campanário. As estações estabelecidas apresentam intervalos de tempo e distância desproporcionais e, assim como o percurso 01, o local é provido de edificações, fazendo com que a massa de vegetação apareça como plano de fundo nas cenas. A pavimentação são em padras de basalto e, à medida que se afasta, são asfaltadas.

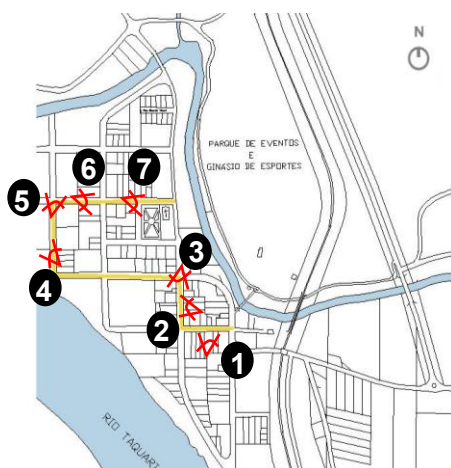


Figura 4 - Percurso 02 com ruas. Fonte: MAPA IPHAN adaptado pela autora, 2019

No trecho, destaca-se o uso residencial, com alguns pontos comerciais, além dos fundos de um parque e, também, o cemitério. O efeito perceptivo percebido no local, é, basicamente, de continuidade e direcionamento, visto o alinhamento e ritmo das edificações. Com isso, a visual torna-se mais fechada, na maioria dos casos. Neste exemplo, o afastamento frontal das edificações é inexistente. Já, o passeio público apresenta-se em melhores condições e sem interrupções.

Em contrapartida, em uma das principais vias do município, onde localiza-se a prefeitura, além de, ainda, não existir o afastamento frontal, o passeio público está em

péssimas condições de uso, com desníveis e sem acessibilidade, inclusive, para acessar a edificação pública.



Figura 5 - Percurso 02: Estações. Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019

PERCURSO 03: Do Rio Taquari

O trecho 03 foi estabelecido a partir do trevo de acesso ao núcleo histórico, seguindo até uma segunda bifurcação, que permite dois trajetos diferentes: um para Roca Sales e outro, que faz parte do caminho, costeia Santa Tereza. Passa pelas ruas José Bonifácio, Saldanha Marinho, General Osório e a Marechal Floriano, finalizando na ponte sobre o Arroio Marrecão. O percurso tem, aproximadamente, três quilômetros.

As estações estabelecidas apresentam intervalos de tempo e distância desproporcionais e, além da massa de vegetação, que se apresenta de forma mais

constante, o Rio Taquari faz parte das cenas. O campo visual é fechado, com alguns pontos de amplidão em locais com ausência de construções próximas às vias. É possível, também, um visual aberto no segundo trevo do percurso, que proporciona, além disso, um efeito perspectivo em “y”. O efeito de realce ocorre com o destaque do campanário ao fundo da cena.

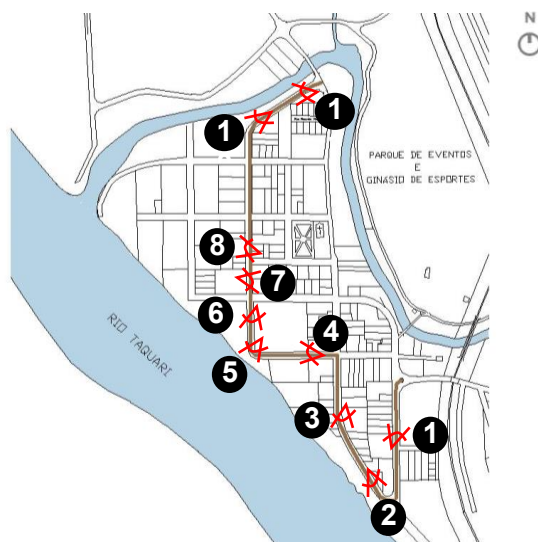


Figura 6 - Percurso 3. Fonte: MAPA IPHAN adaptado pela autora, 2019

O percurso é constituído, basicamente, por edificações de uso residencial com alguns pontos comerciais, situados mais próximos ao centro. Há, também, o Estádio Colosso do Vale, a praça e, ali próximo, uma área de criação de ovelhas. As ruas são, em maioria, asfaltadas, visto que o observador se afastou do centro. Já o passeio público é inexistente em grande parte do trecho. A visual para o Rio Taquari sintetiza a análise do local, que proporciona efeitos de amplidão, mirante e direcionamento. A seguir, as imagens do percurso facilitam o entendimento e demonstram de forma clara o explanado acima.



Figura 7 - Percurso 3. Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019

Dessa forma, com o estudo dos percursos apresentados, é perceptível que o campanário da Igreja Matriz é um elemento marcante e simbólico e, através de sua imponente vertical, é considerado um marco visual, visto que é possível a sua identificação de praticamente todas as ruas do município. O capitel esteve presente nos caminhos explanados e atribuiu ao observador, além do valor cênico, um ponto referencial dentro da cidade.

Tendo em vista as diferentes estações, foram verificadas as conexões, que são pontos que se destacam na paisagem, construídos ou naturais, e estabelecem forças ao lugar. A massa natural, como a vegetação, o relevo e o rio, bem como o patrimônio edificado, sendo plano de fundo das cenas ou elementos principais, proporcionam legibilidade e

orientabilidade ao sítio, que devem ser preservados e valorizados, a fim de manter as características presentes em cada um deles.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas teorias abordadas anteriormente, e sempre considerando a posição do observador que explora o local, buscou-se contribuir para um futuro planejamento local e, também, para a caracterização do sítio estudado, potencializando os visuais e as fragilidades, quando existentes. Como resultado, é notável a importância de se preservar não apenas o ponto em que o observador se encontra, mas, também, a visual que é possível captar, com uma maior área de abrangência.

O “Caminho para o Campanário” destacou-se por possuir grande potencial paisagístico, com o campanário como elemento principal. Com características únicas dentro de um núcleo urbano, as paisagens naturais identificam o lugar e fazem parte da síntese de cada estação, além de tornar os percursos com estímulos mais fortes. O campanário, em função de sua verticalidade e a localização em uma via mais inclinada, é um elemento que pode ser visto da maioria das ruas da cidade, desde a entrada principal.

Como representação gráfica, foi elaborado um mapa-resumo que demonstra as principais áreas de interesse paisagístico. As manchas simbolizam as regiões que, de certa forma, agregam valor e identidade espacial em cada percurso proposto.

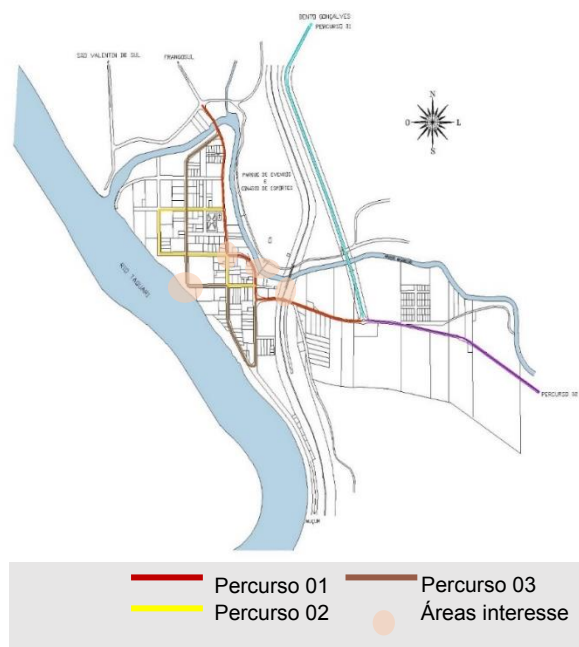


Figura 8 - Mapa-resumo. Fonte: MAPA IPHAN adaptado pela autora, 2019

Em suma, o mapeamento das áreas de maior interesse teve como objetivo indicar as diretrizes, ou seja, os pontos estratégicos que mereçam um planejamento diferenciado futuramente, como áreas de preservação e controle de crescimento. Dessa forma, evita-se a perda desses conjuntos arquitetônicos, com alto grau de valor cênico e cultural, com o passar do tempo com um possível crescimento da cidade. Finalmente, pode-se definir o potencial de preservação da cidade de Santa Tereza, que encanta com suas paisagens.

REFERÊNCIAS

BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural**: Elementos de configuração Morfológica e Valores de Preservação. Dissertação de Mestrado - Curso de Arquitetura e Urbanismo - Departamento do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2010.

DUARTE, Aline. **Paisagem Cultural Análise Da Visibilidade do Espaço Aberto de Recorte da Área Rural do Município de Flores da Cunha**. Relatório da disciplina de Estágio Curricular em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2018.

ECIRS, Projeto. Olhares sobre o território. In: TÔNUS, João W. org. VICTUR: **Valorização do Turismo Integrado à Identificação Cultural dos Territórios**. Caxias do Sul, RS: Belas Artes, 2007.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, UNB, 1996.

PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio e POZENATO, José Clemente. **Cultura, Imigração e Memória**: Percursos e Horizontes: 25 do ECIRS. Caxias do Sul, EDUCS, 2004.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio - coordenadora técnica. **Santa Tereza/ RS a Pequena Capital**. Caxias do Sul, 2012.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro, IPHAN/COPEDOC, 2007.

SABOYA, Renato T. de; BITTENCOURT, Sofia; STELZNER, Mariana; SABBAGH, Caio; MORO BINS ELY, Vera H. **Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos**: um estudo sintático. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 164.01, Vitruvius, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>> acesso em 20 de junho de 2019.

SAHR, Cicilian Luiza Lowen. **A paisagem como patrimônio cultural**: Campos Gerais e Matas com Araucárias no Paraná. Ponta Grossa: ed. UEPG, 2010.

Paisagem cultural: evolução urbana do município de Santa Tereza / RS

BRAND, Débora Luísa Corso (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2)

(1) Graduanda, Universidade de Caxias do Sul, debi_brand@hotmail.com;

(2) Professora Doutora, Universidade de Caxias do Sul, smfbarel.ucs.br .

RESUMO

O artigo a seguir apresenta, de forma resumida, o trabalho realizado referente ao estudo e análise da paisagem cultural e evolução urbana da cidade de Santa Tereza, Rio Grande do Sul, Brasil. O método de análise e pesquisa utilizado para embasar o trabalho parte do livro "Porto Alegre e sua Evolução Urbana", de Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller, que sugere que a divisão da evolução urbana de uma cidade ou local seja feita a partir de fases que se diferenciam entre si através de fatores populacionais/socioculturais, econômicos e administrativos. Como será descrito, foram encontrados dados suficientes para o estabelecimento de 5 períodos de evolução urbana com características diferentes entre si, do ano de 1875 até atualmente. Os dados coletados para a pesquisa foram retirados de trabalhos universitários e de pós-graduação feitos na Universidade de Caxias do Sul, arquivos relacionados ao tombamento da cidade junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), esse que teve seu término em 2010, além de arquivos armazenados pelos moradores da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Tereza; Evolução Urbana; Paisagem Cultural.

Cultural landscape: urban evolution of the municipality of Santa Tereza / RS

BRAND, Débora Luísa Corso (1); BARELLA, Sandra Maria Favaro (2);

(1) Undergraduate student, Universidade de Caxias do Sul, debi_brand@hotmail.com;

(2) PhD Professor, Universidade de Caxias do Sul, smfbarel.ucs.br

ABSTRACT

The following article summarizes the work carried out regarding the study and analysis of the cultural landscape and urban evolution of the city of Santa Tereza, Rio Grande do Sul, Brazil. The method of analysis and research used to support the work comes from the book "Porto Alegre e sua Evolução Urbana", by Célia Ferraz de Souza and Dóris Maria Müller, which suggests that the division of the urban evolution of a city or place is based on phases that differ from each other through population/socio-cultural, economic and administrative factors. As will be described, sufficient data were found for the establishment of 5 periods of urban evolution with different characteristics from 1875 until today. The data collected for the research were taken from university and postgraduate works done at the University of Caxias do Sul, files related to the city's historical registration of its cultural and natural elements at IPHAN (Institute of National Historical and Artistic Heritage), which ended in 2010, as well as files stored by the city's residents.

KEY-WORDS: Santa Tereza; Urban Evolution; Cultural Landscape.

1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de salvaguardar o patrimônio histórico edificado e cultural constituídos com o passar do tempo e tombados como Patrimônio Histórico e Cultural pelo IPHAN o projeto ECIRS (Elementos Culturais das Antigas Colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul) - que estuda os aglomerados urbanos que tiveram início com a imigração e colonização italiana que se iniciou nos anos 1800 no Rio Grande do Sul, juntamente com o IHMC (Instituto de Memória e História Cultural) - sugeriu visitar o município de Santa Tereza para realizar pesquisa sobre sua evolução urbana, usos, acessibilidade e urbanidade.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a paisagem cultural do município de Santa Tereza, Rio Grande do Sul, Brasil, através de estudo e análise da sua evolução urbana. Os dados da pesquisa foram coletados através de arquivos concedidos pelo IPHAN - órgão que é responsável pelo tombamento do núcleo urbano e natural do município, que ocorreu em 2010 - visitas a campo e trabalhos anteriores feitos por alunos da UCS (Universidade de Caxias do Sul), assim como trabalhos de conclusão de curso e de pós-graduação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a fundamentação teórica da pesquisa, procura-se definir o conceito de paisagem, “entendida como um sistema físico de espaços abertos, indissociável das permanências edificadas que lhe são estruturantes e dos usos e significados estético-históricos que lhe conferem identidade”. (BARELLA, 2010, p.24). Entendendo a importância da paisagem como um todo para a identidade da cidade e de seus usuários, deve-se pensar em maneiras de preservar esses patrimônios. Esses assuntos foram abordados primeiramente na Carta de Atenas, de 1931, que propôs princípios gerais e doutrinas para a proteção do patrimônio. A discussão foi ampliada em 1964 com a Carta de Veneza, estabelecendo que:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido com o tempo, uma significância cultural. (Carta de Veneza, 1964).

Com esse relato, percebemos mais uma vez a importância do conjunto arquitetônico e paisagístico para a preservação da identidade de um local. O documento que teve o objetivo de complementar a Carta de Veneza de 1964 foi a Carta de Washington - Carta

Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas - ICOMOS - de 1987. Nela, foram definidos com mais clareza os métodos, princípios e instrumentos para essa preservação, como lê-se no seguinte trecho:

Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;
 - a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
 - as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;
 - as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo de sua história.
- (Carta de Washington, 1987)

Outra entidade importante que eleva a importância da paisagem cultural é a UNESCO que, em 1992, instituiu a paisagem cultural como uma nova categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial. De acordo com Ribeiro (2007), de 1992 até 2005, já constavam cinquenta bens inscritos nessa nova categoria. Assim, pode-se ver a importância do ambiente natural e original e do ambiente construído e como a ligação de um com o outro é bilateral, não podendo um ser excluído do outro por fazerem parte de um sistema complexo, que não deve ser entendido isoladamente.

Em relação à abordagem da evolução urbana, foi seguida a metodologia de análise de Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller, explicitado no livro “Porto Alegre e sua Evolução Urbana”. As autoras sugerem a divisão da evolução urbana de um local em fases que se distinguem através de fatores populacionais/socioculturais, econômicos e administrativos. São de grande destaque a relação entre população e funções segundo a lei geral do crescimento, citada por Souza e Müller, que fala que “um núcleo urbano sofre modificações quantitativas e/ou qualitativas em sua população quando ocorrem modificações quantitativas e/ou qualitativas e suas funções” (SOUZA E MÜLLER, 2007, p.17). O estudo da evolução urbana das cidades é assunto de grande importância para o conhecimento da formação dos aglomerados urbanos e também para a população que a habita. Entender a história de um lugar permite que a população se aproprie dos espaços construídos de forma mais completa, entendendo a sua importância no conjunto geral da cidade e podendo tirar partido dessas edificações e marcos históricos em proveito da comunidade, tanto em investimentos em turismo como intervenções urbanísticas respeitadas e efetivas para a população. Barella fala desse processo, destacando que, mesmo com mudanças nas estruturas das cidades, elas ainda contêm delimitações históricas visíveis em seus edifícios, como é dito a seguir:

Assim, podem ser considerados como sistemas em permanente estado de tensão, tendendo à transformação e mudança devido ao encerramento ou ruptura de processos econômico-sociais que lhe deram origem, mas, ainda assim, passíveis de delimitação de descrição em sua dinâmica evolutiva. (BARELLA, 2010, p.26)

Com o estudo evolutivo, visou-se chegar nos elementos significativos de cada um dos períodos elencados. “Os elementos singulares (significativos) são todo e qualquer patrimônio cultural, material e natural, que possui história e interesse relevante para a caracterização de um território” (FRACASSO *apud* ONUS E TRAVI, 2014, p. 40). Esses elementos seriam importantes no âmbito da conservação da integralidade do município por manterem características específicas que representam o desenvolvimento da cidade. Demarcando esses edifícios, foi feito um levantamento de fichamento de inventário, utilizando como base as fichas do projeto VICTUR (Valorização do Turismo Integrado à Identidade Cultural dos Territórios).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração do presente trabalho, foram feitas uma ordem sequencial de etapas. De início, foi feito um levantamento preliminar de bibliografias básicas para elaboração do trabalho e entendimento de como serão manipulados os dados levantados para compreender o território. Depois disso, foram coletados dados sobre a história e evolução urbana de Santa Tereza em matérias encontrados junto ao IPHAN e ao IMHC, assim como trabalhos da disciplina de Técnicas Retrospectivas de 2004, ministrada pela professora Sandra Barella da UCS, assim como trabalhos de pós-graduação e livros sobre o assunto.

Para ser possível reconhecer o espaço e posteriormente analisar sua paisagem urbana e natural - que foi reconhecida em conjunto como patrimônio histórico pelo IPHAN - foram feitas duas visitas a campo. Na primeira visita, feita no dia 05/04/2019, juntamente com os professores Matheus Chemello e Pauline Fonini Felin, e outras duas alunas de Arquitetura e Urbanismo da UCS que também estudavam o município de Santa Tereza, abordando as outras duas dimensões comentadas por Barella. Foram levantados dados iniciais e analisados elementos do percurso do início do Vale dos Vinhedos até a entrada da cidade e conexões principais dentro do município. Essas visitas foram realizadas com o mínimo de conhecimento prévio sobre a cidade e sem a utilização de mapas guias, para poder expor-se ao ambiente para ser por ele impactado, absorvendo as primeiras impressões de forma intuitiva.

Na segunda visita, feita no dia 15/06, foram coletados dados para a atualização das fichas de inventários pré-existentes dos elementos significativos. Já com a periodização em andamento e com os elementos significativos definidos, foi determinado um percurso pela cidade para ser possível visitar todos os locais e preencher as fichas a serem atualizadas.

4. OBJETO DE ESTUDO

Situado às margens do Rio Taquari, Santa Tereza é um distrito emancipado de Bento Gonçalves, localizado na porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e obteve sua emancipação política em 1992. O município participou - em 2004, do processo de tombamento de seus edifícios e conjunto natural pelo IPHAN, processo esse concluído em 5 de novembro de 2010. As edificações do núcleo urbano de Santa Tereza conformam exemplos expressivos da arquitetura ítalo-brasileira e devido à localização do município - que dificultou o acesso por terra a outros municípios durante a maior parte da sua história - essas edificações formam um conjunto único e que não sofreu grandes alterações. As 25 casas de madeira e alvenaria tombadas e o traçado urbano preservado - consolidado até 1960 - formam o mais íntegro dos núcleos urbanos gaúchos exemplo da arquitetura de imigração. A relação desse núcleo com as montanhas que o circundam mantem a qualidade do sítio histórico com o meio natural. (IPHAN, 2007).

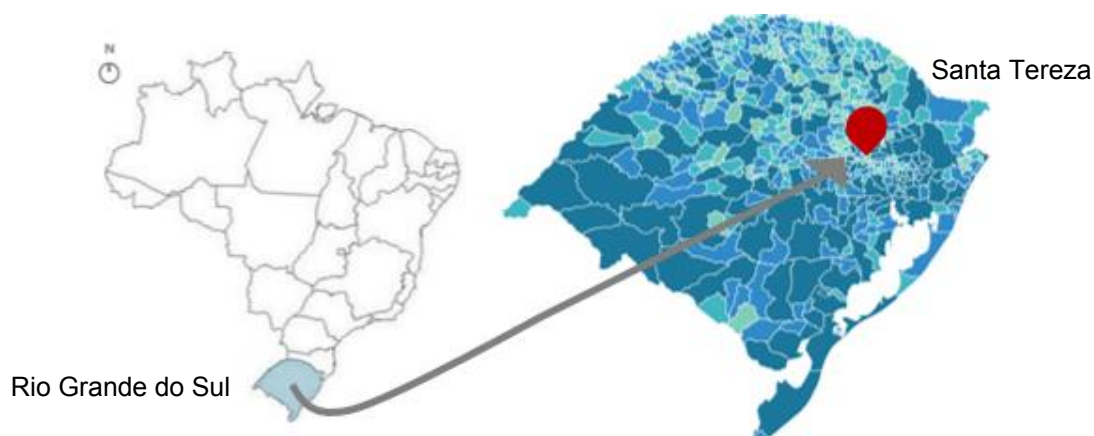


Figura 1 - Mapa de localização nacional de Santa Tereza Fonte: Bruna Molon

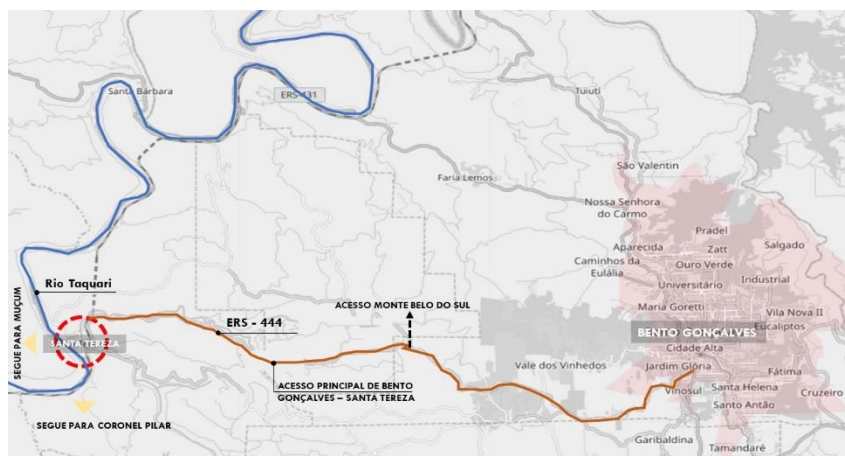


Figura 2 - Mapa de localização regional de Santa Tereza
 Fonte: Google Maps adaptado por Bruna Molon.

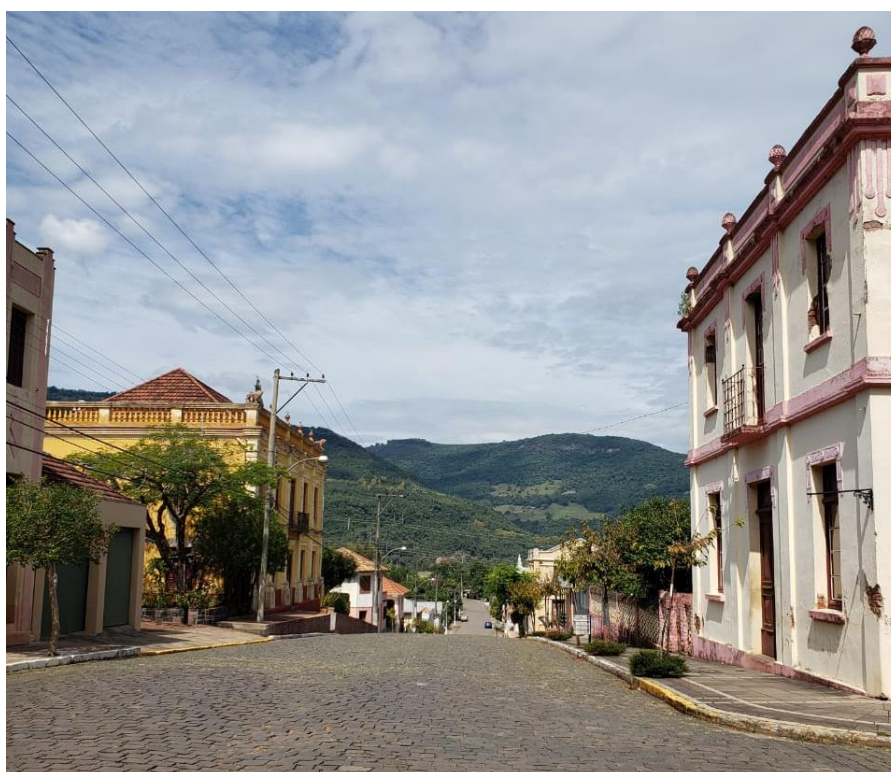


Figura 3 - Esquina em Santa Tereza. Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

5. CONTEXTO HISTÓRICO EVOLUTIVO

Levando em consideração o método de pesquisa de Souza e Muller previamente apresentado, e após pesquisas sobre a evolução histórica do município em documentos antigos e trabalhos feitos previamente sobre o assunto, foram propostos cinco períodos que dividem a história do município de Santa Tereza.

No primeiro, que vai de 1875 - ano da chegada nos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, até 1916, é falado sobre o início da construção da comunidade de Santa Tereza

e o começo do progresso que fariam no período seguinte com a forte possibilidade do comércio fluvial. Após a chegada dos imigrantes italianos, chegam na cidade imigrantes poloneses, mas em menor quantidade. Por isso, o exemplar de arquitetura italiana na cidade é mais expressivo do que o de arquitetura polonesa. Em resumo, temos como fatores populacionais e socioculturais a chegada dos primeiros imigrantes italianos, seguidos por imigrantes poloneses - em menor quantidade - no município; fatores econômicos a ligação que os imigrantes tinham com o cultivo de terra e a criação de fábricas e estabelecimentos comerciais; e fatores político-administrativos a nomeação da cidade como distrito Bento Gonçalves em 1916.

No segundo período, indo de 1916 a 1955, é abordado o grande crescimento econômico que a cidade presenciou devido ao nível elevado de troca de produtos que fazia com o resto do estado, incluindo a capital Porto Alegre. Essa troca se fez possível devido à localização privilegiada de Santa Tereza às margens do Rio Taquari, justamente no ponto onde suas águas eram suficientemente profundas para a navegação. Assim, a cidade se conforma como a única das colônias italianas que teve o benefício do transporte e comércio fluvial. Em resumo, temos como fatores populacionais e socioculturais o aumento da população devido a prosperidade do comércio do porto, o contato com os costumes da Capital, absorvendo costumes de um estilo de vida mais sofisticado, influenciando a arquitetura da cidade; fatores econômicos a chegada do primeiro barco a vapor, demonstrando a prosperidade do porto no Rio Taquari, que faz com que Santa Tereza vire um ponto de trocas comerciais para as cidades do entorno. No entanto, o porto começa a perder importância devido a uma grande enchente que ocorre em 1941, ocasionando o assoreamento do rio, fazendo com que os comércios e trocas ali presentes diminuam; e fatores político-administrativos a construção da estrada que liga Santa Tereza até Bento Gonçalves e, por determinação de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, em 1947 a cidade passa a se chamar "Aratinga" e é proibida a fala e escrita do italiano em público.

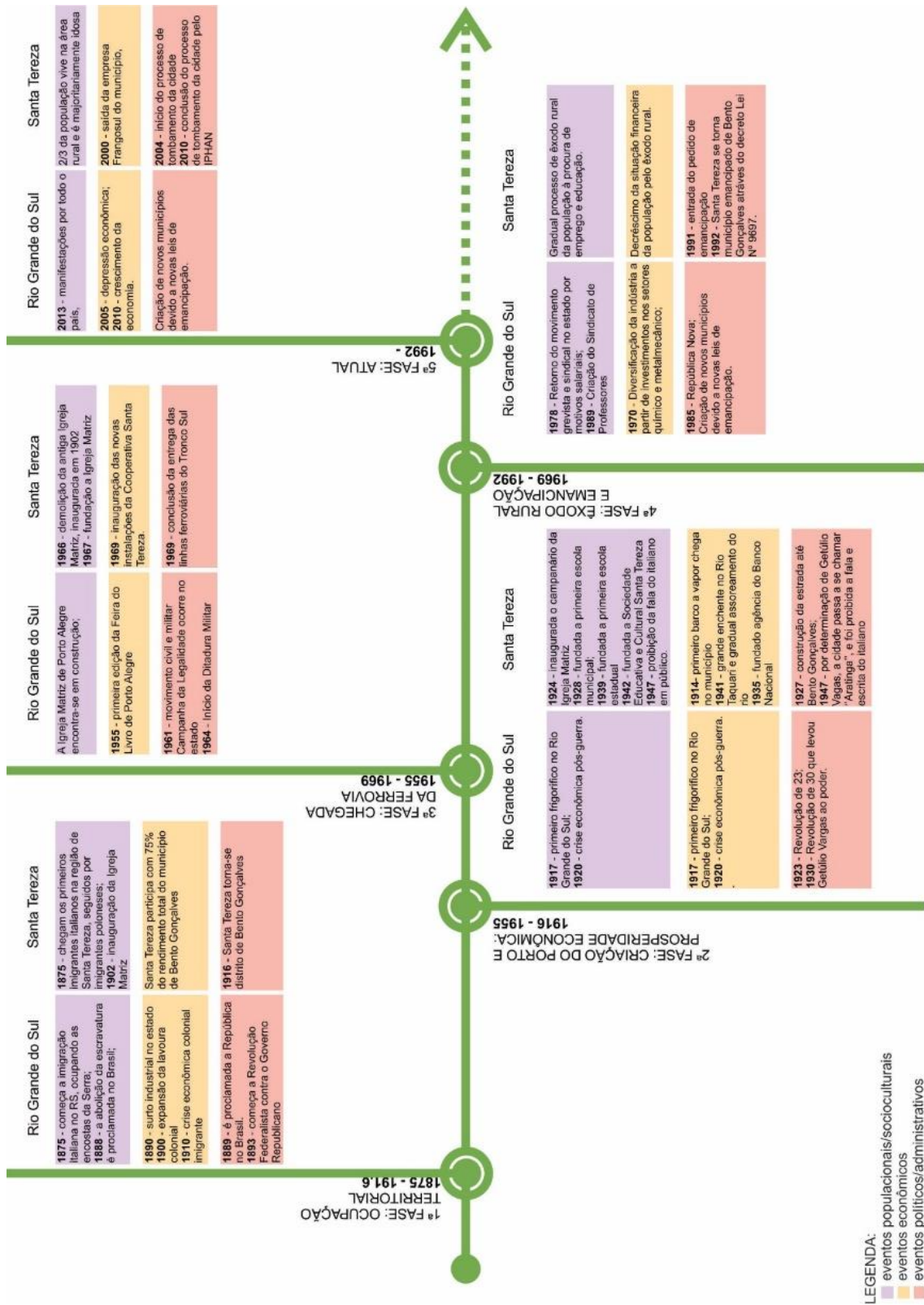
O terceiro período, que vai de 1955 a 1969, discorre sobre a chegada da linha ferroviária em Santa Tereza. Nesse período, o porto não se encontrava mais ativo devido ao assoreamento causado por uma grande enchente de 1941. Em resumo, temos como fatores populacionais e socioculturais o começo dos trabalhos para a abertura da ferrovia e a chegada do batalhão ferroviário que se instala em Santa Tereza; fatores econômicos a gradual desativação do porto, e político-administrativos a conclusão e entrega das linhas ferroviárias do Tronco Principal Sul, do qual Santa Tereza fazia parte.

O quarto período, que compreende os anos de 1969 a 1992, discorre sobre as dificuldades encontradas pelo povo de Santa Tereza com o assoreamento do rio e desativação do porto, que desencadeou um processo de decrescimento econômico que acarretou na saída de jovens e adultos, os levando a rumar para cidades vizinhas na esperança de encontrar perspectiva de emprego e estudos. Esse processo de êxodo rural culminou na emancipação do município, que ocorreu em 1992. Em resumo, temos como fatores populacionais e socioculturais o êxodo rural, onde famílias saíram da cidade em busca de estudo e emprego; fatores econômicos a crise econômica acarretada pelo êxodo rural; e fatores político-administrativos que, em 1992, Santa Tereza torna-se município emancipado de Bento Gonçalves.

A quinta e última fase ocorre de 1992 até os dias atuais e esse período se conforma como uma tentativa de crescimento da cidade. De processos significativos ocorridos nesse período, cita-se o tombamento de edifícios pelo IPHAN, processo esse que teve seu término em 2010. Em resumo, temos como fatores populacionais e socioculturais a manutenção de uma população em menor número, majoritariamente mais velha; fatores econômicos a emancipação, quando recebe mais recursos e abre políticas para trazer indústrias para sua região, e fatores político-administrativos o processo de tombamento da cidade, que teve sua conclusão em 2010.



Figura 4 - Mapa do município com marcação de períodos e elementos significativos Fonte: a autora com bases em mapa de Santa Tereza extraído do CadMapper



LEGENDA:
 eventos populacionais/socioculturais
 eventos econômicos
 eventos políticos/administrativos

Figura 5 - Linha do tempo de Santa Tereza comparada com Rio Grande do Sul. Fonte: a autora.

6. ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS

De acordo com o estudo evolutivo feito anteriormente, chega-se na conclusão de quais edifícios foram os elementos significativos de cada período. Para o primeiro, temos a Primeira Escola e Casa Do Professor, construída em 1989, a Prefeitura Municipal, de 1903, o Moinho Cooperativa Santa Tereza, de 1904, a Casa Prezzi, de 1905, a Casa Dianeí Fierri, de 1910, a Casa Miele, de 1910, o Antigo Hotel Central, e 1910 e a Casa Comercial Stringuinni, de 1911. Entre elas, foram selecionadas 3 para o fichamento: a Primeira Escola e Casa do Professor, a Casa Dianeí Fierri e a Casa Miele.

A segunda fase, principal para o desenvolvimento da cidade, foi que apresentou mais edifícios escolhidos como significativos. São eles: a Residência João Ferronato, de 1915, a Ponte Pêncil, de 1915, a Casa Comercial Lahude, de 1916, a Casa Remus de 1920, a Antiga Casa De Saúde (Casa Piccinini), de 1922, o Campanário, de 1927, a Casa Família Lahude, de 1930, o Moinho Valduga, de 1930 a Casa Irdes/Inácio Casagrande, de 1930, a Biblioteca Pública Nacional, de 1935, a Antiga Subprefeitura, de 1935, a Casa Paroquial, de 1939, a Antiga Fábrica De Alambiques E Máquina De Sulfatar, de 1945 e a Praça Maximiliano Cremonese, de 1950. Entre elas, foram escolhidas 3 para o fichamento: a Antiga Casa de Saúde, o Campanário e a Antiga Fábrica de Alambiques e Sulfatar.

A terceira fase é marcada pela construção da ferrovia, e a antiga estação ferroviária, provavelmente construído em 1969, assim como o Antigo Teatro Municipal, de 1955, foram marcados como elementos significativos do período. Devido ao declínio econômico visto durante a quarta fase e a tentativa de crescimento da quinta fase, foi marcada como elemento significativo a Igreja Matriz de Santa Tereza, de 1967, que foi construída após a rápida demolição da antiga Igreja Matriz.

7. ATUALIZAÇÃO DE FICHAS

Com essas informações, foram produzidas as fichas de inventário entre os elementos significativos escolhidos para cada período. Foram selecionadas três edificações do primeiro período para o fichamento, listadas a seguir: a Primeira Escola e Casa do Professor, a Casa Dianeí Fierri e a Casa Miele, e também três edificações do segundo período, listadas a seguir: a Antiga Casa de Saúde, o Campanário e a Antiga Fábrica de Alambiques e Sulfatar. A seguir, é apresentada a ficha da Casa Miele, servindo como exemplo também para as outras edificações selecionadas no trabalho. As fichas atualizadas utilizam como base as fichas do projeto VICTUR, que se baseia nas fichas

de inventário do IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado, que defende o patrimônio a nível regional.





		
1. IDENTIFICAÇÃO		2. OBJETO Nº
DENOMINAÇÃO: Casa Miele		<h1>03</h1>
COMUNIDADE: Santa Tereza		
ENDEREÇO: Av. Itália		
PROPRIETÁRIO ATUAL:		
USO ORIGINAL: Barbearia e fábrica de calçados USO ATUAL: Restaurada		
3. LOCALIZAÇÃO	4. CROQUI	
		
4. FACHADA PRINCIPAL		
		
5. REGISTRO HISTÓRICO		
<p>Construída em 1910, na Casa Miele inicialmente se instalaram uma barbearia e uma fábrica de calçados do Sr. Paulo Miele. Edificação de dois pavimentos, com estrutura e revestimentos de madeira, com fechamentos também em madeira com verga reta. La de pedra e tijolos feitos manualmente. Contém janelas com arco pleno no primeiro pavimento e verga plana no superior.</p>		

Figura 6 - Ficha de Inventário da Casa Miele P.01
 Fonte: a autora com bases nas fichas do Projeto VICTUR.

7. FOTOS



8. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

DATA DE CONSTRUÇÃO		TIPOLOGIA		CAMPANÁRIO		TORRE SINEIRA		NÃO POSSUI	
1910		ca=1 religiosa		bênção frontal bênção frontal		ca=1=1 bênção			
IMPLANTAÇÃO		ELEMENTOS FORMAIS							
única <input checked="" type="checkbox"/> d) fusa		BASE		MATERIAL		USO			
GRAU DE ORIGINALIDADE		POSICION		alvenaria de pedras <input checked="" type="checkbox"/> madeira		sim <input checked="" type="checkbox"/>			
inferior		alvenaria de tijolos		alvenaria de tijolos		não <input checked="" type="checkbox"/>			
alterado parcial <input checked="" type="checkbox"/>		P. S. PLANTA		MATERIAL DO CORPO		N.º DE PAV.			
alterado total <input checked="" type="checkbox"/>		auto-portante <input checked="" type="checkbox"/>		de material único		1			
AMBIENTAÇÃO		restrutura		de material misto		2 <input checked="" type="checkbox"/>			
positiva <input checked="" type="checkbox"/>		madeira <input checked="" type="checkbox"/> tijolo		diversidade de tijolo		3			
neutra <input type="checkbox"/>		pedra <input type="checkbox"/> concreto		diversidade de pedra		4			
negativa <input type="checkbox"/>		outro		madeira <input checked="" type="checkbox"/>					
CONSERVAÇÃO		N.º DE ÁGUAS		TIPO DE TELHA		COBERTURA			
boa <input checked="" type="checkbox"/>		0 1 2 3 4 5		cupinçal		alto			
regular <input type="checkbox"/>		1 2 3 4 5		fanceca		baixo			
ruim <input type="checkbox"/>				colonial					
PRODUÇÃO		COBERTURA		moderno		USO DO SOTÃO			
auto-produção <input checked="" type="checkbox"/>		original		telha		sim			
auto-produção parcial <input type="checkbox"/>		modificada <input checked="" type="checkbox"/>		madeira <input checked="" type="checkbox"/>		não <input checked="" type="checkbox"/>			
produção industrial <input type="checkbox"/>									
CRITÉRIOS DE SALVAGUARDA									
de utilidade <input checked="" type="checkbox"/>									
de caráter vocativo <input checked="" type="checkbox"/>									
de uso atual <input checked="" type="checkbox"/>									
de acessibilidade por reciclagem <input checked="" type="checkbox"/>									
de conservação <input checked="" type="checkbox"/>									
de identidade regional <input checked="" type="checkbox"/>									
de identidade formal <input checked="" type="checkbox"/>									
de risco de desaparecimento <input checked="" type="checkbox"/>									
de identidade <input checked="" type="checkbox"/>									
de compatibilização c/ a est. urbana <input checked="" type="checkbox"/>									
de identidade funcional <input checked="" type="checkbox"/>									

9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10. FONTE

Visita a campo, fichas prévias de inventário, trabalhos acadêmicos e livros.

11. PESQUISADORES

Débora L.C. Brand

12. DATA

15/06/2019

Figura 7 - Ficha de Inventário da Casa Miele P.02
Fonte: a autora com bases nas fichas do Projeto VICTUR.

8. CONCLUSÃO

Com o estudo, busca-se facilitar e ajudar na proposição de diretrizes e critérios para planos de regramento local da cidade, como possível normativa de proteção e regramento de uso de solo e leis de preservação do patrimônio da cidade, assim contribuindo para o planejamento de futuros planos diretores. Com a delimitação dos elementos significativos, é possível marcar áreas específicas de preservação do núcleo que - mesmo já sendo tombado pelo IPHAN, carece de manutenção e preservação em alguns edifícios. Como foi visto em estudo de referenciais, é de grande importância a preservação dos edifícios históricos para a história e memória da cidade e seus habitantes.

Algumas dificuldades foram encontradas na realização do trabalho em virtude da indisponibilidade da visita a campo com a equipe do IMHC, o que impossibilitou a coleta de relatos de memória oral em entrevistas a moradores, assim como uma maior varredura pelo perímetro urbano e rural do município. Outro fator foi a falta de possibilidade de manipular todos os dados disponíveis para realizar o estudo devido ao pouco tempo que uma disciplina de um semestre proporciona. Assim, as demandas sugeridas para trabalhos posteriores sobre a evolução urbana de Santa Tereza são fazer a visita e as entrevistas à população e ampliar, revisar ou contestar o estudo sobre a evolução urbana de Santa Tereza, adicionando elementos significativos para cada fase, em especial a quarta e quinta, que requerem maior tempo de pesquisa, além de fotos de cada período.

REFERÊNCIAS

- BARELLA, Sandra Maria Favaro. **Paisagem Cultural: Elementos de configuração Morfológica e Valores de Preservação**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2010
- COSTAMILAN, Eloise - **Documentação Para Processo De Tombamento Do Núcleo Histórico De Santa Tereza**. Caxias do Sul, 2005.
- COSTAMILAN, Eloise. **Centro de Apoio Turístico e Cultural - Trabalho de Conclusão de Curso**. Caxias do Sul, 2005.
- DAMAZZINI, Marcelo. **Configuração regional, segregação espacial e os processos de estagnação em pequenas cidades: O Caso de Santa Tereza/RS**. Porto Alegre: Tese de Pós-Graduação, 2017.
- DUDA, Elisa. **Paisagem Cultural: Evolução Urbana E Memória Oral**. Caxias do Sul: Relatório de Estágio, 2014.
- DUARTE, Aline. **Paisagem Cultural: Análise Da Visibilidade Do Espaço Aberto De Recorte Da Área Rural Do Município De Flores Da Cunha**. Caxias do Sul: Relatório de Estágio, 2018.
- FRACASSO, Janaina. **Plano Local de Desenvolvimento: Estudo da Evolução Urbana do Município de Veranópolis**. Caxias do Sul: Relatório de Estágio, 2014.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Délia Eberle. **Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001. 317 p

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS. **Santa Tereza/RS a pequena capital**.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, UNB, 1996.

LEPORE, Mario; SANTINELLI, Cecília. **Curso de Turismo Ambiental e Patrimônio Histórico**. Cadernos ILLA, 18 A 29 de setembro de 2006. - Cópia Digitalizada da Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência - Arquivo Central do Iphan no processo de tombamento Nº 1568-T-08, anexo III

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições70, Publicado em 1960, 1.ed., reeditado em 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

ONUS, João Wianey; TRAVI, Claudete Maris Tairari PROJETO URB-AL/VICTUR. **Projeto VICTUR**, valorização do turismo integrado à identidade cultural dos territórios. Caxias do Sul, RS: Belas Artes.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Ed. da UFRGS, 1997. 147 p

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília, Iphan, 2007.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; BALDISERRA, Doris; DE MORI, Paulo Rogério; BARELLA, Sandra Maria Favaro; TEIXEIRA, Alessandra Braun; CERON, Calíntia Argenta; RODRIGUES, Cheila Netto; BERTOCO, Cristiane; FRITZEN, Daniela; LONGONI, Daniela; COSTAMILAN, Elisa; GATELLI, Francine; FRIZON, Monica; UEZ, Pablo; MUNARO, Rachel; BUCHEBUAN, Terezinha; DA COSTA, Tiago Dallegrove; SCHIAVENIN, Vivian.
Documentação para instrução do processo de tombamento do núcleo histórico de Santa Tereza/RS. Caxias do Sul, 2005.

Paisagem urbana das construções no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo: uma análise dialógica

SALCEDO, Rosio Fernandez Baca (1); ALVES, Caroline Daiane (2)

(1) Professora Doutora, UNESP, rosiofbs@faac.unesp.br;

(2) Graduanda, UNESP, carolinedaianealves@gmail.com.

RESUMO

A paisagem urbana é composta pelos aspectos físicos que compõem o espaço e essa paisagem é reflexo da relação do homem com o lugar. As manifestações culturais, sociais, políticas, econômicas, traçam sempre mudanças nesses espaços urbanos e na arquitetura. A paisagem urbana e a arquitetura no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo é significativa como objeto de estudo por ser repleta de arquiteturas que contam a história de São Paulo e o presente trabalho tem como proposta apresentar a análise dialógica em contextos históricos. Foi utilizado o método dialógico para analisar a arquitetura e paisagem urbana e pesquisa bibliográfica para entender o contexto histórico existente no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo. A partir da análise da paisagem urbana com o uso do método dialógico foi possível perceber a importância da conservação do contexto histórico, do uso desse espaço e do grande movimento de pessoas para preservação da memória.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana, análise dialógica, Escola Técnica, São Paulo.

Urban landscape of buildings around the São Paulo State Technical School: a dialogical analysis

SALCEDO, Rosio Fernandez Baca (1); ALVES, Caroline Daiane (2)

(1) PhD Professor, UNESP, rosiofbs@faac.unesp.br;

(2) Undergraduate student, UNESP, carolinedaianealves@gmail.com.

ABSTRACT

The urban landscape is composed of the physical aspects that make up the space and this landscape is a reflection of man's relationship with the place. Cultural, social, political and economic manifestations always trace changes in these urban spaces and architecture. An urban landscape and architecture around the São Paulo State Technical School is important as an object of study to replace architectures that contaminate the history of São Paulo and the present work proposes to present a dialogical analysis in historical contexts. The dialogical method was used to analyze the architecture and the urban landscape and the bibliographical research to understand the historical context around the State Technical School of São Paulo. From the analysis of the urban landscape using the dialogical method, it was possible to realize the importance of the historical context, the use of this space and the great movement of people to save the memory.

KEYWORDS: *Urban landscape, dialogical analysis, Technical School, São Paulo.*

1. INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio é importante para a permanência da memória coletiva e individual de um período histórico, mostrando sua história nas edificações e paisagem urbana pela sua morfologia. As edificações preservadas são importantes para as gerações futuras, John Ruskin (2015, p.66), considera “a arquitetura imprescindível para a memória”. Com esse conceito utilizaremos como objeto de estudo a paisagem urbana do entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo por estar beneficiado pelo centro histórico da cidade de São Paulo, com construções importantes.

Le Goff, nos mostra que a história é o resultado da construção de documentos e monumentos. Para o autor, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (p.535, 1996).

A Escola Técnica Estadual de São Paulo fica localizada em arredores históricos no centro da cidade de São Paulo, com entrada pela Avenida Tiradentes e com construções significativas, como os conjuntos das antigas instalações da Escola Politécnica, a praça da luz, Museu de arte sacra, Pinacoteca, Estação da luz, Arquivo histórico municipal, Portal de Pedra do antigo presídio Tiradentes, entre outros. Tornando um entorno precioso com construções importantes para a cidade. É impossível andarmos no centro de São Paulo, principalmente no entorno dessa escola e não descobrir apenas com esse caminhar a incrível arquitetura que reúne beleza, mas também faz com que identifiquemos a cidade em momentos diferentes com organizações sociais, econômicas, políticas e culturais, significativo para formação da região.

Este estudo objetivou analisar o entorno da construção da Escola Técnica Estadual de São Paulo, por ser uma região rica em patrimônio e porque nessa unidade possui um curso de Desenho de Construção Civil.

No terreno da Escola Técnica possui construções tombadas pelos três níveis, municipal (CONPRESP), estadual (Condephaat) e federal (IPHAN), sendo eles o edifício Hipólito Pujol e os edifícios Oscar Machado, ligados um ao outro e pertencentes às antigas instalações da Escola Politécnica. Por estarem localizados no centro histórico de São Paulo, pela grande presença de edifícios tombados, presença de transportes públicos, avenida com grande fluxo de veículos, grande circulação de pedestres, construções

preservadas, comparado a outras regiões históricas da cidade que não possuem a mesma preservação, será apresentado uma análise dialógica dessa paisagem urbana e suas contribuições para preservação das edificações.

A análise das construções do entorno, será limitada à um raio aproximado de 150 metros, atingindo o entorno da quadra que fica localizado a construção da Escola Técnica Estadual de São Paulo, junto com a Faculdade Tecnológica São Paulo, conforme a figura 1. Mesmo sendo uma área não tão grande, ela possui uma grande quantidade de construções a serem estudadas e de grande valor histórico.



Figura 1 - Entorno das edificações da Escola Técnica Estadual de São Paulo e Faculdade Tecnológica São Paulo. Fonte: Google maps, 04 de agosto de 2019.

Essa resguarda da paisagem urbana, cercada de construções importantes para história, auxilia na formação do indivíduo, afinal, “O homem constrói o lugar a partir de sua concepção histórica” (MUNTAÑOLA, 2000, p.17). Importante para os alunos que frequentam as escolas e até mesmo essa visão para os usuários dos espaços no entorno, pois mantém a preservação.

Será utilizado para coleta de dados uma pesquisa bibliográfica referente às edificações da escola, incluindo as edificações da Fatec São Paulo, por fazerem parte do mesmo espaço e as edificações do entorno, também uma análise da paisagem urbana das ruas do entorno essas construções e levantamento com fotos.

Será utilizado a metodologia dialógica com a fundamentação teórica de Bakhtin, Muntañola e Zarate, analisando essas construções com a paisagem urbana. Assim podemos relacionar a produção arquitetônica e a paisagem cultural com seu contexto ou modos de produção.

Utilizando esse método, podemos entender o diálogo que a paisagem urbana tem com a arquitetura e com seu contexto histórico e entender que com o grande fluxo de pessoas nesse contexto contribuem para a preservação das edificações.

2. MÉTODO DIALÓGICO

O método dialógico aborda a teoria filosófica de Muntañola e traz a narratividade de Ricouer e o diálogo de Bakhtin. Essa abordagem em centros urbanos mostra a formação Urbana e também a morfologia das arquiteturas nesses espaços onde a arquitetura e paisagem urbana são o reflexo das manifestações tecnológicas, políticas, sociais, econômicas e culturais de determinados períodos.

A paisagem Urbana e a Arquitetura estão vinculadas com as manifestações dos períodos e assim conseguimos compreender sua morfologia. A relação da leitura do texto que é arquitetura e a paisagem urbana e do seu contexto que é a forma de concepção daquilo é entendida como dialogia. Portanto a relação da obra arquitetônica e paisagem urbana é importante para entendermos como que era a paisagem Urbana nos períodos já que ela é sempre modificada por existir elementos de mais fácil remoção.

Usando como um ponto de partida para a análise, a princípio verificar o texto determinado por Bakhtin "a arquitetura". É importante destacar que o texto (arquitetura) se relaciona de uma forma dialógica com o contexto existente. Significativo entender que a arquitetura conversa com a paisagem urbana, mostrando a presença do texto e contexto apresentados por Muntañola. A análise dialógica parte do texto (edificações) localizando eles nessa paisagem urbana e trazendo suas características, a partir dessas informações teremos o levantamento do contexto das edificações, "análise do contexto considera a formação urbana, a morfologia urbana e edilícia, aspectos sociais e culturais, equipamentos comunitários (educação, saúde, lazer), serviços (transporte coletivo, segurança), meio ambiente, espaços públicos livres e as políticas". (Martins, 2016, p. 45)

A arquitetura dialógica proposta por Muntañola (2000) desperta uma conscientização histórica e cultural, conduzindo-os à interpretação do lugar como força mentora projetual em áreas históricas.

Como roteiro do método, devemos fazer o levantamento do texto e contexto existente e o levantamento do entorno para entender sua morfologia com o uso de bibliografias, artigos.

A arquitetura dialógica proposta por Muntañola despertar uma conscientização histórica e cultural nos estudantes, conduzindo-os à interpretação do lugar como força mentora projetual em áreas históricas. Seu método surge como uma nova forma de interpretar arquitetura, não apenas moderada na análise da sua forma, função, escala, implantação, vistas, acessibilidade, limites, técnicas e de seus materiais, mas a partir da historicidade e da cultura dos lugares arquitetônicos. (CHAMMA, 2016, p. 47)

A paisagem urbana, por ser produto de uma determinada cultura pode melhor nos referir a paisagem cultural. A paisagem cultural refere-se aos resultados da interação entre as ações humanas e a paisagem primária que se desenvolve no tempo (RAPOPORT, 2003, p. 53). Com a assertiva de Rapoport podemos notar a inserção do elemento tempo, tornando a relação lugar-cultura um pouco mais complexa, sendo necessários lugar-cultura-tempo para originar a paisagem cultural.

Além de a paisagem cultural compreender os ambientes fixos, semifixos e não fixos. E os elementos semifixos estão constituídos pelo mobiliário urbano, vegetação, caminhos, comunicação visual. Porém, a paisagem cultural pode acrescentar os grupos sociais que vivem e atuam na paisagem e suas expectativas e significados, portanto, iremos acrescentar os ambientes sociais e simbólicos descritos por Zarate (2010).



Figura 2 - Paisagem Urbana da Praça Coronel Fernando Prestes, observando as antigas instalações da Escola Politécnica. Fonte: Google Maps, 04 de agosto de 2019.

3. ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA NOS ARREDORES DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO

Quando falamos de lugar, estamos nos referindo ao espaço onde o homem habita, e esse lugar é repleto de relações socioculturais. Segundo Montaner (2001, p. 37), a “ideia de lugar diferencia-se da de espaço pela presença da experiência por parte do corpo humano”.

A paisagem em si é o reflexo da relação das pessoas nesses espaços e suas características são modificadas conforme o contexto existente. O homem habita, constroem, e altera essas características conforme seus costumes, crenças, política, economia. A paisagem urbana torna-se um espaço de transformações.

Dentro dessa paisagem urbana temos elementos, como a arquitetura, ruas, veículos, elementos naturais, pessoas. Quando se trata de uma paisagem urbana em contexto histórico podemos enxergar a morfologia que era representada em certo período, interpretando essa história contada de uma forma material. Segundo o Decreto-Lei nº 25/1937, no artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu valor excepcional, valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (MACHADO, 1991, p. 526).

O bairro do Bom Retiro é um dos bairros mais antigos de São Paulo caracterizado pela grande quantidade de comércio e grande movimento com as linhas de estações importantes para o deslocamento para áreas não centrais da cidade.

A origem do bairro foi no início do século XIX, originalmente existia uma paisagem rural e depois foram chegando imigrantes europeus na região, com isso houve mudanças na sua paisagem. Tornou-se um bairro operário com o grande crescimento de indústrias. A partir de 1900 a paisagem foi sendo modificada com a grande concentração de comércio.

Com essa modificação na paisagem, foram trazendo também a infraestrutura. A diversificação de estrangeiros era muito grande.

A população estrangeira no bairro do Bom Retiro se tenha distribuído como segue: de 1870 a 1890, em maioria portugueses; de 1900 a 1940, predominantemente de origem itálica; e de 1950 a 1970, de forte predominância israelista. (DERTÔNIO, 1971, p. 22)

As edificações existentes nos espaços do entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo são os edifícios Hipólito Pujol e Oscar Machado, construídas em 1938, espaço que abrigava o Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica e o Gabinete de Resistência, percursos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), outra construção do mesmo período é onde fica as instalações e parte administrativa da escola, o edifício Ary Torres, preservado, porém não tombado.



Figura 3 - Foto da edificação Hipólito Pujol. Fonte: do autor, 21 de dezembro de 2018.



Figura 4 - Foto tirada de dentro da edificação Hipólito Pujol com vista para o Arquivo Municipal. Fonte: do autor, 25 de setembro de 2018.

As edificações que se encontram na mesma avenida são o Recolhimento de Nossa Senhora da Luz/Museu de Arte Sacra/Mosteiro da Luz, Portal de Pedra pertencente ao

antigo presídio Tiradentes, onde a grande maioria da construção foi demolida para a construção da linha do metrô, edificações que ficam localizadas na mesma Avenida das edificações da Escola técnica e Faculdade tecnológica.

Na Rua dos Bandeirantes com construções de edifícios residenciais, estacionamento e construções comerciais.

Já na Rua Afonso Pena, construções de edificações mistas, comércio e edificações fazendo com que tenha uma movimentação de pessoas durante o dia e noite, ajudando na preservação do espaço. Além disso a paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, Arquidiocese de São Paulo, com elementos arquitetônicos românicos, a presença da Biblioteca Departamento do Patrimônio Histórico localizado no terreno da escola, porém situado nessa rua que hoje tem como finalidade guardar os documentos públicos e municipais, tendo mais de 4,5 milhões de documentos.

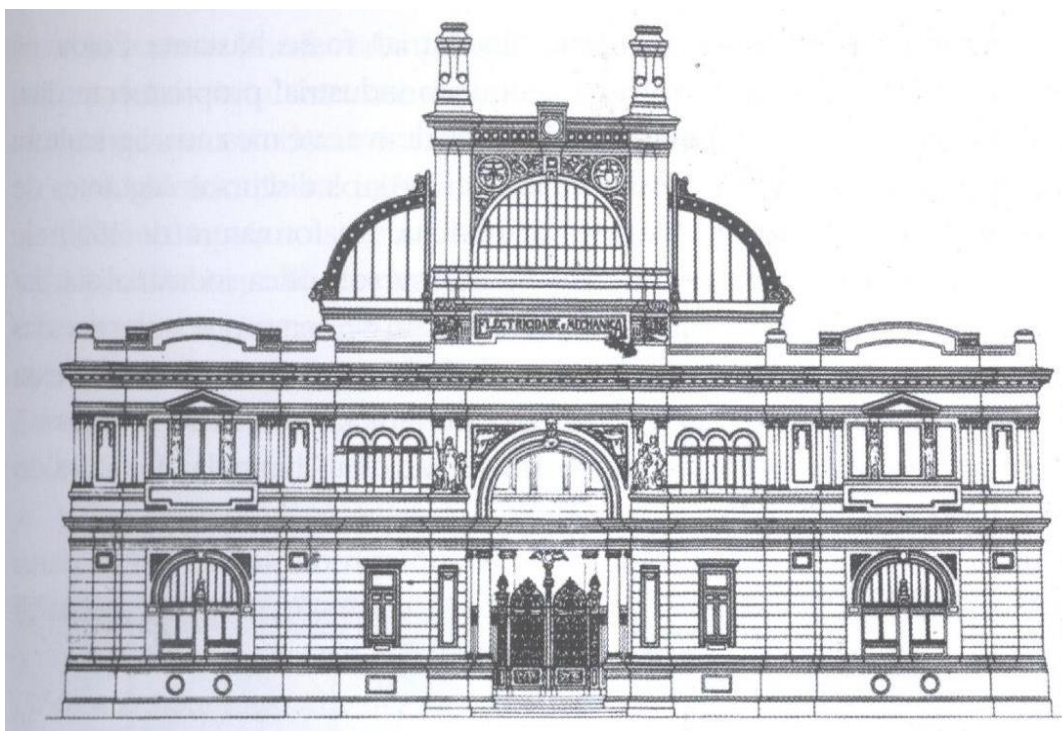


Figura 5 - Desenho do escritório Ramos de Azevedo, inaugurado em 1920, hoje atual Arquivo Municipal. Fonte: Assembleia legislativa do estado de São Paulo, 04 de setembro de 2019.

Na Praça Coronel Fernando Prestes, com a concentração maior de edificações históricas temos o Quartel do Comando do comando geral da Polícia Militar do estado de São Paulo, o Arquivo Histórico Municipal, responsável pela guarda, preservação dos documentos considerados de valor histórico, o Edifício Paula Souza, construído na época para abrigar os laboratórios gerais da Politécnica, também a fachada do Edifício Hipólito Pujol.



Figura 6 - Fachada da escola Politécnica, hoje unidade de Pós Graduação do Centro Educacional Tecnológico Paula Souza. Fonte: Mestres do séc. XIX, 03 de novembro de 2019.



Figura 7 -Fachada do Edifício Paula Souza, antigas instalações da Escola Politécnica. Fonte: wikipédia, 04 de agosto de 2019.

Tabela 1 - Tabela de análise do contexto existente. Fonte: do autor, 04 de novembro de 2019.

PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA	PAISAGEM URBANA				
	PERÍODO	NATURAL	NÃO FIXO	SEMI FIXO	SOCIAL
Recolhimento de Nossa Senhora da Luz / Museu de Arte Sacra	1774 - Barroco colonial	jardim no entorno e um pátio interno	movimentação de visitantes, religiosos	iluminação/ponto de ônibus	Mosteiro que atualmente é um Museu.
Portal de Pedra	Construção do antigo presídio (1825) / Construção do Arco (1930)	Período do presídio com jardins, atualmente sem elementos naturais	Pessoas que frequentam a agência bancária	iluminação	Antigo presídio, hoje uma agência bancária
Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora	1918- Construção da capela nas proximidades	poucos elementos naturais	movimentação de pessoas que frequentam a igreja	ponto de ônibus ao lado	Frequentadores da igreja e religiosos
Biblioteca Departamento do Patrimônio Histórico	não	vegetação na calçada	frequentadores e pessoas que passam no caminho	sinalização e semáforo	pesquisadores, funcionários.
edifício Ramos de Azevedo localizado no terreno da escola	projetado em 1907, inaugurado em 1920	Elementos naturais na Praça Coronel Ferreira Prestes (em frente)	Pessoas que frequentam a praça, pesquisadores	iluminação	Antigamente abrigada a Politécnica, hoje é o Arquivo Municipal
Quartel do Comando do comando geral da Polícia Militar do estado de São Paulo	não identificado	grande quantidade de vegetação, jardim japonês, lago com peixes	frequentadores do quartel	estatua na fachada da edificação, iluminação	Construção militar
Praça Coronel Fernando Prestes	não identificado	Grande quantidade de vegetação	Pessoas que circulam para o metro, para edificações do entorno, moradores de rua	mobiliário urbano	área coletiva de convivência e circulação de pessoas

Destaca-se por construções de um período do final do século XIX, sendo elas as construções das antigas instalações da Escola Politécnica, com uma presença muito marcante pelo eclétismo. A arquitetura do Arquivo Histórico Municipal com elementos também ecléticos, assim como o museu de arte sacra com seu conjunto de construções coloniais, traços barrocos, construção do século XVIII, com grande preservação de elementos, materiais e estrutura, tombada pelo Condephaat e pelo IPHAN. A igreja Nossa Senhora Auxiliadora, mesmo com a construção feita no século XX, possui traços de arquitetura românica.

Todo o entorno da paisagem urbana possui transporte público como metro e pontos de ônibus, como a maioria das construções é pública, seu movimento é grande. Além de grande movimento na escola, pois no terreno possui durante o dia alunos de ensino médio e técnico e também da Faculdade Tecnológica, durante a noite alunos do curso técnico e da Faculdade Tecnológica. Essa grande utilização do espaço traz a valorização do espaço.

4. CONCLUSÃO

Após todo levantamento do texto e contexto das edificações históricas, também é analisado os elementos da paisagem urbana, as edificações residenciais e comerciais que traz a dinâmica necessária para a conservação dos mesmos, mostrando a importância de edificações com grandes circulações de pessoas em diferentes horários.

A partir da análise é possível perceber a importância dos patrimônios na paisagem urbana, o uso dessas construções com grande fluxo de pessoas, para consciência da preservação do espaço, tanto para a memória coletiva, quanto trazendo a identidade cultural e individual. Conseguimos entender a preservação desses espaços pelo simples fato das construções do entorno estarem respeitando as construções históricas, assim como nos assegura, as edificações devem “ser integradas à paisagem edilícia do contexto, respeitando suas características” (SALCEDO, 2009, p. 78).

Além das edificações residenciais que se misturam nessas edificações históricas com várias características distintas, mas que trazem a circulação de pessoas nesse espaço, assim como a Escola técnica e a Faculdade tecnológica mostrando a importância de instalações com trajetos de pessoas para a conservação desses espaços.

Além disso, no entorno foram encontrados a facilidade de transportes públicos, com uma linha de metro nesse raio de 150 metros, além dos pontos de ônibus nos arredores

que dão acesso a grande parte da cidade. Ampliando esse raio, existe a facilidade de mais acessos, como exemplo linhas de metro e trem com grande proximidade dessas construções, ajudando ainda mais no fluxo de pessoas.

Enfim, por meio da pesquisa, foi possível confirmar que em centros históricos, a relação do usuário nessa paisagem urbana pode trazer a consciência de conservação de espaço. Observou-se que quando se coloca um uso para as construções históricas e no seu entorno tem a presença de edificações com grande fluxo de pessoas e o deslocamento de pessoas durante o dia e noite por meio do transporte público, faz com que o espaço se torna mais útil e mais usado por todo, consequentemente mais respeitado e preservado.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Plano de Curso Técnico em Desenho de Construção Civil**. São Paulo, 2011.
- CHAMMA, Paula Valéria Coiado; SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **Ensino dialógico do projeto arquitetônico em áreas históricas**. Maria Solange Gurgel de Castro; Fontes, Obede Borges Faria e Rosio Fernández Baca Salcedo (organizadores). Pesquisa em arquitetura e urbanismo: fundamentação teórica e métodos. -São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 47-68, 2016.
- DERTÔNIO, Hilário. **A história dos bairros de São Paulo - o bairro do bom retiro**. Prefeitura Municipal - Secretaria da Educação e Cultura. São Paulo, 1971.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MONTANER, Josep Maria. A modernidade superada: arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001
- MUNTAÑOLA, Josep. **Topogénesis - Fundamentos de una nueva arquitectura, Arquitect**, n.º11. Barcelona: Edicions UPC, 2000.
- MUNTAÑOLA, J. **Hacia una aproximación dialógica a la arquitectura contemporânea**. In: Revista ARQUITECTONICS. Mind, Land & Society. Arquitectura y Dialogia. No 13. Barcelona: UPC, p. 62-63, 2006.
- RAPOPORT, Amos. **Cultura, Arquitectura y Diseño**. 1 ed. Barcelona: Edicions UPC, p. 44-53, 2003.
- Resolução SC 186/02 - Conjunto Escola Politécnica. Consultado em 04 de agosto de 2018.
- RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**/ John Ruskin; tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 85p. 2008.
- SALCEDO, Rosio Fernandez Baca et al. **Arquitetura Dialógica no Contexto do Centro Histórico: o Método**. PASCHOARELLI, Luis Carlos; SALCEDO, Rosio Fernandez Baca. Interação: panoramas das pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo. Bauru: Canal, v. 6, p. 227-238, 2015.

ZÁRATE, M. **El lugar urbano como estrategia de conocimiento proyectual em urbanismo.**
Revista Architectonics. Mind, Land & Society. Hacia un urbanismo alternativo. Barcelona:
Universitat Politècnica de Catalunya - UPC, No.19-20, 2010.



Patrimônio industrial edificado em Cachoeira do Sul

FRANCESCHI, Leonardo I. Gomes de (1); COLBEICH, Jéssica Machado (2)

(1) Graduando, UFSM, leonardogfranceschi@gmail.com;

(2) Bacharel, UNISC, jessicolbeich@gmail.com;

RESUMO

Este artigo engloba a primeira fase de uma pesquisa mais ampla a que se propõem os autores sobre a identificação das edificações industriais de valor histórico do município de Cachoeira do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, que foram vitais para os núcleos urbanos da cidade, imprimindo sua influência no desenho da cidade e no comportamento dos habitantes entre os anos de 1870 e 1980. Hoje sobrevive parte deste conjunto de construções na maior parte abandonados e em absoluta maioria em grave estágio de degradação, com esta preocupação objetivamos o levantamento e cadastro das informações históricas e arquitetônicas visando servir à pesquisa e ensino das próximas e atuais gerações, auxiliando assim o entendimento da configuração contemporânea da cidade e também de seu passado.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Industrial, Cachoeira do Sul, Cidade, Patrimônio Industrial.

Industrial heritage built in Cachoeira do Sul

FRANCESCHI, Leonardo I. Gomes de (1); COLBEICH, Jéssica Machado (2)

(1) Undergraduate student, UFSM, leonardogfranceschi@gmail.com;

(2) Graduate, UNISC, jessicacolbeich@gmail.com

ABSTRACT

This article encompasses the first phase of a broader research proposed by the authors about the identification of industrial buildings of historical value in the city of Cachoeira do Sul, state of Rio Grande do Sul, which were vital for the urban centers of the city. , impressing its influence on the design of the city and on the behavior of the inhabitants between 1870 and 1980. Currently survives part of this set of buildings mostly abandoned and mostly in serious degradation, with this concern we aim to survey and register historical and architectural information in order to serve the research and teaching of the next and current generations, thus helping the understanding of the contemporary setting of the city and also of its past.

KEYWORDS: *Cachoeira do Sul, heritage, industry, rice.*

1. INTRODUÇÃO

O povoamento de Cachoeira do Sul tem início no século XVIII, através da chegada de milícias enviadas pelo império à província do Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul, formando os primeiros acampamentos militares e fortificações do território. Na década de 1750 casais açorianos receberam grandes porções de terras¹ (sesmarias), para receber estas concessões, os colonizadores deveriam possuir capacidade econômica e militar para assegurar a ocupação portuguesa na província.

A vila de Cachoeira, sede de dois juízes ordinários e cabeça de extensa paróquia, fica em situação agradável, à vertente de uma colina, dominando o Rio Jacuí. É uma vila de criação recente, ainda pequena, sendo a praça pública indicada por algumas casas esparsas. (Saint-Hilaire, 1974 [1887]. p.184)

As características dos biomas de Planícies Aluviais e coxilhas do Pampa Gaúcho da região da depressão central da Província permitiram uma boa produção agropecuária das estâncias que se originaram destas doações de sesmarias, dando capacidade de sustento às necessidades dos habitantes e possibilitando o crescimento do povoado, que era na época o primeiro no caminho para as missões.

A 12, percebemos Cachoeira desde as alturas que a dominam e por onde passa o caminho das Missões. É uma linda cidadezinha, recentemente construída, situada sobre uma colina, à margem esquerda do Jacuí, não longe da confluência com o Botucaraí. (Isabelle, 1983 [1835]. pag. 44)

É digno de lástima que todas essas belas planícies baixas do Jacuí e de outros rios estejam expostas a inundações frequentes; isto é um obstáculo até agora sem solução para a sua cultura e, ao mesmo tempo, obriga os habitantes das proximidades que possuem animais a ter grandes extensões de terreno, a fim de os poder retirar para as elevações no tempo das inundações. (Isabelle, 1983 [1835]. pag. 42-43)

A Cachoeira do Passo do Fandango se configurava como o limite mais distante da foz do Rio Jacuí para a navegação de embarcações de transporte, fazendo o povoado o ponto mais interno da província onde era possível a chegada facilitada de insumos, ferramentas e maquinários importados de outros estados e países. Esta característica era potencial para a instalação de empreendimentos fornecedores dos recursos e bens de consumo para a população da região central do estado e confirmada através do seguinte relato de Auguste De Saint-Hilaire em sua viagem ao estado em 1920.

¹ Sesmarias correspondiam a glebas de terra de no mínimo uma légua quadrada (6600m x 6600m) de área, geralmente delimitadas por acidentes geográficos naturais.

Até ao presente momento não fizeram obra alguma além de uma picada para facilitar a descarga das mercadorias que vem de Jacuí, e nem mesmo a estrada ligando a vila ao rio é conservada.

De qualquer modo, sendo a vila de S. João da Cachoeira a primeira povoação que se encontra na estrada das Missões, tornou-se uma espécie de entreposto, onde os negociantes e estancieiros que não querem fazer longas viagens deixam o produto da região e adquirem, de volta, as mercadorias que necessitam. (Saint-Hilaire, 1974 [1887]. p.185)

2. FORMAÇÃO DO POVOADO

As casas, brancas por fora, são feitas de pedra e tijolo e cobertas de telha vermelha. A igreja, de extrema simplicidade, tem apenas o ar de casa grande. (Isabelle, 1983 [1835]. pag. 44)

Em 1777 é instituído o Distrito da Freguesia de São João da Cachoeira, estando o núcleo “urbano” na época concentrado próximo à margem do Rio Jacuí, no local conhecido como Aldeia, à jusante do Passo do Fandango onde se localiza a Cachoeira que deu nome à cidade² (Figura 3, setor em cor preta).

Entre a vila e o rio, sobre a vertente da colina, existem diversas míseras palhoças, separadas umas das outras, lugar esse que tem o nome de Aldeia. As palhoças são habitadas por índios mandados vir da aldeia de S. Nicolau, vizinha de Rio Pardo, para lançar as fundações desta vila e que permaneceram após terminadas suas tarefas.

Deve-se o nome da vila a rochedos, existentes em lugar pouco distante, que embaraçavam o curso do rio, impedindo o trânsito de pirogas fora do tempo das chuvas. (Saint-Hilaire, 1974 [1887]. p.184 - 185)

Nas primeiras décadas após o início da doação das sesmarias, devido ao bom potencial produtivo das terras da região e à ausência de infraestrutura de transportes, o beneficiamento da produção agropecuária ocorria junto às estâncias, em pequenas indústrias que se apresentavam como moinhos, charqueadas e atafonas. Deste período podemos citar o exemplar hoje em ruínas da Atafona na localidade de Piquiri³ e o exemplar preservado da Fazenda São José na localidade de Porteira Sete, que mantém até os dias atuais o maquinário de fabricação da farinha (Figura 2), junto à residência sede da Estância⁴.

² A estrutura geológica da Cachoeira do Fandango fora parcialmente dinamitada para a construção das fundações da Barragem do Fandango em 1951, partes da cachoeira podem ainda hoje serem vistas durante períodos de estiagem quando as comportas são parcialmente fechadas.

³ Item nº 118 do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural Material de Cachoeira do Sul.

⁴ Item nº 117 do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural Material de Cachoeira do Sul.



Figura 2 - Interior do pavilhão da atafona da Fazenda São José - Cachoeira do Sul.
Fonte: fotografia de Mateus Rosada, janeiro de 2017.

A Estância da Fazenda São José tem origem na concessão da sesmaria situada entre as margens dos rios Piquiri e Jacuí em 1794. Porém é registrada a existência de uma atafona em documentos descrevendo as propriedades de João Pereira Fortes no ano 1783 e no ano de 1812, havendo a certeza que o engenho de farinha descrito na última data é de fato o ainda existente, mas também havendo a sugestão de que já existisse na data anterior, contrariando a tradição oral da família proprietária sobre o período provável de construção da edificação.

Na segunda metade do século XIX a cidade passa a sofrer processos de transformação derivados do desenvolvimento econômico que marcaram os cem anos seguintes. Esta evolução do espaço urbano se deu especialmente relacionada às instalações, ampliações e declínio dos diversos estabelecimentos industriais que se deram neste referido período.

Em 1819 é assinado por Dom João VI o decreto que criou a Vila Nova de São João da Cachoeira, sendo instalado o município um ano depois em 1820. Deste período até 1850 ocorre a evolução da malha urbana da cidade a partir da Aldeia em direção Norte até as barreiras naturais formadas pelos córregos denominados Lava-Pés e Michaela (Figura 3, trecho em cor magenta).

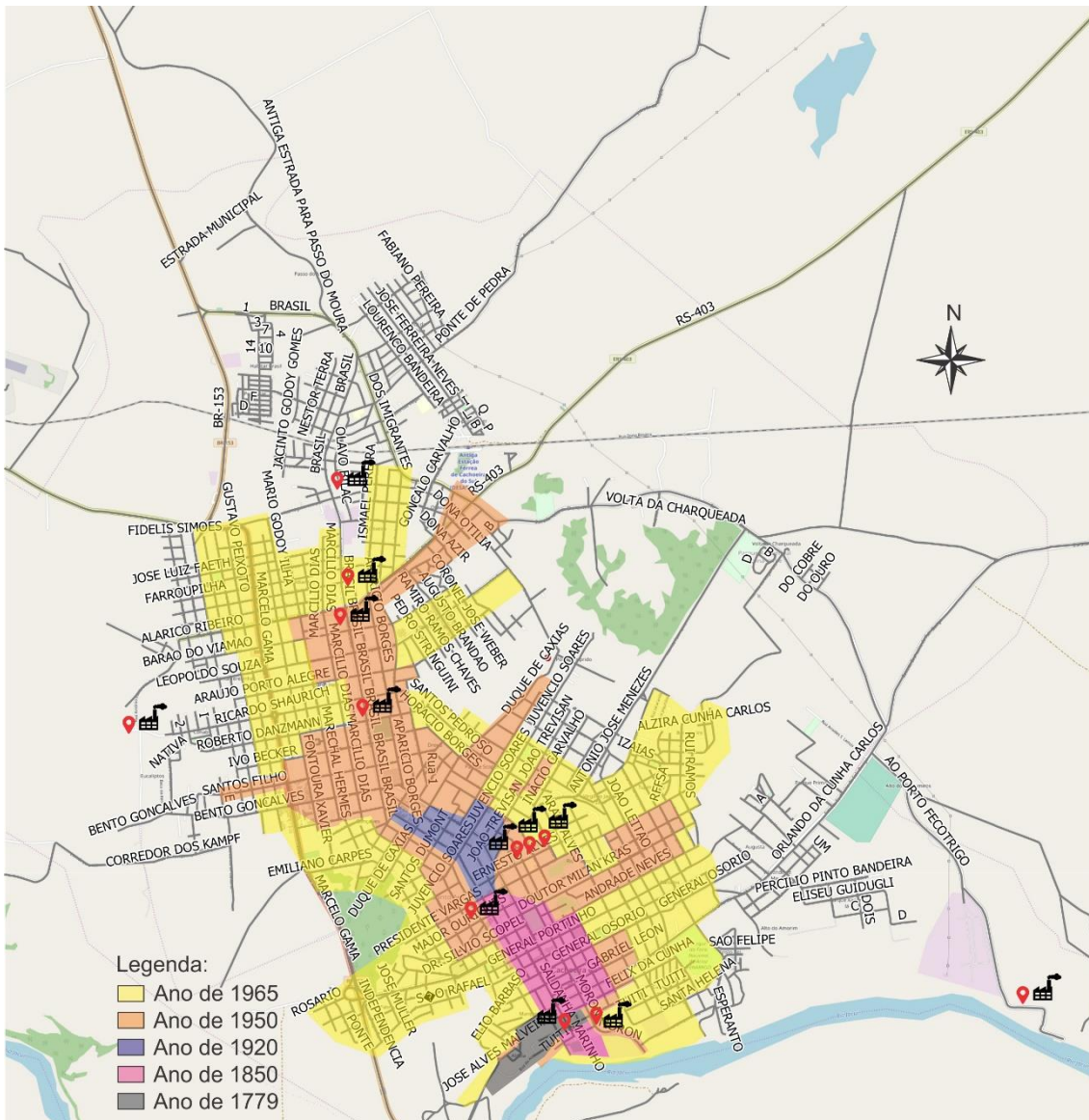


Figura 3 - Mapa de Evolução Urbana da Sede do Município de Cachoeira do Sul e localização dos principais edifícios industriais identificados durante a pesquisa. Fonte: Desenho de Jéssica Colbeich, outubro de 2019.

3. DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA

Com o crescimento da população da cidade e desenvolvimento regional, ocorre a instalação em 1870 daquela que se tornaria a primeira indústria de grande porte do município, a Charqueada do Paredão.

Possuiu por volta de mil hectares de campos, onde a maioria servia para a internada do gado à espera do abate. Em sua fase de maior capacidade, em 1891, chegou ao número de 40.000 animais abatidos por ano e contou com equipamentos avançados para a época como caldeiras de 60 hp, bombas para extração de água do Rio Jacuí e

autoclave para selamento de embalagens. Produzia além do charque, concentrados de carne, conservas, farinha de ossos.

A localização desta Charqueada a tornava privilegiada, pois a sua distância para as estâncias criadores de gado das regiões do Planalto Médio, Fronteira Oeste e Missões era muito menor em relação ao polo charqueador de Pelotas, tornando mais vantajosa a comercialização pela menor perda de peso ocorrida pelas caminhadas das tropas rumo ao abate.



Figura 4 - Edificações restantes da Charqueada Paredão, Cachoeira do Sul - RS.
Fonte: fotografia de Leonardo I. G. de Franceschi, 18 de agosto de 2018.

Entretanto as instalações industriais da Charqueada Paredão foram as primeiras da cidade a caírem em desuso, com a introdução de novas técnicas de conservação de alimento, a transformação da carne *in natura* em charque e conservas passa a perder demanda, e sem a modernização da indústria, a empresa é fechada e as edificações são abandonadas por volta dos anos 1930.

Hoje restam um pavilhão que fora reformado para uso de depósito em 1997 na ocasião das obras para o Porto de Cachoeira do Sul, ruínas com a chaminé da caldeira, algumas estruturas de fundação feitas de pedra e vestígios de poços para depósito de rejeitos.

Em 1883 é concluído o trecho inaugural da linha férrea Porto Alegre-Uruguaiana, ligando Cachoeira a Santo Amaro, sendo o restante do trajeto até a capital realizado por meio fluvial. A ferrovia só atingiria a cidade de Uruguaiana em 1907 e em 1911 seria concluído o trecho entre as cidades de Santo Amaro do Sul e Porto Alegre. A Charqueada ainda

pode se beneficiar da construção de um ramal ferroviário (Figura 5, canto inferior direito) que permitiu o transporte de gado durante os períodos de cheias por sobre o Rio Jacuí.

No início do século XX, com ajuda de recursos financeiros providos pelo Banco da Província, casas importadoras de máquinas passaram a buscar interessados em realizar a produção de utensílios para a indústria e agricultura.

Sendo um dos primeiros a instalar uma fundição na cidade o mecânico alemão Otto Mernak, que em 1912 passou a construir em destaque bombas para irrigação de lavouras, locomóveis e caldeiras à vapor para produção de energia cinética. As máquinas da Fundição Mernak ganharam destaque no cenário nacional, servindo-se da estrutura próxima à estação ferroviária para a exportação de seus aparelhos.

Hoje o complexo da fundição, junto à rua David Barcelos e rua Otto Mernak⁵, que fora ampliado diversas vezes até 1952⁶ encontra-se parcialmente demolido, com o restante das edificações em estado de ruínas.

⁵ Anteriormente denominada de Travessa da Estação.

⁶ Com base em pesquisa realizada junto ao arquivo de licenças da Secretaria Municipal de Obras.



Figura 5 - Original do mapa da Cidade de Cachoeira do Sul - RS, sem data (provavelmente desenhado entre 1934 e 1942). Fonte: Arquivo de Licenças da Secretaria Municipal de Obras, data desconhecida.

Com a introdução da oferta de equipamentos mecanizados se permitiu as primeiras experiências de plantios de lavouras de arroz irrigado, ocorrendo então a criação de diversos engenhos para o beneficiamento do produto, alguns alcançando volumes de produção consideráveis, como o Engenho Brasil, da empresa Reinaldo Roesch S.A., que chegou a ser o maior engenho de arroz da América Latina.

A firma Reinaldo Roesch S.A., fundada em 1921 se expandiu consideravelmente, ocupando uma área de 2,3 hectares junto à linha férrea, onde também utilizava

plataformas próprias para o carregamento de arroz nas composições dos trens para envio para outras partes do país.



Figura 6 - Edificação parte do complexo do extinto Engenho Brasil, esquina das Ruas Marechal Deodoro e Comendador Fontoura, Cachoeira do Sul - RS.

Fonte: fotografia de Leonardo I. G. de Franceschi, 18 de março de 2019.

Em 1929 a Fundação Kerber passa também a produzir maquinário para mecanização da produção de arroz, bombas, trilhadeiras e acessórios. No ano de 1987 é realizada a fusão das fundições Mernak e Kerber, resultando na criação da empresa Kerber e Mernak, ficando a primeira encarregada da produção de bombas hidráulicas e a segunda por caldeiras à vapor, especialmente destinadas ao mercado externo.

Assim como a Fundação Mernak, a Fundação Kerber localizava-se junto à linha férrea, no Bairro Santo Antônio, estando hoje com praticamente todos seus prédios em estado de abandono, alguns já como ruínas.

Outros engenhos e moinhos foram surgindo na cidade com o avanço do plantio. Em 1943 a empresa Bachin Lewis Indústria Comércio e Mineração é fundada, sendo a responsável pela construção dos icônicos silos situados na margem oposta ao Engenho Brasil, que tem atualmente parte de seu complexo sendo demolido para a edificação para uso judiciário na cidade. Em 1947⁷ também há ampliações realizadas nas instalações do Engenho São João, entre a Rua da Aldeia e a margem do Rio Jacuí. As

⁷ Com base em pesquisa realizada junto ao arquivo de licenças da Secretaria Municipal de Obras.

edificações do Engenho São João hoje encontram-se sem cobertura e em avançado estado de deterioração e depredação.

Em 1945⁸ são erguidos os galpões e secadores da Cooperativa Risícola Cachoeirense, exemplares com influência art déco próximos ao antigo porto localizado no início da Rua Moron. Estes galpões sofreram ampliações e apesar de permanecerem sem uso atualmente, conservam as características originais e aparentemente razoável estado de conservação.

Neste mesmo ano de 1945 são licenciadas⁹ (Figura 7) novas instalações da Destilaria Cachoeirense, junto à Travessa da Estação, nas imediações das fábricas de Bachin Lewis. É interessante a observação dos desenhos, que demonstram claramente a disposição do equipamento industrial em seu interior. Não há hoje vestígios da edificação que deve ter sido demolida antes da década de 1980.

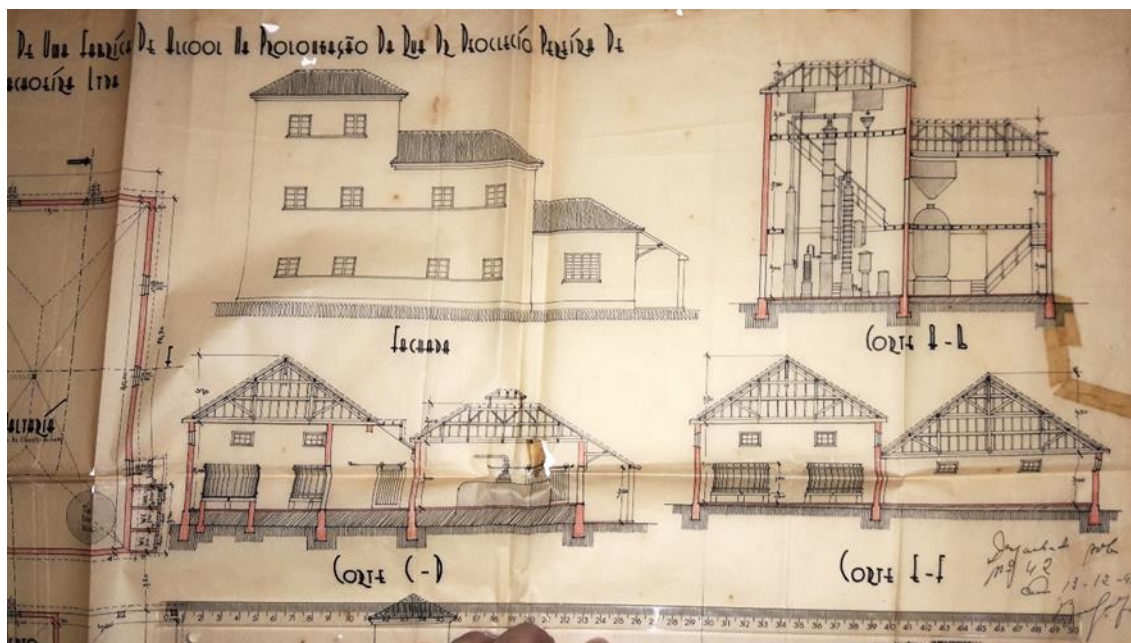


Figura 7 - Plantas de Licenciamento de Obra da Destilaria Cachoeira.
Fonte: Arquivo de Licenças da Secretaria Municipal de Obras, 1945.

Na rua Moron, também se localizam diversos depósitos e engenhos de propriedade do IRGA, Instituto Rio Grandense do Arroz com construção anterior à década de 1940. Também está localizada na região grandes silos anteriormente pertencentes à Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA).

⁸ Com base em pesquisa realizada junto ao arquivo de licenças da Secretaria Municipal de Obras.

⁹ Com base em pesquisa realizada junto ao arquivo de licenças da Secretaria Municipal de Obras.

4. DECADÊNCIA DA INDÚSTRIA

Entre as décadas de 1950 e 1990, distritos do território do município foram sendo desmembrados para a criação dos municípios de Faxinal do Soturno, Restinga Seca, Agudo, Paraíso do Sul e Novo Cabrais. Estes fatos contribuíram com a redução da área de plantio de arroz e promoveu a criação de novos centros de beneficiamento do grão junto às novas cidades. Completando o cenário adverso, os antigos engenhos não acompanharam a modernização dos sistemas de produção e distribuição, perdendo aos poucos seu espaço no cenário econômico da região.

A cidade, todavia, sempre possuiu forte dependência econômica para com a produção primária proveniente da agropecuária e do beneficiamento da produção vinda dos campos. “Esta monocultura agrícola extravasava o espaço rural e adentrava no espaço urbano pela indústria e pelo comércio. Até a indústria pesada tinha vínculo inegável com o arroz (locomóveis, trilhadeiras, bombas, balanças, etc.)” (ROHDE, 1998, p.119)

Na década de 1970, com novos investimentos em infraestrutura no Brasil, evolução dos veículos de transporte rodoviário e aumento da pressão exercida pela expansão urbana da cidade, a antiga Estação Férrea de Cachoeira do Sul é demolida no ano de 1975 (IPHAE, 2002, p.32). No local da antiga estação, construiu-se a Praça Honorato de Souza Santos e a ligação entre a Rua David Barcelos e a Rua Sete de Setembro, a linha férrea foi sendo removida durante esta mesma década, sendo substituída por uma nova linha localizada ao norte do núcleo urbano.

Esses empreendimentos industriais influenciaram profundamente a forma e as características da malha urbana, o entorno dos complexos industriais foi ocupado de maneira diversa, refletindo as oportunidades e momentos econômicos vividos pela sociedade local. Ainda hoje, mesmo com a sua remoção ou desocupação, pode-se perceber as ocorrências e efeitos das decisões tomadas por industriais proprietários das instalações, mudanças na legislação e progressão dos processos de produção de mercadorias.

Dentro do processo de transformações das cidades, os núcleos industriais históricos urbanos vêm sofrendo uma progressiva descaracterização por conta da obsolescência, do crescimento urbano e da valorização de muitas cidades, determinando muitas vezes morfologicamente a sua estrutura e as relações com outros núcleos. (MIRANDA, 2003, p.9)

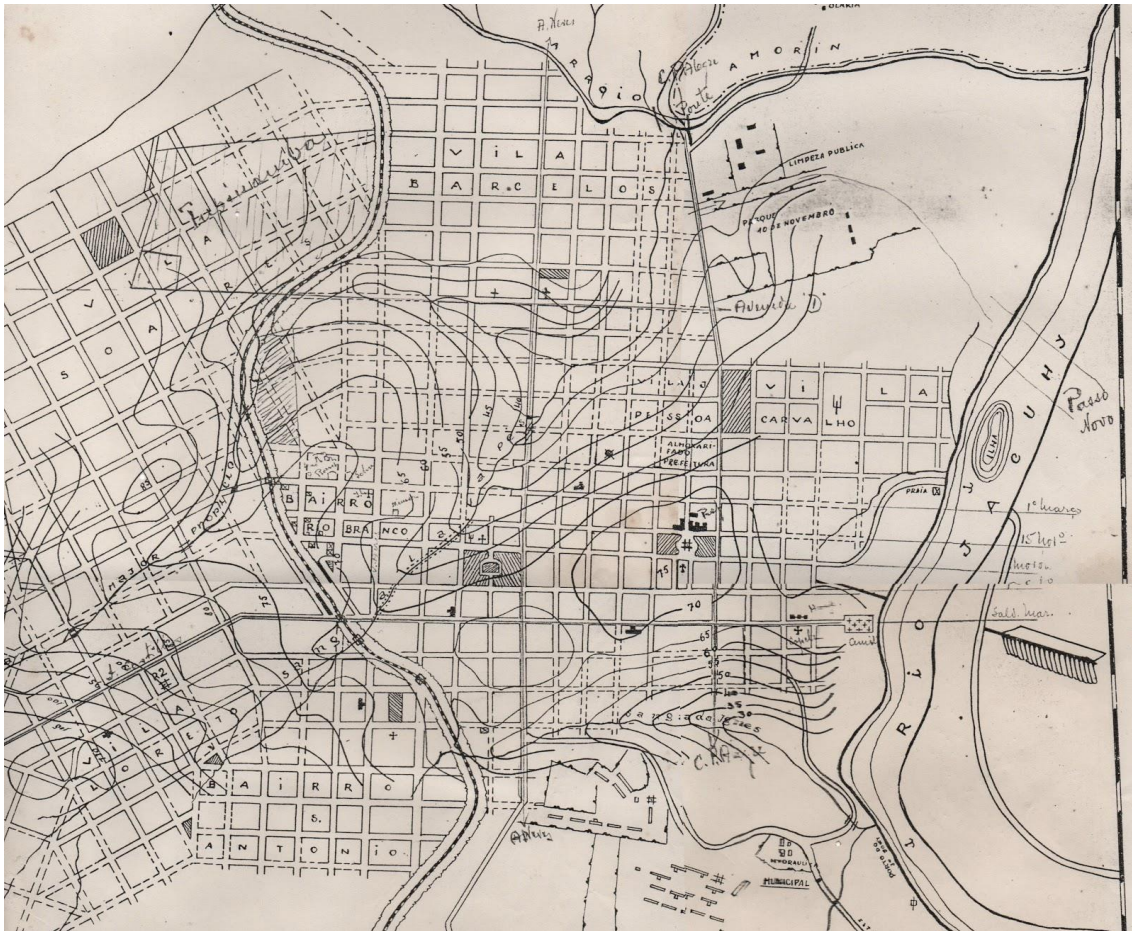


Figura 8 - Recorte da Planta da Cidade de Cachoeira (Linha Férrea atravessando a malha urbana) autoria provável de Joaquim Vidal - 1942, Cachoeira do Sul - RS.
Fonte: Arquivo de Licenças da Secretaria Municipal de Obras.

O patrimônio industrial de Cachoeira do Sul, talvez pela falta de desenvolvimento, permanece, ainda que na maioria abandonado ou em ruínas, presente no dia a dia dos cachoeirenses, que em parte consideram como símbolo maior do “fracasso” econômico do município, da estagnação desenvolvimentista, porém, em uma espécie de relação controversa, também consideram estas edificações como parte da cidade, que formatam a icônica paisagem do horizonte, com a qual estão habituados e afeiçoados, com suas chaminés, torres e silos que também carregam o orgulho de ter sido uma cidade próspera em um passado de décadas atrás.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos nesta fase da pesquisa a ocupação concentrada nas fases de expansão, com a indústria sendo um dos fatores mais importantes para a definição do traçado urbano de Cachoeira do Sul, junto à presença dos acidentes geográficos naturais, sendo forças com efeitos opostos, já que os complexos industriais forçaram a expansão da

ocupação territorial, enquanto córregos e desníveis topográficos limitavam a viabilidade da passagem entre zonas da cidade.

Como meios para angariar as informações para registro dos dados relevantes à pesquisa, executamos em primeiro momento a busca por materiais de leitura e realizamos uma pequena compilação da bibliografia pertinente sobre os períodos vividos pelo município, indústria, comércio e sociedade cachoeirense. Para sanar dúvidas sobre lacunas nas informações adquiridas, realizamos questionamentos informais a pessoas com idade acima de cinquenta anos, que possam ter tido convivência com a cidade nas décadas anteriores a 1990.

Realizamos também buscas nos arquivos de licenciamento armazenados na Secretaria Municipal de Obras, na qual um dos autores é funcionário, realizou-se curtas visitas às edificações selecionadas para a pesquisa para captação de imagens.

Este primeiro acervo levantado servirá como base para o prosseguimento e expansão desta pesquisa que deve continuar pelos próximos meses, buscando aprofundamentos da análise urbana e social, podendo ainda serem utilizados como subsídios para o desenvolvimento de buscas por informações de outras edificações esquecidas que já não existem mais o que perderam o caráter de distinção.

REFERÊNCIAS

AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antônio Ferraz. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. In. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, p. 381-420, Scielo, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n2/a07v19n2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS. **DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (MATERIAL) - Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros**. Bombinhas, 2012. In. FECAM - Federação Catarinense de Municípios. Disponível em:

https://static.fecam.net.br/uploads/476/arquivos/964336_Projeto_Parques_e_Fauna_Plano_de_Manejo_da_Area_de_Relevante_Interesse_Ecologico_da_Costeira_de_Zimbros__3_Diagnostico_do_Patrimonio_Historico_Cultural_material_.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

CERENTINI, Maria G.; KÖHLER, Neiva E. C.; RITZEL, Mirian R. M.; SALDANHA, Margarete F.; SCHUH, Angela S. **Levantamento Histórico da Industrialização de Cachoeira do Sul**. Cachoeira do Sul, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, 1993.

DALMORA, Eliane. **Subsídios para um novo enfoque de desenvolvimento rural. Evolução e diferença do sistema agrário de Dilermando de Aguiar, RS**. Santa Maria: UFSM.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/download/920/4393>. Acesso em: 04 ago. 2019.

ICOMOS, International Council on Monument and Sites. **Os Princípios de Dublin, 2011**. In: TICCIH, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - Brasil. Trad. TICCIH Brasil. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações: 1874-1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

MIRANDA, Adriana Eckert. **A evolução do edifício industrial em Porto Alegre 1870 a 1950**. Joinville: PROPAR - UFRGS, 2003. Dissertação. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5509/000427336.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ROHDE, Geraldo Mario. **Cachoeira do Sul - Uma perspectiva Ambiental**. Canoas: Editora da ULBRA, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste De. **Viagem Ao Rio Grande Do Sul. 1920-1921**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SBABO, Janaina Schaun. **Patrimônio Industrial em Rio Grande: A estrutura da fábrica Rheingantz a partir do olhar de um operário**. Rio Grande: FURG, 2015. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7008/5583-15858-1-PB.pdf?sequence=1>. Acessado em: 01 ago. 2019.

SCHUH, Ângela Schumacher; CARLOS, Ione Maria Sanmartin. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

Petrópolis: um primeiro olhar urbano- paisagístico para a preservação no estado do Rio de Janeiro¹

COSTA, Daniella (1); REIS, Igor (2); BARROS, Nathalia (3) JANSEN, Artur (4)

(1) Professor Doutor, UFF- Universidade Federal Fluminense, daniellacosta@id.uff.br;

(2) Graduando, UFF- Universidade Federal Fluminense, reisigor@id.uff.br;

(3) Graduando, UFF- Universidade Federal Fluminense,
NathaliaPaixao@hotmail.com;

(4) Graduando, UFF- Universidade Federal Fluminense, arturjansen@icloud.com.

RESUMO

O presente artigo contém as impressões iniciais da pesquisa 'Camadas de Preservação: A evolução do conceito de cidades históricas e sua preservação no Estado do Rio de Janeiro'. Projeto que nasce da necessidade de entender a evolução do conceito de sítio histórico urbano e do desejo de entender melhor que tipo de preservação fazemos no Brasil hoje. As cidades históricas, ou sítios urbanos históricos, foram escolhidos como objeto de estudo para a pesquisa por seu dinamismo e por guardar em si os vestígios de sua evolução. A leitura destes rastros são o que nos permite responder as questões que surgem no caminho da pesquisa, principalmente entender como se dá a preservação de cidades históricas no Brasil hoje. Para tentar responder esta pergunta, a cidade de Petrópolis, localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro foi escolhida como nosso primeiro objeto de estudo. Seu processo de tombamento guarda um ponto de mudança de direção na forma de encarar o sítio urbano histórico. Olhando para Petrópolis se pretende refletir sobre estes oitenta anos de instrumentos oficiais de preservação no Brasil. Será que conseguimos de fato mudar a forma de olhar nossos sítios urbanos históricos? Até que ponto a legislação de preservação existente mantém estes sítios vivos?

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio urbano, preservação, legislação, Petrópolis.

¹ Artigo vinculado a pesquisa: Os centros históricos brasileiros e a prática de restauração da arquitetura urbana não monumental, coordenada pelo professor José Simões de Belmont Pessoa da Universidade Federal Fluminense e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

Petrópolis: a first preservation glance on urban-landscape site at Rio de Janeiro state

COSTA, Daniella (1); REIS, Igor (2); BARROS, Nathalia (3) JANSEN, Artur (4)

(1) PhD Professor, UFF- Universidade Federal Fluminense, daniellacosta@id.uff.br;

(2) Undergraduate student, UFF- Universidade Federal Fluminense, reisigor@id.uff.br;

(3) Undergraduate student, UFF- Universidade Federal Fluminense,
NathaliaPaixao@hotmail.com;

(4) Undergraduate student, UFF- Universidade Federal Fluminense,
arturjansen@icloud.com..

ABSTRACT

This paper presents the research's " Layers of historic preservation: an update of the historical cities definition and their conservation in the State of Rio de Janeiro" first impressions. This Project was born from the need to understand better the evolution of the concept of historic urban sites and from the desire to understand better how we do preservation in Brazil today. Historic cities, or historic urban sites, have been selected as case study to the research by their dynamism and for saving in itself the traces of their evolution. These vestiges are what allow us to answer our questions, but mainly to understand how the preservation of historic cities in Brazil occurs today. To try to answer this question, the historic city of Petrópolis, located at Rio de Janeiro state, was chosen as our first case study. The process for the city listing shows a direction change in the way we look at our historic urban sites. By Looking at Petrópolis we intent to reflect on these eighty years of official instruments for historic preservation in Brazil. Has it changed the way we look at our historic urban sites? How far does the existing preservation law keep them alive?

KEYWORDS: *Historic Urban Sites, historic preservation, preservation law, Petrópolis.*

1. INTRODUÇÃO

De fato, a manutenção da vida exige transformação. Células precisam morrer para que o corpo fique vivo. Coisas precisam ser esquecidas para a saúde da memória. Também a cultura urbana tem o dinamismo como caráter essencial. E, se o movimento é da essência da cultura, a transformação deve ser também tombada! Se parar, morre. (ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. s/pg.2012)

O Estado do Rio de Janeiro pode, ainda, contar sua história através de vestígios históricos guardados em suas cidades históricas, ou para usar um termo mais amplo, através de seus sítios urbanos históricos. Gustavo Rocha-Peixoto, arquiteto e professor do departamento de História e Teoria da UFRJ, faz esta analogia entre cidades e corpo humano para exemplificar o dinamismo da matéria de nosso objeto de estudos, as cidades. A manutenção da vida, ele afirma, exige transformação. Se o fluxo sanguíneo em nossas veias para, as células morrem. Algumas células de fato precisam morrer para que o corpo continue vivo. E o mesmo acontece em nossas cidades. Eventualmente algumas coisas precisam morrer para dar vida nova ao conjunto. Aloísio Magalhães (1985), antigo diretor do IPHAN, bem como a arquiteta e coordenadora de Documentação e Pesquisa do IPHAN Lia Motta (1987), também falam deste componente vivos e do dinamismo característica dos sítios urbanos. Esta característica é o que garante sua continuidade através do tempo, uma trajetória natural para um corpo, mudar para continuar vivo. Se adaptar ao novo, o que pode gerar marcas destas transformações, vestígios da história.

Estes sítios dinâmicos formam parte do cotidiano dos seres humanos em todos os países, e constituem a “presença viva do passado” como afirma o documento conhecido como Carta de Nairóbi, fruto da Conferência Geral das Nações Unidas em 1976 (CURY,2000. pg.217).

A carta constata uma série de perigos a que os sítios urbanos históricos estão expostos, além da destruição, que provocam “perturbações sociais” (CURY,2000. pg.217) também são citados a “uniformização e despersonalização” e as “reconstruções irracionais e inadequadas” (IDEM). E de novo aqui, a comparação entre as cidades e o os organismos vivos é muito apropriada. No corpo humano, as modificações por pressões externas acontecem e são eventualmente contornadas, deixando vestígios para contar a história (cicatrices?) ou como vemos acontecer também com as rochas, que diante da pressão se compactam e cristalizam, tornando possível a leitura da passagem do tempo em suas camadas de história e vida. Nas cidades podemos ler estas camadas compactadas em suas ruas e acervo construído (VITALLE,2016).

Esta nova forma de ver as cidades é tema central de discussão para a UNESCO em sua conferência anual de 2011 em Paris, que reafirma a importância da observação das cidades históricas, e convida a expandir a abertura das lentes para enxergar não apenas o patrimônio material construído, mas, reconhecer a importância dos processos sociais, culturais e econômicos como parte deste patrimônio.

O patrimônio urbano constitui um recurso social, cultural e econômico para a humanidade, **definido por uma estratificação histórica de valores que foram produzidos por culturas sucessivas e contemporâneas e por uma acumulação de tradições e de experiências**, reconhecidas como tal na sua diversidade. (UNESCO,2011. Tradução nossa. Grifo nosso)

A pesquisa que dá origem a este artigo nasce da tentativa de atualizar o olhar sobre o patrimônio urbano construído, conforme sugere a UNESCO (2013) em seu documento *'Recommendation on the historic urban landscape'* que nos convida a olhar a paisagem histórica urbana de forma ampliada:

A paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de "centro histórico" ou de "conjunto histórico" para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica. (UNESCO,2011. Tradução nossa)

Diante desta nova dimensão para os sítios urbanos, as questões relativas à preservação são as mais diversas: Como permitir que um sítio histórico urbano cresça e evolua sem perder sua essência? Nestes oitenta anos de instrumentos oficiais de preservação no Brasil conseguimos mudar a forma de olhar nossos sítios urbanos históricos? Até que ponto a legislação existente mantém estes sítios vivos?

Para refletir sobre estas questões, definimos como um primeiro estudo de caso a pequena cidade de Petrópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro. A cidade foi escolhida porque seu processo de preservação iniciado nos anos 1960 pelo IPHAN mostra uma mudança na forma de encarar a preservação de sítios urbanos no Brasil.

Então, vamos subir a serra!

2. A CIDADE DE PEDRO

A serra da estrela, região serrana do estado do Rio de Janeiro, guarda em sua paisagem um exemplar urbano onde a presença das camadas históricas de valores e atributos culturais e naturais, de fato transcendem a noção de "centro histórico". A cidade de Pedro, Petrópolis, nasce da visão do primeiro Pedro, D. Pedro I, que em seu percurso pelo caminho novo do ouro, se familiariza com as terras da Fazenda do Córrego Seco

e se encanta com a natureza e com o clima ameno (PESSOA,2007 p.211). O Imperador adquire parte das terras para implantar aí uma vila imperial, mas com seu retorno a Portugal em 1831, os planos para a povoação só se concretizarão através de outro Pedro, seu sucessor, D. Pedro II.

Em 1843, D. Pedro II assina decreto que dará origem a construção da Vila Imperial. A cidade planejada para ser o refúgio de verão da família Imperial, guarda em seu traçado regular uma relação singular entre a intervenção do homem e a natureza do sítio. O engenheiro alemão Júlio Frederico Koeler, engenheiro civil e viário (PESSOA,2007 p.211) responsável pelo desenho da nova vila imperial, implanta a nova povoação acompanhando o traçado dos rios locais. Da união entre traçado regular e natureza exuberante, muito diferente da tradição urbanística portuguesa que vemos em nossas cidades coloniais, resulta a implantação de uma cidade que vai traduzir “como nenhuma outra, o período Imperial Brasileiro” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.150).

A presença do Império e prosperidade estão guardadas na arquitetura local. Quando a República substitui o Império, a cidade de Pedro cai nas graças do novo regime e evolui com ele. Esta confluência entre natureza pitoresca, clima ameno e pessoas influentes vão formar uma cidade com “aura de grandeza, que é seu valor maior, sua joia mais preciosa, ligada a figura sem paralelo de D. Pedro II” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.150).

3. EVOLUÇÃO E PRESERVAÇÃO: UM OLHAR URBANO-PAISAGÍSTICO

Os mesmos atrativos que encantaram o Imperador, ainda causam impacto nos visitantes hoje. O encanto e admiração trouxeram prosperidade e as dores do crescimento. A cidade começa um processo de verticalização na segunda metade do século XX, cujo impacto no sítio se pode ver e sobre o qual podemos ler nos registros guardados no processo de tombamento da cidade, no arquivo central do IPHAN no Rio de Janeiro.

O patrimônio petropolitano ganha atenção do Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, então SPHAN, logo em seus primeiros anos de atuação. São tombados individualmente o palácio Imperial em 1938, e nos anos seguintes o palácio da Princesa Isabel, a casa do Padre Correa, o palácio Grão-Pará entre outros. Estes bens atendiam muito bem o primeiro artigo do decreto-lei nº 25 e foram inscritos nos livros do tomo de Belas Artes e/ou Livro do tomo histórico.

No final dos anos 1960, O SPHAN já acumulava a experiência em outros sítios tombados, especialmente Ouro Preto, que havia se transformado em um laboratório de

experiências de preservação de sítio urbano, como nos conta a arquiteta Lia Motta (1987). Toda esta experiência começa a mudar a forma de olhar as cidades.

Somente no final da década de 60 um novo conceito de centro histórico começou a figurar no discurso oficial do Patrimônio. O termo empregado não era mais cidade ou cidade monumento, como na carta de Lúcio Costa, que pressupunha a conservação da cidade como um todo. Passou a ser utilizado o termo sítio urbano. Podendo referir-se assim a um trecho da cidade, admitindo seu crescimento. (MOTTA,1987. p.117)

Conscientes disto ou não, Petrópolis virou este novo laboratório para aplicação deste novo olhar. Tudo registrado no processo de tombamento do conjunto urbano, que, por ironia, se inicia com o indeferimento de um pedido de tombamento. Em 1962, o arquiteto Paulo Thedim Barreto, opina contra o tombamento, do edifício nº 260 da avenida Koeler (figura.1) “por não possuir ele aquelas características prescritas no art.1, do decreto-lei nº25” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.03), ou seja, não se reconhecia naquele edifício de linhas ecléticas, “estilo fruto de pura importação” (KÜHL, 2008. p.103) uma vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” nem “excepcional valor [...] artístico” (BRASIL. Dec.-Lei nº 25,1937).



Figura 1 - Nº 260, Avenida Koeler, Petrópolis - RJ.
Fonte: fotografia de Daniella Costa, 26.04.2019.

Mas, no lugar do tombamento isolado, o parecer faz uma contraproposta e sugere que as vias centrais da cidade onde se localizam os “logradouros mais nobres da urbanização petropolitana com **fundo paisagístico** ainda muito pouco alterado” seriam dignas de serem preservadas “no desenvolvimento natural que se impõe à cidade”

(IPHAN, processo nº 662-T-62. p.03 - grifo nosso). Anos depois, essa relação arquitetônico paisagística começa a figurar nos textos do próprio Rodrigo de Melo Franco (1968). Em texto escrito sobre a preservação dos sítios urbanos e a importância da sua preservação, a paisagem começa a aparecer como importante camada de composição do conjunto.

[...]A necessidade de conservação de um sítio urbano se impõe ou pelos antecedentes e a significação histórica excepcional do lugar, ou pelo **valor também excepcional de seu conjunto arquitetônico-paisagístico**. [...]

[...] conquanto seja obviamente indispensável a preservação do sítio a proteção de cada uma das unidades arquitetônicas localizadas em seu perímetro, a manutenção e **a defesa do conjunto urbano-paisagístico deverão constituir a meta predominante das autoridades públicas**. (ANDRADE, 1970 In. ANDRADE, 1987 p.81/82-grifo nosso)

Mas em Petrópolis, apesar, da sugestão de Barreto da inscrição de oito ruas e três praças, apenas uma das vias sugeridas é inscrita em 1964, no livro do tombamento arqueológico, etnográfico e paisagístico, a Av. Koeler.

Duas décadas depois, ainda diante da grande pressão causada pelo mercado imobiliário em Petrópolis, e dos novos apelos populares para estender o tombamento o olhar do IPHAN se volta novamente a cidade. Em 1980, o historiador e arquiteto Paulo Santos analisa a questão como relator do processo de extensão de tombamento e enxerga dois momentos de “apreensão do valor artístico de Petrópolis” e de “apurada sensibilidade” na atuação do IPHAN (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.143). O primeiro manifestado nos tombamentos individuais, citados anteriormente, e o segundo momento é o de ampliação do foco, como sugerido por Rodrigo, usando o que o ele descreve como “concepção urbano-paisagística” (IDEM) incluindo assim, as outras camadas que compõe o sítio, isto é, não apenas a cidade histórica e seu patrimônio arquitetônico, mas a paisagem.

[...] A arquitetura dos poucos monumentos tombados em Petrópolis, é obviamente, o fundamental, porque confere a cidade a aura de grandeza, que é seu valor maior, sua joia mais preciosa [...] Mas, a partir disso, como moldura para isso, **são as belezas paisagísticas - do centro urbano e dos arredores, que mais contam em Petrópolis**. E nessas, não há que buscar elementos do século XIX - é simplesmente a natureza valorizada pelo trabalho entrelaçado dos séculos XIX e XX, em que mais do que a antiguidade dos bens, contam a escala, o espírito, o encanto impalpável das paisagens construídas pelo homem [...] (SANTOS, Paulo In. IPHAN, processo nº 662-T-62. p.150 - grifo nosso).

O tombamento do sítio, que inicialmente contemplava apenas a avenida Koeler foi estendido nos anos 1980, grande parte por pressão popular passando a englobar uma

área maior no primeiro distrito da cidade, incluindo as calhas dos rios, tão importantes na configuração urbana da Cidade. Entendo a importância, e pelo fato de o poder municipal ainda não estar organizado o suficiente, o IPHAN estende o tombamento da cidade. O primeiro movimento acontece em 1980 quando as vias anteriormente sugeridas por Paulo Thedim Barreto são incluídas. Posteriormente 1982, ainda fruto de um “movimento da opinião dentro da comunidade petropolitana no sentido de preservar o patrimônio natural e cultural da cidade” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.175) são criadas as áreas de entorno do sítio tombado. (Figura. 02). Estas áreas são guiadas pelo tombamento dos Rios da cidade, elemento formal sobre o qual se baseava o projeto de inicial do Major Koeler, e faixas paralelas aos Rios.



Figura 2 - Planta cadastral da cidade de Petrópolis. s/d. Área tombada marcada em amarelo. Área de entorno demarcada com as poligonais coloridas, incluindo o leito dos rios. Fonte: Escritório Técnico do IPHAN em Petrópolis.

4. MANUTENÇÃO DO SÍTIO PRESERVADO

Analisando os textos presente no processo de tombamento, em especial os dados entre os anos 1979 e 1982, notamos a preocupação constante dos técnicos do IPHAN em não imobilizar a cidade. Como afirma a arquiteta Dora Alcântara, em 1980, quando explica a um requerente a ampliação do tombamento determinado para a Praça da Liberdade, feita com cautela :“Tratando-se, no entanto de uma cidade viva, era

necessário que a aplicação de medidas legais, como a do tombamento, não viesse a prejudicá-la em seu natural dinamismo.” (IPHAN, processo nº 662-T-62. p.271)

Lia Motta (1987) faz referência a este período quando a instituição “atônita” (IDEM, p.108) diante de uma rotina de trabalho construída empiricamente faz uma pausa para autoavaliação e crítica. Segundo MOTTA as primeiras ações de proteção do patrimônio construído,

[...] tratavam as cidades como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural parte de um todo socialmente construído. (In. REVISTA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL, 1987.)

E a consequência disto era uma prática de conservação apoiada em uma visão estética do patrimônio construído, que resultava em uma prática *leduciana*², forjando o mito da tradição arquitetônica de origem brasileira.

Fica muito claro que isso não se queria repetir em Petrópolis. Assim, se evita o tombamento do município como um todo, mas se protege as áreas onde se podiam perceber as premissas básicas do plano Koeler, ou seja, o bom relacionamento entre paisagem natural e construída. Se preservou também a história local revelada em conjuntos arquitetônicos ou em elementos isolados, mas a grande prova da mudança de parâmetro é a proteção dos elementos morfológicos naturais, como os topos de morro e de alguns rios da cidade.

Mas, o que acontece depois que os técnicos terminam de instruir o processo de tombamento com pareceres, estudos e poligonais de tombamento? Como a população, aqueles que habitam os bens tombados são preparados para viver em uma paisagem urbana histórica?

O processo de tombamento guarda recortes de jornal com o registro de reuniões públicas para discussão sobre o tombamento em processo. Além disto as cartas recebidas das instituições da sociedade civil mostram um apoio e o desejo de que os instrumentos legais fossem de fato aplicados a Petrópolis. Mas um tipo de documento chama a atenção no processo, são as cartas enviadas aos proprietários dos bens

² Referente a prática do arquiteto Frances Viollet le duc, como afirma a professora da FAU/USP Maria Lúcia Bressan Pinheiro, “ainda impera entre nós, até hoje, um conceito violletiano de restauração, vinculado a inabalável ideia de ‘volta ao um estado original’ do bem cultural - estado original que pode nunca ter existido” (PINHEIRO In. GONÇALVES, 2007 p.13)

tombados individualmente comunicando o tombamento das propriedades. Estas não vem acompanhadas de manual de instrução, apenas comunicam:

Ilma. Senhora:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.Sa., que após parecer favorável, do órgão técnico competente da subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e para os fins estabelecidos no Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, foi indicada para tombamento a seguinte obra de arquitetura pertencente a V.Sa.:

Residência conhecida como “casa de Stephen Zweig”, localizada na Rua Gonçalves Dias nº34, no município e Cidade Imperial de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. (Notificação n.1178 In. IPHAN, processo nº 662-T-62. Vol. I-A, 1981. p.48)

O documento acompanha um anexo, um recibo indicando o recebimento pelo proprietário do comunicado. Nenhum tipo de orientação sobre o que é o tombamento, como funciona este instrumento de proteção ou quais as vantagens e desvantagens contidos nesta ação, estavam contemplados nesta documentação.

Os proprietários que pediam a impugnação do tombamento eram respondidos com a citação dos artigos do Decreto Lei nº25, ou por considerações subjetivas, como vemos no trecho retirado de um memorando enviado como resposta, negando o pedido de impugnação do tombamento de um dos exemplares da arquitetura dos colonos alemães em Petrópolis, a ‘casa de Ana Mayworm’:

O critério de valor arquitetônico ou artístico para fins de tombamento não está pré-estabelecido pelo decreto-lei 25. **Esta norma dá ao órgão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através de seu Conselho Consultivo, a competência discricionária de estabelecer o que entende por Valor Histórico e Artístico.** (PARECER AJ/46/81 In. IPHAN, processo nº 662-T-62. Vol. I-A, 1981. p.137)

Isso reforça o que afirma Beatriz Kühl, “não obstante os vários textos ligados ao patrimônio industrial citarem a importância de preservar esses complexos, **não fazem menção de como fazê-lo.** (KUHL, 2010 p.30 - grifo nosso). Este trecho retirado de um artigo sobre alguns dos problemas enfrentados pelo patrimônio industrial, expressa sinteticamente o que acontece no quadro brasileiro de forma mais ampla. E não sabemos como fazê-lo porque nossa legislação é subjetiva. Além disto, apesar de estarmos apoiados em uma experiência pratica de oito décadas intervindo no patrimônio, a discussão sobre o que e como fazemos acaba ficando restrita as esferas técnicas, seja dentro da instituição ou no âmbito acadêmico.

E no que se baseia o técnico do IPHAN trabalhando hoje em Petrópolis? Quais são as ferramentas usadas como diretrizes para a manutenção deste sítio histórico?

Nos processos consultados no escritório técnico do IPHAN em Petrópolis, encontramos sempre referências as seguintes diretrizes técnicas, o Decreto-Lei 25/1937, a Constituição Federal e seus artigos 215 e 216, a Portaria nº 420/2010 do IPHAN - disposições gerais para aprovação de propostas de intervenção nos bens integrantes de patrimônio cultural, a Portaria nº213/1996 - dispõe sobre o entorno dos bens tombados na Cidade de Petrópolis/RJ a Instrução normativa do IPHAN 01/2003 - que dispõe sobre acessibilidade aos bens culturais acautelados em nível federal, as cartas e recomendações internacionais de restauração, os manuais técnicos do IPHAN, em especial os cadernos contendo as orientações para elaboração de projeto de restauração em bens tombados pelo IPHAN.

A portaria nº 420 é um guia para estabelecer o que deve estar contido nos projetos de intervenção, contém modelos de formulários e listas de documentos a ser pedidos. O mesmo se repete na normativa de instrução 01/2003 sobre acessibilidade, que estabelece a NBR9050/2015 e LF 10098/2000 como fontes para os problemas ligados a acessibilidade. A única portaria específica para sítio urbano preservado em Petrópolis é a Portaria nº213/1996 que dispõe sobre o entorno do sítio tombado.

Ela faz uma organização das tipologias de lotes em primeira categoria ou segunda categoria, de acordo com sua declividade. E estabelece parâmetros gerais, para o estabelecimento de lotes como a área mínima e testada mínima possível, em caso de desmembramento. Além disto indicam os usos recomendado e tolerado. Para as construções no lote estabelece taxa de ocupação máxima, índice de aproveitamento, afastamentos frontais e laterais e o gabarito máximo.

Já para o conjunto urbano tombado não existe uma portaria específica, ou critérios oficiais. O que se encontra repetidamente descrito em alguns dos processos de bens tombados individualmente são alguns critérios mínimos que se estabeleceram com a prática³.

Em função das constantes alterações de usos e eventuais necessidades de adequação dos espaços nos bens tombados, este **instituto estabeleceu critérios mínimos** para nortear tais modificações, os quais são complementados com análises específicas, **caso a caso**. São eles:

- Taxa de ocupação máxima de 25% da área passível de ocupação (área com declividade até 20%), sem árvores;
- Gabarito máximo de dois pavimentos;

³ Informação verbal concedido em entrevista com as técnicas do escritório técnico em Petrópolis, em 19/07/2018 e 11/10/2019.

- Altura máxima de todos os elementos construídos igual a altura da cumeeira da edificação principal;
- Afastamento mínimo, para novas construções, de 5 metros em relação à edificação principal;
- Afastamento lateral mínimo igual ao afastamento mínimo da edificação principal.

(IPHAN, processo nº 0146.000504/2016-67 - Avenida presidente Kennedy, 813 A)

Os critérios são muito genéricos como vemos acima. Regem volumetria e afastamentos, o que abre a possibilidade para decisões subjetivas nas intervenções necessárias no acervo construído da cidade. E o texto afirma ainda que estes ‘critérios’ serão complementados com a análise ‘especifica caso a caso’, o mantra da intervenção em arquitetura preservada no quadro brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais de seu texto sobre Ouro Preto (1987), Lia Motta, diante das mudanças que se começava a ver na instituição, quando esta nova forma de olhar o patrimônio começa a se estabelecer, faz uma espécie de previsão para o futuro da preservação no Brasil:

Abandona-se, com esta visão, qualquer forma de controle estético, estilístico e principalmente fachadista. Tal controle é substituído pela documentação e pelo registro não só dos vários elementos integrantes do conjunto histórico, mas do seu todo, garantindo-se a leitura de seu processo de formação e de sua trajetória, assim como o conhecimento dos elementos que no futuro vão inevitavelmente se perder. Permite também o desenvolvimento de estudos para a delimitação da competência da instituição, o tipo de controle que ela pretende estabelecer, a definição das áreas de intervenção e a abertura de um diálogo franco com as populações. **Abandona-se também o “cada caso é um caso” e passa-se ao uso de instrumentos modernos de controle urbano** com uma visão integrada, possibilitando ao Patrimônio um planejamento capaz de implementar a preservação do ponto de vista urbanístico **dando margem ao aparecimento das expressões novas que deverão conviver, por força da natureza do objeto tombado, com o acervo preexistente** (MOTTA, 1987 p.121 - grifo nosso)

Sabemos que esta visão ainda não é a realidade da preservação no Brasil e a legislação de Petrópolis é um exemplo claro disto.

Apesar dos esforços da instituição em se modernizar nas décadas de 1970/1980⁴, em especial com consultorias da Unesco e planos para os conjuntos históricos sendo

⁴ Por tudo isto, os técnicos do Patrimônio decidiram solicitar o auxílio especializado de técnicos internacionais, já que não possuíamos experiência no assunto, principalmente no que se refere a turismo cultural. A primeira solicitação nesse sentido foi ainda na gestão de Rodrigo Melo

ampliados, o que se pode ver é que a preservação no Brasil funciona quase de forma esquizofrênica. Com discussões amplas sobre patrimônio e sua preservação fundamentadas em teoria contemporânea e muitos encontros para discussão, mas que não fazem eco em nossa prática, que funciona com um viés tradicionalista e tem medo de se arriscar.

Os instrumentos de preservação existentes, como o tombamento e zoneamentos urbanos tem mantido partes importantes das cidades preservadas. Mas, em muitos casos, o componente de vida acabou se perdendo e o que podemos ver é o esvaziamento de casas difíceis e caras de ser mantidas. Assim, tantos exemplares são abandonados e permanecem fechados quebrando o caráter essencial das cidades, o dinamismo.

Nossa forma de ver os sítios urbanos hoje continua ainda sendo direcionada por um forte sentido estético, e a barreira existente entre população e os técnicos do patrimônio continuam presente. Isso, reduz as camadas que compõe o sítio urbano histórico apenas a camada material da arquitetura, elemento que ainda tem grande peso para a preservação.

Com relação a Petrópolis, apesar de ainda muito embrionária nossa pesquisa já consegue perceber algumas coisas sobre a cidade. Petrópolis conseguiu manter a natureza dinâmica das cidades vivas, graças a ação conjunta entre os órgãos de preservação oficiais e sociedade civil.

Como organismo vivo, a cidade Imperial, desenhada para o lazer com suas residências de verão precisou se reinventar e agregar novos usos ao sítio histórico, mantendo assim, o sangue novo oxigenando as células. Um exemplo disto foi a transição da cidade de veraneio para cidade universitária, acomodando a massa de estudantes que as universidades da cidade atraem, e impondo nova dinâmica ao sítio preservado.

Percebemos que a rotina dos técnicos trabalhando para a preservação da cidade, como em tantos outros casos no Brasil, é intensa. Quase tudo deve ter “prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico” (IPHAN, dec.-Lei 25/1937. Art. 17) as demandas da instituição crescem, os recursos são cada vez menores, com cada

Franco de Andrade, quando então a Unesco enviou ao Brasil em 1966/67 o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent, cujo relatório passou a representar documento básico para o assunto. A esse relatório seguiram-se outros, de caráter regional, como o do arquiteto Viande de Lima sobre Ouro Preto, São Luís e Alcântara, o do arquiteto Limburg Stirum sobre Paraty, o do urbanista Shankland sobre o Pelourinho, em Salvador, todos eles consultores da Unesco. Fonte: SPHAN/PRO-MEMÓRIA, 1980.P.20

vez menos gente. Não muito diferente do que descreve Lucio Costa a quarenta e dois anos atrás [...] “a lonjura, a falta de recursos e de pessoal qualificado no local impossibilitam uma fiscalização efetiva e a manutenção do bem.” (COSTA, 1977 In. REVISTA CASA E JARDIM ARQUITETURA, 1977p.6) o que, ainda segundo ele, transforma a preservação de bens culturais no Brasil um esforço de Sísifo. Isso, tantas vezes se prova verdade ainda hoje.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco. **Rodrigo e o Sphan**: Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da cultura, Fundação nacional pró-memória, 1987
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm - acessado em 21/07/2016
- CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o Mundo do Patrimônio: Notas para um balanço crítico. In: **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 4, 1985.
- COSTA, Lucio. In. **Revista casa e jardim arquitetura**. Rio de Janeiro: FC Editora. nº 17, 1977.
- CURY, Isabelle. (org.) **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- IPHAN, **processo nº 662-T-62**. Fonte: Arquivo Central do IPHAN
- _____. **Série Inventário**: Casa à Av. Koeller, 260 - Petrópolis. Histórico e descrição do bem. Notação I. RJ-0303.01. Fonte: Arquivo Central do IPHAN
- _____. **História - Petrópolis (RJ)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1512/>. Acessado em: 15.05.2019
- KÜHL, Beatriz M. **Preservação do patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. Problemas Teóricos de Restauro. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2008.
- _____. **Patrimônio industrial**: algumas questões em aberto. In. Revista Arq.Urb. São Paulo: Univ. São Judas Tadeu. nº3, 2010. Pg. 23 a 30. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/> - acessado em 18/05/2019.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-memória, 1985.
- MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN. nº 22, 1987. p.108 a 122.
- PESSOA, Jose. PICCINATTO, Giorgio (Org.). **Atlas dos centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2007.
- ROCHA-PEIXOTO. Gustavo. **Um patrimônio de palavras**. Rio de Janeiro: Secretaria de cultura, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/publicacao-setoriais/um-patrimonio-de-palavras-1> - acessado em 17.01.2018.
- SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: Uma trajetória. Brasília: Ministério da cultura /SPHAN/PRO-MEMÓRIA, 1980.
- UNESCO. Recommendation on the Historic Urban Landscape. In. **36th UNESCO's General Conference**. Paris, 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf> - Acessado em 12.02.2019.
- _____. **New Life for historic Cities**: The historic urban landscape approach explained. Paris, 2013. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/activities/727/> - Acessado em 12.02.2019.

VITALE, Daniele. Aula Magna. **XIV SHCU - Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**. São Carlos: PPGAU /IAU- USP, 2016. (Informação Verbal).

ORGANIZADORES:

Juliana Silva Pavan, Mateus Rosada, Ricardo de Souza Rocha e Bárbara Maria Giacom Ribeiro

ANAIS DO

II CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

PATRIMÔNIO CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO:
as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI
Volume III: Paisagem em suas várias dimensões



REALIZAÇÃO



APOIOS



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-94140-06-7



9 788594 140067